

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Cassiano Pamplona Lisboa

ITINERÁRIOS DE CATADORES:
(des)encontros com o campo ambiental

Porto Alegre
2013

CASSIANO PAMPLONA LISBOA

TESE DE DOUTORADO

ITINERÁRIOS DE CATADORES:

(des)encontros com o campo ambiental

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação. Linha de pesquisa: História, Memória e Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Stephanou

Porto Alegre
2013

CIP - Catalogação na Publicação

Lisboa, Cassiano Pamplona

Itinerários de catadores: (des)encontros com o campo ambiental / Cassiano Pamplona Lisboa. -- 2013. 215 f.

Orientadora: Maria Stephanou.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2013.

1. Catadores de materiais recicláveis. 2. Campo ambiental. 3. Educação informal. 4. Discursos. I. Stephanou, Maria, orient. II. Título.

CASSIANO PAMPLONA LISBOA

ITINERÁRIOS DE CATADORES:

(des)encontros com o campo ambiental

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação. Linha de pesquisa: História, Memória e Educação.

Aprovada em ____ de _____ de 2013.

Profa. Dra. Maria Stephanou – Orientadora (PPGEDU/FACED/UFRGS)

Profa. Dra. Maria Aparecida Bergamaschi (PPGEDU/FACED/UFRGS)

Profa. Dra. Eunice Aita Isaia Kindel (FACED/UFRGS)

Profa. Dra. Isabel Cristina de Moura Carvalho (PPGEDU/PUC-RS)

Em memória de Nilton Bueno Fischer.

AGRADECIMENTOS

A minha esposa Laís e a minha filha Ananda, pela convivência amorosa, pelo incentivo e pela paciência, em especial neste últimos meses em que, apesar de fisicamente próximo, precisei me ausentar.

A minha orientadora, Professora Dra. Maria Stephanou, pela acolhida (num momento difícil), pela disponibilidade, pelo incentivo, pela escuta e pela qualificada interlocução durante a realização deste trabalho.

Às Professoras Dra. Eunice Aita Isaia Kindel, Dra. Isabel Cristina de Moura Carvalho e Dra. Maria Aparecida Bergamaschi, pelas prestimosas contribuições ao projeto de tese e pela disponibilidade em participar novamente da sua avaliação.

Aos camaradas Leandro Rogério Pinheiro, Márcio Freitas do Amaral e Tiago de Mello Cargnin, pela parceira que se tornou amizade durante a realização do Estudo do Perfil Socioeducacional dos Catadores de Materiais Recicláveis Organizados em Associações, Cooperativas e Grupos de Trabalho na Região Sul do Brasil.

Aos colegas do grupo de orientação com os quais iniciei o doutorado, em especial ao Vinícius de Lima Lousada, pela inspiração e pelo incentivo.

Aos colegas do grupo de orientação coordenado pela Professora Dra. Maria Stephanou, pela acolhida e pelos saberes partilhados.

Aos colegas do grupo de pesquisa Sobrenaturezas, pelas trocas reflexivas e problematizadoras.

À equipe do Projeto Catavida, em especial à Vera Beatriz Rambo e ao Marcelo Breitenbach Jungbluth, pela abertura, pela disponibilidade e pelo apoio que forneceram à realização desta pesquisa.

À CAPES, pela cessão da bolsa que subsidiou parte deste estudo.

Em especial, às catadoras e aos catadores com os quais interagi nestes últimos anos, pela disposição em compartilhar parte de seus tempos e de suas histórias comigo.

Inventário geral do mundo

Arthur Bispo do Rosário foi negro, pobre, marinheiro, lutador de boxe e artista por conta de Deus.

Viveu num manicômio no Rio de Janeiro.

Lá, os sete anjos azuis transmitiram a ele a ordem divina:

Deus mandou-o fazer um inventário geral do mundo.

A missão encomendada era monumental. Arthur trabalhou dia e noite, cada noite, cada dia, até que no inverno de 1989, quando estava em plena tarefa, a morte agarrou-o pelos cabelos e o levou.

O inventário do mundo, inconcluso, estava feito de ferro-velho,

*vidros quebrados,
vassouras calvadas,
chinelas caminhadas,
garrafas bebidas,
lençóis dormidos,
rodas viajadas,
bandeiras vencidas,
cartas lidas,
palavras esquecidas,
águas chovidas.*

Arthur havia trabalhado com lixo. Porque todo lixo era vida vivida, e do lixo vinha tudo o que no mundo era ou tinha sido. Nada de intacto merecia aparecer. O intacto tinha morrido sem nascer. A vida só latejava no que tinha cicatrizes.

(GALEANO, 2009, p.338)

RESUMO

Esta tese focaliza os itinerários (entendidos como uma sequência de operações que se sucedem no tempo) de catadores de materiais recicláveis integrantes de associações e cooperativas localizadas na região sul do Brasil. Estruturou-se em três arranjos. No primeiro, o trabalho de pesquisa se voltou à compreensão das influências recíprocas entre o campo ambiental e a atividade de reciclagem. No segundo, voltou-se aos modos através dos quais os catadores, desde suas vinculações com a atividade de reciclagem e com o campo ambiental, relacionam-se com variados discursos que os interpelam. Por fim, focalizou as práticas sociais (discursivas e não discursivas) utilizadas por esses sujeitos na (re)invenção de seus cotidianos e suas trajetórias de vida. A investigação foi desenvolvida através do acompanhamento *in situ* das atividades dos catadores e por meio de entrevistas semi-estruturadas. Além disso, recorreu à análise documental para a caracterização dos discursos com maior poder de interpelação junto aos catadores. No que tange aos atravessamentos entre o campo ambiental, a reciclagem e os catadores, os resultados interrogam o papel dessa intensa produção simbólica na (re)colocação social da atividade de reciclagem, assim como dos sujeitos que a animam. Sugerem que, a despeito da significativa ampliação do repertório simbólico desde o qual ambos – catador e reciclagem – vêm sendo pensados, as repercussões da incorporação do argumento ambiental para esses sujeitos, em especial sob a forma de oportunidades para reconstrução de si, ainda são pouco sensíveis. A descrição densa das práticas dos catadores, além disso, problematiza a ideia de que estas apenas se conformam às estruturas sociais preexistentes, reproduzindo-as acrítica e inconscientemente. O acompanhamento e a caracterização pormenorizada dessas práticas sublinham aquela sua dimensão criativa, inseparável da estrutura social é certo, mas não completamente determinadas por ela. As catadoras e os catadores de materiais recicláveis, através dos seus itinerários, desafiam-nos a repensar a rigidez dos lugares desde os quais oferecemos leituras acerca dos seus posicionamentos. Desafiam-nos igualmente a rever a rigidez dos lugares que resultam dessas leituras (e que de modo geral são utilizados para “aprisioná-los”). Decorre daí a necessidade, apresentada aqui como sugestão, de tornar mais fluido e móvel o lugar educativo desde o qual tanto as práticas educacionais, quanto as políticas públicas vem sendo pensadas e direcionadas a esses sujeitos.

Palavras-chave: Catadores de materiais recicláveis; campo ambiental; discurso ambiental; educação informal; reciclagem; Brasil.

ABSTRACT

This thesis focuses on the itineraries (understood as a sequence of operations that take place in time) of recyclable materials collectors members of associations and cooperatives located in southern Brazil. It is structured into three arrangements. In the first arrangement, the research geared toward the understanding of the reciprocal influences between the environmental field and recycling activity. In the second one, it geared toward the ways in which the waste collectors, from their linkages with the recycling activity and the environmental field, relate to various discourses that interpellate them. Finally, it focused on the social practices (discursive and non-discursive) used by these subjects in the (re) invention of their everyday life and their life path. The research was developed through the in situ monitoring of the waste pickers activities and through semi-structured interviews. Furthermore, it was resorted to documentary analysis to characterize the discourses with greater power of interpellation with the waste collectors. With regard to the crossings between the environmental field, recycling and waste collectors, the results interrogate the role of this intense symbolic production in the (re) placement of social recycling activity, as well as the subjects that animate it. It is suggested that despite the significant expansion of the symbolic repertoire from which both collector and recycling have being designed, the effects of the incorporation of the environmental argument for these subjects, particularly in the form of opportunities to rebuild themselves, are still poorly sensitive. The thick description of the practices of collectors also questions the idea that they just conform to existing social structures, reproducing them uncritically and unconsciously. The monitoring and detailed characterization of these practices emphasize its creative dimension, certainly inseparable from the social structure, but not completely determined by it. The women and men collectors of recyclable materials through their itineraries, challenge us to rethink the stiffness of the places from which we offer readings about their positionings. They also challenge us to revise the rigidity of the places that result from these readings (and they are generally used to "capture them"). Hence the need, presented here as a suggestion, to make it more fluid and movable the education place from which both educational practices and public policy have been designed and targeted to those subjects.

Keywords: collector of recyclable material; environmental field; environmental discourse, informal education, recycling, Brazil.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Transitoriedade	14
Catação	21
Sincronia	34
Cores	71
Visibilidades	85
Cacos	95
Discursos	107
Encontros	127
Trocas	161
Itinerários	180

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dados de identificação (textos 1 a 7).....	188
Quadro 2 - Dados de identificação (textos 8 a 14).....	189
Quadro 3 - Instâncias enunciativas (textos 1 a 5).....	190
Quadro 4 - Instâncias enunciativas (textos 6 a 8).....	191
Quadro 5 - Instâncias enunciativas (textos 9 a 14).....	192
Quadro 6 - Discursos sobre a reciclagem e sobre o catador (textos 1 a 4).....	193
Quadro 7 - Discursos sobre a reciclagem e sobre o catador (textos 5 a 9).....	194
Quadro 8 - Discursos sobre a reciclagem e sobre o catador (textos 10 a 14).....	195
Quadro 9 - Atravessamentos com o campo ambiental (textos 1 a 8).....	196
Quadro 10 – Atravessamentos com o campo ambiental (textos 9 a 14).....	197

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

AGAPAN - Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
ALCA – rea de Livre Comércio das Américas
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econmico e Social
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
CEF - Caixa Econmica Federal
CIISC - Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis
COMUSA - Companhia Municipal de Serviços de água e Esgoto de Novo Hamburgo
COMUR - Companhia Municipal de Urbanismo de Novo Hamburgo
CRAS - Centros de Referência de Assistência Social
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
DES - Diretoria de Economia Solidária de Novo Hamburgo
DLP – Divisão de Limpeza Pública
DMLU – Departamento Municipal de Limpeza Urbana
FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social
MCidades – Ministério das Cidades
MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia
Mdic – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MDS - Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate  Fome
MEC – Ministério da Educação e do Desporto
METROPLAN - Fundação Estadual de Planejamento Urbano e Regional
MF – Ministério da Fazenda
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de
MS – Ministério da Saúde
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
ONU – Organização das Nações Unidas
PNRS – Política Nacional dos Resíduos Sólidos
PT – Partido dos Trabalhadores
PUC-RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PR – Paraná
RS – Rio Grande do Sul
SC – Santa Catarina
SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEDH - Secretaria Especial dos Direitos Humanos
SEMAM - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Novo Hamburgo
SMAM - Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre
SMIC - Secretaria Municipal da Indústria e Comércio
SDS - Secretaria de Desenvolvimento Social de Novo Hamburgo
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. NO LIMIAR DO EU O ENCONTRO COM O OUTRO	22
1.1. A escolha do tema: mais motivações e justificativas.....	24
1.2. Das disputas simbólicas em torno do nome da profissão: “catadores”, “recicladores” ou “agentes “ambientais”?”.....	28
2. ITINERÁRIO DE PESQUISA	35
2.1. Arranjos da investigação.....	36
2.2. Pesquisa qualitativa e cultura.....	40
2.3. Delimitação do corpus empírico.....	43
2.3.1. <u>Do direcionamento do trabalho investigativo a coletivos de catadores</u>	44
2.3.2. <u>Da passagem pela Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta</u>	46
2.3.3. <u>Do encontro com o Projeto Catavida</u>	48
2.4. Dos procedimentos adotados em campo.....	53
2.4.1. <u>Da aproximação aos grupos e da observação <i>in situ</i>: limites de uma atuação não participante</u>	53
2.4.2. <u>Das entrevistas e conversas construídas em trânsito: um convite ao deslocamento</u>	61
2.4.3. <u>Da opção pela informalidade das trocas durante o acompanhamento da “experiência do nós”</u>	65
2.4.4. <u>Da análise documental</u>	68
3. A NOÇÃO DE CAMPO AMBIENTAL E OS PROCESSOS DE AMBIENTALIZAÇÃO	72
3.1. Os campos sociais.....	73
3.2. O campo ambiental.....	76
3.3. Os processos de ambientalização.....	80
4. EMERGÊNCIA E CONSOLIDAÇÃO DO CAMPO AMBIENTAL	86
4.1. Horizonte histórico abrangente: influências românticas e iluministas.....	86
4.2. Ambiente político-cultural: ecologismo e contracultura.....	91
5. AMBIENTALIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS: CASO PARTICULAR DO POSSÍVEL	96
5.1. Evolução da gestão pública dos resíduos sólidos em Porto Alegre.....	97
5.2. Reciclagem de resíduos sólidos em Porto Alegre: panorama atual.....	102

6. DISCURSOS SOBRE O CATADOR E SOBRE A RECICLAGEM.....	108
6.1. A noção de discurso.....	109
6.2. O catador de materiais recicláveis e a reciclagem na perspectiva ambiental-social-religiosa.....	115
6.3. O catador de materiais recicláveis e a reciclagem na perspectiva do MNCR.....	120
7. ITINERÁRIOS, TOMADAS DE POSIÇÃO E TÁTICAS DE CATADORES.....	128
7.1. Da opção pela catação e sua reconstrução como trabalho digno.....	129
7.2. Desencontros com o campo ambiental.....	139
7.3. Dos tempos e espaços: táticas construídas em trânsito.....	150
8. REFLEXÕES ACERCA DO LUGAR EDUCATIVO: APRENDIZADOS CONSTRUÍDOS EM TRÂNSITO.....	162
8.1. Dimensão formativa instituída nas relações de trabalho.....	164
8.2. Dimensão formativa instituída pelo Curso de capacitação para o trabalho..	168
8.3. Dimensão formativa instituída pela articulação política.....	172
REFERÊNCIAS	181
APÊNDICES.....	187
APÊNDICE A – Dados de identificação dos textos analisados.....	188
APÊNDICE B – Instâncias enunciativas dos textos analisados.....	190
APÊNDICE C – Discursos sobre a reciclagem e sobre o catador nos textos analisados.....	193
APÊNDICE D – Atravessamentos com o campo ambiental nos textos analisados.....	196
APÊNDICE E – Termos de consentimento.....	198
ANEXOS.....	199
ANEXO A - “A luta do Catador de Materiais Recicláveis”.....	200
ANEXO B - “A Carta de Caxias do Sul”.....	201
ANEXO C - “Catador é profissão, catador não tem patrão!”.....	202
ANEXO D - “Queremos ser pagos pelos serviços prestados!”.....	203
ANEXO E - “Organizar a categoria primeiro”.....	204
ANEXO F - “Rede de catadores ganha força na América Latina”.....	205
ANEXO G - “O MNCR e a luta por uma reciclagem popular”.....	206
ANEXO H - “Nota de esclarecimento sobre manifesto com uso indevido do nome do MNCR no RJ”.....	207
ANEXO I - “Por que MNCR?”.....	208
ANEXO J - “Discurso oficial de apresentação do Projeto Catavida”.....	210
ANEXO K - “Intervenção da coordenadora do Projeto Catavida durante o II Seminário de Resíduos Sólidos”.....	211
ANEXO L - “Hino do Catador”.....	212
ANEXO M - “Carroças em Porto Alegre, um símbolo”.....	213
ANEXO N - “Queremos Porto Alegre com Coleta Seletiva Solidária, não queimem nosso futuro!!!”.....	215



Transitoriedade, julho de 2012.
Foto: Cassiano P. Lisboa

INTRODUÇÃO

A emergência do *ambiental* como discurso e como campo social engajado em disputas simbólicas é um fenômeno histórico recente. De uma parte, inscreve-se no contexto de desenvolvimento tecnológico e científico, ao mesmo tempo causa e possibilidade de diagnóstico dos problemas de saúde e ecológicos resultantes das atividades humanas; de outra, dá-se atrelada aos movimentos de contracultura das décadas de 1960 e 1970, às lutas do movimento ecológico, à consequente ampliação do debate acerca dos limites do modelo capitalista de desenvolvimento, à redemocratização do país e à redefinição da esfera pública mediante a entrada em cena de novos movimentos sociais e de novas pautas de reivindicação. Trata-se de um processo complexo que não se restringe à (nem se permite apreender em) uma sequência linear (com sentido crescente) de acontecimentos; pelo contrário, compreende um conjunto de avanços e de recuos, de ações e de reações, de conflitos e de redirecionamentos.

Inscrita no desenrolar desses processos e de modo especial aos debates acerca da gestão pública dos resíduos, temos, ainda mais recente, a emergência e consolidação de uma cadeia produtiva organizada em torno da reciclagem dos resíduos sólidos urbanos. Disposta de formas distintas nos diferentes países e regiões, a trama de relações sociais que sustentam e significam o trabalho de reciclagem, numa das pontas da cadeia, e a coleta, a triagem, o beneficiamento e a comercialização dos materiais recicláveis, na outra, inscreve-se no campo ambiental e o redefine de formas específicas. No Brasil, por exemplo, especula-se que o contingente de catadores e catadoras de materiais recicláveis seja de cerca de um milhão de pessoas (BRASIL, 2010).

As mulheres e os homens que traçam seus itinerários na reciclagem e cotidianamente constroem seus meios de subsistência através da catação nas ruas dos centros urbanos, ou que se dedicam à triagem em coletivos de trabalho, sobrevivem em condições adversas. Experimentam, em maior ou menor medida, restrições de acesso a serviços essenciais básicos, tais como saneamento, segurança, saúde e educação, condições precárias e/ou insalubres de trabalho e moradia, falta de estímulo à inserção política, variações significativas em seus baixos rendimentos e dificuldades para se libertarem das relações de dependência que estabelecem com atravessadores ou com entidades assistenciais (ESTUDO, 2009; FISCHER; STEPHANOU; MEYER, 2010).

Interpelados por uma pluralidade de discursos nos quais eles mesmos e a atividade que desempenham são ditos, essas mulheres e esses homens ainda não obtêm um retorno significativo das recentes oportunidades (e exigências) de reposicionamentos (físicos e simbólicos) inauguradas pela generalização e difusão (em nível local e mundial) do debate ecológico. Ainda figuram, pois, como vítimas do preconceito social quanto à atividade que desempenham e da desatenção por parte do poder público.

Cada vez mais coagidos e menos envolvidos pelos amplos enquadramentos sociais existentes, resta a esses homens e mulheres a astúcia no relacionamento com eles. Apesar (ou em função) das dificuldades, constroem formas próprias de sociabilidade, apropriam-se dos enunciados que os interpelam, aderindo ou resistindo a eles, na resignificação de suas relações com a sociedade, com a atividade que desempenham e consigo mesmos. Enunciam através dos seus itinerários os limites e as contradições de um modelo de sociedade baseado no consumo e no descarte, não apenas de objetos, mas também de relações, de pessoas, de horizontes. Reconstroem cotidianamente suas identidades através das sobras e nos interstícios da sociedade, desde um “entre lugares” que é o estar “em trânsito”.

Uma trama complexa de atravessamentos nos desafia a repensar a rigidez dos lugares desde os quais oferecemos leituras acerca dos seus posicionamentos e nos convida ao aprofundamento da reflexão sociológica e da atenção educativa com vistas à construção de quadros mais justos e ecologicamente viáveis.

Esta tese se inscreve nesse quadro e se dispõe ao deslocamento por ele sugerido. Resultado de um conjunto de vivências com catadoras e com catadores de materiais recicláveis integrantes de associações e cooperativas localizadas na região sul do Brasil, focaliza suas práticas sociais (discursivas e não discursivas) sob o prisma da reinvenção cotidiana de itinerários. A referência a itinerários, nesse contexto, alude a um conjunto de operações que se sucedem no tempo (em intervalos amplos, como aqueles preenchidos por uma vida inteira, e em intervalos estritos, como os que separam um dia do outro ou a hora do almoço da hora do intervalo para o café), através das quais seus sujeitos ora conformam-se aos enquadramentos sociais existentes, ora resistem a eles.

Alude, além disso, a um constante movimento “entre lugares” (físicos e simbólicos), a idas e vindas, a fluxos, a mobilidades, enfim, a vidas que se fazem em trânsito.

Tem como objetivo, entre outros, compreender como esses sujeitos (as catadoras e os catadores), ao se inscreverem em um campo que os antecede e ultrapassa, relacionam-se com um conjunto heterogêneo de enunciados nos quais a atividade que desempenham e eles mesmos são ditos. De modo análogo, mas no sentido inverso, almeja ponderar as contribuições do campo ambiental aos sujeitos, tomadas sob a forma de oportunidades para a recolocação social e para a reformulação de si. Por fim, o acompanhamento itinerante e a descrição densa das práticas dos catadores problematiza a ideia de que estas apenas se conformam às estruturas sociais preexistentes, reproduzindo-as acrítica e inconscientemente, e sublinham aquela sua dimensão criativa, inseparável da estrutura social é certo, mas não completamente determinadas por ela.

O resultado deste processo, ele mesmo caracterizado como um itinerário, encontra-se organizado da seguinte maneira. No primeiro capítulo, intitulado “No limiar do eu o encontro com o outro”, apresento alguns dos motivos e dos caminhos que me levaram ao encontro com o tema da reciclagem e, a partir dele, efetivamente com as catadoras e com os catadores de materiais recicláveis. Explicito e procuro justificar, além disso, algumas outras escolhas feitas, entre elas a opção pela utilização da designação “catador/catadora” para me referir aos sujeitos com os quais interagi ao invés de outras disponíveis no campo de disputas simbólicas organizado em torno da atividade de reciclagem.

No capítulo “Itinerários de pesquisa”, cujo nome fornece as indicações necessárias para se intuir seu conteúdo, apresento e detalho os caminhos efetivamente percorridos. Discuto os diferentes arranjos e objetivos assumidos pela investigação ao longo do tempo, teço considerações de ordem teórico-metodológicas e pormenorizo os procedimentos adotados em campo, desde a delimitação do corpus empírico até as diferentes abordagens utilizadas para o acompanhamento das atividades dos coletivos de catadores com os quais me encontrei. Num plano geral, que inclui não apenas o conteúdo dos capítulos, mas também sua sequência e a forma com que se encontram

articulados, o objetivo deste é fornecer ao leitor um mapa ou, seguindo de perto Certeau (2008), uma paisagem da pesquisa.

No terceiro capítulo, “A noção de campo ambiental e os processos de ambientalização”, inicio o delineamento de um quadro teórico a partir do qual as questões postas no capítulo anterior possam começar a ser ponderadas. Explicito e discuto os significados assumidos por algumas noções que constituem chaves à construção e ao tratamento do objeto de pesquisa, entre as quais se destacam as de *campo social*, de *campo ambiental* e de *processos de ambientalização*. Em particular, a análise da estrutura do campo ambiental e da recente ampliação de sua interface com outros campos sociais, almeja contribuir à compreensão dos itinerários dos catadores e das catadoras de materiais recicláveis em relação a este, bem como à avaliação das interferências recíprocas entre uns e outros.

Dando sequência à argumentação e ao delineamento do quadro teórico iniciado no capítulo anterior, aprofundo, no quarto capítulo, “Emergência e consolidação do campo ambiental”, a discussão acerca das condições de emergência e consolidação de um campo social específico articulado em torno da produção e reprodução da crença na natureza como uma bem. Reporto-me, a partir das obras de Carvalho (2001; 2005) e Pádua (2005; 2007), à uma matriz de *longa duração* na qual se inscreve e da qual também é tributário, e ao ambiente político-cultural no qual surge e se desenvolve como fenômeno social objetivo. Em conjunto com o capítulo anterior, este tem como objetivo principal potencializar a reflexão acerca das recentes oportunidades e exigências de reposicionamentos (físicos e simbólicos) frente às quais se deparam os catadores de materiais recicláveis pela generalização e difusão do debate ecológico, assim como acerca do questionamento da ideia de que a constituição do campo ambiental necessariamente instaura uma ruptura nas formas vigentes de pensar e interagir com o mundo.

No capítulo “Ambientalização da gestão pública dos resíduos sólidos: caso particular do possível”, tomando a evolução da gestão pública dos resíduos sólidos urbanos em Porto Alegre como caso particular do possível, discuto algumas das contradições inerentes ao campo ambiental manifestas no desnível existente entre os discursos publicados e os aparatos aos quais se referem. Além disso, procuro ponderar os efeitos dessas contradições e desse desnível para as catadoras e os catadores de materiais recicláveis. A análise apresentada objetiva, portanto, sublinhar o movimento complexo mediante o qual a emergência e consolidação do campo ambiental, ao mesmo

tempo em que inaugura possibilidades e instaura arranjos inéditos, contribui (a contrapelo dos ideais que o animam) à perpetuação, sob nova roupagem, do quadro de pobreza e de precariedade das condições de trabalho no qual se encontram inscritos os atuais catadores de materiais recicláveis, num plano geral, e os sujeitos desta pesquisa, em particular.

Abrindo a discussão acerca das relações das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis com diferentes discursos que atravessam o campo ambiental e que os interpelam, no sexto capítulo, intitulado “Discursos sobre o catador e sobre a reciclagem”, delimito os significados que a noção de discurso assume no escopo desta tese e caracterizo os principais discursos com poder de interpelação junto aos sujeitos que acompanhei durante a pesquisa. Para a caracterização dos discursos, três foram os referentes considerados: as instâncias enunciativas; a construção dos sujeitos catadores e de sua atividade; e a apropriação do argumento ambiental.

No capítulo “Itinerários, tomadas de posição e táticas de catadores”, focalizo os itinerários (entendidos como sequências de operações que se sucedem no tempo) de catadoras e de catadores de materiais recicláveis, e pondero o quanto de conformidade (reprodução) e o quanto de desconformidade (criação) aos sistemas com os quais se relacionam expressam suas práticas sociais (discursivas e não discursivas). Para tanto, descrevo e analiso operações das catadoras e dos catadores que acompanhei em três âmbitos distintos: a) as relações que mantêm com os discursos que os interpelam; b) as relações que mantêm com o campo ambiental; e c) as relações que mantêm com os tempos e os espaços coletivos.

Com o intuito de refletir acerca das contribuições do itinerário de pesquisa para o campo da educação, no oitavo capítulo, “Reflexões acerca do *lugar educativo*: aprendizados construídos em trânsito”, analiso três instâncias formativas vivenciadas pelas catadoras e pelos catadores integrantes dos coletivos articulados pelo Projeto Catavida (Novo Hamburgo, RS): a instituída por suas relações de trabalho, a instituída por um Curso de Capacitação e a instituída pela articulação política dos catadores. Aponto, ao final e a partir das pistas colhidas em cada uma dessas instâncias, caminhos possíveis para a construção de práticas e políticas públicas educacionais voltadas a esses sujeitos.

Integram ainda o corpo desta tese um conjunto de imagens que faz as vezes de um texto, não necessariamente complementar ao texto produzido com palavras,

tampouco ilustrativo do que é dito nele. Seu objetivo, inspirado em Brandão (2005)¹, é criar, para além da objetiva competência informativa, uma linguagem etnográfica, um plano de fala que diz a seu modo o mesmo, ou outra coisa. As fotografias que o compõem foram todas produzidas durante as atividades de campo, a maior parte delas ao longo dos itinerários cotidianos das catadoras e catadores que acompanhei. Trata-se de um convite, singelo e inicial, ao deslocamento.

¹ “Mais do que colocar imagens em meus escritos, quero colocar-me *para a e diante da* imaginação das imagens, desde os primeiros momentos da pesquisa de campo. Não quero tomar fotos pensando no lugar e na utilidade delas em um texto futuro. Quero obter, extrair, compor imagens de uma realidade dada aos meus olhos e à minha imaginação, mais do que às minhas ideias ou teorias sobre o tema da minha pesquisa.” (BRANDÃO, 2005, p.176)



Catão, agosto de 2012.
Foto: Cassiano P. Lisboa

1. NO LIMIAR DO EU, O ENCONTRO COM O OUTRO.

Limites imprecisos, insuficientemente conhecidos porque não experimentados, separam-nos de nós mesmos preservando aquele Eu mais familiar em detrimento de outros possíveis. É nos limiares do Eu, domínio do Outro, que aquilo que definitivamente não somos mais se parece conosco, mais se nos apresenta como possível (possibilidade radical é certo) e, por isso, mais nos confronta. Limites que balizam a construção de nossas identidades e orientam o trânsito que caracteriza nossos itinerários. Nas margens do que sou residem outros tantos eu possíveis aguardando apenas um passo maior que os anteriores, um cambaleio, um desequilíbrio, uma guinada, enfim, para passarem de outros a um mesmo, desde já distinto do mesmo a partir do qual eles todos foram definidos como outros.

Provocado a encontrar em mim, mais precisamente em minha trajetória, motivos plausíveis para justificar a escolha do catador de materiais recicláveis como sujeito de minhas atenções durante a pesquisa de doutorado, confesso que somente agora a figura desse outro, simultaneamente tão próximo e tão distante, reveste-se de significados existenciais profundos, para além daqueles mais evidentes que permitem justificar a construção do objeto em termos de afinidade temática ou de vinculações teórico-metodológicas ao longo de meu percurso formativo. Talvez justamente por isto – pelo reconhecimento tardio da parcela desse outro em mim – tanto eu tenha resistido, quando de meu ingresso no mestrado e reingresso no doutorado, a um engajamento efetivo e sistemático nesse campo de pesquisa que era também um dos principais campos de atuação de meu orientador.

Durante o mestrado, por exemplo, trabalhei com migrantes: mulheres e homens provenientes do interior do estado e que, após um itinerário mais ou menos entrecortado, fixaram residência na periferia do município de Esteio. Reavaliada à luz do presente, essa experiência guarda estreito vínculo com o objeto que por hora tomo como centro de minhas atenções: a migração como experiência fundante e compartilhada pelos sujeitos, a periferia urbana como simultaneamente resultado e lócus das sociabilidades nas quais se constituem sujeitos e desde as quais se projetam em direção a novos horizontes e a inserção informal e precarizada no mundo do trabalho como consequência quase inevitável de suas jornadas. No momento de sua construção, contudo, parecia-me um empreendimento singular e por isso desviante no conjunto

(heterogêneo, é certo) de investigações orientadas pelo Professor Nilton Bueno Fischer. As relações entre meu tema de pesquisa e os temas das investigações de meus colegas, bem como as relações destes e daquele comigo mesmo (enquanto sujeito em formação), não se me apresentavam nítidas o suficiente para que pudesse compreender e justificar sua escolha em outros termos que não aqueles relacionados ao capital acumulado durante o curso de graduação em Ciências Biológicas e durante o tempo em que atuei como professor de Ciências e Biologia, da rede pública estadual no município de Esteio.

A opção pelos catadores e pela reciclagem como tema de pesquisa quando da construção do anteprojeto de doutorado, portanto, não foi óbvia, muito menos fácil; pelo contrário, foi precedida e acompanhada por dúvidas intensas e por um sentimento de *invasão do terreno alheio*. Eu, que à época da seleção trabalhava havia poucos meses com essa temática, concorri a uma das vagas oferecidas pelo professor Nilton, disputando-a com colegas com consolidada e larga experiência na área. Em face dessas circunstâncias, a escolha se configurava como um claro desvio em minha trajetória acadêmica e formativa, exigindo-me transpor (ao menos em parte) uma certa familiaridade decorrente de meus empenhos anteriores para adentrar um campo colonizado e (até certo ponto) desconhecido. Nessa interpretação, baseei-me até pouco tempo atrás.

Desta feita, se não é possível afirmar que a busca pela compreensão do outro se apresentou desde o início e claramente como um movimento (mais ou menos consciente e intencional) de ampliação do Eu (haja vista a dúvida e a resistência interposta a ela), também não se pode afirmar que em nenhum momento o tenha sido. Dito de outro modo, o reconhecimento tardio dos pontos em comum entre as duas experiências (aquela vivenciada no mestrado e esta do doutorado), decorrência esperada do desenrolar do próprio processo de pesquisa, por si só, não elimina a possibilidade de ponderar acerca da existência de indagações existenciais ignoradas na base das escolhas feitas. Afinal, conforme nos indica Melucci (2004, p.128), “encontrar o outro sempre implica a perda de alguma coisa de nós mesmos e de nossa unicidade para entrar num terreno desconhecido, para descobrir o que nos falta”.

Aos olhos de hoje, os migrantes com os quais trabalhei durante o mestrado e os catadores com os quais venho interagindo quase se confundem: compartilham em maior ou menor grau as experiências fundantes da migração (que nem sempre pode ser pensada em termos de “desenraizamento”), da contínua e necessária (porque inevitável) reconstrução de lugares (físicos e simbólicos) e da restrição de acesso a determinados

serviços e bens de consumo. São sujeitos que se constroem no trânsito e para o trânsito, sujeitos aos quais, na inexistência de um lugar próprio desde o qual possam gerenciar suas relações com uma exterioridade distinta (CERTEAU, 2008), resta encontrar ou reinventar, a cada instante, formas próprias de sobrevivência. Por contraditório que possa parecer, eu, que jamais me desvinculei de forma radical de minha terra natal para empreender algum tipo de jornada física entre lugares, mantenho essas duas figuras – a do migrante e a do andarilho urbano – como horizontes constitutivos daquilo que também sou (ou poderia ser). Fascinam-me e me intrigam (por que me confrontam?) essas duas imagens. Talvez daí o interesse pela vida e pelas sociabilidades que se gestam nos interstícios do social, constituindo-o e imprimindo-lhe sua marca. Talvez. Outros fatores, contudo, contribuíram também para a formalização desta escolha.

1.1. A escolha do tema: mais motivações e justificativas

A opção por investigar a trama de relações na base e em torno do trabalho de coleta, triagem e comercialização de materiais recicláveis, encontra-se estreitamente vinculada a minha participação no projeto de pesquisa intitulado “*Estudo do Perfil Sócio Educacional da População de Catadores de Materiais Recicláveis Organizados em Cooperativas, Associações e Grupos de Trabalho*” (ESTUDO, 2009; FISCHER; STEPHANOU; MEYER, 2010). Fruto de uma encomenda da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação e Cultura (MEC), desenvolvido entre os anos de 2008 e 2010², o estudo objetivou traçar um perfil sociocultural e educacional do catador de materiais recicláveis na região sul do país por meio de exemplos de trajetórias de vida e trabalho.

Dessa aproximação prévia e significativa com o campo decorrem algumas das perplexidades e questionamentos motivadores da tese. Por exemplo, em que medida a discursividade ambiental possibilita aos sujeitos atuantes na cadeia produtiva da reciclagem, em especial aos catadores, a significação da experiência social limítrofe de passar a viver do – e em alguns casos também no – lixo, isto é, de eles mesmos se perceberem como resíduos, ocupantes não do último lugar que lhes restava, mas destituídos inclusive desta possibilidade, admitindo-se a existência de um processo

² O projeto desenvolveu-se sob a coordenação dos professores Nilton Bueno Fischer e Dagmar Elisabeth Estermann Meyer (outubro de 2008 a julho de 2009) e, posteriormente, das professoras Maria Stephanou e Dagmar Elisabeth Estermann Meyer (julho de 2009 a maio de 2010). Integraram a equipe de pesquisa, além de mim, Leandro Rogério Pinheiro, Márcio Freitas do Amaral e Tiago de Mello Carginin.

histórico e social mediante o qual o lixo vem sendo construído como *algo sem lugar* no tecido social? E em que medida essa mesma discursividade, no seio da qual a reciclagem de resíduos sólidos é afirmada como solução livre de contradições, não acaba por permitir – e, talvez mais, potencializar – o desenvolvimento de um sistema produtivo e social baseado no consumo e no descarte (entendidos aqui num sentido suficientemente amplo para abarcar também os próprios humanos)? Considerando as precárias condições de trabalho identificadas junto aos coletivos de trabalho visitados e consultados durante a realização do referido estudo, bem como as singulares trajetórias de vida dos catadores e catadoras com os quais dialogamos, em quais termos é possível recolocar a discussão acerca da inclusão socioeducacional desses sujeitos? Passará a revisão crítica das formas de pensar esses indivíduos e grupos, formas estas que, em alguma medida, modulam as políticas públicas destinadas a atender suas supostas demandas, pela compreensão dos modos através das quais significam suas trajetórias à luz dos elementos disponíveis no presente e em direção a projetos vivos de futuro?

Além das vivências e dos aprendizados construídos durante os dois anos de diagnóstico na região sul do Brasil, convém reconhecer e reafirmar, também aqui, a influência de minha pesquisa de mestrado (LISBOA, 2007), se não sobre a escolha do tema, ao menos sobre o desenho geral da investigação. Conforme mencionado, durante o mestrado trabalhei com migrantes radicados na periferia do município de Esteio. A pesquisa, desenvolvida sob a orientação do Professor Nilton Bueno Fischer, buscou compreender como esses sujeitos significaram suas relações com os diferentes lugares por onde passaram ao longo de seus itinerários de vida, transformando-os de *não lugares* em *lugares para si e para os outros*. Para tanto, fundamentou-se em reminiscências narradas durante encontros coletivos (grupo de rememoração) e individuais (pesquisador-pesquisado).

O recurso às narrativas dos catadores e a centralidade dos seus itinerários no delineamento do trabalho de pesquisa, entre outras coisas, decorrem dessa experiência prévia com os migrantes. Ademais, respeitadas as diferenças entre as duas investigações, há entre uma e outra pontos em comum suficientes para que se possa reconhecer nesta a atualização de elementos daquela: primeiramente (conforme já mencionado), a *migração* como experiência compartilhada por significativo contingente dos sujeitos envolvidos; em segundo lugar, a *periferia urbana* como espaço de vida e lócus de boa parte das ações que animam o campo observado; e, finalmente, *as memórias* individuais e coletivas como horizonte onde se entrecruzam passado, presente

e futuro e no qual se pode buscar indícios dos câmbios operados em um processo formativo amplo de reconstrução de si e do mundo.

No que tange à abordagem do problema, ainda, o esforço empreendido a fim de ampliar a compreensão acerca dos movimentos mediante os quais um *campo ambiental* vem sendo formulado e reformulado, de modo especial em suas vinculações com a gestão dos resíduos sólidos urbanos, pode ser justificado em função da relativa carência de estudos que o tomam como “objeto” ou que reconstroem de forma mais abrangente o conjunto das relações sociais nas quais se insere e com as quais estabelece relações de interação e/ou conflito.

Em publicações que analisam o estado da arte da pesquisa em educação em seus entrelaçamentos com a temática ambiental (FISCHER, 2009; CARVALHO, TOMAZELLO, OLIVEIRA, 2009) é possível perceber que ainda são poucas no Brasil as dissertações e teses que vinculam ao estudo dos seus objetos um projeto mais amplo de *pesquisa sociológica*. De um modo geral, as investigações acabam se restringindo à superfície fenomênica das “realidades” sociais; ou então, munidas com as ferramentas (conceitos e categorias) características do campo da Educação Ambiental, encontram dificuldades para a análise dos dados construídos, bem como para a produção de reflexões inovadoras (FISCHER, 2009). Em ambos os casos, os resultados produzidos ainda se revelam limitados à compreensão/apreensão da complexidade dos conflitos e problemas ambientais que nos desafiam contemporaneamente.

Por fim, convém ressaltar que a investigação desta tese, ao tomar como tema os itinerários dos catadores pela atividade de reciclagem e pelo campo ambiental, não o faz alheio ao alerta de Pierre Bourdieu (2007) para quem “a ciência social está sempre exposta a receber do mundo social que ela estuda os *problemas* que levanta a respeito dele (BOURDIEU, 2007, p.35). Especificamente no que se refere aos discursos que vinculam o tratamento dos resíduos sólidos urbanos (coleta, triagem e comercialização) à noção de inclusão social “ecologicamente adequada”, não se pode deixar de reconhecer certo nível de *legitimidade* e, mais, de *oficialidade* alcançado nas últimas décadas. Em alguma medida, o próprio fato da pesquisa que antecede e influencia o desenvolvimento desta tese ter-se viabilizado mediante uma encomenda do Ministério da Educação (MEC) e de ser referida como “política pública” e “ação estruturante de apoio aos catadores” no recém publicado Diagnóstico sobre Catadores de Resíduos Sólidos elaborado pelo IPEA (IPEA, 2012) não evidencia outra coisa senão a *legitimação* social (e, neste caso, também *oficial*) do objeto de pesquisa que tomo como

referência e centro de minhas atenções. De modo análogo, a própria estrutura governamental de fomento à pesquisa com catadores, articulada mediante a constituição de um comitê interministerial³ responsável pela condução dos debates e pelo encaminhamento - cientificamente fundamentado - das demandas e anseios do setor ao legislativo, apresenta-se como indício desse estatuto.

Por outro lado, na esteira ainda das considerações tecidas por Bourdieu (2007), a construção metodológica empreendida pode ser lida, ao mesmo tempo em que pretende possibilitar leituras nesta direção, como ensaio de uma *história social*⁴ desse problema, especificamente quando, ao tomar a noção de *campo ambiental* e de *processo de ambientalização*, intenta “mapear” as movimentações de um campo social em se fazendo, entrelaçadamente ao desenvolvimento da atividade de reciclagem propriamente dita. Entendida assim, à entrada de contrabando da problemática aqui tratada no campo da pesquisa em Educação corresponde um esforço de “problematização” do seu desenvolvimento ao longo do tempo com vistas à, em certo grau, “desnaturalizar” sua legitimidade como objeto de pesquisa. Na mesma direção, pode-se também referir como contribuição da pesquisa a avaliação crítica dos próprios instrumentos e categorias adotados à compreensão dos problemas considerados e, de modo mais específico, para o avanço (no sentido de um conhecimento que se faz não apenas por acréscimos sobre um corpo pré-constituído, mas também por rupturas e redirecionamentos) do conhecimento educacional em seus entrelaçamentos com o assim chamado ambiental.

³ Criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, O Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis (CIISC) apresenta-se como instância deliberativa e de acompanhamento da execução de políticas públicas destinadas ao setor, tais como a Coleta Seletiva Solidária (prevista no Decreto 5.940 de 2006). Integram-no representantes dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), das Cidades (MCidades), do Meio Ambiente (MMA), do Trabalho e Emprego (MTE), da Ciência e Tecnologia (MCT), do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), da Fazenda (MF), da Educação (MEC) e da Saúde (MS), além da Casa Civil, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), da Caixa Econômica Federal (CEF), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Mais informações podem ser obtidas em: <http://www.mds.gov.br/sobreministerio/orgaoscolegiados/orgaos-em-destaque/ciisc> (Acesso em 03/11/2010)

⁴ “Para não ser objecto dos problemas que se tomam para objecto, é preciso fazer a história social da *emergência* desse problemas, da sua constituição progressiva, quer dizer, do trabalho colectivo – frequentemente realizado na concorrência e na luta – o qual foi necessário para dar a conhecer e fazer reconhecer estes problemas como *problemas legítimos* [...]. Em todos os casos, descobrir-se-á que o problema, aceite como evidente [...], foi *socialmente produzido*, num trabalho colectivo de construção da realidade social.” (BOURDIEU, 2007, p.37)

1.2. Das disputas simbólicas em torno do nome da profissão: “catadores”, “recicladores” ou “agentes ambientais”?

Antes de prosseguir com a argumentação, mais especificamente com o delineamento de um quadro referencial a partir do qual a investigação é pensada e traduzida, parece-me pertinente tecer algumas considerações acerca das disputas simbólicas envolvendo tanto a designação da atividade, quanto dos sujeitos aí inscritos. Além de introduzir antecipadamente alguns elementos e tensões decorrentes e constitutivos dos atravessamentos nos quais se situam e desenvolvem a gestão dos resíduos urbanos, a organização de coletivos de trabalho e a construção de uma discursividade própria desde a incorporação de enunciados os mais diversos, o intuito principal desta digressão, ainda, é o de justificar algumas das escolhas feitas.

Como marco da discussão proposta nesta seção, tomo a seguinte colocação de Pierre Bourdieu:

A gestão dos nomes é um dos instrumentos da gestão da raridade material e o nome dos grupos – sobretudo de grupos profissionais – registram um estado das lutas e das negociações a respeito das designações oficiais e das vantagens materiais e simbólicas que lhes estão associadas. [...] O da profissão de que os agentes estão dotados, o título que se lhes dá, é uma das retribuições positivas ou negativas [...] enquanto *marca distintiva* (emblema ou estigma) que recebe o seu valor da posição que ocupa num sistema de títulos organizado hierarquicamente e que contribui por este modo para a determinação das posições relativas entre os agentes e os grupos. (BOURDIEU, 2007, p.147-148)

No decorrer do processo de pesquisa desenvolvido junto às centrais de triagem e aos poderes públicos municipais da região sul do Brasil (ESTUDO, 2009; FISCHER; STEPHANOU; MEYER, 2010), nossa equipe de pesquisa deparou-se com diferentes designações utilizadas para referir a atividade e, em especial, seus sujeitos. No que se refere à atividade laboral em si, de modo geral e predominante, esta aparece nomeada nos diferentes enunciados e discursos como “reciclagem”. Apesar das polêmicas de ordem técnica (rapidamente consideradas na sequência do texto), traduz-se o conjunto de atividades que engloba desde a coleta dos materiais recicláveis oriundos dos descartes urbanos, passando pela sua triagem, seu enfardamento e sua comercialização, até atribuições tais como o gerenciamento de unidades de triagem, a representação

política dos coletivos organizados e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental como *reciclagem*. São raros os casos onde esta etapa do tratamento dos resíduos sólidos urbanos é referida por outro nome, ou então especificada em suas diferentes instâncias. Quando isso é feito, designações mais técnicas, tais como *coleta seletiva, processamento e comercialização dos resíduos, unidades de triagem*, adquirem relevo.

Por outro lado, se há certa uniformidade no que se refere à designação da atividade, o mesmo não pode ser dito em relação à designação dos sujeitos aí inscritos. As principais discordâncias e disputas identificadas ao longo da pesquisa (ESTUDO, 2009; FISCHER; STEPHANOU; MEYER, 2010) giram em torno de três diferentes (auto)denominações: *catadores* (forma vinculada às reivindicações do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR), *recicladores* (terminologia mais frequente nos coletivos do estado do Rio Grande do Sul, em especial naqueles fracamente vinculados ao MNCR) e *agentes ambientais* (expressão utilizada por grupos no estado do Paraná, desde uma modalidade específica de relação com os poderes públicos municipais). A título de exercício reflexivo, algumas hipóteses explicativas podem ser ensaiadas.

Ao que parece, enquanto o MNCR vislumbra/experimenta, por sua articulação e posição políticas (recentemente) conquistadas junto ao governo federal, concretos benefícios⁵ no reconhecimento oficial – logo, na delimitação e fixação dele decorrentes – da designação “catador” como nome de sua ocupação, os demais sujeitos nela atuantes, especialmente aqueles e aquelas menos engajados/conformes com as reivindicações do movimento, mas não apenas estes, preferem a denominação (ao se autodenominarem) “recicladores” ou “agentes ambientais”, possivelmente pelo jogo com as indeterminações que estas possibilitam, garantindo-lhes aos olhos da sociedade maior prestígio e reconhecimento. De uma parte, almejam o estatuto emprestado à designação por um discurso de cunho *ambiental*, e de outra, almejam a possibilidade de atribuir a si um nome que engloba uma classe suficientemente ampla e variada para comportar também agentes que ocupam posições superiores as suas - em ambos os casos, trata-se do acesso e gozo a um capital simbólico preexistente. Afinal, conforme destaca Bourdieu (2007, p.148), “o título profissional ou escolar é uma espécie de regra

⁵ Seja sob a forma de privilégios legalmente garantidos por decretos e regulamentações oficiais, seja sob a forma de incentivos fiscais ou de acesso a recursos públicos e privados.

jurídica de percepção social, um ser-percebido que é garantido como um direito. É um capital simbólico institucionalizado, legal (e não apenas legítimo)”.

Ainda, no que se refere à disputa simbólica em torno da designação profissional da categoria, pode-se perceber nos atravessamentos entre a atividade de reciclagem e o campo ambiental não apenas aproximações significativas – consumadas, por exemplo, mediante a incorporação de enunciados característicos deste às pautas de reivindicação daquela - mas também distanciamentos consideráveis, ativamente empreendidos por aqueles agentes engajados na delimitação de um *espaço próprio*. Nesse sentido, a recusa do MNCR às designações *recicladores* e *agentes ambientais* – incorporações recentes de elementos oriundos dos discursos veiculados no circuito editorial inaugurado por/inaugurador de um campo ambiental e que podem ser interpretadas como manifestações do processo de ambientalização, tal como descrito por José Sérgio Leite Lopes (2006) - pode ser lida, para além de sua dimensão técnica, como uma tomada de posição que visa demarcar, pela negação, um território próprio no interior deste híbrido campo simbólico, com todos os riscos aí implicados. Dito de outro modo, ao abrir mão dos prováveis benefícios advindos de uma vinculação pública e mais direta com o campo ambiental (manifestos em termos de simpatia social, por exemplo – capital simbólico porque socialmente reconhecido), as lideranças do MNCR inauguram (mesmo quando isso não se dá intencionalmente) um distanciamento relativo frente a este, ao mesmo tempo em que delimitam um espaço próprio para si no interior do qual auferem outros tipos de benefícios.

Dando continuidade ao raciocínio, poder-se-ia ainda tensionar as interpretações acima descritas a partir do seguinte questionamento: *em que medida os coletivos diversos, em especial aqueles relegados a um plano de inexistência no seio da sociedade contemporânea, desconstroem através de seus posicionamentos as formas hegemônicas de pensá-los?*⁶ Sob essa perspectiva, assumindo como verdadeira a hipótese de que esses coletivos não se aceitam tal como produzidos pelas formas hegemônicas de pensá-los (excluídos, desiguais, inconscientes), a criação de novas designações ou, até mesmo, a assunção pública da denominação “catador”, possivelmente a de menor prestígio social entre as três identificadas ao longo da investigação (ESTUDO, 2009; FISCHER; STEPHANOU; MEYER, 2010), poderiam

⁶ Indagação apresentada por Miguel Arroyo durante a sessão especial “Movimentos sociais, diversidade e políticas educativas” na 33ª Reunião Anual de ANPED, cujo texto final não figura entre os publicados nos anais do evento (33ª Reunião Anual da ANPED, 2010).

ser interpretadas como tomadas de posição desconformes com o jogo de forças estruturante de suas (in)visibilidades sociais e necessariamente engajadas na disputa simbólica pelo poder de imposição dos instrumentos e expressões arbitrários, mais de acordo com seus interesses. Dito de outra forma, ao recusarem explicitamente determinadas designações ou, por outro lado, ao tomarem para si e exaltarem (revestindo-o de novos significados) justamente o termo de mais larga utilização no seio de um discurso que os institui como menores, os agora autointitulados “recicladores”, “agentes ambientais” ou “catadores” acabam por inverter o sentido do jogo, recolocando em questão as posições relativas ocupadas por cada um no tecido social.

Ciente, portanto, da impossibilidade de assumir uma postura neutra em relação às tensões que se apresentam (ainda que não imbuído do desejo de, deliberadamente, tomar partido por qualquer dos lados), optei, na ausência de uma definição mais adequada, pela utilização do termo *catadores* para me referir aos sujeitos, homens e mulheres, que atualmente obtêm parte significativa de sua renda com atividades individuais ou coletivas de coleta, triagem e comercialização de materiais recicláveis oriundos dos descartes urbanos, bem como de gerenciamento de unidades de triagem e representação política dos coletivos em instâncias deliberativas as mais variadas. Fundamento essa *escolha provisória* – que inaugura certo distanciamento em relação à forma como operamos em trabalhos anteriores (LISBOA *et al*, 2009; ESTUDO, 2009; FISCHER; STEPHANOU; MEYER, 2010; PINHEIRO *et al*, 2010)⁷ - em três diferentes dimensões do problema.

A primeira delas, de natureza técnica, diz respeito à maior ou menor adequação dos termos em questão como significantes de um conjunto de atividades laborais específicas. Nesse sentido, ainda que a designação *catadores* não dê conta da complexidade do trabalho desempenhado por esses sujeitos, parece-me, numa comparação direta com o termo *recicladores* e com a expressão *agentes ambientais*, a que permite melhor aproximação. Conforme consta no texto final do Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1989 (nº 203, de 1991, na Câmara dos Deputados), que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, o processo de reciclagem pressupõe

⁷ Nestes trabalhos, a exemplo do que faz Clítia Helena Backx Martins (2003; 2005), optamos por utilizar indistintamente as designações *catadores* e *recicladores* como forma de assinalar a incipiência do processo de construção da identidade ocupacional ou “profissional” desses trabalhadores.

transformações físicas, físico-químicas ou biológicas⁸ dos materiais selecionados, o que, a rigor, não ocorre na maior parte das unidades de triagem⁹. De modo análogo, a expressão *agentes ambientais*, dada a polissemia dos termos que a constituem, amplia demasiadamente as possibilidades de leitura e implica certa descaracterização (perda da especificidade) da atividade efetivamente desempenhada pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras em foco.

A segunda dimensão para essa opção é de natureza jurídica e se refere ao reconhecimento legal da atividade *catador de materiais recicláveis*, seja junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, através de sua indexação na Classificação Brasileira de Ocupações, seja mediante as reiteradas referências a ela existentes na legislação vigente que regulamenta o setor¹⁰. A utilização do termo *catador*, nesse sentido (no de unificar os pontos de partida sobre os quais se pretende construir o dissenso argumentativo), parece-me adequada, pois potencializa o livre trânsito entre os diferentes textos.

A terceira dimensão, por fim, de natureza social, diz respeito ao reconhecimento das mobilizações e disputas simbólicas através das quais a atividade vem sendo produzida ao longo das últimas décadas. Nesse ínterim, a opção pela utilização do termo *catadores* somente pode ser justificada como atitude de respeito (e não conformidade ou concordância) ao atual estado das coisas, em especial, às conquistas auferidas mediante mobilização e articulação política daqueles seus grupos mais organizados¹¹. Na impossibilidade, pois, de adotar simultaneamente as três (utilizando-as como sinônimos), opto, sem pretender com isso instaurar algum tipo de relação hierárquica entre elas, por aquela de mais larga utilização no próprio campo social inaugurado pelas mobilizações dos seus sujeitos e, particularmente, por aquela adotada pelos grupos com os quais interagi mais demoradamente durante a realização desta pesquisa. Ademais, constituir-se-ia demasiado pretensioso, ao término da investigação, almejar substituir as definições existentes por outras supostamente mais adequadas, desconsiderando assim a

⁸ “[...] reciclagem: processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos [...]” (BRASIL, 1989)

⁹ À exceção daquelas unidades de triagem nas quais ocorre algum tipo de beneficiamento dos materiais. Como exemplo deste caso, pode-se citar a unidade de triagem consultada por nossa equipe de pesquisa no município de Dois Irmãos, RS. (ESTUDO, 2009; 2010)

¹⁰ Como exemplos, pode-se citar o Decreto Lei nº 5.940 de 2006 que prevê a implementação da Coleta Seletiva Solidária, bem como a recentemente sancionada Política Nacional dos Resíduos Sólidos. Disponíveis em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm> e <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/501911.pdf>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2010.

¹¹ Entre os quais se destaca o Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis (MNCR).

possibilidade aventada acima, quando estas, justamente, expressam desconformidade com as formas hegemônicas (externas) de pensar e construir esses grupos.

Tecidas essas considerações iniciais (que serão retomadas adiante), passo, no capítulo seguinte, à explicitação do itinerário investigativo. Precisaréi o caminho efetivamente percorrido e detalharei os procedimentos adotados em campo sem ainda me ater em detalhes à discussão teórica que o sustenta. De momento, interessa-me fornecer ao leitor um mapa ou, seguindo de perto Michael de Certeau (2008), uma paisagem da pesquisa.



Sincronia, maio de 2012.
Foto: Cassiano P. Lisboa

2. ITINERÁRIO DE PESQUISA

A presente tese resulta de um conjunto de vivências com mulheres e homens catadores de materiais recicláveis. Conforme já referido, tem seu início atrelado ao projeto de pesquisa “Estudo do Perfil Socioeducacional da População de Catadores de Materiais Recicláveis Organizados em Associações, Cooperativas e Grupos de Trabalho” (FISCHER; STEPHANOU; MEYER, 2010), realizado entre 2008 e 2010 nos três estados da Região Sul, de onde colhe, além das inquietações e inspirações iniciais, parte de sua empiria. Desdobra-se, em seguida, em inserções pontuais, mais ou menos duradouras, junto a grupos de catadores da região metropolitana de Porto Alegre: primeiro junto à Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta (POA/RS), sob a forma de acompanhamento de ações e pesquisas¹² em andamento, e, posteriormente, junto a grupos de catadores articulados pelo Projeto Catavida, desenvolvido e administrado pela Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo (RS) em parceria com a cooperativa Coolabore, sediada no município de Campo Bom (RS).

Tomando como ponto de partida o panorama geral fornecido pela primeira investigação, as duas inserções seguintes visaram o aprofundamento vertical da imersão no campo, por meio do acompanhamento das atividades de cada um dos grupos, da escuta atenta dos seus sujeitos e do estabelecimento de vínculos significativos com eles e elas (vínculos estes que permitissem a realização do acompanhamento e da escuta).

Os dados aqui apresentados e analisados, portanto, foram produzidos em diferentes momentos e contextos, sob orientações metodológicas variadas e objetivos ora coincidentes, ora diversos. A coerência, se há alguma, foi buscada a *posteriori*, numa espécie de leitura articuladora desse conjunto heterogêneo e temporalmente descontínuo de experiências e na tentativa de compreensão das opacidades e questões nebulosas mais evidentes, através das inserções participantes mencionadas acima. E nisso o itinerário investigativo, de certa forma, assemelha-se às trajetórias de vida e trabalho das catadoras e dos catadores sujeitos da pesquisa: itinerários que não se fazem na ausência de um horizonte almejado, mas que operam frente à necessidade constante de rearranjos e redirecionamentos; trajetórias de vida e trabalho cujas coerências são continuamente (re)construídas, mais em suas narrativas do que em seus

¹² Coordenadas pelo Professor Nilton Bueno Fischer até julho de 2009.

posicionamentos. Espero que o leitor compreenda a natureza desse arranjo e aceite, quando possível, o convite ao deslocamento que ele propõe. Desde esse “entre lugares”, portanto, passo ao detalhamento do itinerário investigativo e das considerações metodológicas concernentes a esta pesquisa.

2.1. Arranjos da investigação

Inicialmente configurado para acompanhar os movimentos do campo ambiental em seus entrelaçamentos com a atividade de reciclagem no município de Porto Alegre, admitida aí a existência de um processo de “ambientalização dos conflitos sociais”, tal como descrito por Lopes (2006), o projeto de pesquisa, ao longo do desenvolvimento da investigação, precisou ter seu foco de análise alterado. Em um primeiro momento, devido à abrangência mesma de seu objeto: ainda que remetesse a sujeitos, grupos e tramas sociais específicos, as referências a um *campo ambiental*, a uma *atividade de reciclagem* e a um *processo de ambientalização*, por si só, não permitiam delimitar a contento o corpus empírico da investigação. Dito de outro modo, à compreensão da “entrada em cena” do ambiental, como discurso e universo simbólico, no contexto do trabalho organizado em torno do lixo no município de Porto Alegre, faltava agregar, com certo destaque, informações acerca dos modos particulares mediante os quais seus sujeitos experimentavam esse processo.

Deriva daí, pois, a opção por focalizar as relações entre o *campo ambiental* e os catadores e de buscar compreender a partir delas como estes, ao se inscreverem em um campo que os antecede e ultrapassa, acabam imprimindo-lhe a sua marca, isto é, modificando-lhe a forma, conferindo-lhe particularidades. De modo análogo, mas no sentido inverso, também as contribuições do campo ambiental aos sujeitos, tomadas sob a forma de oportunidades para a reformulação de si, passam a ser consideradas. Por meio desse movimento, uma dimensão formativa vinculada à atividade de reciclagem e aos seus itinerários começa a adquirir relevo e a orientar parte significativa dos esforços para a construção dos dados e para a compreensão dos mesmos quanto a seus significados.

Em um segundo momento, entretanto, o projeto de pesquisa precisou ser alterado em função da precoce e inesperada partida do professor Nilton Bueno Fischer, orientador (no sentido amplo da palavra), inspirador e interlocutor ativo em sua construção. Necessidade de mudança que se impôs, simultaneamente, em função da

impossibilidade de prosseguir o diálogo direto, o aprendizado compartilhado e a troca de experiências, assim como pela necessidade de reiniciá-los em outro lugar. Trabalho de luto tensionado pelo desafio da readequação e do encontro com o novo. É no horizonte instaurado por essa perda e por esse deslocamento, portanto, que a investigação arrolada pode ser lida como resultado possível, esforço de síntese, entre um conjunto inicial de proposições, por um lado, e tensões específicas introduzidas pelo aporte de novos olhares sobre o tema, por outro. Entre estes, destacam-se a incorporação da noção de discurso ao quadro teórico inicialmente esboçado e as acomodações operadas no seu desenho metodológico como decorrência dessa incorporação.

Nesse novo arranjo, para além das relações dos catadores com o campo ambiental, o foco de pesquisa passou a abarcar também as relações dos catadores com aqueles discursos nos quais a atividade que desempenham e eles mesmos são ditos. Trata-se de um deslocamento ambivalente que corresponde simultaneamente a uma ampliação e a uma restrição do objeto: ampliação porque nem todos os discursos que interpelam os catadores tem sua origem ou perpassam o campo ambiental (exigindo a consideração, portanto, da relação dos sujeitos com outros campos sociais); e restrição, pois, dentre o amplo espectro de relações dos catadores com o campo ambiental, abre-se a possibilidade de focalizar suas relações com os discursos que o atravessam (mais ou menos marcados pela incorporação da temática ambiental).

Uma das apostas por trás dessa reestruturação foi a que permitiria a construção de chaves de leitura adequadas à compreensão dos *processos de subjetivação e de socialização instaurados pelo encontro entre a atividade de reciclagem e o campo ambiental*. Dito de outra forma, o entendimento foi que esta organização, além de dar conta das questões anteriormente colocadas, qualificaria a indagação acerca das oportunidades de reformulação de si e de recolocação social disponíveis aos catadores de materiais recicláveis. E isso através da consideração de suas relações com um conjunto heterogêneo de enunciados, nos quais ora um lugar associado a uma condição de visibilidade lhes é oferecido, ora lhes é negado.

Por fim, em um terceiro momento, foi o próprio trabalho de campo que impôs a necessidade de redirecionamentos à pesquisa. Nos dois arranjos anteriores, tanto as relações dos catadores com o campo ambiental, quanto as relações dos catadores com os discursos que os interpelam, procurariam ser compreendidas preferencialmente através dos seus próprios discursos, isto é, nas declarações produzidas durante o exercício de suas atividades e durante entrevistas semiestruturadas. O transcurso da investigação,

contudo, revelou que suas *práticas discursivas* perfazem apenas uma faceta da complexa relação que mantêm consigo mesmos, uns com os outros, com a atividade de reciclagem e, através desta, com o campo ambiental e com diversos outros discursos. Há, para além dos discursos dos catadores, todo um outro conjunto de *procedimentos*, inicialmente não considerados, que lançam outras luzes sobre o objeto de pesquisa. E não fosse o fato destes proliferarem em relação àqueles, talvez a constatação de sua existência, por si só, não inviabilizaria a manutenção do arranjo descrito acima (e apresentado quando da qualificação da tese). Sob esse pano de fundo, portanto, a investigação se reorganizou a fim de dar conta da profusão de procedimentos silenciosos através dos quais os catadores também se posicionam e que, conjuntamente aos discursos que enunciam, configuram *maneiras de fazer* (CERTEAU, 2008).

Resumido sob a forma de um itinerário, o caminho efetivamente percorrido interliga três dimensões do problema. Em primeiro lugar, a análise das relações entre o campo ambiental e a atividade de reciclagem (sob o prisma da existência de um “processo de ambientalização” em curso) põe em questão o alcance dos seus efeitos. Trata-se da consideração das repercussões, em diferentes níveis, que a estruturação de um campo social específico implica a uma atividade laboral particular e aos sujeitos que a desempenham. Em segundo lugar, o estudo das relações entre os catadores de materiais recicláveis e os diferentes discursos que os interpelam interroga, para além dos limites do próprio campo ambiental, o papel dessa intensa produção simbólica na (re)colocação social da atividade de reciclagem, assim como dos sujeitos que a animam. Também nesse caso os questionamentos se voltam ao alcance e aos efeitos desses encontros. Finalmente, em terceiro lugar, a descrição densa das práticas dos catadores problematiza a ideia de que estas apenas se conformam às estruturas sociais preexistentes, reproduzindo-as acriticamente e inconscientemente. Dito de outro modo, o acompanhamento e a caracterização pormenorizada dessas práticas sublinham aquela sua dimensão criativa, inseparável da estrutura social é certo, mas não completamente determinadas por ela.

A cada uma dessas três dimensões do problema, por sua vez, corresponderam, diferentes objetivos e estratégias de investigação. Inicialmente, o trabalho de pesquisa se voltou à compreensão das influências recíprocas entre o campo ambiental e a atividade de reciclagem, recorrendo para isso à análise de documentos que permitissem, ainda que parcialmente, a reconstrução histórica desse encontro. Admitindo a existência de um processo de ambientalização da gestão pública dos resíduos sólidos urbanos no

município de Porto Alegre e nos seus arredores, ao longo da segunda metade do século XX, mais especificamente no transcurso de suas duas últimas décadas, portanto, o objetivo da investigação foi o de caracterizar esse processo e localizar nele a gênese de algumas das contradições que atualmente movimentam tanto o campo ambiental como a atividade de reciclagem. Além disso, e talvez esta tenha sido a meta da qual mais me aproximei, almejou a construção de um pano de fundo às discussões empreendidas nas etapas subsequentes da investigação.

Em um segundo momento, o foco recaiu sobre os modos através dos quais os sujeitos catadores, desde suas vinculações com a atividade de reciclagem e, a partir desta, com o campo ambiental, relacionam-se com variados discursos que o atravessam e que os interpelam. O objetivo principal desta etapa foi o de caracterizar alguns dos discursos com maior poder de interpelação junto aos catadores que acompanhei, e avaliar suas repercussões tanto para a atividade, quanto para os seus sujeitos. Fragmentos de diferentes discursos foram recolhidos ao longo da pesquisa e, posteriormente, agrupados segundo suas características e sob a perspectiva da existência de matrizes de sentido comuns, suficientemente autônomas e coerentes, a funcionarem como centros de dispersão dos mesmos. Concomitantemente a essa caracterização, procurou-se ponderar as repercussões efetivas de cada um desses discursos aos catadores de materiais recicláveis, em especial através da consideração das formas através dos quais estes se apropriavam (ou não) de enunciados daqueles em suas interações cotidianas (durante o desempenho de suas atividades laborais) e os referiam durante entrevistas semiestruturadas.

As estratégias discursivas e as demais operações empregadas pelos catadores ao longo de seus itinerários cotidianos e suas trajetórias de vida (marcados por um constante trânsito entre lugares) foram examinadas, em um terceiro momento, sob o prisma da constituição de um processo amplo de sobrevivência face às dificuldades que se lhes apresentam. Entendida dessa forma, a habilidade em articular diferentes enunciados na (re)construção de sentido aos seus itinerários e trajetórias, ou de jogar com as circunstâncias nas mais diferentes situações cotidianas, sugerem a existência de um *método de produção de significados*, mediante o qual os sujeitos interpretam e remendam as fraturas da situação social (MARTINS, 2008), e de um *repertório de esquemas de ação*, que lhes possibilita tirar partido de forças que lhes são estranhas e atualizar o conjunto de possibilidades e proibições que lhes são prescritas (CERTEAU, 2008).

Ainda, tomando como ponto de partida os atravessamentos entre as trajetórias de vida de homens e mulheres historicamente produzidos como *inexistentes* e a crescente institucionalização de mecanismos de controle destinados à sua conformação (entre os quais se encontram as iniciativas de “inclusão socioambiental”), um ensaio de reflexão crítica acerca das políticas socioeducacionais a eles direcionadas foi esboçado. O foco de atenção, neste caso, deslocou-se para a incongruência existente entre as formas hegemônicas de pensar (logo, produzir) esses sujeitos, formas estas que modulam, em boa medida, as políticas públicas a eles dirigidas, por um lado, e suas reivindicações, anseios e modos de operar, por outro. Como mencionei antes e conforme destaca Arroyo (2010), os movimentos sociais da atualidade interrogam essas políticas ao não se aceitarem pensados como estas os veem. Historicamente produzidos como “excluídos”, “marginalizados”, “inconscientes”, mas, acima de tudo, como “inexistentes”, os sujeitos desses discursos reivindicam um espaço próprio no interior do qual possam afirmar a si mesmos. As políticas públicas, por outro lado, ao centrarem seus esforços na ideia de “inclusão” – ideia fundamentada na delimitação arbitrária de um “lado de dentro” e de um “lado de fora” e na valorização daquele em detrimento deste -, negam aos sujeitos e grupos aos quais se dirigem justamente o direito de existirem e de se afirmarem como são.

Indícios dessa incongruência e das movimentações decorrentes dela, pois, foram buscados nos procedimentos das catadoras e dos catadores acompanhados. Em especial, nos posicionamentos assumidos em suas relações com os programas assistenciais dos quais constituem o alvo e com as políticas públicas a eles direcionadas. Além disso, na esteira ainda das proposições de Arroyo (2010), para quem os movimentos sociais da atualidade não apenas *lutam* por políticas de estado, mas *marcam* as políticas de estado, pareceu conveniente rastrear os traços que esses movimentos imprimem aos programas e políticas públicas através de suas esferas mais organizadas, como é exemplo o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.

2.2. Pesquisa qualitativa e cultura

Partindo-se da escolha do tema e de sua reconstrução, segundo os arranjos e objetivos acima definidos, a opção pela utilização de abordagens qualitativas de pesquisa como modo de operacionalização da investigação, pode ser lida como sua decorrência, isto é, como necessidade imposta pela estruturação estabelecida (MARRE,

1991). Por outro lado, refere-se a determinadas tendências no que concerne à pesquisa em Ciências Sociais. Nessa direção, a construção metodológica da investigação - e sua resultante *marca qualitativa* - pode ser situada em um contexto de transformações nas formas de se fazer e conceber a pesquisa social, ocorridas predominantemente nas últimas três décadas do século XX e que se vinculam ao desenrolar de processos sociais mais amplos (MELUCCI, 2005). Entre estes, destacam-se aqueles *processos de individualização*, através dos quais são criadas condições de autonomia para os sujeitos, e de *valorização da vida cotidiana*.

De acordo com Melucci (2005), o papel e o valor concedidos à experiência individual e à vida cotidiana, enquanto “espaço no qual os sujeitos constroem o sentido do seu agir e no qual experimentam as oportunidades e os limites para ação” (MELUCCI, 2005, p.29), uma vez que deslocam o foco de atenção das estruturas sociais para a particularidade dos detalhes e para a unidade dos acontecimentos, acentuam o interesse e a importância das pesquisas de tipo qualitativo. Conforme destaca o autor, o interesse dos atores sociais por tais pesquisas, nesse contexto, talvez não seja casual:

Mais sensíveis à sua individualidade e mais sintonizados com a vida cotidiana, eles exigem uma prática de pesquisa mais próxima de sua experiência, mais presente no campo do seu agir, como aquela que a pesquisa qualitativa coloca à disposição. Poder-se-ia, deste ponto de vista, discernir na busca de qualidade uma implícita e latente busca de relações. (MELUCCI, 2005, p.30)

Relacionados a essas duas dimensões da experiência social contemporânea, Melucci (2005) faz referência ainda a outros três processos que, cada qual a seu modo, também contribuíram para o incremento do interesse pela pesquisa de tipo qualitativo. São eles: os processos de *diferenciação*, *culturalização da natureza* e *naturalização da cultura*. Conforme o autor, os métodos qualitativos de investigação, por tenderem menos à estandardização, melhor se prestam a captar os aspectos relacionados a cada um desses processos. Especificamente, no que se refere aos dois últimos, convém acompanhar com maior atenção o raciocínio apresentado pelo autor:

No mundo contemporâneo, a natureza não é mais separável de modo claro da cultura porque a sociedade intervém de modo mais massivo sobre as bases mesmas da realidade natural [...]. A natureza externa e a nossa mesma natureza biológica se tornam objeto de intervenção social, dependem das nossas decisões e das nossas escolhas. A

natureza à qual nos referimos está sempre mais inscrita nas nossas definições culturais, enquanto contemporaneamente a nossa vida cultural é atingida de modo crescente pelos fatores biológicos e ambientais [...]: também, deste ponto de vista, é sobre os instrumentos de análise qualitativa que se move a busca de conhecimento. (MELUCCI, 2005, p.30)

Considerados sob essa perspectiva, tanto a emergência e a consolidação de um campo ambiental quanto suas repercussões sobre outros campos sociais, naquilo que representam e permitem caracterizar os processos de culturalização da natureza e de naturalização da cultura, exigem o recurso a instrumentos de análise qualitativa para seu adequado tratamento. E isso porque, também nesse âmbito, a busca por qualidade traz implícita a busca por relações. A culturalização da natureza e a naturalização da cultura, acerca das quais nos fala Melucci (2005), não se processam exclusivamente em um plano macroestrutural; para além disso, enraízam-se nas relações sociais que perfazem os cotidianos de grupos e de indivíduos.

O aumento pelo interesse na pesquisa qualitativa, entretanto, corresponde a apenas um movimento no âmbito de um conjunto mais amplo (e profundo) de modificações a que vem sendo submetido o campo da pesquisa social. Nos termos de Melucci (2005), “é como se as práticas de tipo qualitativo tivessem aberto a estrada para uma redefinição do campo no seu conjunto e começassem a produzir uma mudança dos velhos limites que separavam quantidade e qualidade” (MELUCCI, 2005, p.32). O autor chega mesmo a mencionar uma “virada epistemológica”. Para ele, essas mudanças estariam colocando em questão alguns dos pressupostos fundamentais sobre os quais se edificou a ciência moderna e isso a partir de dois eixos principais: um primeiro, referente à *noção de sistema*, e um segundo, relacionado à *noção de linguagem*.

A partir do primeiro eixo, põe-se em questão a dicotomia entre *res cogitans* e *res extensa*, isto é, uma vez que a definição de sistema somente se viabiliza a partir da instituição do ponto de vista do observador, a relação deste com aquele já não pode mais ser tratada em termos de *permanência, estabilidade e neutralidade*. A implicação do observador com a realidade observada é patente: “a realidade social inclui o observador, é processual e interage com ele” (MELUCCI, 2001, p.318). Nesse sentido, tem-se que *toda a observação passa a ser também uma intervenção*.

O segundo eixo, por sua vez, põe em questão o suposto isomorfismo entre as estruturas cognitivas, de um lado, e a realidade, de outro, a partir do qual seria possível garantir o êxito da empresa cognoscitiva e chegar a níveis mais ou menos satisfatórios

de *desvelamento* da realidade. Nessa direção, admitindo-se que não existe ponto de vista que não seja linguístico, isto é, o fato de que a realidade não pode ser compreendida fora da linguagem, a pesquisa social abdica à pretensão de produzir *conhecimentos absolutos* e se entrega à construção de *interpretações plausíveis* (MELUCCI, 2005).

Ao optar por abordagens qualitativas de pesquisa, portanto, a presente investigação não apenas reconhece essas mudanças, como também se alinha a elas. Volta-se ao estudo do espaço social - reconfigurado pelo desenrolar dos processos de individualização, culturalização da natureza e naturalização da cultura - com vistas a colocar em relação ação, linguagem e vida cotidiana. Assumindo, desde já, a impossibilidade de observar sem intervir, ou seja, de fundamentar a relação com o campo de pesquisa em termos de neutralidade, estabilidade ou permanência, dispõe-se a um livre trânsito entre lugares, condição de possibilidade para um encontro efetivo com o outro. Entrega-se, por fim, à construção de interpretações plausíveis acerca dos fenômenos sociais nos quais, inevitavelmente, acaba se inscrevendo.

Posto isso e assumida a opção por abordagens qualitativas de pesquisa, passo, na seção seguinte, ao detalhamento do itinerário investigativo efetivamente percorrido. Tomando a delimitação do corpus empírico como ponto de partida, procuro apresentar e justificar as principais escolhas feitas, bem como ponderar suas repercussões para o desenvolvimento da investigação. Na sequência, caracterizo e discuto os procedimentos adotados em campo, procurando evidenciar as contribuições de cada um deles para a elucidação das questões propostas e o quanto de deslocamento e de “jogo” se fizeram necessários.

2.3. Delimitação do corpus empírico

Conforme antecipado no início deste capítulo, a presente tese resultou de um conjunto de vivências com mulheres e homens catadores de materiais recicláveis vinculados a associações e cooperativas de trabalho. Tendo como pano de fundo o panorama delineado pelo “Estudo do perfil Socioeducacional da População de Catadores de Materiais Recicláveis Organizados em Associações, Cooperativas e

Grupos de Trabalho” (FISCHER; STEPHANOU; MEYER, 2010), antes mencionado¹³, a investigação se estruturou para ser desenvolvida junto a coletivos de catadores localizados na região metropolitana de Porto Alegre (RS). Dessa forma, as práticas discursivas e não discursivas postas em ação por catadores de materiais recicláveis em suas relações com os diferentes discursos que os interpelam, com a atividade de reciclagem e com o campo ambiental, procuraram ser caracterizadas através do acompanhamento das atividades da Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta, localizada em Porto Alegre (RS), e do Projeto Catavida, desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo (RS).

A delimitação desse corpus empírico e a escolha dos procedimentos a serem adotados em campo, para além de mera conveniência, resultaram da constante negociação entre os objetivos preestabelecidos, por um lado, e os limites e as possibilidades fornecidos pelas circunstâncias, por outro. Esse “jogo” com as possibilidades, jogo que muito se assemelha ao jogado cotidianamente pelos próprios catadores de materiais recicláveis, conferiu um desenho e um ritmo próprios ao itinerário de pesquisa, conforme caracterizado nas linhas abaixo.

2.3.1. Do direcionamento do trabalho investigativo a coletivos de catadores

A opção por desenvolver a investigação exclusivamente junto a catadores integrantes de associações ou cooperativas de trabalho, mais do que a necessária delimitação do corpus empírico, haja vista sua abrangência, fundamentou-se no reconhecimento das potencialidades formativas inauguradas por essa forma de organização laboral. Seja em função das interações decorrentes das atividades de trabalho propriamente ditas, seja em função das interações necessárias ao estabelecimento e à manutenção das diferentes modalidades de parceria com o poder público e com entidades diversas (incluam-se aí os diálogos com associações eclesiais de base, ONGs, universidades, escolas, entre outras), os sujeitos integrantes desses coletivos encontram-se inseridos em um conjunto específico de atravessamentos, sensivelmente distintos daqueles em relação aos quais os trabalhadores autônomos se situam. Tal conjunto de atravessamentos lhes oportuniza o contato com um repertório diverso de discursos nos quais eles mesmos e as atividades que desempenham são ditos.

¹³ Capítulo 1, item “A escolha do tema: mais motivações e justificativas”.

Em direção semelhante às proposições de Fischer (1989), portanto, assumiu-se que “o mutirão¹⁴, além de ser uma organização material de produção frente ao emergencial da sobrevivência, é o projeto que se gesta de uma nova organização social” (FISCHER, 1989, p.45), em todas as suas vicissitudes.

Outra importante dimensão do problema, levada em consideração no momento de sua delimitação, diz respeito às características de uma pesquisa qualitativa baseada na construção de vínculos de confiança com os sujeitos pesquisados, mais especificamente o tempo e o envolvimento requeridos por ela. Atento a isso, a opção por direcionar o trabalho investigativo aos catadores integrantes de associações e cooperativas objetivou ampliar as chances de acompanhar um mesmo grupo ao longo do período destinado às observações e à construção dos dados. Valendo-me da estrutura desses coletivos, tive acesso facilitado não apenas aos sujeitos, que se encontravam diária ou semanalmente em um mesmo lugar e em um mesmo horário, mas também aos seus paradeiros quando da ocorrência de um desligamento. Disso decorre que o articulador preferencial dos encontros entre os sujeitos e destes comigo foi a própria atividade de reciclagem (desdobrada em situações que transcendiam a catação e a triagem de materiais) e não a pesquisa. A pesquisa se adequou às suas rotinas e não o contrário.

Em direção semelhante, faz-se importante reconhecer que a delimitação do corpus empírico a associações e cooperativas de catadores foi orientada também pelo desejo e pela perspectiva de realização de entrevistas coletivas (com os catadores). Nesse sentido, levou em consideração a facilidade para reuni-los, que decorre de sua própria organização sob forma de coletivo. Como é bem sabido entre os pesquisadores que recorrem às entrevistas coletivas como suporte para o desenvolvimento de suas investigações, a reunião de pessoas que não se conhecem e/ou que vivem distantes umas das outras requer, além da organização de um sofisticado arranjo a fim de viabilizar sua realização (arranjo este que inclui desde os cuidados referentes à escolha e à preparação do local no qual a entrevista será realizada, até providências relacionadas à garantia de condições materiais de possibilidade para o deslocamento e alimentação dos participantes), também o desenvolvimento de estratégias particulares a fim de contornar o constrangimento inicial dado pelo contato com desconhecidos (AGUILAR, 1998; GOMES, M. E. S.; BARBOSA, E. F. 1999; CRUZ NETO, O.; MOREIRA, M. R.;

¹⁴ Convém ressaltar que ao utilizar o termo “mutirão”, neste texto, Nilton Bueno Fischer (1989) se refere às primeiras configurações do trabalho coletivo de catadores de lixo no município de Porto Alegre.

SUCENA, L. F. M. 2002; LISBOA, 2007). Ainda que as entrevistas coletivas não tenham sido realizadas, conforme será discutido na sequência do texto, foi na condição de *locus* de encontro e de cotejamento de ideias, contexto favorável à emergência de uma “voz coletiva” e de uma “experiência do nós” (ERRANTE, 2000), que a estrutura física e organizacional das associações e cooperativas foram tomadas no momento dessas definições.

2.3.2. Da passagem pela Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta

A opção por desenvolver a investigação junto aos catadores da Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta, localizada no Bairro Rubem Berta, Zona Norte de Porto Alegre (RS), decorreu dos vínculos preestabelecidos – vínculos estes que proporcionaram acessos – e do conjunto amplo de informações disponíveis acerca da história de sua constituição e perfil dos seus integrantes, resultado de mais de uma década de intervenções educativas e de pesquisas nesse espaço, coordenadas pelo professor Nilton Bueno Fischer. No primeiro caso, procurou explorar e estreitar os laços estabelecidos paulatinamente com os seus sujeitos, em diferentes ocasiões¹⁵ e que configuravam, ao menos assim o compreendia, uma espécie de “salvo-conduto” a garantir um trânsito mais ou menos livre pelo espaço delimitado por suas relações. No segundo, por sua vez, ao mesmo tempo em que resultou do desejo de inscrição nessa tradição de pesquisa, apresentou-se como tentativa de garantir sua continuidade.

Além destes, outro aspecto importante levado em conta nessa seleção diz respeito à história de criação da Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta, mais especificamente aos múltiplos atravessamentos em meio aos quais se constituiu e se manteve ao longo do tempo. Inicialmente inserida em um macroprojeto de reassentamento urbano da Prefeitura Municipal de Porto Alegre¹⁶, essa associação

¹⁵ Além da investigação piloto referente ao “Estudo do Perfil Socioeducacional da População de Catadores de Materiais Recicláveis Organizados em Cooperativas, Associações e Grupos de Trabalho” (ESTUDO, 2009; 2010), de celebrações e visitas educativas ocasionais, acompanhei também o desenvolvimento, junto a cinco trabalhadores da Associação Ecológica Rubem Berta, de uma pesquisa baseada na construção de narrativas visuais autobiográficas com o auxílio de câmeras fotográficas (PINHEIRO et al, 2010).

¹⁶ Projeto implementado durante a primeira administração do PT em Porto Alegre e no qual foram realocadas as famílias que viviam nas adjacências da Av. Sertório (antiga “Vila Tripa”), próxima a área do Aeroporto Internacional Salgado Filho, em loteamento localizado na zona norte da cidade, próximo ao conjunto habitacional popular do Bairro Rubem Berta (FISCHER, 2006).

contou, no início de suas atividades¹⁷, com a participação de diferentes mediadores, entre os quais se destacam, além dos agentes da prefeitura (técnicos, assistentes sociais, etc.), religiosos católicos da ordem dos Irmãos Maristas (FISCHER, 2006) e pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)¹⁸. Essa trama de relações, na qual ainda se pode situar as participações da Associação Espírita Bezerra de Menezes, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e do Instituto Vonpar, confere à associação de catadores do Bairro Rubem Berta a característica peculiar (mas não exclusiva) de ser constituída pelo e no atravessamento de diferentes lógicas. Destarte, a hipótese vinculada a sua escolha foi a de que seus sujeitos, em especial aqueles com mais tempo de atuação junto ao grupo, tinham sido confrontados, ao longo de seus itinerários como catadores, por diferentes discursos e enunciados nos quais eles mesmos e a atividade que desempenham eram ditos. Hipótese de trabalho que possuía claras implicações para o processo de seleção dos sujeitos a serem ouvidos.

Entretanto, com o início do trabalho de campo e, de forma ainda mais nítida, durante o seu desenvolvimento, dei-me conta que os vínculos preestabelecidos com os integrantes da Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta, ao mesmo tempo em que garantiam um trânsito mais ou menos livre pelo espaço delimitado por suas relações, também dificultavam a *mudança de lugar* necessária para o seu adequado acompanhamento. A construção de um lugar próprio - desde o qual seria possível estranhar declarações e posicionamentos que soavam familiares - na trama de relações que os caracterizava enquanto coletivo, nesse caso, configurava-se como uma reconstrução, haja vista a preexistência - dada pelo reconhecimento deles e delas - de um lugar disponível para mim no grupo.

Antes do início da investigação, em todas as ocasiões que me fiz presente nas dependências da Associação de Recicladores Ecológica Rubem Berta, estive acompanhando (ou acompanhado por) algum dos integrantes da equipe de pesquisa do

¹⁷ Segundo Fischer (2006), iniciadas em 1993.

¹⁸ A participação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no processo de constituição da Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta se deu através de pesquisas e assessorias coordenadas pelo Professor Nilton Bueno Fischer. Entre estas, podem ser citadas as seguintes: “Movimentos Sociais Contemporâneos e Educação Popular: aproximações possíveis, complexidades emergentes - estudo de caso de mulheres recicladoras na periferia de Porto Alegre, RS” (1998 – 2004); “Tempos e espaços que possibilitam e/ou interdita processos constituidores de um “nós” entre homens e mulheres (trabalhadores) de um galpão de reciclagem” (2003-2009); “Projeto Reciclando Vida na Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta” (2006-2008); e “Cotidiano de mulheres recicladoras: o educativo como possibilidade!” (2009).

(ou pelo próprio) professor Nilton Bueno Fischer. A prerrogativa da interlocução, logo, do acesso aos conteúdos mais íntimos das narrativas dos catadores, esteve sempre com algum desses integrantes; a mim, restava um espaço privilegiado de escuta e de circulação consentidos, espaço este que paulatinamente ocupei e que foi reconhecido como próprio. Todo acesso que obtive às suas histórias, até então, havia sido indireto porque mediado por outro interlocutor. Reconheciam-me como ouvinte e direcionavam também a mim suas narrativas; contudo, estas eram construídas a partir da solicitação de outra pessoa com quem, em geral, compartilhavam as vivências ou os conhecimentos imprescindíveis ao vínculo comunicativo.

O esgarçamento dessa trama, necessário à tentativa de nela ocupar outro lugar, revelou-se mais difícil do que a princípio havia imaginado e, no pouco que se fez efetivo, teve repercussões desfavoráveis ao plano geral da investigação. Primeiramente, eu mesmo não me reconhecia como um interlocutor qualificado, como o eram os demais integrantes da equipe de pesquisa do professor Nilton Bueno Fischer, considerando o tempo de vinculação com o grupo acumulado por cada um deles. Esse entendimento me levou a adiar reiteradas vezes o início formal (mas não o efetivo) da investigação. Prossegui, nesse meio tempo, com as observações, no mais das vezes facilitadas pela presença de um ou dois outros colegas pesquisadores. De outra parte, as próprias mulheres não me reconheciam como esse interlocutor, pois em todas as oportunidades em que tentei recolocar os termos de nossa relação, as trocas se caracterizaram pela falta de espontaneidade, por certo constrangimento (recíproco, há que se admitir) e pela superficialidade de seus conteúdos. As conversas soltas, maliciosas e descontraídas que mantinham com os demais pesquisadores e em minha presença, não se repetiam isoladamente comigo.

2.3.3. Do encontro com o Projeto Catavida

Essas pequenas, mas marcantes, interdições acabaram contribuindo para um redirecionamento da investigação. Alguns meses após o início do trabalho de campo junto ao grupo do bairro Rubem Berta, conheci o Projeto Catavida, desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo. Minha esposa, que na época trabalhava na Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Novo Hamburgo (SEMAM), comentou sobre minha pesquisa com os responsáveis pelo projeto, ao mesmo tempo em que me informou sobre a existência do mesmo. Houve interesse recíproco em aprofundar o

diálogo e trocar algumas ideias; agendamos uma primeira conversa, a coordenadora do projeto e eu, e, em seguida, fui convidado a participar de uma das reuniões ordinárias da equipe de trabalho. Dessa forma, sem que houvesse planejamento prévio, e rapidamente, abriu-se a possibilidade de acompanhar também os grupos de catadores articulados por esse projeto. Inicialmente, minha intenção foi conciliar as duas frentes – Porto Alegre e Novo Hamburgo; contudo, ao longo do processo investigativo, acumularam-se dificuldades¹⁹ para que isso fosse levado a cabo de tal forma que optei por concentrar esforços no município de Novo Hamburgo e readequar, naquilo que se fizesse necessário, o plano geral da investigação.

O Projeto Catavida é uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo e vem sendo desenvolvido por meio da parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS) e da Diretoria de Economia Solidária (DES). Constitui-se no arranjo através do qual o poder público municipal dá conta da implantação e manutenção do Programa de Gestão Social dos Resíduos Sólidos Urbanos, elaborado em princípios de 2009. Tanto a elaboração do programa quanto a sua operacionalização sob a forma de um projeto se configuram como respostas da administração pública municipal à proliferação dos “depósitos de lixos nas calçadas”, problema apontado pela comunidade e que dizia respeito à atuação dos catadores de rua em Novo Hamburgo.

Faz-se importante destacar que o processo de elaboração do Programa de Gestão Social dos Resíduos Sólidos Urbanos de Novo Hamburgo reuniu diferentes agentes, entre os quais as já citadas SDS e DES, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMAM), a Companhia Municipal de Urbanismo (COMUR), a Companhia Municipal de Serviços de Água e Esgoto (COMUSA) e o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), e foi concluído antes da publicação da Política Nacional dos Resíduos Sólidos (Lei 12.305 de 2 de agosto de 2010), antecipando muitas das suas disposições. Entre as principais, destaca-se o fato de propor a gestão integrada dos resíduos sólidos com a participação de cooperativas de catadores.

Atualmente, o desenvolvimento do projeto encontra-se a cargo de uma equipe técnica multiprofissional e parte de um conjunto de ações integradas, que vão desde a abordagem e o cadastramento dos catadores que atuam na cidade, até a organização de redes de apoio através dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), o

¹⁹ Conforme antecipado acima, entre os motivos que me levaram a operar e a me submeter a esse rearranjo o principal foi a dificuldade para superar o quadro de interdições e constrangimentos engendrado pela necessidade de recolocação junto ao grupo. Outros fatores, contudo, contribuíram para esta tomada de decisão e serão melhor explorados na sequência do texto.

desenvolvimento de ações de sensibilização da comunidade e a elaboração e administração de um programa de capacitação.

O processo de acolhida dos catadores que demonstram interesse em se vincular ao projeto, portanto, inicia com o cadastramento e com o encaminhamento aos CRAS²⁰; prossegue através do Programa Pedagógico de Qualificação Profissional do Trabalho, capacitação que dura em média seis meses (com encontros semanais) e a qual são submetidos os catadores; e termina com a filiação à COOLABORE, cooperativa contratada para a administração do serviço de coleta, triagem e comercialização de materiais recicláveis produzidos no município, e com o ingresso em um dos seus coletivos de trabalho.

No período em que acompanhei as atividades do Catavida, eram dois os coletivos de trabalho em atividade – um na Central de Triagem do Bairro Roselândia e outro na Central de Catadores Unidade Centro – e uma turma de catadores em formação – no Bairro Santo Afonso. O coletivo de catadores que atuava na Central de Triagem, maior e mais antigo, era composto por 63 pessoas, entre homens e mulheres. Já os outros dois grupos - o coletivo responsável pela operação da Central de Catadores Unidade Centro, em seu primeiro ano de atividades, e a turma em formação no Bairro Santo Afonso - eram formados, cada um deles, por cerca de 15 catadores e catadoras²¹.

Fundamentalmente, a assunção do Projeto Catavida como centro de minhas atenções inaugurou três novas perspectivas em relação ao plano de trabalho elaborado para ser desenvolvido na Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta. Em primeiro lugar, representou a incorporação do catador de rua ao corpus empírico inicialmente delimitado. Em segundo lugar, para além do processo de formação tomado em um sentido amplo, isto é, aquele construído cotidianamente em suas relações de trabalho e sociabilidades, possibilitou também a consideração e a análise de um processo formativo específico, *stricto sensu*, ao qual os catadores vinculados ao projeto eram submetidos para poderem ascender aos postos de trabalho disponíveis ou em processo de criação. Por fim, dadas as características do projeto e seu tempo de existência, introduziu a possibilidade de acompanhar e comparar grupos em estágios distintos de desenvolvimento, ampliando e complexificando dessa forma o horizonte analítico.

²⁰ O contrário também ocorre: catadores que procuram os CRAS são encaminhados ao Projeto Catavida.

²¹ Número variável em função da saída e do ingresso de novos integrantes ao longo do período de acompanhamento das atividades do Projeto, entre agosto de 2011 e dezembro de 2012.

Quanto à incorporação da experiência do catador de rua ao corpus empírico inicial, ainda que estivesse contemplada no primeiro esboço metodológico (através da seleção, dentre os integrantes dos coletivos de trabalho de mulheres e homens que já haviam atuado como catadores autônomos), faz-se importante ressaltar que conferiu à investigação novos contornos (ampliando-a horizontalmente) e uma mobilidade particular, exigindo a revisão e a reconstrução de alguns de seus esteios. Em trabalhos anteriores (LISBOA *et al*, 2009; ESTUDO, 2009; FISCHER; STEPHANOU; MEYER, 2010; PINHEIRO *et al*, 2011) desenvolvidos junto a catadores integrantes de cooperativas e/ou associações, ativemo-nos com mais detalhes às relações constituintes do que chamamos “cadeia da reciclagem” do recebimento do material a sua comercialização. A etapa de coleta, especificamente, uma vez que na maior parte dos coletivos investigados se encontrava sob a responsabilidade dos poderes públicos municipais, não foi objeto de nossas análises. Com esse novo arranjo, engendrado pela incorporação dos catadores de rua ao corpus empírico da investigação, não apenas a atividade de coleta dos materiais recicláveis foi alçada a um plano de maior visibilidade, como se constituiu no centro em torno do qual edificamos, eu e os catadores vinculados ao Projeto Catavida, nossas trocas. Referir-me-ei com mais minúcia a esse ponto no decorrer do texto.

Se, por um lado, a incorporação da experiência do catador de rua ao corpus empírico pode ser lida como um acréscimo horizontal do campo de análise inicialmente delimitado, por outro, a consideração de um processo educacional específico no conjunto mais amplo de relações sociais (tomadas como formativas), postas em movimento pelos seus engajamentos com a atividade de reciclagem e com o trabalho cooperativado, sugere um desdobramento vertical desse mesmo campo, logo, a possibilidade do seu aprofundamento. Foi nesta direção, na da existência de instâncias formativas circunscritas umas às outras, que a leitura de suas vinculações e de seus trânsitos procurou ser realizada. Outra chave interpretativa inaugurada por esse direcionamento do olhar diz respeito aos polos “formal-informal” que passaram a receber maior atenção durante a construção e a análise dos dados. Por meio dela, por exemplo, buscou-se acompanhar e compreender como se davam os trânsitos entre um e outro, bem como avaliar o peso relativo de cada uma das duas esferas nos processos de subjetivação engendrados por suas relações de trabalho.

Por fim, a possibilidade de comparação entre grupos em estágios distintos de desenvolvimento reestruturou a dimensão temporal da investigação: ao plano das

sincronias (e sem a necessidade de abandoná-lo mediante a reflexão retrospectiva) encetou-se uma profundidade anacrônica que enriqueceu o horizonte interpretativo atrelado ao fenômeno objetivado. As perdas e os ganhos advindos dessa ampliação horizontal do corpus empírico e desse aprofundamento vertical do campo, dado pelo desdobramento de uma de suas dimensões, procuraram ser equilibrados mediante o investimento desigual de esforços em cada um dos três grupos articulados pelo Projeto Catavida durante o tempo em que o acompanhei de perto.

Nesse sentido, a fim de garantir o êxito da construção e da negociação de um *lugar próprio* no interior de suas rotinas, bem como potencializar a leitura processual da constituição dos grupos, optei por concentrar a maior parte de minha atenção em apenas um deles, justamente naquele situado a meio caminho entre o início da formação e a consolidação sob a forma de um coletivo de trabalho relativamente autônomo. Aos demais grupos, recorri esporadicamente, conforme as circunstâncias exigiram ou possibilitaram (aspecto que será mais bem detalhado na sequência da argumentação).

Como resultado final desses rearranjos todos, tem-se que os dados produzidos junto aos catadores de Novo Hamburgo, mais especificamente aqueles construídos durante o acompanhamento (realizado entre setembro de 2011 e dezembro de 2012) das atividades laborais do grupo de catadores e catadoras responsável pela operação da Central de Catadores Unidade Centro, constituíram a matéria prima principal do trabalho de análise, logo, de boa parte das reflexões que integram esta tese. O corpus empírico final, entretanto, precisou necessariamente abranger, além dos coletivos de catadores articulados pelo Projeto Catavida, também as associações e cooperativas abordadas durante o estudo do perfil socioeducacional da população de catadores da Região Sul (realizado entre 2008 e 2010) e a Associação de Recicladores Ecológica Rubem Berta (acompanhada esporadicamente durante o ano de 2011). E isso porque, em que pese a maior ênfase dada aos primeiros, não me restringi a eles; precisei recorrer, em diferentes momentos e com objetivos distintos, também aos dados construídos nas outras duas aproximações investigativas, conforme descrevi anteriormente.

Consoante com o que foi exposto no início desta seção, muito da coerência da investigação foi buscada a posteriori, mediante a contínua re colocação das questões iniciais e a revisão dos pressupostos a orientar as escolhas feitas. Trata-se, sem dúvida, de um itinerário marcado por certa descontinuidade e por redirecionamentos mais ou menos significativos. Isso, entretanto, não decorre da ausência de cuidado ou de rigor na

condução dos trabalhos; pelo contrário, gostaria que fosse lido como resultado de uma atitude sociológica receptiva (PAIS, 2000), engajada na manutenção de certa abertura em relação ao horizonte projetado pelo desenho metodológico pré-definido.

2.4. Dos procedimentos adotados em campo

Para a consecução dos objetivos de cada um dos arranjos apresentados acima, feita e justificada a delimitação do corpus empírico, recorri a diferentes abordagens de pesquisa, articuladas e modificadas conforme as circunstâncias permitiram ou exigiram. Entre as inspirações iniciais para a realização desse trabalho, destacam-se a *observação in situ* (PAIS, 2000; MELUCCI, 2005), as *entrevistas biográficas aprofundadas* (PAIS, 2000), as *entrevistas coletivas* (AGUILAR, 1998; GOMES; BARBOSA, 1999; CRUZ NETO; MOREIRA; SUCENA, 2002; LISBOA, 2007; 2010). Nesta seção, portanto, pondero o quanto e de quais maneiras essas inspirações iniciais contribuíram ao desenvolvimento da investigação, bem como o quanto e de quais maneiras a investigação exigiu a adaptação de algumas dessas abordagens.

2.4.1. Da aproximação aos grupos e da observação *in situ*: limites de uma atuação não participante

Afora os grupos visitados durante o estudo do perfil socioeducacional da população de catadores na região sul do país (FISCHER; STEPHANOU; MEYER, 2010), em relação aos quais não foi possível exercitar aproximações progressivas²², os demais se tornaram lócus de investigação mediante sucessões de pequenos avanços, entrecortadas por recuos mais ou menos significativos. Pode-se considerar, nesse ínterim, que a captura de algo da “cintilação das vidas” que os catadores representam (PAIS, 2000), assim como de sua interação cotidiana com o trabalho de reciclagem, incluindo, mas também transcendendo, as ocasiões instituídas pela pesquisa, representam o coroamento de um processo lento e incerto de acolhida no seio de cada um dos grupos. Um processo que ao mesmo tempo em que possibilita o desenvolvimento da investigação, condiciona-o de forma irreversível.

²² Na maior parte dos grupos visitados durante a realização do Estudo do Perfil Socioeducacional da População de Catadores de Materiais Recicláveis Organizados em Associações, Cooperativas e Grupos de Trabalho (FISCHER, STEPHANOU, MEYER, 2010) a construção dos dados foi operada integralmente já na primeira visita.

Conforme mencionado antes, a aproximação à Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta, em função da existência de vínculos preestabelecidos, teve o caráter de reaproximação. Objetivou, fundamentalmente, explorar a liberdade de acesso decorrente de minha vinculação com a equipe de pesquisa que lá desenvolvia seus trabalhos para o acompanhamento dos sujeitos em suas atividades laborais ordinárias, momentos de lazer e descontração, bem como em ocasiões extraordinárias, tais como celebrações, assembleias e outras formas de mobilização. Além disso, pretendeu reconstruir esse lugar próprio existente no interior da rotina do grupo, convertendo-o em lugar apropriado ao aprofundamento do diálogo e à escuta com vistas à elucidação das questões orientadoras da investigação. Também conforme já mencionado, não se tratou de um processo fácil, tampouco dispensável no horizonte de uma relação já existente; pelo contrário, constituiu-se em laborioso exercício de renegociação de posições, dificultado pelo apego de cada uma das partes aos lugares de sujeito previamente ocupados.

De outra parte, o encontro com os grupos do projeto Catavida se deu sobre um plano menos estruturado, destituído de referenciais pretéritos aos quais se pudesse recorrer para afirmar ou reafirmar vínculos. Ainda que mediada por integrantes da equipe responsável pela execução do projeto, a aproximação aos grupos precisou ser construída paulatinamente, a cada encontro, através de pequenos gestos e atitudes minhas em resposta às solicitações, às aberturas ou aos recolhimentos deles e delas. A inexistência de um lugar específico a mim destinado na trama relacional constitutiva de cada um dos grupos favoreceu um trânsito inicial mais aberto, bem como a construção de um espaço adequado ao acompanhamento de suas atividades e ao aprofundamento da escuta com vistas à compreensão de seus itinerários. De forma especial, em dois dos três grupos, justamente naqueles em que passei maior tempo e em direção aos quais investi os maiores esforços, também a incipiência da trama de relações que os caracterizava como grupo – haja vista o fato de se tratar de grupos recém-constituídos - contribuiu positivamente às minhas inserções. Assim sendo, apesar da necessidade de construir cada uma das aproximações praticamente do ponto zero, o retorno dos investimentos realizados junto aos grupos de Novo Hamburgo foi rápido e progressivamente se sobrepôs – a ponto de implicar um redirecionamento na investigação, conforme já mencionado – àquele oriundo dos esforços dispendidos em Porto Alegre.

Considerando essas particularidades, o acompanhamento das atividades em cada um dos grupos procurou ser realizado sob a forma de uma *observação in situ*, conforme

as indicações de Pais (2000)²³. Segundo ele, a observação *in situ* se caracteriza como uma observação presencial, não propriamente participante, onde se misturam um estilo *óptico* (desenvolvido à distância) e um estilo *tátil* (favorecendo a proximidade). A possibilidade da observação, neste caso, introduz-se a partir do reconhecimento da diferença que ela mesma instaura e compreende o jogo de sua constante negociação. Afinal, na esteira das proposições de Melucci (2005), não se pode perder de vista o fato de que a realidade social inclui o observador, é processual e interage com ele. A distinção “nós-eles” (a partir da qual se torna possível pensar aproximações e distanciamentos), portanto, apresenta-se como “resultando de uma operação que institui um sistema e nele estabelece, mais ou menos explicitamente e mais ou menos arbitrariamente, os limites” (MELUCCI, 2005, p.318) que possibilitam o ato mesmo de observar. Nesse sentido, a proximidade favorecida pela observação não deve ser confundida com o desejo de diluição no fenômeno observado, da mesma maneira que a manutenção de certo distanciamento em relação a este não consiste em expressão de objetivismo, presumido ou almejado. Aproximações e distanciamentos constituem o jogo próprio de observar, que é também um *jogo de intervir*.

Minha presença e participação em cada um dos grupos, portanto, foi negociada mediante a explicitação dos objetivos e das modalidades de investigação e instituída através da dinâmica aproximação-distanciamento. *Aproximação* que, a despeito das intervenções já realizadas em alguns dos locais, exigiu o (re)estabelecimento de um “laço mínimo de algo em comum” (RANCIÈRE, 2008) a partir do qual um *espaço próprio* no interior da rotina de trabalho de cada unidade pudesse ser construído. E *distanciamento*, que somente foi viabilizado mediante a ocupação consentida desse espaço próprio, isto é, a partir do seu reconhecimento e aceitação pelo grupo. A ideia de um espaço próprio, nesse contexto, alude a uma forma de presença que aos poucos se torna familiar; alude a um “estar entre” que, ao mesmo tempo em que não passa despercebido, também não causa demasiado estranhamento; alude, enfim, à possibilidade de movimentação no campo, movimentação discreta, mas efetiva, que ora tende à aproximação, ora a um maior distanciamento.

Instrumento imprescindível nesse processo, o diário de campo (WINKIN, 1998) foi utilizado não apenas para a “captura” daqueles elementos (pequenos diálogos, enunciados, gestos) “soltos” em suas relações cotidianas em torno do trabalho na rua e

²³ Por sua vez, inspiradas nas proposições de Chapoulie (1984).

nas unidades de triagem e úteis à elucidação das questões da investigação, mas também como suporte para a emergência e para o exercício de certa *reflexividade*, nos termos propostos por Melucci (2005). Para esse autor, dado o fato de os atores sociais se encontrarem na posição insuperável de “atores-em-relação” e de trazerem consigo um grau de opacidade concernente às relações nas quais se encontram implicados, a interação entre observador e observados é também alvo de constante atenção num processo de pesquisa que se pretenda *reflexivo*. Nessa direção, conforme salienta Melucci (2005), abre-se a necessidade de tematizar a pesquisa como atividade social e como função cognitiva imbuída do desejo de tornar menos opaca essa relação e mais transparente o campo, ao menos num determinado lapso de tempo. Dito de outro modo, inaugura-se aí a possibilidade do desenvolvimento de um “novo realismo crítico que se interroga sobre como se constituem os objetos do nosso conhecimento, sem dissolver a tarefa cognoscitiva nas preferências individuais ou no falar à toa estetizante” (MELUCCI, 2005, p.42)

Os principais eixos de atenção, nesse momento da investigação, além da própria relação entre “observador e observado”, foram aquelas conversas informais, falas, ironias, fofocas, boatos, confidências, conchavos, sussurros e recados (FISCHER, 2006) nas que alguém fala algo para alguém (PINTO, 1998), bem como outras formas de expressão manifestas através da corporeidade (gestos, silêncios, sorrisos, olhares, etc.) e que expressam posicionamentos. Ou seja, os eixos de atenção foram as diferentes operações (CERTEAU, 2008) dos catadores, incluídas aí suas práticas discursivas e não discursivas. Nesse conjunto de procedimentos, especial deferência foi concedida às expressões de posicionamentos acerca do lugar social que ocupam, da atividade que desempenham e dos discursos sociais nos quais ambos – sujeitos e atividade - são ditos. Além disso, também constituíram objeto de consideração as circunstâncias específicas nas quais seus posicionamentos foram expressos.

No que tange às relações entre observador e observado, mais especificamente em relação aos limites entre observação e intervenção, devo confessar que raras vezes a negociação foi fácil. Junto ao grupo de catadores que operava a Unidade Centro do projeto Catavida, por exemplo, grupo que acompanhei mais de perto, frequentemente surpreendia-me incumbido ou na iminência de me incumbir de alguma tarefa inerente às suas atividades laborais cotidianas. Nessas ocasiões, solicitado mais pelas circunstâncias do que por eles e elas diretamente, por vezes foi preciso abandonar o relativamente cômodo lugar/papel de observador e tomar partido em alguma demanda específica, ora

relacionada às rotinas de trabalho, ora referente a processos mais amplos tais como os próprios atravessamentos discursivos objetivados por esta investigação. Solicitado pelas circunstâncias, por exemplo, abri mão de realizar o registro fotográfico do carregamento de dois caminhões com os fardos de papel produzidos para assumir a operação do elevador de carga; na mesma direção, interagi diretamente com alguns dos fornecedores de material, inclusive manifestando discordância em relação a posicionamentos seus, à revelia (ou justamente em função) do silêncio dos catadores que acompanhava.

É certo que em nenhum desses momentos deixei de jogar o *jogo próprio de observar*, afinal foram escolhas feitas em um horizonte de possibilidades que em geral apontou à continuidade e ao aprofundamento das trocas com os catadores e com as catadoras. Por outro lado, o fato de eu ter experimentado essas escolhas como dilemas, por si só, sugere a tenuidade dos limites entre observação e intervenção e a necessidade constante de se recolocá-los em questão. Tecerei mais considerações a esse respeito quando da análise dos dados e da problematização do lugar pedagógico desde o qual se empreendem iniciativas de formação e desde o qual se formulam as políticas educacionais destinadas a esses sujeitos.

Voltando às observações em si, faz-se importante ressaltar que em cada um dos grupos elas assumiram características diferenciadas ainda que os instrumentos utilizados para a realização dos registros tenham sido essencialmente os mesmos. No grupo do bairro Rubem Berta, antes do redirecionamento do olhar aos catadores de Novo Hamburgo, o acompanhamento de suas atividades se deu de forma esporádica e assistemática, frequentemente aproveitando a visita de um dos integrantes da equipe de pesquisa que havia sido coordenada pelo professor Nilton Bueno Fischer. Em raras ocasiões realizei registros fotográficos ou em vídeo, priorizando as anotações no diário de campo. O tempo de duração de cada uma das visitas foi de algumas horas concentradas em um único turno (manhã ou tarde). As conversas, em geral, versaram sobre temas diversificados e cotidianos; referências diretas às histórias e aos itinerários de vida não foram comuns. Quando ocorreram, deu-se em trocas mais reservadas com interlocutores específicos. A mim, conforme mencionado anteriormente, foi consentido o acesso a determinados conteúdos dessas trocas, bem como um relativamente livre trânsito pelos espaços do galpão. Vali-me dessa prerrogativa enquanto ela se mostrou suficiente aos objetivos inicialmente traçados.

Caso particular do possível, amostra no interior da amostra, os três grupos de Novo Hamburgo também demandaram a adoção de estratégias variadas para o

acompanhamento de suas atividades. No primeiro deles, grupo formado por cerca de quinze pessoas, entre as quais nem todos atuavam como catadores, e que se encontravam em processo de formação, optei por realizar as observações de forma mais discreta, realizando poucos registros escritos – as anotações eram feitas de forma esquemática e desdobradas imediatamente após cada um dos encontros – e fotográficos. Justifico essa opção pela formalidade própria dessa instância formativa na qual os participantes eram postos sentados em uma semicircunferência, de frente uns para os outros, e cujas trocas eram mediadas por um dos integrantes da equipe multiprofissional responsável pelo projeto Catavida. Estive mais exposto e, talvez em função disso, mantive certa reserva e discrição sob esse arranjo espaço-temporal. Os momentos em que me senti mais à vontade, justamente nos quais ocorreram os diálogos e as trocas mais significativas com eles e com elas, foram aqueles dos intervalos do Curso de capacitação e das saídas a campo e demais atividades coletivas articuladas pelo projeto (nas quais se encontravam integrantes dos três grupos e nas quais realizei a maior parte dos registros em vídeo). Acompanhei a capacitação desse grupo de agosto a novembro de 2011, num total de 10 encontros. Também a esse respeito – à estrutura e dinâmica de formação dos catadores vinculados ao projeto Catavida -, voltarei a tecer mais considerações em capítulos subsequentes²⁴.

No segundo grupo, integrado por catadoras e catadores que já haviam passado pela capacitação (e, posteriormente, também por aquelas e aqueles que a ela estavam submetendo), tive a oportunidade de exercitar diferentes formas de abordagem para o acompanhamento de suas atividades. Responsável pela coleta seletiva na região central de Novo Hamburgo, a Central de Catadores Unidade Centro - articulava atividades de coleta nas ruas e de triagem no galpão da unidade. Nas primeiras visitas que fiz a esse grupo, antes mesmo de iniciarem suas atividades, realizei observações bastante discretas, interagindo muito pouco com os associados. A exemplo do ocorrido na Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta, o fato de eu estar acompanhando os responsáveis pela implementação do projeto, ao mesmo tempo em que facilitou o acesso ao grupo e uma mais ou menos livre movimentação pelo espaço compartilhado, dificultou a negociação direta com as catadoras e com os catadores, ou seja, o início formal da investigação. Nessa posição particular de observador pude acompanhar, além da celebração que marcou a inauguração do espaço físico da unidade, também uma

²⁴ Em especial, no capítulo 8.

reunião com os integrantes do grupo para discussão e distribuição de equipamentos de proteção individual (EPIs) e a exibição, seguida de discussão, do filme “Lixo Extraordinário”²⁵. Realizei poucos registros fotográficos e filmagens durante esses primeiros encontros, restringindo-me mais às anotações esquemáticas no diário de campo.

Nos encontros subsequentes, entretanto, fui tencionado por eles e por elas a deixar essa cômoda posição de observador “não engajado” e a aderir de forma mais efetiva aos seus cotidianos de trabalho. Nesse contexto, interpretei o convite a acompanhá-los em seus trajetos diários como simultaneamente um desafio – pautado no reconhecimento de uma distância simbólica a ser superada e de certo grau de esforço necessário para fazê-lo - e uma indicação de confiança e de abertura. Analisada sob o prisma de um rito de passagem, a aceitação a esse convite e, posteriormente, a opção por centralizar os esforços de pesquisa justamente nessa instância do seu trabalho, teve um papel determinante para minha aceitação pelo grupo e para a construção de um lugar próprio desde o qual obtive acesso a determinados conteúdos de foro mais íntimo. E isso porque as catadoras e os catadores com os quais interagi ao longo desses últimos cinco anos²⁶ e, particularmente, os integrantes deste coletivo de trabalho, operam com uma clara distinção (manifesta sob a forma de tratamentos diferenciados) entre aqueles que compartilham ou que, ao menos, dispõem-se a compartilhar (sem restrições) algo de suas lutas e de suas sociabilidades, por um lado; e aqueles que se mantêm a certa distância, interpondo restrições à formas de aproximação mais significativas, por outro.

A esse reingresso no campo, portanto, correspondeu um redirecionamento dos olhares e das estratégias utilizadas para o acompanhamento de suas atividades. Passei a acompanhá-los em seus trajetos diários, comprometendo nisso a maior parte do tempo destinado às observações. De início, restringi os registros ao diário de campo; paulatinamente ampliei os suportes através da adoção da máquina fotográfica e da filmadora. Não demorei a perceber que sob esse arranjo o campo de observação acabava cindido em duas esferas distintas: a do tempo-espço coletivo do galpão, na qual as trocas eram mediadas pela presença dos outros, e a do tempo-espço individual das ruas, na qual a ausência dos outros permitia a expressão de posicionamentos e

²⁵ Lixo Extraordinário, 2010. Documentário. Direção: Lucy Walker. Codireção: João Jardim e Karen Harley. Produção: Hank Levine e Angus Aynsley. Coprodução: Peter Martin. Brasil, Reino Unido.

²⁶ Incluídos aí os anos de desenvolvimento do Estudo do Perfil Socioeducacional da População de Catadores de Materiais Recicláveis Organizados em Associações, Cooperativas e Grupos de Trabalho (FISCHER; STEPHANOU; MEYER, 2010).

declarações interditados na primeira esfera. Em cada um de nossos encontros, portanto, reservava os minutos iniciais (durante o café da manhã, antes de começarem a sair para a coleta dos materiais) e finais (após o retorno do catador ou da catadora que acompanhava para o galpão, até a hora do almoço) à realização das observações coletivas e a maior parte do tempo para o acompanhamento de suas atividades nas ruas. Conforme detalharei a seguir, essa dinâmica de trabalho exigiu a reorientação metodológica da investigação, especialmente em relação às entrevistas biográficas e às entrevistas coletivas almejadas.

Por fim, ao terceiro grupo, responsável pela operação da Central de Triagem do Bairro Roselândia²⁷, recorri apenas esporadicamente, em geral acompanhando algum dos outros dois grupos em visitas organizadas pela coordenação do Projeto Catavida. Não tive a oportunidade de acompanhar suas atividades por um período ininterrupto de tempo e os raros momentos de interação com seus integrantes se deram nos espaços coletivos de formação, que reuniam catadoras e catadores dos três coletivos. A central da Roselândia, nesse sentido, figurou mais como uma referência acionada em diferentes momentos ao longo da investigação, na maior parte das vezes pelos próprios sujeitos ouvidos e que a ela se referiam, do que propriamente como parte do corpus empírico da pesquisa. Convém antecipar que neste coletivo de trabalho, o maior dos três articulados pelo Projeto Catavida, com cerca de sessenta integrantes, a renda média mensal de cada trabalhador fica acima dos mil reais, quase o dobro da média mensal *per capita* na Central de Catadores Unidade Centro. Esse panorama, aliado ao fato de esta ser a unidade mais antiga, resultado de uma intervenção exitosa do poder público municipal junto à associação de catadores que atuava no aterro sanitário de Novo Hamburgo, permite explicar em parte o fato dela figurar no horizonte referencial de muitos dos integrantes dos demais grupos do município.

²⁷ Conforme apresentado na seção “Do encontro com o Projeto Catavida”, neste mesmo capítulo.

2.4.2. Das entrevistas e conversas construídas em trânsito: um convite ao deslocamento

Em complemento às observações, tive a oportunidade de aprofundar diálogos com alguns integrantes da Central de Catadores responsável pela coleta na região central de Novo Hamburgo, cujos eixos foram seus itinerários de vida. Inicialmente pensados como um momento à parte no conjunto de atividades previstas a serem realizadas em campo, esses diálogos de caráter biográfico se efetivaram mesmo durante (e entremeado a) as observações, na maior parte das vezes ao longo de seus percursos diários. Consistiram, pois, em narrativas construídas em trânsito, no tempo-espaco próprio (porque experimentado individualmente) circunscrito por suas andanças. Minha atitude preferencial, nessas ocasiões, foi a de receptividade pelas histórias que tinham e se dispunham a compartilhar. Em diferentes momentos, abduquei ao controle que a posição de observador me outorgava, deixei minhas questões de lado e participei de forma mais simétrica de seus cotidianos de trabalho ouvindo o que tinham a dizer.

Diferente de uma situação formal de entrevista, na qual pesquisador e pesquisado se encontram com o objetivo de juntos construírem um depoimento, a especificidade dessas *conversas espontâneas em encontros situados* (SPINK, 2008) exigiu-me ampliar – e talvez até mesmo deslocar – o campo de visão a fim de abarcar também – e talvez principalmente – as circunstâncias específicas nas quais as narrativas eram produzidas. Passaram a interessar, assim, para além dos conteúdos particulares de cada depoimento, também os diferentes caminhos percorridos para se chegar a determinados assuntos, seus motes e as intenções mais ou menos explícitas que os acompanhavam, bem como possíveis interditos e seus desdobramentos no interior de um contexto narrativo mais amplo. Em suma, foi preciso passar a reconhecer o tanto de produção e de negociação de sentidos presente na gratuidade dessas “conversas jogadas fora” (SPINK, 2008), assim como a própria estrutura do mercado das trocas no interior do qual estas se dão (CRIADO, 1998).

É certo que esse arranjo, centrado na espontaneidade das trocas, se comparado a outros mais formais (e, por isso, controlados), implicou perdas ao trabalho investigativo. O reconhecimento e o respeito à reserva de alguns – ao mesmo tempo em que à disponibilidade de outros - em compartilharem suas histórias, por exemplo, acabou reduzindo de forma significativa o número de sujeitos ouvidos nessa etapa do trabalho de campo e influenciou na seleção dos informantes. O aprofundamento do diálogo tendo como eixo o itinerário de vida das catadoras e dos catadores, portanto, foi conduzido

apenas com aqueles e com aquelas que se dispuseram a isso e não com todos os integrantes do grupo ou com a amostra mais representativa do mesmo. Ademais, alguns temas específicos de minha lista inicial de interesses acabaram pouco explorados ou mesmo estiveram ausentes nessas narrativas, impedindo, para além da simples – mas nem por isso pouco significativa – constatação de suas ausências, a tecitura de inferências mais detalhadas (porque empiricamente fundamentadas) a seus respeitos.

De outra parte, faz-se importante reconhecer que a essas perdas sobrepuseram-se ganhos significativos, entre os quais talvez os mais relevantes tenham sido o acesso a temas não objetivados quando do delineamento inicial da investigação – temas estes que se não contribuíram à elucidação das questões postas, ao menos exigiram a re colocação de algumas delas – e o destaque às táticas postas em ação por eles e por elas durante nossos itinerários. A abertura e a relativa abdicação ao controle das trocas, dessa forma, não apenas viabilizaram um fluxo narrativo que em situações mais formais de entrevista acabava frequentemente interdito, como também constituíram as condições de possibilidade para a entrada em cena do novo, do ainda não pensado (como relevante ao campo da investigação) ou do pensado mas posto em segundo plano por motivos os mais diversos. Dito de outro modo, a relativa liberdade que tiveram as catadoras e os catadores para contarem a sua história pôs em relevo justamente suas escolhas: as coisas eleitas para serem ditas e as coisas reservadas ao silêncio, assim como a própria estrutura do mercado de trocas que determina o indizível e o impensável em cada ocasião (CRIADO, 1998).

A análise dessas entrevistas procurou privilegiar, portanto, duas principais dimensões: de uma parte, uma dimensão objetiva, contemplando estatutos sociais, posições ocupadas, capitais culturais herdados, enfim, sociografias de base que permitem avaliar até que ponto seus horizontes de futuro expressam, sobretudo, itinerários percorridos; e de outra, uma dimensão subjetiva que viabiliza uma aproximação qualitativa à construção dos quadros de vida desses sujeitos (PAIS, 2000). Interessaram, neste âmbito, não apenas a singularidade das *narrativas em si*, mas também o cruzamento das *narrativas entre si*. Foi a partir deste duplo corte analítico que as relações dos sujeitos com a atividade da reciclagem, com o campo ambiental e com os discursos que o perpassam, procuraram ser apreendidas.

No que tange à singularidade das narrativas em si, além das informações úteis para se compreender os itinerários efetivamente percorridos pelas catadoras e pelos catadores entrevistados, tais como aquelas referentes a motivações (para o início do

trabalho como catador; para a continuidade ou não na reciclagem, entre outras), atuais condições de vida e projetos de futuro, interessou perscrutar as relações entre *práticas discursivas* e *identidades*, isto é, os modos e as circunstâncias em que mobilizam determinados enunciados na (re)significação de suas trajetórias e na (re)construção de suas identidades. Já no que se refere ao cruzamento das narrativas entre si, este foi operado com o intuito de identificar nelas *formas que se repetem* e *formas que se opõem* (PINTO, 1988). Através desse cruzamento, pretendi reconhecer os principais enunciados mobilizados pelos sujeitos e, a partir destes, os principais discursos que os interpelam (discursos “fundamentais” ao grupo).

As informações obtidas nessa dinâmica de trocas menos controladas foram cruzadas com aquelas resultantes de entrevistas biográficas formais realizadas durante o estudo do perfil socioeducacional da população de catadores organizados em grupos de trabalho da região sul do Brasil, permitindo a construção de um quadro referencial mais abrangente e denso no interior do qual os itinerários de vida das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis procuraram ser (re)situados. Tanto aqueles depoimentos lançaram luzes sobre a leitura destes, quanto estes permitiram e, em alguns casos, também exigiram a releitura daqueles.

Na condição de aprofundamentos das conversas cotidianas construídas em trânsito, durante os itinerários individuais diários das catadoras e catadores que acompanhei, convém mencionar que nem todos esses diálogos de caráter biográfico puderam ser gravados. Ora por questões técnicas (disponibilidade e viabilidade do uso de um gravador ao longo de um itinerário de alguns quilômetros por algumas das ruas mais movimentadas da cidade), ora pelo não consentimento²⁸ dos seus autores, muito do seu conteúdo ficou “entre nós”. Recorri, nestes casos, a breves e esquemáticas anotações no diário de campo desdobradas logo após cada um dos encontros. Em todas as demais ocasiões, os registros foram feitos em áudio e vídeo ou apenas em áudio²⁹, conforme o consentimento do depoente, e posteriormente transcritos.

²⁸ A formalização das concessões para o uso dos depoimentos, imagens e vozes captados durante a realização da pesquisa se deu através da assinatura de termos de consentimento pós-informado cujos modelos se encontram em anexo (APÊNDICE E).

²⁹ Quando obtive consentimento para isto, as filmagens foram realizadas com uma Câmera Digital EOS REBEL T3 (objetiva 18-55mm f/3.5-5.6) e com uma Câmera Digital GoPro HD HERO (em geral, presa ao meu peito). As fotografias, de forma predominante, foram realizadas com uma Câmera Digital EOS REBEL T3 (objetiva 18-55mm f/3.5-5.6) no modo manual (com ou sem o auxílio de um tripé). Por fim, as gravações em áudio foram realizadas com um Gravador Digital Panasonic RR-US511.

Para a transcrição dos depoimentos, realizei um duplo esforço de adaptação. Por um lado, procurei adaptar o discurso oral à linguagem escrita, através do registro das palavras segundo a ortografia padrão. Algumas pequenas concessões à pronúncia foram feitas, mas somente naqueles casos de usos muito cristalizados (“da”, “do”, “na”, “no”, “num”, “numa”, “pra(s)/ pro(s)”, “tá”, “tou”, “tava”). Ao renunciar a uma transcrição fonética, pretendi tornar mais fluida a leitura dos dados, enfatizar o conteúdo de cada um dos depoimentos (ao invés da sua forma) e preservar o anonimato dos sujeitos (mais facilmente identificáveis pela forma como falam do que pelo conteúdo do que dizem)³⁰. Por outro lado, procurei adequar a linguagem escrita ao discurso oral, através da marcação das pausas (...), bem como por meio da inserção de comentários, descrições de contexto e de outros elementos explicativos, sempre entre colchetes ([])³¹. Essa escolha, por sua vez, objetivou transmitir (dentro das limitações inerentes a uma tradução como esta) um pouco da “vida” de cada um dos relatos. Além disso, uma vez que se admita, conforme Errante (2000), que boa parte do conteúdo das narrativas reside na sua “porção não falada”, o esforço em tornar mais denso o texto a partir do acréscimo de elementos do contexto (gestos, pausas, etc.) não apenas se justifica como se torna necessário à análise.

Quanto à utilização da máquina fotográfica e da filmadora para a realização dos registros, ainda convém ressaltar que possibilitou a construção, sobre bases mais claras, de uma relação de contraprestação (AGUILAR, 1998) entre mim e os integrantes deste grupo. Isso porque, ao longo da pesquisa, passaram a me solicitar cópias das fotografias que eu fazia (em especial das festas e dos passeios culturais organizados pela equipe do Catavida³²). Além disso, na condição de grupo, solicitaram-me também a produção de

³⁰ Considerando um universo de posicionamentos relativamente homogêneo (o que nem sempre foi o caso). Além da renúncia à transcrição fonética, o anonimato dos sujeitos procurou ser preservado através do sigilo dos seus nomes. Sempre que possível, optei por me referir genericamente a eles e a elas através das denominações “Catador” e “Catadora”, respectivamente. Quando isso não foi possível (em geral por uma questão de forma, ao longo do detalhamento de uma história de vida em particular, por exemplo, ou na transcrição de excertos de meu diário de campo), substituí seus nomes verdadeiros por nomes fictícios.

³¹ Em síntese, os sinais utilizados foram os seguintes: *reticências* para indicar pequenas pausas e as *reticências dentro de colchetes* para indicar cortes efetuados por mim nos relatos; as *aspas*, para indicar discursos indiretos (discursos de outrem dentro dos discursos dos catadores entrevistados); e, por fim, os *colchetes* para a inserção de comentários, explicações, descrições de contexto e outros elementos acessórios às narrativas construídas.

³² Durante o período em que acompanhei as atividades do Projeto Catavida, entre agosto de 2011 e dezembro de 2012, as principais celebrações e passeios culturais foram os seguintes: desfile cívico de sete de setembro (2011); participação no II Seminário sobre Resíduos Sólidos em São Leopoldo (2011); participação da Santo Afonso Fest (2011); caminhada e limpeza das margens do Arroio Gaúchinho (2011); visita às unidades de triagem do Novo Hamburgo (2011); visita à Usina do Gasômetro e participação do encerramento da Romaria das Águas (2011); desfile cívico de sete de setembro (2012);

um pequeno vídeo³³ de apresentação que explicasse as etapas do trabalho na Central de Catadores Unidade Centro e que pudesse ser utilizado na divulgação do Projeto Catavida junto a condomínios residenciais e escolas. Se de uma parte essas solicitações direcionaram a realização dos registros em algumas ocasiões, de outra me possibilitaram utilizar com muito mais desenvoltura tanto a máquina fotográfica quanto a filmadora, convertendo-se em um ganho significativo à realização do trabalho de campo. Na condição de “repórter do grupo”, portanto, tive acesso privilegiado a determinados acontecimentos e circulação facilitada pelo espaço instituído por suas relações. Mais considerações a esse respeito serão tecidas nos capítulos seguintes.

Por fim, entrevistas de cunho biográfico foram realizadas também com alguns dos integrantes da equipe responsável pela execução do Projeto Catavida e objetivaram fundamentalmente elucidar seus itinerários de vinculação com o campo ambiental, num plano geral, e com a atividade de reciclagem, especificamente. Entre estas, especial atenção foi concedida ao depoimento da idealizadora e coordenadora do projeto e ao depoimento do educador responsável pela capacitação do grupo que acompanhei no Bairro Santo Afonso.

2.4.3. Da opção pela informalidade das trocas durante o acompanhamento da “experiência do nós”

No plano inicial da investigação, a exemplo do que foi posto em relação às entrevistas biográficas aprofundadas, havia sido traçada a realização de entrevistas coletivas com as catadoras e com os catadores, constituindo-se em um momento à parte no conjunto de atividades planejadas. O objetivo principal dessas entrevistas não era aprofundar temas específicos surgidos durante as observações e durante as entrevistas biográficas individuais, mas sim dar vazão àquela “experiência do nós” e àquela “voz coletiva” referidas por Errante (2000)³⁴. Destarte, fosse sob a forma de grupo de discussão (AGUILAR, 1998), fosse sob a forma de grupo de rememoração (LISBOA,

comemoração do aniversário de um ano da Central de Catadores Unidade Centro (2012); e visita ao Espaço Cultural Iberê Camargo (2012).

³³ Disponível em: <https://vimeo.com/54736402> Acesso em: 27/01/2013.

³⁴ No trabalho no qual narra e discute sua experiência como historiadora oral em Moçambique, Errante (2000) enfatiza a influência do “como” nós rememoramos sobre o “que” rememoramos. Segundo a autora, modos particulares de rememoração exigem contextos particulares de rememoração. Dessa forma, a emergência e verbalização de alguns tipos de lembrança requerem uma experiência de compartilhamento grupal, isto é, exigem um contexto específico, em geral coletivo, no qual os sujeitos não às suas vozes individuais, mas a uma “voz coletiva”.

2007; 2010), as entrevistas coletivas complementariam as demais abordagens de pesquisa menos pela oportunidade de retomada do que foi dito e mais pelo acesso que viabilizam a outro tipo de informação.

O acompanhamento das atividades dos grupos de catadoras e catadores, em particular da Central de Catadores Unidade Centro (Novo Hamburgo, RS), entretanto, dissuadiu-me de levá-las a cabo. Justifico essa desistência – na verdade uma reorientação da abordagem – por dois motivos. O primeiro deles diz respeito à resistência dos catadores e das catadoras, em geral, e dos integrantes da Unidade Centro, em particular, a qualquer tipo de inquérito formal. Não houve ocasião, ao longo do processo de pesquisa, em que não tenham respondido com esquivas às tentativas de formalização de entrevistas. Seja por meio de depoimentos burocráticos (no sentido pejorativo do termo, pois submetido a muitos controles e marcado por certa redundância), seja através do silêncio ou da recondução ativa de cada um dos questionamentos a eles dirigidos, as catadoras e os catadores, em geral, resistem à fixação e ao engajamento requerido a uma satisfatória construção de informações nesses moldes.

O segundo motivo, por sua vez, refere-se à gestão dos tempos no interior de uma unidade de triagem. Como é de conhecimento comum, nos galpões de triagem a renda se encontra atrelada ao ritmo de trabalho. As catadoras e os catadores, ainda que nem sempre operem segundo essa lógica, tem-na clara e a utilizam como argumento quando são solicitados a parar seu trabalho em função de interesses alheios. Em diferentes oportunidades pude presenciar manifestações de desconformidade, ou mesmo de incômodo, por parte dos integrantes da Unidade Centro quando submetidos a paradas forçadas durante seus expedientes de trabalho. Da mesma maneira, mas por razões distintas, o restante dos seus tempos - utilizados (taticamente conforme tentarei demonstrar no capítulo 7) para fruição e para o desenvolvimento de outras atividades que não aquelas diretamente relacionadas ao trabalho - costuma lhes ser caro. Nesses momentos, fundamentais à construção e manutenção dos laços interpessoais, portanto, mostram-se igualmente indisponíveis.

Tomando como referência esse quadro de interdições, no qual os dois principais motivos acionados para o redirecionamento da abordagem aos catadores se revelam intimamente relacionados, optei pela informalidade das trocas e por me ajustar aos seus tempos mais do que buscar ajustá-los aos meus. Da dificuldade em conduzir com elas e com eles entrevistas coletivas nos moldes formais, portanto, surgiu a oportunidade de

aprofundar a observação e a escuta naqueles momentos em que cotidianamente se encontravam juntos: durante o café da manhã, antes e após as atividades do turno, bem como durante as festas e as celebrações. A expressão de uma “voz coletiva” e de uma “experiência do nós” foi buscada nesses momentos, em meio à fruição das trocas que desempenham tão importante papel para o grupo e para os seus sujeitos.

Metodologicamente, isso exigiu alguns rearranjos. Foi preciso, em primeiro lugar, que eu abdicasse a experimentar como intervalos meus, os intervalos do grupo que acompanhava. Durante a pausa para o café ou logo após cada um dos itinerários, alguns dos quais duravam quase o turno da manhã inteiro, precisei resistir à tentação de me entregar com eles e com elas à fruição daquele momento de descanso e baixar de todo a vigilância investigativa. Confesso que nem sempre isso foi fácil, ou mesmo possível. No mais das vezes, contudo, os resultados foram satisfatórios. Em segundo lugar, foi preciso desenvolver uma metodologia própria de registro que não corrompesse o caráter informal dessas ocasiões. A solução que encontrei foi a intensificação do uso do diário de campo imediatamente após cada um desses eventos, muitas vezes no caminho entre o galpão e a parada de ônibus, num esforço de rememoração e síntese dos principais acontecimentos. Primeiro a reconstrução dos fatos era feita de forma esquemática e de acordo a ordem cronológica; em seguida, cada uma delas era desdobrada através da inserção de comentários e referências cruzadas; por fim, numa segunda leitura do texto, eram revisadas à luz de acontecimentos mais recentes.

A exemplo do efetivado por Pais (2000) junto aos jovens com os quais interagi em suas investigações, o acompanhamento dessa instância coletiva de seus tempos buscou dar conta, entre outras coisas, de como os catadores integram os conhecimentos acerca do que os rodeia e como esses conhecimentos são acionados na atribuição de sentido às suas vidas. Concedi prioridade, neste caso, aos “sistemas de classificação” utilizados por eles em sua linguagem corrente (PAIS, 2000). Daí a importância de estarem na presença uns dos outros, de estarem a falar uns para os outros, ainda que não necessariamente em uma ocasião formal de entrevista. O que pretendi com essa disposição foi outra aproximação às redes de relacionamento e aos fluxos de significado que configuram as vidas dos catadores.

2.4.4. Da análise documental

Outro objetivo da pesquisa foi identificar e caracterizar os discursos com maior poder de interpelação junto às catadoras e aos catadores com os quais interagi. Dadas a heterogeneidade dos grupos que compõe o corpus empírico da pesquisa e a diferença de tempo dispensado ao acompanhamento das atividades de cada um deles, também nesse âmbito da investigação as atenções recaíram sobre os coletivos articulados pelo Projeto Catavida. Destarte, durante o período em que os acompanhei, recolhi fragmentos de discursos que direta ou indiretamente circularam entre seus integrantes: diretamente, através dos meios de comunicação em massa, das ações de capacitação ou das relações interpessoais; e, indiretamente, por meio dos arranjos e dos princípios estruturantes do projeto ao qual estavam vinculados.

Dentre os fragmentos recolhidos, alguns constituíram textos que puderam ser diretamente analisados; outros, todavia, serviram apenas como indicações para os discursos dos quais se desprenderam, exigindo o aprofundamento da busca por documentos nos quais pudessem ser contextualizados. Destacam-se, no primeiro conjunto, o “Discurso oficial de apresentação do Projeto Catavida”, proferido no desfile cívico do Sete de Setembro de 2011 (e reproduzido em parte no desfile cívico de 2012), o “Hino do Catador”, reproduzido pelos próprios catadores em diferentes ocasiões, e a “Intervenção da coordenadora do Projeto Catavida durante o II Seminário sobre Resíduos Sólidos” realizado na Câmara de Vereadores de São Leopoldo, RS, em outubro de 2011. Quanto ao segundo, as indicações fornecidas remeteram aos discursos produzidos pelo MNCR, organização que teve importante participação na construção da proposta de trabalho adotada em Novo Hamburgo e cujas proposições continuam inspirando os integrantes da equipe responsável pela coordenação do Projeto Catavida.

Ao primeiro conjunto de fragmentos (eles mesmos convertidos em textos para análise), portanto, foi preciso acrescentar documentos que permitissem reconstruir e caracterizar os discursos do MNCR, em especial acerca da atividade de reciclagem e do seu sujeito. Esses documentos foram buscados no banco de dados mantido pelo próprio movimento³⁵ e a seleção operada tendo em mente os objetivos da investigação. Além disso, dei preferência àqueles discursos que já se encontravam sob a forma de texto escrito e cuja circulação abrangesse a Região Sul do país. A maior concentração de

³⁵ Através do seu website: www.mnrcr.org.br/

textos dessa natureza foi encontrada no jornal *De catador para catador*, veículo de difusão das ideias e das ações do MNCR. Dos treze números disponíveis (abrangendo irregularmente o período entre 2005 e 2012), nove correspondiam à edição de circulação nacional e os outros quatro a edições de circulação regional, sendo que destes, apenas um da região sul. Entre os dez números que abrangiam de alguma forma a região sul, seis acabaram fornecendo matérias para a análise. Ao todo, os textos selecionados foram quatro artigos, dois editoriais, uma entrevista e uma carta. Para além do material oriundo do jornal, compuseram o corpo de documentos analisados como representativos dos discursos do MNCR também uma nota de esclarecimento quanto ao uso indevido do nome do MNCR e o discurso de abertura da Expocatadores 2010, ambos publicados e disponíveis no site do MNCR.

Por fim, em que pese o fato de ter tido pequena penetração junto aos grupos que acompanhei, acrescentei ao corpo final de textos analisados uma carta do Irmão Antônio Cechin produzida em resposta à matéria publicada pelo Jornal Zero Hora em 19 de maio de 2012. Essa carta, publicada no site do Instituto Humanitas Unisinos e com ampla divulgação na internet através de blogs e redes sociais, é representativa de outra matriz discursiva cuja presença e circulação entre os catadores com os quais interagi pôde ser identificada³⁶ e que se caracteriza pela articulação entre discurso religioso e discurso ambiental. Trata-se, à primeira vista, de uma matriz híbrida resultante da ambientalização do discurso religioso acerca do catador e da reciclagem e que logra obter alguma penetração mesmo em meios mais “aparelhados” como este do projeto Catavida. Tecerei mais considerações a esse respeito quando da apresentação dos resultados da análise do conjunto desses discursos.

Feita a seleção de documentos representativos dos diferentes discursos com poder de interpelação junto aos catadores acompanhados, realizei uma pré-análise dos mesmos, através da leitura e da elaboração de fichamentos, conforme sugerido por Pimentel (2001). Para o fichamento dos textos, utilizei quadros cujos campos permitiam a organização das informações em quatro diferentes blocos: *dados de identificação, instâncias enunciativas, discursos sobre a reciclagem e sobre o catador de materiais recicláveis e atravessamentos com o campo ambiental*. No primeiro desses blocos (APÊNDICE A) a classificação dos documentos segundo “título”, “suporte”, “espécie”, “veículo de publicação”, “data de publicação”, entre outros indicadores, objetivou

³⁶ De forma predominante através de fragmentos de discursos divulgados em cartazes elaborados pelos catadores para o desfile cívico do Sete de Setembro de 2012.

facilitar seus arquivamentos e localizações (considerando consultas futuras). No segundo bloco (APÊNDICE B), inspirado na abordagem sugerida por Pinto (1998), pré-analisei os documentos tendo como referência as três instâncias do processo enunciativo: *quem fala; a quem fala; e o que fala*. No terceiro bloco (APÊNDICE C), concedi especial deferência ao processo de construção do *sujeito catador* e da *atividade reciclagem*, posto em movimento em cada um dos documentos analisado. Por fim, no quarto bloco (APÊNDICE D), indiquei a existência ou não de *referências à crença na natureza como um bem* e teci considerações acerca do *espaço reservado ao argumento ambiental* e acerca de sua *função* nos diferentes discursos. A produção desses fichamento almejou facilitar a análise e a caracterização dos discursos, em especial a identificação das *formas que se repetem* e *as formas que se opõem* em cada um deles (PINTO, 1998).

O objetivo desta seção, conforme anunciado no início do texto, foi discutir e aprofundar alguns pontos particulares da argumentação, de forma articulada aos procedimentos e instrumentos de pesquisa aos quais recorri, naquilo que poderia ser considerado a construção simultânea de um método e de uma proposta de trabalho. Na parte que segue, passo à explicitação dos sentidos que assumem no escopo desta tese determinados conceitos e noções-chaves à construção e ao tratamento do objeto de pesquisa. Nessa direção, o principal intuito das revisões apresentadas adiante é o de delinear um quadro referencial teórico a partir do qual os atravessamentos entre um campo ambiental, um conjunto heterogêneo de enunciados e os itinerários de vida das mulheres e homens, atuais catadores de materiais recicláveis, possam ser pensados.



Cores, junho de 2012.
Foto: Cassiano P. Lisboa

3. A NOÇÃO DE CAMPO AMBIENTAL E OS PROCESSOS DE AMBIENTALIZAÇÃO

Analisadas à luz de um horizonte sociológico abrangente - constituído, de uma parte, pela intensificação dos fluxos migratórios internos no Brasil e pelo deslocamento da população para as grandes metrópoles e, de outra, pela emergência e consolidação de um campo social específico articulado em torno da crença na produção e reprodução da natureza como um bem -, as narrativas e os itinerários de catadoras e catadores de materiais recicláveis nos desafiam a repensar a rigidez dos lugares desde os quais oferecemos leituras acerca de seus posicionamentos. Em particular, põem em questão duas perspectivas que vem disputando espaço na arena de ação e no circuito de produção de conhecimentos organizados em torno da reciclagem: a da vitimização, que ainda encerra os catadores na condição de oprimidos, vítimas passivas do desenrolar de processos socioeconômicos mais amplos; e a perspectiva do protagonismo ambiental, segundo a qual esses sujeitos anunciam e empreendem um novo *ethos* ecológico.

O primeiro dos dois processos (tomado aqui apenas como referência e não como objeto de análise) constitui o pano de fundo que nos auxilia a compreender os trânsitos experimentados pelos atuais catadores e pelas catadoras de materiais recicláveis, o tanto de desenraizamento que implicam, suas motivações, suas condições de possibilidade, seus horizontes e seus desafios; possibilita-nos, ademais, situar a opção pela catação simultaneamente no plano das interdições e das oportunidades que se apresentam aos migrantes nos grandes centros urbanos. À luz de dinâmicas e fluxos migratórios mais abrangentes, portanto, a análise pormenorizada dos itinerários construídos pelos catadores deixa entrever e permite problematizar, na esteira de Paul Ricoeur (2010), a articulação entre duas dimensões de suas existências: a dimensão de atividade – o sujeito como agente - e a dimensão de padecimento – o sujeito como vítima.

Quanto ao segundo processo, este nos convida à reflexão acerca das recentes oportunidades e exigências de reposicionamentos (físicos e simbólicos) frente às quais se deparam os catadores de materiais recicláveis pela generalização e difusão (a nível local e mundial) do debate ecológico. A análise da estrutura do campo ambiental, do modo como se inscreve em um horizonte histórico abrangente e da recente ampliação de sua interface com outros campos sociais nos possibilita não apenas situar os itinerários dos catadores e das catadoras de materiais recicláveis em relação a este, como também

avaliar as interferências recíprocas entre uns e outro. Por meio do exercício reflexivo, que algumas das contradições que animam o campo podem ser postas em evidência e problematizadas.

Desta feita e em que pese a existência de argumentos em direção contrária, a caracterização dos itinerários (não apenas aqueles de vida, mas também seus trânsitos cotidianos) das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis sob o prisma da atividade e do padecimento, dimensões estas que caracterizam suas condições de vida, tem por objetivo enfatizar as continuidades e semelhanças que as interligam, pondo em questão a ideia de que a constituição do campo ambiental necessariamente instaura uma ruptura nas formas vigentes de pensar e interagir com o mundo. A intenção, pois, é a de sublinhar o movimento complexo mediante o qual a emergência e consolidação do campo ambiental, ao mesmo tempo em que inaugura possibilidades e instaura arranjos inéditos, contribui à perpetuação, sob nova roupagem, do quadro de pobreza e de precariedade das condições de trabalho no qual se encontram os atuais catadores de materiais recicláveis. Os deslocamentos operados, neste caso, e conforme será visto em mais detalhes na sequência do texto, são predominantemente simbólicos e operados desde posições e a serviço de interesses específicos no campo.

3.1. Os campos sociais

Para compreender as recentes transformações dos discursos acerca dos catadores de materiais recicláveis e da atividade que desempenham, bem como as repercussões advindas dessas transformações, a noção de *campo ambiental* se apresenta como fundamental. A caracterização da evolução do debate ecológico em termos de relações de forças entre diferentes posições sociais, para além da simples recapitulação e rearranjo de fatos anacrônicos com vistas à construção de um sentido histórico, amplia as possibilidades de articulação sincrônica entre processos sociais correlatos. Isto, por sua vez, permite a identificação de seus pontos comuns, bem como de suas especificidades.

O marco teórico em relação ao qual a noção de *campo ambiental* se situa e do qual obtém sua operacionalidade é a *teoria dos campos sociais* de Pierre Bourdieu (2007; 2011). Fundamentada na análise das relações entre três instâncias distintas, a saber, as *posições sociais*, as *disposições* (ou *habitus*) e as *tomadas de posições* (escolhas feitas pelos agentes), a teoria de Bourdieu destaca o fato de cada agente ou grupo de agentes se encontrarem distribuídos no espaço social de acordo com a

quantidade relativa de capital que possuem e mobilizam em suas relações. O capital, neste caso, atua como *princípio de diferenciação*. Nas sociedades capitalistas, os dois mais relevantes princípios de diferenciação são, de acordo com o autor, o *capital econômico* e o *capital cultural*. Além dos dois tipos de capital em si mesmos, Bourdieu considera também a combinação de ambos na configuração daquilo a que chama de “capital global”. Conforme sustenta, as diferenças no volume de qualquer um dos tipos de capital são o fundamento de diferenças nas disposições (construídas e incorporadas no convívio social) que, por sua vez, repercutem nas tomadas de posição.

A cada classe de posições, portanto, corresponde uma classe de disposições produzidas pelos condicionamentos sociais e incorporadas ativamente³⁷ pelos agentes. Bourdieu articula esse conjunto de disposições sob uma designação comum, retomando para isso a velha noção aristotélica de *hexis*, convertida pela escolástica em *habitus*³⁸. “O *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um *haver*, um capital [...]; o *habitus*, a *hexis*, indica uma disposição incorporada, quase postural [...]” (BOURDIEU, 2007, p.61). Uma das funções da noção de *habitus*, nesse contexto, é a de dar conta da unidade de estilo que vincula as práticas e os bens de um agente singular ou de uma classe de agentes (BOURDIEU, 2011), ou seja, atuar como um *princípio gerador e unificador*. Mas os *habitus*, diferenciados que são uns dos outros, conforme as posições das quais são os produtos, atuam também como *princípios de diferenciação*: as disposições compartilhadas e, por isso, comuns a um determinado grupo de agentes são as mesmas que o diferenciam dos demais grupos existentes. É nesse sentido, por exemplo, que Bourdieu afirma que “[...] a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções [...]”. (BOURDIEU, 2007, p.11).

Desse arranjo, decorre a compreensão do espaço social como um *campo*: simultaneamente um *campo de forças*, que se impõem aos agentes que nele se

³⁷ Não resulta incomum a associação da noção de *habitus* a certa passividade dos agentes em relação à construção e à incorporação das disposições sociais as quais a noção faz referência. Bourdieu, contudo, contradiz essa leitura na seguinte passagem, onde explicita suas intenções ao recuperar esse termo da tradição: “[...] eu desejava por em evidência as capacidades ‘criadoras’, activas, inventivas, do *habitus* e do agente (que a palavra hábito não diz), embora chamando a atenção para a idéia de que este poder gerador não é o de um espírito universal, de uma natureza ou de uma razão humana, como em Chomsky [...], mas sim o de um agente em acção: tratava-se de chamar a atenção para o ‘primado da razão prática’ de que falava Fichte, [...] ao ‘lado activo’ do conhecimento prático que a tradição materialista, sobretudo com a teoria do ‘reflexo’, tinha abandonado” (BOURDIEU, 2007, p.61).

³⁸ Bourdieu se refere a uma tradição de utilizadores da palavra *habitus* (ou de correlatos seus) em relação a qual se situa e da qual recupera e atualiza o termo. Integram-na, segundo o próprio Bourdieu, Hegel, Husserl e Mauss (BOURDIEU, 2007).

encontram envolvidos, e um *campo de lutas*, no interior do qual os agentes e grupos de agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme suas posições na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para sua manutenção ou transformação (BOURDIEU, 2011). Segundo Bourdieu, os agentes, na sua luta para fazerem reconhecer a sua visão como objetiva, dispõem de forças que dependem da sua pertença a campos objetivamente hierarquizados e das posições que ocupam nestes. Desta feita, delinea-se um quadro no qual,

As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme os seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais. Elas podem conduzir essa luta quer directamente, nos conflitos simbólicos da vida quotidiana, quer por procuração, por meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólica [...] e na qual está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima [...], quer dizer, o poder de impor – e mesmo inculcar – instrumentos de conhecimento e expressão (taxionomias) arbitrários [...] (BOURDIEU, 2007, p.11-12)

Será desde esses campos objetivamente hierarquizados que os agentes, reunidos em torno de uma crença comum, mas nem sempre almejando aos mesmos objetivos, disputarão com outros campos correlatos (e, mesmo, internamente ao campo, uns com os outros) a imposição da sua visão de mundo (ou de uma visão de mundo particular) como objetiva (isto é, como não arbitrária). Conforme sublinha Bourdieu, as lutas que têm lugar no campo têm o poder simbólico como coisa em jogo: o que nelas se encontra em disputa “é o poder sobre o uso particular de uma categoria particular de sinais e, deste modo, sobre a visão e o sentido do mundo natural e social” (BOURDIEU, 2007, p.72 – nota número 16). Trata-se, em todo caso, de um *poder simbólico que somente se exerce se for reconhecido*, logo, em uma relação determinada entre os que exercem poder e aqueles que lhes estão sujeitos.

Entendidos como instrumentos de conhecimento e comunicação, os sistemas simbólicos tendem a estabelecer uma ordem *gnoseológica* que torna possível o consenso acerca do sentido do mundo social e que contribui fundamentalmente para a reprodução de sua ordem (BOURDIEU, 2007). Exercem, pois, um poder *estruturante*, mas somente por se encontrarem *estruturados*. Bourdieu salienta em seu esquema que os sistemas simbólicos cumprem uma função política como instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação justamente por se encontrarem estruturados. Essa

estruturação (objetivada por meio de instituições, as mais diversas) é o que garante aos sistemas simbólicos “o poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo [...]” (BOURDIEU, 2007, p.14/15).

O quadro teórico delineado por Pierre Bourdieu, ainda que acusado de encerrar por trás das grades da inconsciência as astúcias de seus agentes (através da inversão lógica operada pela noção de *habitus*)³⁹ e de ressaltar a relativa falta de autonomia destes em relação às estruturas (um dos aspectos problematizados na análise que farei das práticas discursivas e não discursivas dos catadores de materiais recicláveis), é particularmente útil para a leitura e para a compreensão do processo mediante o qual a temática ambiental institui-se, legitima-se e se dissemina ao conjunto da sociedade. Sob essa perspectiva, torna-se possível falar na emergência e na consolidação de um campo social específico⁴⁰, articulado em torno da crença na natureza como um bem e produtor de uma rede de significados que se apresenta como catalizadora de um importante espaço argumentativo acerca dos valores éticos, políticos e existenciais que regulam a vida individual e coletiva (CARVALHO, 2005).

3.2. O campo ambiental

A noção de *campo ambiental* (cujas estrutura é fornecida pelo modelo teórico de Pierre Bourdieu) é acionada por Isabel Carvalho (2001; 2005) para dar conta das especificidades do fenômeno sócio-histórico contemporâneo que é a instituição do *ambiental* como uma questão pública. Tomado como agenciador de um universo de significados e como um espaço narrativo organizado em um campo de relações sociais (CARVALHO, 2005), o campo ambiental, segundo a autora, diferencia-se dos demais campos correlatos por se encontrar organizado em torno da problemática específica da *produção e reprodução da crença na natureza como um bem*. Essa crença, conforme

³⁹ Crítica de Michel de Certeau (2009) ao papel da noção de *habitus* no esquema teórico de Bourdieu e que será retomada mais adiante, no capítulo “Itinerários, tomadas de posição e táticas de catadores”.

⁴⁰ Que, a partir de Foucault (2009), poderia ser pensado como um espaço de verdade, articulado em torno do enunciado da natureza como um bem e produtor de uma rede discursiva que se apresenta como catalizadora de um importante espaço argumentativo acerca dos valores éticos, políticos e existenciais que regulam a vida individual e coletiva.

será mais bem detalhado na sequência do texto, decorre em boa medida da atualização de elementos oriundos das tradições romântica e iluminista, configurando uma matriz de longa duração em relação a qual o campo se situa como tributário.

Frente ao pano de fundo que são as disputas simbólicas configuradas pelo espaço social, portanto, Carvalho (2001) projeta o campo ambiental como necessariamente engajado no embate pelo poder simbólico de nomear e atribuir sentido ao que seria a conduta humana desejável e um meio ambiente ideal. Nessa direção, o campo ambiental inaugura uma *visão de mundo*, um *circuito de produção de conhecimento*, um *espaço de comunicação* e uma *arena de ação* (CARVALHO, 2001). Esse é o âmbito de atuação por excelência dos especialistas responsáveis pela produção simbólica e pela organização estratégica através das quais o campo se legitima e institui. Técnicos, pesquisadores, militantes, publicitários, empreendedores, entre outros, disputam entre si a prerrogativa sobre a definição legítima e sobre o uso de determinados conceitos e categorias que se tornam caros ao campo. Outros agentes, entretanto, menos envolvidos com essa produção e com os direcionamentos que dela decorrem, também veem suas trajetórias aí inscritas. A título de exemplo, convém mencionar o caso dos catadores e catadoras de materiais recicláveis acerca dos quais significativa produção discursiva (que os interpela insidiosamente) é produzida, mas que ainda pouca participação têm nesse processo⁴¹.

É, com efeito, essencial notar que o campo ambiental, diferentemente de campos sociais mais homogêneos, congrega uma diversidade de agentes, logo, de posições no espaço social. Destarte, admitindo-se que “[...] o limite de um campo é o limite dos seus efeitos ou, em outro sentido, um agente ou uma instituição faz parte de um campo na medida em que nele sofre efeitos ou que nele os produz [...]” (BOURDIEU, 2007, p.31), tem-se que o campo ambiental abarca significativa parcela do espaço social. Em torno de uma suposta crença comum, portanto, reúne motivações e posicionamentos bastante variados o que lhe confere uma dinâmica singular. As disputas que normalmente adquirem relevo na interface entre diferentes campos e através das quais estes se desenvolvem, no campo ambiental reeditam-se internamente, envolvendo agentes e grupos de agentes que nele se inscrevem.

⁴¹ À exceção do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, cujas contribuições para a produção discursiva acerca do catador e da atividade que estes desempenham não apenas têm obtido significativa repercussão junto aos meios de comunicação, como também têm pautado a formulação de leis que regulamentam a atividade tanto em nível regional, como em nível nacional.

Relacionado a isso, Carvalho (2001; 2005) ressalta o fato do campo ambiental se encontrar organizado em dupla dimensão: uma mais *estruturada*, mais estável (instituída), e outra mais dinâmica, *estruturante* (instituinte). À primeira dimensão, correspondem, por exemplo, as políticas e leis ambientais, bem como outras estruturas organizacionais e discursivas legitimadas. A segunda, por sua vez, relaciona-se às trajetórias dos grupos e sujeitos; trajetórias que ao se inscrevem no campo, reescrevem-no sob formas específicas. Carvalho (2001) põe em evidência, assim, a reciprocidade das relações que animam o campo ambiental: transformações na dimensão estruturada implicam a reacomodação dos elementos instituintes da mesma forma que transformações na dimensão estruturante implicam a reacomodação dos elementos instituídos. Além disso, reafirma a compreensão de que os campos sociais somente exercem um poder estruturante por se encontrarem estruturados. No caso específico do campo ambiental, portanto, as instituições que articula e em torno das quais se organiza apresentam-se como condições de possibilidade para a disseminação de seus valores e ideais ao conjunto da sociedade.

Outro aspecto relevante à análise do campo ambiental diz respeito às matrizes de sentido que este articula. Carvalho (2001), no trabalho em que analisa as trajetórias de vida de educadores e educadoras ambientais brasileiros⁴², menciona e pormenoriza duas delas: as noções de *sujeito ecológico* e de *racionalidade ambiental*. O *sujeito ecológico*, para a autora, refere-se simultaneamente a um *tipo ideal*⁴³ e a um *projeto identitário*. No primeiro caso, atua “como um subtexto presente na narrativa ambiental contemporânea, configurando o horizonte simbólico do profissional ambiental de um modo geral e, particularmente, do educador ambiental” (CARVALHO, 2005, p.54). Já no segundo, atrelado à noção de identidade narrativa, delineia-se como “aquele tipo ideal capaz de encarnar os dilemas societários, éticos e estéticos configurados pela crise societária em sua tradução contracultural [...]” (CARVALHO, 2005, p.54), transpondo as fronteiras do próprio campo e se oferecendo ao conjunto da sociedade como modelo ético para o *estar* no mundo.

Atrelada à noção de *sujeito ecológico*, encontra-se a de *racionalidade ambiental*. Segundo Carvalho (2001), trata-se do efeito de variados interesses e práticas sociais que

⁴² CARVALHO, I. C. M. **A invenção ecológica**: sentidos e trajetórias da educação ambiental no Brasil. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2001.

⁴³ Trata-se de um *tipo ideal* – na acepção de Weber – forjado no jogo das interpretações onde os sentidos do *ambiental* são produzidos levando-se em consideração a tradição e as experiências vividas no presente (CARVALHO, 2005)

se afirmam contra a racionalidade instrumental e utilitarista que rege a vida nas sociedades capitalistas. Ao defini-la dessa forma, a autora se reporta à obra de Enrique Leff, para quem a *racionalidade ambiental* não deve ser compreendida como a expressão de uma lógica, mas sim como resultado de um conjunto de processos que integram diferentes esferas de racionalidade (LEFF, 2001). Sob essa perspectiva, são esses processos que legitimam a tomada de decisões e que conferem funcionalidade às operações práticas e aos processos produtivos engendrados por uma racionalidade ambientalmente orientada. Desta feita, se o sujeito ecológico se apresenta ao conjunto da sociedade como um modelo ético para o estar no mundo, a racionalidade ambiental deve ser lida como o seu fundamento.

A referência a um *sujeito ecológico* e a uma *racionalidade ambiental*, ainda, convida-nos a aprofundar a reflexão acerca da existência e da incorporação de um *habitus* específico articulado pelo campo e que opera, simultaneamente, como um *princípio gerador/unificador* e como *princípio de diferenciação* (BOURDIEU, 2007; 2011). Carvalho (2009), novamente, fornece-nos pistas valiosas nesse sentido ao tratar da formação de uma subjetividade ecológica constituída como um *habitus* no processo de subjetivação de um âmbito de preocupações ambientais na sociedade contemporânea. Conforme a autora, a crença (sustentada pelo ideário ecológico) na possibilidade de *curar* o conflito entre natureza e cultura (apontado pela psicanálise como a fonte do mal estar da civilização), inaugura um estilo de vida que leva à incorporação de novos hábitos e atitudes em variadas esferas:

Na esfera da alimentação, pode-se citar a produção agroecológica, orgânica, antroposófica [...]. Na esfera da habitação, surgem as ecovilas, *ecodesign*, permacultura. Na esfera do vestuário, este estilo de vida se expressa na valorização de vestimentas étnicas, artesanais e tecidos naturais. As formas de medicinas alternativas, orientais, modos de vida saudáveis identificados a uma vida simples e com o contato com natureza proliferam na esfera da saúde como um ideal buscado por muitos. A esfera da produção também se encontra permeada por cooperativas, vendas diretas, economias solidárias [...]. Por fim, há que lembrar o campo religioso, cada vez mais atravessado pelas formas de espiritualidade [...] onde as práticas e rituais tendem a associar de modo direto o sagrado à natureza [...]. (CARVALHO, 2009, p.85)

Em todos estes hábitos e atitudes, Carvalho identifica uma orientação comum a qual denomina “ascese para uma vida virtuosa, saudável e em consonância com um ambiente igualmente são” (CARVALHO, 2009, p.85). Nesse sentido, o conjunto de

práticas em questão pode ser interpretado como evidência ou expressão da incorporação, sob a forma de *habitus*, de certas disposições engendradas pelo campo ambiental. O *habitus ecológico* ao qual se refere a autora, portanto, mantém com o campo ambiental uma relação orgânica, atuando como *princípio gerador e unificador* de práticas e bens junto a uma parcela dos seus agentes. Da mesma forma, se por um lado congrega e unifica, por outro separa e distingue, atuando como *princípio de diferenciação* dentro e fora dos limites do campo. A suposição, neste caso, é a de que o *habitus ecológico*, assim como outros *habitus*, encontra-se vinculado a uma posição social específica (ou a um conjunto específico e circunscrito de posições sociais), ditada por sua vez pelas quantidades absolutas e relativas de capital econômico e cultural dos seus agentes. Logo, em um campo social heterogêneo como é o campo ambiental dificilmente será compartilhado pela totalidade dos seus agentes.

Do que foi posto até o momento, tem-se, portanto, o delineamento de um campo social, de um sujeito ideal, de uma forma de pensar e se posicionar frente ao mundo e de um *habitus* que se engendram e afetam reciprocamente na interface conflituosa com outros campos sociais. O campo ambiental de que nos fala Carvalho (2001; 2005) encontra-se engajado na disputa pelo exercício do poder simbólico, poder este de construir o dado pela enunciação, de transformar ou de confirmar uma visão de mundo, poder estruturante mediante o qual se institui uma ordem gnoseológica e que somente se efetiva se for reconhecido como tal. Estruturado através de instituições e organizado em torno da crença na natureza como um bem, assim como de ideais e valores que articulam um projeto identitário e uma utopia societária, o campo ambiental se apresenta como espaço de encontro entre trajetórias de vida as mais diversas, trajetórias estas que, ao se inscreverem no campo, reescrevem-no de formas específicas.

3.3. Os processos de ambientalização

Em direção semelhante, mas desde pontos de partida distintos, José Sérgio Leite Lopes (2006) discute a incorporação da temática ambiental como nova fonte de legitimidade e de argumentação junto aos conflitos sociais. De acordo com o autor, antecedendo e acompanhando nos últimos 25 anos a pertinente inquietação das forças

ambientalistas com os paradoxos do desenvolvimento econômico é possível detectar no Brasil, assim como em outros países, a existência de um processo “de invenção, consolidação e avanço da temática ambiental, que se manifesta também por conflitos, limitações internas, assim como por reações, recuperações e restaurações” (LOPES, 2006, p.32). Um jogo mediante o qual se dá a gênese e a consolidação de um campo social específico onde se envolvem e relacionam diferentes grupos e agentes e que implica, simultaneamente, transformações no Estado e no comportamento das pessoas.

Em suas pesquisas, Lopes tem focalizado os modos como a temática ambiental, sob os efeitos de disputas no interior ou na interseção de campos profissionais, é inventada e relacionada às tradições específicas dos respectivos campos. Conforme nos indica, por exemplo, a história anterior de movimentos sociais influencia a apropriação da temática ambiental e sua ligação a conflitos anteriores que passam a ser reelaborados sob nova linguagem. De forma análoga, também as críticas produzidas ao longo desse processo e que são direcionadas aos empreendedores responsáveis pela degradação ambiental são apropriadas por estes, reinserindo-se nas disputas simbólicas revestidas de novos significados. Entre o polo da acumulação primitiva ambiental e o polo da apropriação da crítica, pois, situa-se um amplo espectro de práticas sociais que tendem de forma pragmática ora a um, ora a outro desses dois extremos típico-ideais (LOPES, 2006).

Na análise que faz dos conflitos sociais envolvendo a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) na cidade de Volta Redonda, Rio de Janeiro, Lopes (2006) delinea e caracteriza a passagem de intensos conflitos centrados nas questões trabalhistas (situados, portanto, no “interior da fábrica”) para uma situação de conflito mais ampla (neste caso, da cidade contra a fábrica) balizada pela degradação das condições ambientais e pelos prejuízos à saúde dos trabalhadores dela decorrentes. Conforme o autor, ao longo desse itinerário (dos anos 1980 e meados dos anos 1990) dá-se a “descoberta da poluição”, elemento novo que complexifica o conjunto inicial de relações através da entrada em cena de outros grupos profissionais tradicionais tais como biólogos, médicos e engenheiros do trabalho. Essa tendência à ampliação e à complexificação dos conflitos sociais engendradas pela incorporação da temática ambiental às pautas de luta de diferentes grupos evidencia, segundo ele, a importância crescente da questão pública do meio ambiente.

Dois são, portanto, os níveis em que o *processo de ambientalização* é tratado por Lopes: o primeiro deles, mais abrangente (tanto no tempo quanto no espaço), diz

respeito à própria construção histórica da temática ambiental como uma questão pública; o segundo, por seu turno, corresponde a uma restrição do olhar aos modos específicos como essa temática vem sendo apropriada nas últimas décadas por diferentes movimentos sociais ou grupos de agentes. Tem-se, dessa forma, que a compreensão do desenrolar do processo histórico de invenção do ambiental (como um campo social específico) passa pela compreensão da recente intensificação de sua interface com outros campos sociais e da conseqüente redefinição de suas fronteiras. Enquanto no primeiro nível de foco a abordagem de Lopes (2006) reafirma a existência e as especificidades do campo ambiental, no segundo o desdobra, pondo em destaque as formas que este assume na interação com outros universos simbólicos.

Na tentativa de aproximação dos dois esquemas – aquele proposto por Carvalho (2001, 2005) e este apresentado por Lopes (2006) -, portanto, poder-se-ia interpretar o *campo ambiental* como simultaneamente condição de possibilidade e resultado provisório de um processo de *ambientalização*; um processo social delimitado, pertencente “a uma tendência histórica, no Brasil e em outros países, de uma certa duração (embora recente, na órbita da história do tempo presente)” (LOPES, 2006, p.33). Sob essa perspectiva, a própria compreensão da questão ambiental como nova fonte de legitimidade e de argumentação junto a conflitos é alusiva da dinâmica social que procura instituir o senso comum a partir de pontos de vista singulares e através da qual se distinguem e imbricam, em maior ou menor grau, os diferentes grupos e campos sociais. O campo social, inaugurado e organizado em torno da valorização do meio ambiente e da natureza (que neste caso aparecem como sinônimos) como um bem é, portanto, o universo em que determinadas formulações éticas e discursivas encontram legitimidade e disputam reconhecimento para além das fronteiras de seu campo específico (CARVALHO, 2001). Ou, nas palavras de Cleyton Gerhardt e Jalcione Almeida,

[...] por trás desta difusa “sensibilidade ambiental” encontra-se em processo a configuração de um campo ambiental já relativamente estruturado e que tende, cada vez mais, a legitimar-se enquanto *locus* central das discussões sobre tudo aquilo que diz respeito ao meio ambiente e suas implicações prático-cognitivas. Deste modo, tal espaço de lutas simbólicas tende a gerar conflitos em torno do reconhecimento de certas práticas e modos de pensamento, sendo que o que estará sendo colocado em jogo, neste caso, são as próprias representações sociais (inscritas e articuladas segundo um universo de ações e ideias possíveis) do que significaria o meio ambiente – e, em

contrapartida, as relações ontológicas construídas sobre seres humanos e natureza. (GERHARDT; ALMEIDA, 2005, p.4)

Admitindo-se, portanto, que as categorias que tornam possível o conhecimento do mundo social são o que está em jogo na disputa política, disputa “ao mesmo tempo teórica e prática pelo poder de conservar ou de transformar o mundo social conservando ou transformando as categorias de percepção desse mundo” (BOURDIEU, 2007), poder-se-ia considerar os movimentos nos quais o campo ambiental vem se instituindo ao longo das últimas décadas como necessariamente engajados nessa disputa política, em especial naquela sua dimensão simbólica, pela transformação das categorias – logo, dos modos de relação derivados delas – de percepção do mundo social. Nesse sentido, a luta é também, e talvez principalmente, pela transformação daquilo que, em um primeiro momento, permanecia em estado de experiência individual ou serial (mal-estar, ansiedade, expectativa, inquietação) em *sensu comum*, consenso explícito em torno do qual se constituem os grupos (BOURDIEU, 2007). Ou, dito de outro modo, a luta é luta por *reconhecimento*⁴⁴.

Essa perspectiva conflituosa, inerente ao processo de consolidação dos diferentes campos sociais, deve ser mantida à vista quando se pretende compreender a complexidade dos entrelaçamentos que os constituem. Particularmente, no que tange à produção e às disputas simbólicas que configuram o universo da reciclagem, a consideração dessa perspectiva nos possibilita pôr em relevo os diferentes agentes e interesses envolvidos. Além disso, contribui à problematização dos “lugares oferecidos” aos catadores de materiais recicláveis na intensa e híbrida produção discursiva que resulta do encontro entre diferentes campos, bem como ao acompanhamento das “formas de ocupação” desses lugares operadas pelos catadores ao longo de suas trajetórias.

Antes de passar ao tratamento dessas questões, entretanto, convém deter-se um pouco mais na análise da gênese do campo ambiental e indagar acerca das especificidades da crença que o sustenta e legitima. Como explicar a centralidade que a ideia de *natureza como um bem* assume nesse contexto? Quais atravessamentos e

⁴⁴ Ou ainda, a partir de Foucault (2009), a luta é disputa pelo poder e legitimidade de afirmar a verdade.

circunstâncias concorreram para sua instituição? Quais atravessamentos e circunstâncias concorrem para sua manutenção? Trata-se de uma crença unívoca ou será que, assim como o campo que em torno dela se organiza, abre-se a diferentes leituras?



Visibilidades, setembro de 2012.
Foto: Cassiano P. Lisboa

4. EMERGÊNCIA E CONSOLIDAÇÃO DO CAMPO AMBIENTAL

Do que foi exposto até o momento, apreende-se que a emergência e consolidação do campo ambiental é um fenômeno histórico recente e em andamento. Carvalho (2001; 2005), caracteriza-o como *consciência histórica particular* inserida em um *horizonte histórico abrangente*. Sob essa perspectiva, para além do contexto sócio-histórico mais ou menos imediato no qual se inscreve, adquire relevo também, para a compreensão do fenômeno, a consideração daqueles elementos não-contemporâneos, oriundos da tradição, que incidem de modos específicos sobre o ideário e sobre as práticas que o configuram. Nas palavras da autora,

A tradição, na acepção de horizonte abrangente em que se destaca a consciência histórica atual, remete ao passado na medida em que antecede o que veio a constituir-se como ambiental, mas, simultaneamente, volta-se para o presente, pois continua a ser acionada nos sentidos vigentes acerca do meio ambiente. (CARVALHO, 2001, p.39)

Não se trata, portanto, da simples permanência do passado no presente; trata-se antes de atualizações daquele neste. A consideração desses elementos não-contemporâneos no estudo das condições de emergência e consolidação do campo, assim, exige distinguir ao menos dois momentos/contextos chaves: o primeiro deles, referente à uma matriz de mais *longa duração*⁴⁵ na qual se inscreve e da qual também é tributário; e o segundo, concernente ao ambiente político-cultural no qual surge e se desenvolve como fenômeno social objetivo.

4.1. Horizonte histórico abrangente: influências românticas e iluministas

A referência à crença na natureza como um *bem* - problemática específica em torno da qual o campo ambiental se organiza - alude simultaneamente à ideia da natureza como *recurso* e como *reserva do bom e do belo*. No primeiro caso, a noção de

⁴⁵ “Ao evocar a *longa duração*, não se pretende retomar o programa histórico inaugurado por Braudel. Considerando os objetivos deste trabalho, interessa trazer aquela sua orientação dialética entre *tempo longo* e o *presente*. Muito bem formulada por Sahlins, esse tensão é traduzida pelos efeitos de uma estrutura de tempo longo sincronicamente entrelaçada na conjuntura, em que os significados preexistentes da tradição, ao mesmo tempo em que incidem na conjuntura, são postos em risco na ação presente.” (CARVALHO, 2001, p.39)

bem fundamenta aqueles discursos nos quais a natureza é representada como objeto de intervenção (ecologicamente esclarecida) e de cuidado porque fundamental à manutenção dos sistemas vivos, de um modo geral, e às formas de organização humana, em particular. Já no segundo, a noção de *bem* articula posicionamentos de valorização e enaltecimento da natureza, mais relacionados ao reconhecimento do seu valor intrínseco e à sua identificação com o sagrado do que à consideração exacerbada de sua utilidade e importância na esfera das relações humanas.

Essas duas matrizes interpretativas, em que pese sua relação de antagonismo, coexistem no complexo campo ambiental contemporâneo. Mais do que isso, caracterizam-no e o movimentam em boa medida. Pádua (2005), em artigo no qual pondera acerca da existência de um vínculo histórico entre o *ecologismo contemporâneo*⁴⁶ e o ideário romântico, tece interessantes considerações a esse respeito. Primeiramente, ressalta a importância de evitar a adoção de visões homogêneas e simplistas diante do campo cultural que se organiza em torno da palavra ‘ecologia’, dada sua complexidade e abrangência. Como exemplo das contradições que o animam, indica a existência de duas diferentes formas de valorização do mundo natural em seu seio: uma delas, de influência *romântica*, baseada no reconhecimento e na defesa do valor intrínseco do mundo natural; e outra, de influência *iluminista*, fundamentada no “reconhecimento do seu grande valor instrumental para a sobrevivência e destino da humanidade, fundamentando a proposta de uma mudança na relação com o mundo natural a partir das exigências sociais e políticas da contemporaneidade” (PÁDUA, 2005, p.61).

No que se refere à influência do movimento romântico dos séculos XVIII e XIX sobre o ecologismo contemporâneo (e, poder-se-ia extrapolar, sobre o campo ambiental que se engendra associado a este), tem-se como um dos seus aspectos centrais a valorização do mundo natural, seja em termos estéticos, espirituais ou éticos (PÁDUA, 2005). Não obstante, é preciso ter presente o fato de que nem os modos de valorização da natureza no romantismo, nem o próprio ideário romântico foram homogêneos. De acordo com Pádua (2005), em algumas circunstâncias, o mundo natural foi louvado em

⁴⁶ Por *ecologismo contemporâneo* Pádua (2005) compreende um “campo cultural, social e político muito mais amplo que, na passagem do século XX para o XXI, articulou-se em torno da palavra ‘ecologia’” (PÁDUA, 2005, p.60). Nesse sentido, retomando as ideias apresentadas acima acerca da constituição e das características do *campo ambiental*, poder-se-ia reconhecer alguma sobreposição entre as duas noções (*ecologismo* e *campo ambiental*). No escopo do presente projeto de tese, contudo, elas não são utilizadas como sinônimos. A expressão *ecologismo* (assim como a expressão *movimento ecológico*) faz referência a um processo social singular que junto com outros engendra o *campo ambiental*. Mais considerações a esse respeito serão tecidas na sequência do texto.

seu aspecto rural-agrícola, vinculado ao viver simples das comunidades de camponeses e artesãos ou à ligação entre a família patriarcal e a terra estabelecida através da grande propriedade aristocrática. Em outras, entretanto, o mundo natural foi consagrado em seu aspecto selvagem, vinculado à noção de harmonia entre civilizações primitivas e o meio no qual viviam. Avançando nessa direção, Carvalho (2001) sublinha que entre os românticos que seguiram Rousseau o mal-estar e o desconforto do mundo vão ganhando amplitude como uma das formas de oposição à arte bela e à ideia clássica de uma natureza equilibrada à medida humana. Nas palavras da autora,

O desmedido, que acede na experiência da ruptura romântica com um cosmo organizado, racional e justo [...] altera a boa forma de uma natureza ordenada. A *natureza* que então ameaça irromper é aquela que prenuncia a força disruptiva do inconsciente. [...] Assim, entre o sentimento trágico da desmesura, do desregrado e do sem sentido e o *otimismo* [...] de que o mundo é o que deve ser, os românticos parecem tender para a reconciliação final da vida consigo mesma, buscando amenizar a visão trágica que eles mesmos deixaram vir à tona (CARVALHO, 2001, p.52-53).

Marcado, pois, por tensões nas produções das ideias e dos sentimentos em relação à natureza (CARVALHO, 2001) é que o movimento romântico deve ser considerado em seus entrelaçamentos com o ecologismo contemporâneo. Muitos são seus elementos que, de formas singulares, atualizam-se no campo ambiental implicando direcionamentos específicos e influenciando tomadas de posições dos sujeitos que nele se inscrevem. O sujeito ecológico, por exemplo, na condição de matriz para outras identidades derivadas que circulam pelo campo, “vive a ambivalência da boa e terrível natureza e, como os românticos, renuncia a ser um sujeito trágico, apostando na reconciliação e nas forças reparadoras, ainda que viva ameaçado pela visão da catástrofe e do aniquilamento” (CARVALHO, 2001, p.53). Destacam-se também, como signo das influências românticas sobre o campo, tomadas de posição motivadas pelo desconforto diante da crescente arrogância da tecnosfera industrial - logo, desconformes com seu projeto de domínio sobre as forças naturais (PÁDUA, 2005) - e que aludem à ênfase num sujeito humano como instância de transgressão contra a ordem geral estabelecida (CARVALHO, 2001).

Um raciocínio análogo ao empreendido por Pádua (2005) e Carvalho (2001) no que tange à influência romântica sobre o ecologismo contemporâneo e sobre o campo

ambiental, respectivamente, pode ser utilizado para ponderar as influências iluministas sobre estes mesmos âmbitos. Não se trata, portanto, do estabelecimento de traços contínuos interligando um processo histórico contemporâneo e uma homogênea matriz iluminista; trata-se, antes, do reconhecimento da significativa heterogeneidade desta e da indagação acerca das formas singulares mediante as quais se atualiza naquele. Uma dessas formas, conforme Pádua (2005), diz respeito à utilização de conhecimentos empíricos – *científicos*, mais precisamente – sobre os impactos da ação humana como base para criticar modelos de produção ou, constituindo um nível ainda mais profundo, de civilização. Em suas palavras,

Este tipo de atitude crítica, aliada à forte abertura para a ciência — um tanto o quanto ambígua, na medida em que o ecologismo vale-se de uma certa leitura da ciência moderna para criticar alguns dos efeitos destrutivos da própria pesquisa científica e tecnológica — fortalece os seus vínculos com a tradição iluminista. (PÁDUA, 2005, p.65)

Outra manifestação dessa suposta vinculação entre a tradição iluminista e o movimento ecológico contemporâneo pode ser percebida na postura crítica e reformista assumida por este, pautada na crença e no desejo de desenvolvimento de uma relação simétrica entre os interesses da sociedade e os ritmos naturais. Analisada sob este prisma, a crítica constante aos padrões de pensamento e às formas de organização dominantes na sociedade urbano-industrial, quando motivada pelo desejo de sua transformação consciente por formas ambientalmente sustentáveis de vida econômica e social, pode ser associada aos ideais iluministas (PÁDUA, 2005). Em especial, quando se trata de “formas sustentáveis que sejam consistentes com uma radicalização dos princípios democráticos e da vigência de direitos universais” (PÁDUA, 2005, p.65-66), como são exemplos as mobilizações por *justiça ambiental*⁴⁷.

Ademais, conforme destaca Pádua (2005), a própria ecologia sistêmica, que tanta influência exerce sobre o ecologismo contemporâneo e, de modo mais disperso, sobre o próprio campo ambiental, deriva seus fundamentos de padrões científicos clássicos e racionalistas. A constatação dessas marcas iluministas sobre o “projeto ecologista” e sobre o campo ambiental, entretanto, não invalida a influência que a

⁴⁷ Entendidas como um conjunto de direitos que se definem não só como direitos da natureza, mas como direitos humanos para com a natureza, e que devem ser estendidos igualmente a conjunto amplo dos grupos e indivíduos (LEFF, 2001).

cultura romântica em geral (incluídas aí suas formas *científicas*) possa ter tido na constituição da sensibilidade ecológica da modernidade (PÁDUA, 2005).

Conforme anunciado no início desta seção, o campo ambiental, em sua complexidade, caracteriza-se também pelo teor das contradições que o animam. E do encontro e da convivência improvável entre matrizes de sentido antagônicas, tem-se a emergência de configurações igualmente improváveis. Nas palavras de Pádua (2005), este campo cultural híbrido e variado “expressa importantes dilemas teóricos e práticos da alta modernidade” permitindo que nele se encontrem “confluências entre ideias conservadoras, liberais e socialistas, associadas de maneira inovadora e, por vezes, surpreendente” (PÁDUA, 2005, p.67).

Essa dupla influência sobre o campo ambiental, conforme será demonstrado mais adiante, manifesta-se de forma singular no enquadramento que a atividade de reciclagem recebe no seu interior. Simultaneamente propalada como atividade protetora do ambiente natural e como conjunto de técnicas ecologicamente adequado para o tratamento dos resíduos sólidos urbanos, ou ainda, como via para a transformação de vidas e como atividade laboral socialmente responsável, a reciclagem prossegue vinculada a um modelo de produção e consumo exploratório e insustentável ao qual confere maior eficiência, mesmo (ou justamente) quando associada a um projeto alternativo de sociedade.

De forma análoga, ao catador de materiais recicláveis são reservados (na estrutura simbólica do campo ambiental) lugares e papéis descontraídos, ora marcados pela ênfase na valorização do mundo natural, seja em termos estéticos, espirituais ou éticos, ora regidos pelo desejo de desenvolvimento de uma relação simétrica entre os interesses da sociedade e os ritmos naturais. No primeiro caso, tem-se a proliferação de discursos nos quais estes aparecem caracterizados como “profetas da ecologia” ou como “médicos do planeta”, arautos dos males infringidos à “mãe terra” e protagonistas na resolução de alguns dos seus principais problemas; no segundo, por sua vez, os discursos enfatizam o catador como “agente ambiental”, profissional engajado na construção de uma sociedade mais solidária, justa e ecologicamente viável. Trata-se, pois, de um desencontro fundamental, oriundo não apenas das desavenças entre as duas matrizes de sentido que disputam espaço e legitimidade no campo ambiental, mas

também (e principalmente) entre os lugares por elas delimitados e aqueles efetivamente ocupados pelos catadores de materiais recicláveis ao longo de suas trajetórias pela reciclagem. Mais considerações a esse respeito serão tecidas na sequência do texto.

4.2. Ambiente político-cultural: ecologismo e contracultura

Se, por um lado, temos a incidência de elementos oriundos da tradição sobre o campo ambiental, na constituição daquilo que Carvalho (2001) refere como seu *horizonte histórico abrangente*, por outro, não menos importantes, verificamos nele repercussões do contexto mais ou menos imediato no qual emerge e a partir do qual se desenrola. Esse ambiente político-cultural, que a título de simplificação pode ser situado entre as décadas de 1960 e 1970, caracteriza-se, entre outros aspectos, pela ampliação do debate público acerca das influências da ação humana sobre o ambiente natural⁴⁸ (simultaneamente resultado e condição de possibilidade para o surgimento e o avanço do *ecologismo*) e pela reedição, em escala suficientemente ampla para ser lembrada como singular, de um sentimento romântico manifesto no “anseio contramoderno por uma experiência alternativa, à margem de uma sociedade vista como utilitarista e predatória”. (CARVALHO, 2001, p.53).

No que tange à ampliação do debate público acerca dos efeitos da ação humana sobre a natureza e ao surgimento e avanço do *ecologismo*, suas influências sobre a constituição do campo ambiental se apresentam, predominantemente, sob a forma de condicionantes. São esses eventos, pois, que à sua maneira, instauram as condições de possibilidade para uma articulação crescente em torno de uma *questão ambiental*, isto é, em torno da “ideia de que a relação com o ambiente natural coloca um problema radical e inescapável para a continuidade da vida humana” (PÁDUA, 2010, p.83). Antes disso, tanto a reflexão acerca dos impactos da ação humana sobre o meio físico e biológico quanto as iniciativas em prol de sua proteção, restringiram-se a círculos de estudiosos e amantes da natureza e não lograram ampla recepção junto aos demais setores da sociedade civil⁴⁹. Tamanha é a abrangência alcançada, bem como a ruptura instaurada

⁴⁸ De acordo com Pádua (2010), o que caracteriza a discussão ambiental na cultura contemporânea não é a forte atenção para o tema da natureza – que, desde a Antiguidade ocidental, constituiu-se em categoria central ao pensamento humano -, mas o *deslocamento do foco de atenção da natureza em si e de suas influências sobre a vida humana para os efeitos da ação histórica do homem sobre essa natureza*.

⁴⁹ No Brasil, o pensamento político e a crítica ambiental produzidos entre os séculos XVIII e XIX por nomes como José Bonifácio e Joaquim Nabuco (analisados por Pádua, 2002) constam como exemplos dessas reflexões e iniciativas anteriores à década de 1960. Além deles, circunscritas ao território

por esses movimentos no decorrer da segunda metade do século XX, que Pádua (2010) refere-se à emergência de um *ambientalismo complexo e multissetorial* como um dos fenômenos sociológicos mais significativos da história contemporânea. Em seus termos,

A emergência de um “ambientalismo complexo e multissetorial” a partir da década de 1970, dotado de alto perfil na cena pública global, representou um dos fenômenos sociológicos mais significativos da história contemporânea. [...] A ideia de “ecologia” rompeu os muros da academia para inspirar o estabelecimento de comportamentos sociais, ações coletivas e políticas públicas em diferentes níveis de articulação, do local ao global. Mais ainda, ela penetrou significativamente nas estruturas educacionais, nos meios de comunicação de massa, no imaginário coletivo e nos diversos aspectos da arte e da cultura. (PÁDUA, 2010, p.82)

Consoante, também Carvalho (2001) ressalta a importância do ecologismo das décadas de 1960 e 1970 para a ampliação do debate ecológico e para a transposição da problemática ambiental de círculos restritos à esfera pública. De acordo com a autora, o ecologismo se diferencia dos movimentos anteriores justamente pela ênfase emancipatória com que atualiza elementos da tradição (como os valores de um ideário romântico, por exemplo), conferindo visibilidade aos seus componentes de crítica social. Nesse sentido, tem-se a instauração de um arranjo inédito que, apropriadamente, “poderia ser considerado como momento fundador da história política do campo ambiental” (CARVALHO, 2001, p.61). A essa entrada do *ambiental* na esfera política, pois, corresponde um progressivo processo de complexificação⁵⁰ do debate público e do fazer político em relação ao meio ambiente.

Já a marca da contracultura dos anos 60 sobre o ecologismo, em um primeiro momento, e, posteriormente, sobre o campo ambiental, pode ser percebida na relação visceral que mantêm com as noções de autonomia e de emancipação. Além da já mencionada ênfase emancipatória com que o movimento ecológico dos anos 60 e 70 atualizou elementos da tradição, instaurando algo como que uma linha divisória entre o que vinha sendo feito antes e o que passa a ser feito depois em termos de mobilização e debate ambientais, tem-se também, no período em questão, o alçamento da autonomia a valor central. Conforme Carvalho (2001), a abertura para as alteridades terceiro-

sulriograndense, também as obras e empreendimentos de Balduino Rambo e Henrique Luis Roessler podem ser mencionados.

⁵⁰ Que se dá, entre outras coisas, pelas tensões que o ecologismo interpõe a outros campos sociais e pelo diálogo que se inaugura com outros movimentos sociais, resultando em articulações e alianças as mais diversas (CARVALHO, 2001).

mundistas, étnicas e de gênero ocorrida naqueles anos acentuou as contradições inerentes à sociedade urbano-industrial racista/classista/machista e instalou a luta pelas liberdades e possibilidades de autonomia vislumbradas como concretas pelos seus sujeitos. Nesse contexto, e radicalmente contrário ao arranjo social estabelecido, o movimento ecologista (mais do que o próprio campo ambiental), organizou-se e se desenvolveu em torno de um projeto societário alternativo, fundamentado nos ideais libertários e contraculturais de seu tempo. Em síntese,

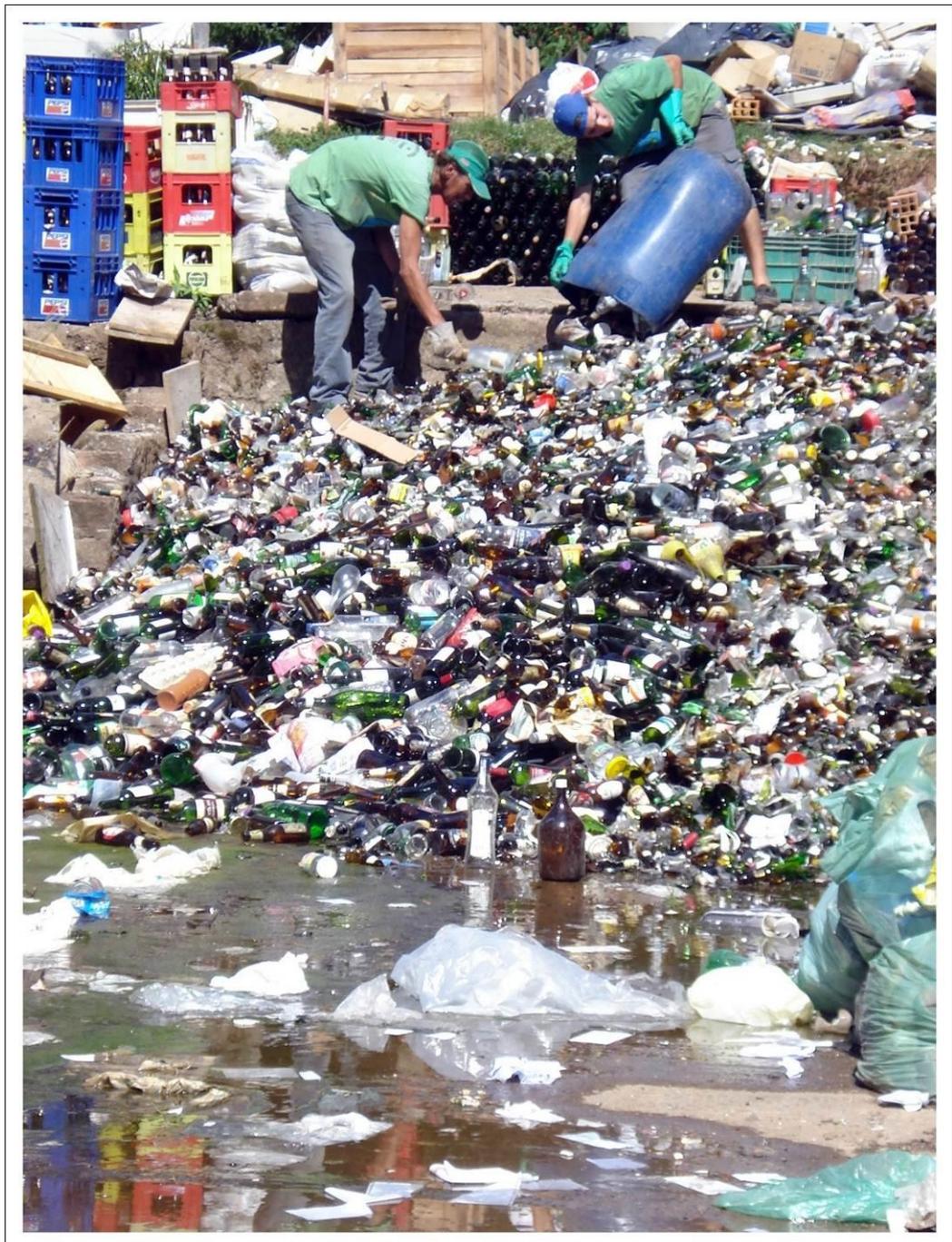
É nesse ambiente que a crítica ecológica ao progresso e ao capitalismo industrial nas décadas de 1960 e 1970 integra um espectro amplo e complexo de contravalores que se caracteriza pelo questionamento do *status quo* das sociedades desenvolvidas, pela crítica aos valores da modernidade ocidental e pela busca de um novo modo de organizar a vida individual e coletiva. No ecologismo, a visão da natureza como contraponto da vida urbana, tecnocrática e industrial aparece combinada com o sentimento anti-social da contestação romântica. Traços centrais do repúdio romântico à uniformidade da razão, ao seu caráter instrumental, ao individualismo racionalista e à lógica do mercado podem ser observados em certas aspirações do ideal societário ecológico que se afirma como via alternativa contra os ideais de progresso e de desenvolvimento da sociedade capitalista de consumo. (CARVALHO, 2001, p.57)

Tudo isso, entretanto, não significa que o ecologismo ou o campo ambiental tenham abandonado o ideal moderno. Ao contrário, na condição de críticos da modernidade, prosseguem preconizando valores éticos e democráticos (CARVALHO, 2001), bem como atribuindo à educação ambiental relevante papel na transformação do atual estado das coisas. Também nesse âmbito, pois, o campo ambiental se caracteriza por uma ambivalência. Nas disputas simbólicas que perfazem o espaço social, mais especificamente no embate com outros campos pelo poder de nomear e atribuir sentido ao mundo, o campo ambiental vive a contradição entre os ideais que o animam, por um lado, e as formas e recursos disponíveis para promovê-los, por outro.

Conforme colocado no início deste capítulo, a análise da estrutura do campo ambiental, do modo como se inscreve em um horizonte histórico abrangente e da recente ampliação de sua interface com outros campos sociais, possibilita-nos não apenas situar os itinerários dos catadores e das catadoras de materiais recicláveis em

relação a este, como também avaliar as interferências recíprocas entre uns e outros. Tanto a reflexão acerca das recentes oportunidades e exigências de reposicionamentos (físicos e simbólicos) frente às quais se deparam os catadores de materiais recicláveis pela generalização e difusão do debate ecológico, quanto o questionamento da ideia de que a constituição do campo ambiental necessariamente instaura uma ruptura nas formas vigentes de pensar e interagir com o mundo são potencializados sob esse arranjo.

Tomando o quadro teórico delineado até aqui como referência, portanto, a análise apresentada no capítulo seguinte objetiva, entre outras coisas, sublinhar o movimento complexo mediante o qual a emergência e consolidação do campo ambiental, ao mesmo tempo em que inaugura possibilidades e instaura arranjos inéditos, contribui (a contrapelo dos ideais que o animam) à perpetuação, sob nova roupagem, do quadro de pobreza e de precariedade das condições de trabalho nos quais se encontram inscritos os atuais catadores de materiais recicláveis, num plano geral, e os sujeitos desta pesquisa, em particular. Conforme já apontado, os deslocamentos detectados são predominantemente simbólicos e operados desde posições e a serviço de interesses específicos no campo.



Cacos, dezembro de 2008.
Foto: Cassiano P. Lisboa

5. A AMBIENTALIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS: CASO PARTICULAR DO POSSÍVEL

Conforme disposto no capítulo anterior, a consolidação de um *campo ambiental* não se dá mediante uma progressão linear com sentido crescente. Ao contrário, inclui um conjunto de avanços e recuos, resistências e redirecionamentos, transformações no Estado e no comportamento das pessoas. Sob essa perspectiva, a análise das principais transformações ocorridas ao longo das últimas décadas nas práticas sociais através das quais a gestão pública dos resíduos sólidos urbanos se institui e desenvolve em municípios que hoje congregam grandes contingentes populacionais pode ser alusiva das tensões e dos movimentos característicos desse campo social, num plano geral, e dos processos de ambientalização a ele vinculados, em particular. Permite, além disso, situar em um contexto mais amplo tanto a cadeia produtiva da reciclagem quanto o trabalho do catador de lixo - que posteriormente se torna catador de materiais recicláveis e que atualmente se dispersa e multiplica sob uma diversidade de outros nomes.

No presente capítulo, portanto, tomando a evolução da gestão pública dos resíduos sólidos urbanos no município de Porto Alegre como *caso particular do possível*⁵¹, discuto algumas das contradições inerentes ao campo manifestas no desnível existente entre os discursos publicados (tornados públicos) e os aparatos aos quais (não) se referem. Justifico a escolha do município de Porto Alegre como referência para a realização dessa análise em função da maior disponibilidade de registros e estudos acerca do itinerário de instituição da gestão pública dos resíduos urbanos se comparado a outros municípios do estado. Além disso, também por ter sido o pioneiro na constituição de coletivos de catadores e por ter servido (e, em alguns casos, ainda servir) como referência para a implantação da coleta seletiva nos municípios circunvizinhos. Destarte, apesar de se tratar da análise da evolução da gestão pública dos resíduos sólidos urbanos no município de Porto Alegre, a caracterização realizada servirá de pano de fundo para a compreensão das relações entre os catadores e a atividade também em outras localidades.

⁵¹ “De fato, todo o meu empreendimento científico se inspira na convicção de que não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada, para construí-la, porém, como “caso particular do possível”, conforme a expressão de Gaston Bachelard, isto é, como uma figura em um universo de configurações possíveis” (BOURDIEU, 2011, p.15)

5.1. A evolução da gestão pública dos resíduos sólidos em Porto Alegre

Do ponto de vista histórico, a instituição e o desenvolvimento da gestão pública dos resíduos sólidos urbanos no município de Porto Alegre é um fenômeno social bastante recente. Segundo é possível constatar em trabalhos como os de Costa (1998) e de Oliveira (1995), que analisam as principais transformações ocorridas neste âmbito ao longo dos últimos séculos, até o início da década de setenta do século XIX a gestão dos resíduos sólidos produzidos na capital era uma atribuição exclusiva dos cidadãos e se restringia à deposição ou incineração do lixo nos pátios e acessos das casas. Desse período em diante, progressivamente, a limpeza urbana passou a ser realizada e gerida pelo poder público, muito em função do aumento do número de habitantes e da incidência de epidemias como as de cólera, tifo e tísica (COSTA, 1998). A encampação dos serviços de coleta e destinação de lixo pela municipalidade, pois, coincide temporalmente com outras iniciativas públicas de caráter higienista-disciplinador, tais como a proibição do entrudo⁵² e a restrição à circulação de vagabundos e prostitutas em locais frequentados por famílias (LEAL, 2008).

O quadro delineado por esses autores sugere que a preocupação pública com a gestão dos resíduos urbanos no município de Porto Alegre, desde os seus primeiros momentos, apresentou-se marcada por tensões sociais mais amplas e mais profundas do que aquelas provocadas pelo mero aumento da produção de lixo e por seus eventuais efeitos sobre a saúde pública. Além disso, indica o início de um lento processo de transferência da responsabilidade sobre a destinação dos resíduos domésticos dos produtores individuais e coletivos para o Estado. Conforme será assinalado na sequência do texto, essa transferência de responsabilidade, que traz implícita a noção de direito à propriedade do lixo produzido e que se legitima e oficializa mediante a criação de estruturas e mecanismos reguladores os mais diversos, está na base de um conjunto de relações entre o poder público e a sociedade civil nas quais o lixo assume o caráter de *mercadoria*⁵³.

⁵² Uma das formas mais populares de se brincar o carnaval na Porto Alegre do século XIX. Consistia basicamente na “guerra” de limões de cheiro, água e farinha entre os foliões (Leal, 2008).

⁵³ Para Marx as mercadorias são, antes de tudo, coisas que por suas propriedades satisfazem necessidades humanas. Nesse sentido, as mercadorias “só encarnam valor na medida em que são expressões de uma mesma substância social, o trabalho humano; seu valor é, portanto, uma realidade apenas social, só podendo manifestar-se, evidentemente, na relação social em que uma mercadoria se troca por outra.” (MARX, 1968, p.55). Além disso, nas relações de troca, é mister que seus proprietários reconheçam, um

O alvorecer do século XX, na capital gaúcha, caracteriza-se por um significativo aumento da população e da urbanização da cidade. Nas suas primeiras décadas, os principais destinos do lixo produzido⁵⁴ em Porto Alegre eram os fornos das ruas Sans Souci e São Manuel, além do existente na margem do rio Gravataí (incineração), as ruas, avenidas e áreas alagadiças adjacentes ao centro da cidade (aterramento) e as celas do sistema Beccari⁵⁵ (compostagem). Dentre as três técnicas – incineração, aterro e compostagem - utilizadas para o manejo dos resíduos nesse período, a mais expressiva, segundo Costa (1998) era o aterramento. De 1930 a 1937 o lixo produzido na cidade foi destinado basicamente para o aterramento parques e avenidas, entre os quais se destaca o prolongamento da Avenida João Pessoa (COSTA, 1998).

Entre as décadas de 1940 e 1960, após a desativação do sistema Beccari (final dos anos de 1940) a maior parte do lixo coletado em Porto Alegre passou a ser destinada à criação de porcos (COSTA, 1998). Nesse esquema, os próprios suinocultores realizavam o recolhimento dos resíduos urbanos juntamente com os funcionários da Divisão de Limpeza Pública (DLP), tendo como contrapartida ao seu envolvimento o direito à utilização do lixo arrecadado. Os locais onde se situavam as criações de suínos coincidiam, na grande maioria, com os da deposição do lixo (COSTA, 1998).

O universo simbólico a partir do qual a gestão dos resíduos vinha sendo pensada começa a sofrer mudanças mais significativas somente a partir do final da década de 1960. A emergência e a consolidação do movimento ecologista no Estado e a consequente ampliação dos debates acerca dos limites do modelo de desenvolvimento adotado em algumas de suas principais cidades configura, de acordo com Oliveira (1995) o momento da chamada “ecologização” das políticas de limpeza urbana. Observa-se, entre as décadas de 1960 e 1970, a ampliação do leque de argumentos dessas políticas que passam a ser justificadas não apenas em função da promoção e manutenção da saúde pública – raciocínio predominante no debate político desenvolvido antes desse período -, mas também em relação à proteção da natureza.

no outro, a qualidade de proprietários privados das mercadorias objetivadas. Nas palavras de Marx, “essa relação de direito, que tem o contrato por forma, legalmente desenvolvida ou não, é uma relação de vontade em que se reflete a relação econômica. O conteúdo da relação jurídica ou de vontade é dado pela própria relação econômica. As pessoas, aqui, só existem, reciprocamente, na função de representantes de mercadorias e, portanto, donos de mercadorias”. (MARX, 1968, p.95)

⁵⁴ Até meados da década de 20 do século passado, a produção média diária de lixo em Porto Alegre era de cerca de 34 toneladas (Costa, 1998).

⁵⁵ Sistema que tinha como princípio fundamental a transformação do lixo orgânico em composto. Consistia de um conjunto de celas em forma de paralelepípedo, cobertas por uma laje de cimento, com uma pequena declividade e dreno de tijolos perfurados, conectados a um tanque (Costa, 1998).

Dito de outro modo, “o lixo passa a ser visto como causador de poluição ambiental, exigindo um controle do efeito por ele causado sobre o meio” (Oliveira, 1995, p.56).

Tomando como referência a discussão empreendida no capítulo anterior, pode-se sugerir que essa ampliação do universo simbólico a partir do qual a gestão dos resíduos vinha sendo pensada corresponde a um dos primeiros efeitos da estruturação do campo ambiental. Objetivamente instituído através de aparatos e regulamentações, o campo ambiental, em seu desenvolvimento, exige dos poderes públicos municipais a reorientação de suas políticas de gestão de resíduos. São exemplos desse movimento (através do qual o campo se estrutura e passa a exercer um poder estruturante), a nível nacional, a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente em 1973 e a promulgação da Lei nº 6.983 de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e, a nível municipal, a criação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Alegre, em 1976, e a publicação da Lei Complementar nº 65 de 22 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a prevenção e controle da poluição do meio ambiente no município de Porto Alegre.

Na capital, em um primeiro momento, a necessidade de reorientação imposta por um campo em franca estruturação se traduz no deslocamento da gestão e da administração da limpeza urbana do *setor da saúde* (onde esteve alocada predominantemente até os anos de 1970) para os recém-criados organismos e instituições públicas de *proteção ambiental* (OLIVEIRA, 1995). De acordo com o autor, ainda que as formas de administração da limpeza urbana não tenham sido centralizadas ou unificadas por esses novos aparatos, é perceptível nesse período a ampliação de seus papéis normativos no que diz respeito à aprovação e até interdição dos sistemas de destino final dos resíduos. Trata-se, pois, do início de um diálogo (difícil porque forçado) entre diferentes agentes e grupos sociais, no qual o argumento ambiental progressivamente adquire importância e influência.

Posteriormente, como resultado da ampliação dos limites do campo ambiental (e, conseqüentemente, de sua interface com outros campos sociais), mais especificamente do aumento do valor relativo do argumento ambiental no espaço de disputas simbólicas articulado em torno da gestão dos resíduos sólidos urbanos, tem-se a emergência de diferentes formas de apropriação e ressignificação deste por grupos e instituições até então alheios (ou mesmo avessos) às proposições do movimento ecologista. Um dos exemplos emblemáticos desse movimento (através do qual o campo também se institui) é a propaganda associada à técnica do *aterro sanitário* na década de 1970. Nesta, além

da representação das regiões alagadiças adjacentes ao centro de Porto Alegre (banhados e várzeas integrante do estuário do Guaíba) como “áreas a serem recuperadas”, tem-se também a afirmação do lixo como “excelente elemento saneador de áreas” (OLIVEIRA, 1995). Extensas áreas da cidade foram “recuperadas” desta forma: deposição controlada de lixo, seguida de pavimentação e ocupação urbana⁵⁶.

Se a ampliação do universo simbólico em relação ao qual a discussão da gestão dos resíduos se situava tem início no final dos anos 1960, a reorientação efetiva das políticas de limpeza urbana na capital gaúcha deu-se apenas no final dos anos 1980. Até este momento, a despeito das reformulações ocorridas no campo simbólico e nos discursos proferidos, poucos avanços haviam efetivamente sido operados nos aparatos e nas dinâmicas através das quais a gestão do lixo urbano era realizada. A reciclagem de resíduos sólidos, por exemplo, apesar de figurar como horizonte a ser alcançado pelo menos desde a década anterior, torna-se uma aposta pública para a resolução dos problemas ecológicos e sociais relacionados à produção e ao gerenciamento do lixo somente no início dos anos 1990. Tida até então como técnica pouco produtiva e, portanto, inviável em larga escala, a reciclagem de resíduos sólidos havia se restringido a algumas experiências-piloto (Oliveira, 1995) que, de modo geral, procuravam dar conta do crescente contingente de pessoas que viviam do lixo.

Para melhor compreender a entrada em cena da reciclagem como aposta pública para a resolução dos problemas ambientais (incluídos aí aqueles ecológicos e sociais) relacionados à produção e ao gerenciamento de lixo em Porto Alegre, convém ter em mente que entre os anos de 1970 e 1990 a maior parte dos resíduos produzidos na cidade foi depositada em lixões a céu aberto e aterros (COSTA, 1998). Abandonados à própria sorte, longe dos olhos e distantes dos centros de atenções, esses depósitos não controlados de lixo, além dos sérios impactos ambientais que ocasionavam, reuniam em torno de si – através de um comércio informal de resíduos – significativo número de pessoas que encontravam na catação, no reaproveitamento e na venda dos resíduos lá depositados a fonte do seu sustento. Entre os mais conhecidos, pode-se citar o Aterro da Ilha do Pavão, o Aterro Benópolis, o Aterro Olaria Brasília, o Aterro Sertório e o Aterro da Zona Norte. Neste, por exemplo, que funcionou sem critérios técnicos de engenharia

⁵⁶ Entre elas, destaca-se a do Parque Benópolis (atual Bairro Humaitá). Por este trabalho de “aterro sanitário” o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) de Porto Alegre ganhou o prêmio destaque em “resíduos sólidos” da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e o convite para expor a técnica no Congresso da Associação Internacional de Limpeza Pública (International Solid Waste and Public Cleaning Association) em junho de 1979 (OLIVEIRA, 1995).

entre 1985 e 1990, a população estimada de catadores de lixo era de cerca de 600 pessoas (COSTA, 1998).

Tendo como pano de fundo esse quadro, a primeira associação de catadores de lixo de Porto Alegre, que foi também a primeira associação no Rio Grande do Sul, organizou-se em 1986, na Ilha Grande dos Marinheiros, a partir do trabalho eclesial de base da Igreja Católica desenvolvido pelos irmãos Antônio e Matilde Cechin (Martins, 2003). Note-se que em Porto Alegre, a organização de associações de catadores antecede à implementação da coleta seletiva municipal (iniciada oficialmente em julho de 1990). Ou seja, o que em um primeiro momento visava dar conta de um problema social e se apresentava como “radicalização da opção pelos pobres” (Martins, 2003, p.85), converte-se, num segundo momento, em “política inovadora em matéria de limpeza urbana” (Oliveira, 1995, p.115), adquirindo novos contornos mais do que modificando substancialmente as relações da sociedade com seus resíduos ou as condições de vida e trabalho dos catadores de lixo.

No que tange ao horizonte simbólico em relação ao qual a atividade de reciclagem e a implantação da coleta seletiva municipal passam a ser pensados na virada dos anos 1980 para os anos 1990, faz-se importante ressaltar que sua ampliação não se dá pela simples e exclusiva incorporação de argumentos de cunho ambiental às pautas pré-existentes. Mais do que isso, resulta de uma complexificação do campo dada pelo encontro de diferentes grupos de agentes, entre os quais se destacam as Comunidades Eclesiais de Base (nomeadamente o Grupo de Apoio às Mulheres Papeleiras), o Movimento Ecologista (representado pela Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural – AGAPAN) e o próprio Poder Público Municipal (através do Departamento Municipal de Limpeza Urbana - DMLU)⁵⁷. Oliveira (1995) destaca, nesse interim, que foram três os principais argumentos em torno dos quais a elaboração do programa de coleta seletiva de lixo em Porto Alegre se fundamentou: “resgate social”, “proteção ambiental” e “responsabilidade do cidadão”. Conforme será visto na sequência do texto, esses três argumentos continuarão dialogando e sendo acionados nas décadas seguintes,

⁵⁷ Antecipando a elaboração do programa de coleta seletiva de Porto Alegre, ainda no início de 1989, é criado um Fórum para discutir a política de destino final a ser adotada pelo Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU). Essa instância reuniu agentes vinculados à Fundação Estadual de Planejamento Urbano e Regional (METROPLAN), à Secretaria Municipal da Indústria e Comércio (SMIC), à Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM), à Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAN), ao Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU), à Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN) e às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) (OLIVEIRA, 1995).

tornando possível a emergência de discursos híbridos nos quais tanto a atividade de reciclagem quanto seus sujeitos são delimitados.

A exemplo do observado em relação à gestão pública dos resíduos sólidos urbanos, portanto, também em relação à atividade de reciclagem é possível identificar um “refinamento” dos debates e, conseqüentemente, das práticas discursivas a eles associadas (ao longo das décadas de 1980 e de 1990), mas que não chegam a repercutir de forma significativa sobre os aparatos utilizados para sua efetivação. Dito de outro modo, à implantação da coleta seletiva no município - que levou seis anos para sua conclusão (MARTINS, 2003) - não corresponde uma reestruturação significativa das condições de trabalho dos papeleiros e catadores de lixo que passaram a se chamar catadores de materiais recicláveis. Excetuando-se o fato de não mais estarem atuando nos lixões a céu aberto (progressivamente desativados ou transformados em aterros sanitários) e de se encontrarem organizados em associações de trabalho, os poucos catadores atingidos por essas políticas continuaram experimentando essencialmente as mesmas condições de inserção e desempenho de sua atividade: insalubridade, inexistência de vínculos empregatícios, baixa renda, dependência de atravessadores, etc. E isso não apenas na virada dos anos 1980 para os anos 1990, mas nas últimas duas décadas. Esse desnível entre os discursos publicados e os aparatos aos quais se referem pode ser mais bem dimensionado quando analisamos detidamente o panorama atual no qual este trabalho se efetiva.

5.2. Reciclagem de resíduos sólidos em Porto Alegre: panorama atual

Atualmente⁵⁸, o município de Porto Alegre conta com dezesseis unidades de triagem de resíduos sólidos em operação. Das cerca de 500 toneladas de lixo potencialmente reciclável produzidas por dia, aproximadamente 100 toneladas são recolhidas pelo sistema de coleta seletiva e 70 efetivamente aproveitadas (selecionadas, enfardadas e comercializadas) pelas 16 associações de catadores que administram, num sistema de concessão, essas unidades de triagem (ESTUDO, 2009; NATALINO, 2003). São cerca de 700 os catadores em atuação nesse sistema; um número ainda irrisório se comparado aos estimados sete mil catadores (carrinheiros e carroceiros) autônomos em atividade na capital (COLETTI; ROSADO, 2007).

⁵⁸ Até o ano de 2012.

Numa breve caracterização desses coletivos de trabalho, tem-se que são formados predominantemente por mulheres (68% de acordo com dados do Relatório Parcial do Estudo do Perfil Socioeducacional da População de Catadores organizados em Cooperativas, Associações e Grupos de Trabalho, 2009). Essa proporção se encontra refletida na forma de organização das atividades produtivas e sugere (ao mesmo tempo em que convida ao aprofundamento da reflexão acerca de) uma possível divisão sexual do trabalho, orientada por um padrão de discriminação subjetiva e reforçada por noções preconcebidas sobre o que seriam tarefas tipicamente femininas e masculinas (MARTINS, 2005). De acordo com a autora (MARTINS, 2005), em geral são as mulheres as responsáveis pelas atividades que exigem maior concentração e motricidade fina, como a triagem dos materiais, além daquelas historicamente associadas ao sexo feminino, como a limpeza do local de trabalho e o gerenciamento das cozinhas/refeitórios. Aos homens, por sua vez, cabem predominantemente funções que exigem ou são relacionadas à força física, como o transporte de material (carregamento de fardos e esvaziamento de bombonas) e o manejo de máquinas pesadas, como as prensas por exemplo.

Por outro lado, no que tange à gestão dessas unidades, verifica-se uma presença maior de mulheres ocupando os cargos de presidência/coordenação (ESTUDO, 2009). Essa configuração, que num primeiro momento pode ser lida como simples expressão da predominância de mulheres nesta atividade (MARTINS, 2005), ao que tudo indica, decorre também da menor rotatividade destas em relação aos homens, condição que potencializa seu envolvimento com questões relativas à organização do trabalho e à gestão da unidade conforme destacamos no Relatório Parcial do Estudo do Perfil Socioeducacional da População de Catadores de Materiais Recicláveis Organizados em Cooperativas, Associações e Grupos de Trabalho (2009).

A dinâmica de trabalho em cada uma dessas unidades de triagem organiza-se em torno do recebimento, da triagem e da comercialização do lixo seco oriundo da coleta seletiva municipal. Tal dinâmica, em mais de 80% das unidades de triagem da capital, encontra-se desdobrada nas seguintes etapas: recebimento do lixo seco; transferência para silos ou gaiolas; triagem em mesas, bancadas ou esteiras; transferência do material selecionado para compartimentos específicos, denominados “box”; prensagem e enfardamento; armazenamento e comercialização (ESTUDO, 2009). Entre os diferentes grupos, as maiores variações observadas nessa dinâmica ficam por conta da etapa de

triagem. Nesta, o fato de trabalharem em mesas, bancadas ou esteiras implica (ao mesmo tempo em que repercute e expressa) formas particulares de sociabilidade⁵⁹.

Em relação à comercialização dos materiais produzidos, faz-se importante destacar que na totalidade dos coletivos em atividade no município de Porto Alegre (assim como nos outros dez municípios consultados durante a realização do estudo – FISCHER; STEPHANOU; MEYER, 2010) esta etapa é realizada com a presença de *atravessadores*, sujeitos que, em pequeno número, regulam os preços nessa cadeia e, ademais, estabelecem laços relativamente estáveis na compra e colaboração (na forma de empréstimos) com as unidades. Não se observa qualquer tipo de intervenção do poder público nessa cadeia, nem mesmo iniciativas de integração entre os diferentes grupos a fim de garantir a comercialização direta com as indústrias da reciclagem⁶⁰.

Independente das diferenças existentes no que se refere à organização interna das atividades em cada uma das associações, as condições gerais de trabalho dos catadores que as integram podem ser consideradas precárias. A renda média obtida com a atividade de reciclagem ainda fica abaixo do valor estipulado para o salário mínimo (ESTUDO, 2009; FISCHER; STEPHANOU; MEYER, 2010). Além disso, a condição de “associado”, se não impede, dificulta sobremaneira o gozo de direitos trabalhistas fundamentais como férias, 13º salário, adicional por insalubridade e por periculosidade. São poucas as iniciativas das associações em atividade nesse sentido. Seja na condição de autônomos, seja como integrantes de cooperativas ou de associações, aos catadores de materiais recicláveis (cuja média de idade na região sul é de 37 anos – FISCHER; STEPHANOU; MEYER, 2010) não restam perspectivas concretas de aposentadoria ou de percepção de outros tipos de benefícios, tais como auxílio doença ou por acidente de trabalho, dada a alta fatia que lhes é exigida como contribuição ao sistema público

⁵⁹ Enquanto nas bancadas, os catadores trabalham individualmente, de frente para os silos ou gaiolas e de lado uns para os outros, nas mesas e nas esteiras, exploram e tratam o lixo em conjunto, de frente uns para os outros. Há no primeiro caso, acentuação do senso de propriedade sobre o lugar de trabalho, apropriado e personalizado pelo catador, e limitação das possibilidades de troca entre os sujeitos durante a separação do material. No segundo caso, por seu turno, tem-se favorecida a interação direta entre os integrantes de uma mesma mesa ou esteira - que, enquanto trabalham, podem também conversar mais ou menos livremente - e atenuado o senso de propriedade sobre o lugar de trabalho e, conseqüentemente, sobre o conteúdo do lixo com o qual se trabalha. Este senso de propriedade sobre o lixo “comum”, faz-se importante ressaltar, encontra-se na base da prática do *garimpo*, catação em proveito próprio, aceita em volume pequeno e que se apresenta como um fazer legitimado na maior parte dos grupos, conforme formulado por Lousada (2009).

⁶⁰ Conforme dados dos relatórios referentes ao Estudo do Perfil Socioeducacional da População de Catadores de Materiais Recicláveis Organizados em Cooperativas, Associações e Grupos de Trabalho (ESTUDO, 2009; 2010), os principais empecilhos para a eliminação desse elo da cadeia produtiva relacionam-se às limitações produtivas e logísticas dos grupos (dificuldade para produzir, armazenar e transportar quantidade suficiente para a comercialização direta com as indústrias), bem como às suas regularizações jurídicas.

previdenciário⁶¹. Para ter ideia da abrangência da situação, basta mencionar que 74% dos catadores da Região Sul do país não contribuem ao INSS, conforme dados divulgados no Relatório Final do Estudo do Perfil Sócio-educacional da População de Catadores de Materiais Recicláveis Organizados em Cooperativas, Associações e Grupos de Trabalho (2010).

Agravando esse quadro de inclusão precária no mundo do trabalho (MARTINS, 2008), tem-se que as modalidades de parceria entre as associações de reciclagem e os poderes públicos municipais se fazem sobre bases frágeis porque provisórias, porque não instituídas legalmente. Raramente há, por parte dos órgãos municipais responsáveis por essa articulação, a garantia aos grupos de algum tipo de compensação pecuniária pelo relevante serviço público que prestam. E quando há, como no caso do município de Porto Alegre⁶², os valores destinados, em geral, não cobrem sequer as despesas de operação e manutenção dos equipamentos. A parceria assume, dessa forma, o caráter de uma “concessão assistida”, mais rentável ao poder público municipal (que, além da retirada de toneladas de lixo de circulação sem que isso implique ônus aos cofres públicos, ainda explora publicitariamente essa vinculação) do que às próprias associações de catadores.

Especificamente no que tange à exploração publicitária dessa vinculação, observa-se em Porto Alegre a proliferação de um discurso no qual a atividade é alardeada por sua importância “ambiental” e ao mesmo tempo pelo seu potencial de geração de postos de trabalho, garantido “emprego e renda para trabalhadores formalmente organizados em associações e/ou cooperativas, além de auxiliar na preservação do meio ambiente”⁶³. Nesse ínterim, convém retomar a discussão acerca do jogo entre *visibilidade* e *invisibilidade* e ressaltar que a visibilidade no interior de um campo encontra-se vinculada, predominantemente, às categorias de percepção em vigor, vigentes, neste mesmo espaço (bem como nas zonas de contato e disputa com outros

⁶¹ Atualmente a contribuição varia de 11%, para quem contribui como autônomo, até 20% para quem recolhe por meio das cooperativas. Há, contudo, tramitando na Câmara dos Deputados em Brasília projeto de emenda constitucional para a inclusão dos catadores como segurados especiais no Regime Geral de Previdência Social. De iniciativa do MNCR, o referido projeto reivindica aos catadores taxa de contribuição ao INSS de 2,3% da renda e a contabilização do tempo de serviço sem contribuição anterior ao projeto de lei para fins de aposentadoria. (Disponível em:

http://www.mncr.org.br/box_2/noticias-regionais/mobilizacao-pela-previdencia-especial-aos-catadores?utm_source=twitterfeed&utm_medium=twitter. Acesso em: 20 de janeiro de 2011).

⁶² Atualmente, o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) disponibiliza às associações de catadores uma ajuda de custo mensal no valor de R\$2.500, 00 para a cobertura de despesas de operação.

⁶³ Conforme consta no site do DMLU. Disponível em:

http://www2.portoalegre.rs.gov.br/dmlu/default.php?p_secao=113>. Acesso em: 25/01/2011.

campos). Isso significa que, quando se pensa as *visibilidades* e as *invisibilidades* instituídas nos/instituidoras dos diferentes universos simbólicos, faz-se desde categorias de percepção incorporadas e legitimadas ao longo do processo de consolidação desses mesmos campos (BOURDIEU, 2007).

Nessa direção, considerando as repercussões do processo de ambientalização sobre o próprio campo ambiental, a *visibilidade* dos discursos produzidos acerca da atividade e de seus sujeitos desde posições privilegiadas, ao instituir certo *consenso* em relação a determinadas categorias de percepção (a exemplo do ocorrido nos anos 70 em relação à técnica do aterro sanitário), apresenta-se como causa mesma da *invisibilidade* das concretas condições de trabalho experimentadas pelos homens e mulheres catadores, bem como das contradições essenciais daí decorrentes⁶⁴.

Ao longo desses mais de cem anos, portanto, ao mesmo tempo em que se pode identificar nuances de modificação nas relações entre os indivíduos e o lixo, promovidas pela entrada em cena do ambiental, percebe-se também a atualização de elementos que marcaram os desencontros entre a sociedade e seus diferentes resíduos em décadas passadas. Particularmente em relação à reciclagem dos resíduos sólidos urbanos, a distância existente entre os discursos publicados e a base material sobre a qual essa produção discursiva se dá permanece posta: assistimos regozijados à promoção da reciclagem ao mais alto posto entre as técnicas “ecologicamente adequadas” para o tratamento do lixo; ao mesmo tempo, destituída de uma crítica sobre si mesma e, neste caso, sobre suas próprias condições de possibilidade e incremento, congrega sob condições precárias um contingente crescente de trabalhadores, homens e mulheres para os quais o recente reconhecimento social de sua função ainda não implica modificações substanciais em seus quadros de vida. O *provisório* da condição de trabalho dos catadores, que já em 1989 era apontado por Fischer (1989) como possibilidade de transformação não apenas das condições de vida desses sujeitos, mas das próprias formas de se conceber e fazer pesquisa social e a ação educativa junto às classes populares, ao que tudo indica, ainda está por ser superado.

⁶⁴ Como é exemplo o fato de nenhuma das associações de catadores do município de Porto Alegre visitadas durante a primeira etapa do Estudo do Perfil Sócio-educacional da População de Catadores de Materiais Recicláveis Organizados em Cooperativas, Associações e Grupos de Trabalho possuir licenciamento ambiental para o desenvolvimento de suas atividades (ESTUDO, 2009).



Discursos, setembro de 2011.
Foto: Cassiano P. Lisboa

6. DISCURSOS SOBRE A RECICLAGEM E SOBRE O CATADOR DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Do que foi posto até o momento tem-se que a emergência e as movimentações subsequentes de um campo ambiental em desenvolvimento perfazem um fenômeno histórico recente. Tributário dos movimentos contraculturais das décadas de 1960 e 1970, o campo ambiental que se institui carrega consigo ainda as marcas da influência de determinados elementos da tradição, mais especificamente do improvável encontro entre uma matriz romântica e outra iluminista, no escopo mesmo de suas formulações e visões de mundo. Na condição de campo social, isto é, como estrutura de relações objetivas relativamente autônoma e necessariamente engajada na disputa com outros campos sociais pelo poder da definição legítima, o campo ambiental inaugura uma *visão de mundo*, um *circuito de produção de conhecimento*, um *espaço de comunicação* e uma *arena de ação* (CARVALHO, 2001). Ademais, articula simultaneamente um tipo ideal de sujeito (o *sujeito ecológico*) e um tipo ideal de racionalidade (a *racionalidade ambiental*) que acabam por influenciar as tomadas de posições daqueles indivíduos e grupos que no campo se inscrevem e com eles se identificam.

A história recente dos seus atravessamentos com a atividade de reciclagem, contudo, revela que, a despeito dos avanços no debate público acerca da gestão dos resíduos sólidos urbanos, a incorporação do argumento ambiental ao universo simbólico desde o qual a atividade e os seus sujeitos vinham sendo pensados não se traduziu ainda em modificações estruturais significativas, em especial no que se refere às condições de vida e trabalho dos catadores de materiais recicláveis. Entre os motivos para esse descompasso, um dos principais é a própria visibilidade adquirida por determinados discursos que, ao instituírem certo consenso em relação a determinadas categorias de percepção, condicionam a leitura social sobre o tema e encobrem algumas de suas contradições fundamentais. Nesse sentido, conforme procurou ser demonstrado no caso da evolução da gestão pública dos resíduos sólidos urbanos no município de Porto Alegre, a visibilidade dos discursos produzidos acerca da atividade e de seus sujeitos se configura, muitas vezes, como a causa mesma da invisibilidade das concretas condições de trabalho experimentadas pelas catadoras e pelos catadores de materiais recicláveis.

Seguindo este raciocínio e tendo em mente o fato de que nas últimas décadas o diálogo com outros campos sociais tem reestruturado significativamente o campo

ambiental, em especial quando consideramos a existência de um processo de ambientalização dos conflitos sociais, tal como descrito por Lopes (2006), o aprofundamento da reflexão acerca dos discursos que o atravessam adquire relevo para a melhor compreensão dos limites e das possibilidades dos arranjos que lhe são constitutivos. No conjunto amplo delimitado pelas relações entre a atividade de reciclagem e o campo ambiental, portanto, convém indagar acerca das relações das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis com aqueles discursos nos quais a atividade que desempenham e eles mesmos são ditos. Em especial, convém indagar acerca das oportunidades de reformulação de si e de recolocação social que decorrem dessas relações. Trata-se, conforme já apontado, de um deslocamento de foco ambivalente, pois corresponde simultaneamente a uma ampliação – afinal, nem todos os discursos que interpelam os catadores tem sua origem ou perpassam o campo ambiental - e a uma restrição do objeto - pois, dentre o amplo espectro de relações dos catadores com o campo ambiental, abre-se a possibilidade de focalizar suas relações com os discursos que o perpassam (mais ou menos marcados pela incorporação da temática ambiental).

Abrindo essa discussão, este capítulo tem como objetivos delimitar os significados assumidos pela noção de discurso no escopo desta tese e caracterizar os discursos com maior poder de interpelação junto às catadoras e aos catadores acompanhados durante a pesquisa. Nesse breve itinerário, a ênfase recai sobre a construção da atividade de reciclagem e do sujeito catador de materiais recicláveis em cada um dos discursos analisados. Também a apropriação do argumento ambiental é ponderada, ensejando a discussão acerca do quanto esses discursos expressam (ou não) processos de ambientalização.

6.1. A noção de discurso

Oriunda da Linguística, a noção de discurso sofreu reformulações significativas ao longo do último século em função de sua progressiva incorporação no universo das Ciências Sociais. Para uma perspectiva dessas mudanças, convém retomar, retrospectivamente, alguns dos seus significados. Em Ferdinand Saussure, mais especificamente na obra *Curso de Linguística Geral*, publicada pela primeira vez em 1915, a noção de discurso é construída a partir da diferenciação entre relações sintagmáticas e associativas. Segundo o autor, no primeiro tipo de relação, cada um dos

termos constituintes da língua somente adquire seu valor (sentido) na relação com os demais, anteriores e posteriores, no interior de uma série efetiva. Por outro lado, fora do discurso, os termos que oferecem algo em comum se associam uns aos outros na memória formando grupos dentro dos quais imperam relações não baseadas na extensão (SAUSSURE, 2006). São estas relações *associativas* que, de acordo com Saussure, constituem a língua de cada indivíduo. Tem-se, portanto, que a construção discursiva, para Saussure, dá-se a partir do encadeamento linear de um conjunto de elementos previamente agrupados segundo uma ordem indeterminada e em número indefinido que constituem o universo linguístico do falante. Ou, dito de outro modo, pode-se afirmar que o discurso para Saussure são as formas de apropriação pelo indivíduo falante do universo da língua.

Pinto (1988), em um trabalho no qual analisa o discurso político na década de 1980 no Brasil, aproxima e contrapõem à definição de Saussure outras duas: a de Kristeva (1981) e a de Laclau e Mouffe (1985). Segundo a autora, diferente daquela definição, estas se caracterizam por sublinhar o engajamento do sujeito na linguagem (seja através de *práticas articulatórias* em Laclau e Mouffe, seja na condição de *mediador entre a linguagem e o discurso*, conforme Kristeva). Sob essa perspectiva, o sujeito, através de suas práticas (sempre práticas sociais), aparece como central ao discurso: é simultaneamente seu enunciador e o seu efeito. Em vista disso, salienta a autora, o estudo do discurso “não pode ser entendido como um ramo da Linguística, mas como um estudo das formas que sujeitos históricos significam suas condições de existência” (PINTO, 1988, p.19).

Outro aspecto relevante relacionado a esta compreensão do discurso como *prática social inscrita em historicidade* diz respeito à base a partir da qual a produção discursiva se dá e às regras sociais que a modulam e controlam. Conforme destaca Pinto (1998), o sujeito opera a construção discursiva desde uma base herdada da tradição (*conjunto de sinais formais estratificados em falantes sucessivos*, conforme Kristeva) na qual adquire relevo a pertinência histórica alcançada por determinados sentidos construídos socialmente a tal ponto de serem assimilados e se imporem como se fossem naturais. Destarte, faz-se importante reconhecer que, em um dado momento histórico, os sujeitos sociais engajam-se em práticas articulatórias no interior das quais constroem e reconstroem discursos a partir de um conjunto de significações (enunciados e outros discursos) que sua época vive como sendo o sentido natural das coisas (PINTO, 1988).

Quanto às regras que modulam e controlam a produção discursiva, agregando ao quadro até então delineado as proposições de Foucault (2009), adquirem relevo os mecanismos sociais que exercem essa função. Ainda que ao nível teórico seja possível admitir a livre e infinita articulação de elementos na constituição de discursos os mais diversos, a prática articulatória sobre a qual falam Laclau e Mouffe se dá em conformidade com um conjunto mais ou menos explícito de regras que visam, em última análise, limitar e controlar as possibilidades enunciativas. Para Foucault (2009), em toda a sociedade a produção discursiva é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos e princípios, ora exercidos desde fora (externos ao discurso), ora exercidos de dentro (internos ao discurso)⁶⁵.

Desse conjunto de proposições, torna-se possível abstrair uma primeira e importante premissa dos estudos acerca do discurso: o entendimento do social como constituído por um conjunto heterogêneo de totalidades discursivas inter-relacionadas. Nesse sentido, à semelhança do que foi descrito em relação aos campos sociais nos capítulos anteriores, também a produção discursiva, tomada em si mesma, comporta constante disputa pela “verdade” (histórica e contingente), isto é, pelo poder simbólico de difundir/inculcar determinadas visões de mundo. Nas palavras de Pinto,

[...] um caminho seria pensar os processos históricos e as formações sociais a serem estudados não a partir de um princípio de racionalidade única, mas a partir do entendimento de que se constituem significativamente através de uma multiplicidade de posicionalidades – de discursos que lutam entre si pelo poder de interpelar sujeitos, articulando elementos pertencentes ao imaginário coletivo, à história dos povos, a formas que cada sociedade organiza, à sua produção e tantas outras posicionalidades presentes na luta da humanidade para reproduzir-se enquanto tal. (1988, p.22)

A noção de interpelação sobre a qual fala a autora, desde Althusser, refere-se ao êxito do discurso em garantir a construção do sujeito no seu interior, ou, dito de outra forma, “pode ser definida como o ato de identificação do indivíduo (sempre já sujeito)

⁶⁵ A noção de como a produção discursiva é controlada é ponto de divergência e polêmica entre Bourdieu e Foucault. Segundo Bourdieu (2011), ao chamar de “campo de possibilidades estratégicas” o “sistema regrado de diferenças e dispersões” no interior do qual cada obra (produção cultural) se define, Foucault se “recusa a buscar fora da ordem do discurso o princípio de elucidação de cada um dos discursos que se encontram aí inseridos” (p.56). Ainda, conforme Bourdieu (2011), por meio dessa operação Foucault “afirma a autonomia absoluta desse ‘campo de possibilidades estratégicas’ [...] e [...] recusa [...] a pretensão de encontrar no que chama de ‘o campo da polêmica’ e nas ‘divergências de *interesses* ou de *hábitos mentais* entre os indivíduos’ [...] o princípio explicativo do que se passa no ‘campo das possibilidades estratégicas’.” (p.57)

no discurso do ‘outro’” (PINTO, 1988, p.27). Sob essa perspectiva, se por um lado pode-se considerar que o objetivo de todo o discurso é interpelar novos sujeitos, por outro cumpre ter em mente que estes são constituídos por uma intersecção de discursos coexistentes em um dado contexto sócio-histórico, isto é, são sempre “já sujeitos” de outros discursos. A pluridiscursividade do social encontra, dessa forma, correspondência na pluridiscursividade constitutiva de cada sujeito individual. Numa crítica aos recortes analíticos simplificadores, que desconsideram a complexidade dos atravessamentos nos quais se constituem contemporaneamente os sujeitos, assim a autora se refere à questão:

O sujeito pode ser interpelado tornando-se sujeito de discursos tão diversos como um discurso de classe, um discurso religioso e um discurso científico. Este sujeito assim constituído é um agente social muito mais complexo e que exige um esforço muito mais refinado de análise do que a corrente análise das classes para ser apreendido. (PINTO, 1988, p.27)

Em direção semelhante, Rosa Bueno Fischer (2001), propõe que se compreenda o discurso como o lugar de dispersão e multiplicação dos sujeitos. Dispersão porque, nos discursos, o lugar de onde se fala não permanece o mesmo: ora estamos falando de um lugar, ora de outro, num fluxo cambiante e ininterrupto. Além disso, de acordo com a autora, nesses lugares há interditos, lutas, modos de existir, dentro dos quais nos situamos, deixando-nos ser falados, ao mesmo tempo em que procuramos afirmar alguma integridade (FISCHER, 2001). E multiplicação, pois à pergunta “quem fala?” podem-se interpor diversas outras relativas aos lugares de onde se fala, às competências presumidas de quem fala, às relações estabelecidas com outros sujeitos no mesmo campo social ou em campos correlatos, entre outras tantas. Nesse sentido, tem-se que “o sujeito da linguagem não é um sujeito em si, idealizado, essencial, origem inarredável do sentido: ele é ao mesmo tempo falante e falado, porque através dele outros ditos se dizem” (FISCHER, 2001, p.207)

Admitida, portanto, a premissa de que o social se apresenta constituído por um conjunto de totalidades discursivas inter-relacionadas e, além disso, o fato de os sujeitos se constituírem no atravessamento entre esses diferentes discursos, tem-se que por mais restrito que se seja o corte analítico operado na construção de um objeto de pesquisa sempre se estará lidando, direta ou indiretamente, com uma *multiplicidade discursiva*. Para Pinto (1988), o reconhecimento da multiplicidade de discursos implica o

reconhecimento da multiplicidade de lógicas no interior da sociedade. Além disso, permite repensar os recortes temporais e espaciais na história e recolocar a questão dos conceitos de continuidade e ruptura.

No interior desse quadro, tanto a caracterização do social como constituído por uma pluralidade discursiva que se engendra mediante disputas as mais diversas, quanto a conceituação do discurso como prática social, sublinham a ideia de que o discurso se produz em razão de relações de poder (FISCHER, 2001).

A questão das relações entre poder e discurso, em um primeiro esquema explicativo, pode ser colocada a partir da afirmação de que “o discurso só exerce poder pela identificação, pela adesão espontânea” (PINTO, 1988, p.36) daquele *a quem se dirige*. Diferente de quando o comportamento de um sujeito ou grupo é modulado pelo exercício de sanções negativas (coerção física ou simbólica), neste caso, o que se configura é a adequação desse comportamento a um ideal veiculado discursivamente. O indivíduo, ao se sujeitar ao discurso do outro, torna-se seu sujeito garantindo a este o pleno exercício de seu poder. Dessa forma, retomando o fato de que o objetivo de todo discurso, em última análise, é interpelar novos sujeitos e de que estes não são potencialmente interpeláveis por todos os discursos, pois já são sujeitos de vários deles, tem-se que a capacidade de um discurso de exercer poder se encontra diretamente relacionada à sua capacidade de se inserir em um conjunto prévio de significações, respondendo a demandas e anseios específicos. Ou então, elaborado de outro modo, tem-se que “a capacidade dos sujeitos de serem sujeitos de múltiplos discursos enfraquece a posição de poder de cada discurso em particular, reforçando [...] a necessidade da luta interpelatória constante” (PINTO, 1988, p.38).

Em um segundo esquema explicativo, pode-se complexificar a leitura realizada acima através da identificação de outras três instâncias no processo de enunciação: além daquele *a quem se fala*, pensar também em *quem fala*; *no que se fala* e *de que lugar se fala*. De forma análoga ao que foi dito em relação à multiplicação do sujeito no interior do discurso, propõe-se pensar agora a multiplicação do próprio discurso mediante transformação dessas instâncias em indagações. Em cada uma delas, manifestações específicas das relações de poder subjacentes à produção discursiva: ao sujeito que enuncia, vincula-se o “peso” de certa autoridade (reconhecida, cobrada ou presumida); ao discurso proferido, interpõe-se um conjunto amplo, mais ou menos explícito, de dispositivos de controle, circunstâncias e arranjos os mais variados; por fim, ao lugar de enunciação, articulam-se capitais simbólicos diversificados, responsáveis pelo maior ou

menor êxito dos discursos com os quais mantêm uma relação de reciprocidade, assim como por suas próprias continuidades ao longo do tempo.

O lugar ocupado por *aquela que fala* no interior de um determinado discurso, assim como o lugar ocupado por *aquela a quem se dirige*, resulta, em boa medida, de um trabalho prévio de construção que se dá pelo próprio discurso. Discursos como o da Medicina e da Igreja Católica, por exemplo, construíram, ao longo do processo de seu desenvolvimento, os sujeitos com direito a enunciá-los (PINTO, 1988). O poder de enunciá-los (ou não), portanto, ancora-se no reconhecimento social desse lugar de “autoridade” construído pelo discurso. Neste caso, tanto maior será a eficiência de determinado discurso, quanto mais abrangente e naturalizado for o reconhecimento social da autoridade daquele que o enuncia.

Por fim, temos *os lugares de enunciação* entendidos como simultaneamente resultado e condição de possibilidade de um conjunto amplo de práticas discursivas. As relações de poder, neste caso, manifestam-se sob a forma de um suporte que se fundamenta, assim como a autoridade de quem profere o discurso, em certo reconhecimento social. Em torno dos lugares de enunciação, pois, articulam-se capitais simbólicos diversificados. Mais ou menos perceptíveis, essas estruturas não discursivas mantêm com os discursos que sustentam uma relação de reciprocidade: permitem e conferem legitimidade ao que é dito ao mesmo tempo em que são recriadas por eles.

No decorrer desta exposição, o objetivo central foi o de delimitar os significados assumidos pela noção de discurso no escopo desta tese, delineando um quadro referencial no interior do qual se possa pensar tanto a relação dos homens e mulheres catadores de materiais recicláveis com um conjunto heterogêneo de enunciados (no qual a atividade laboral que desempenham e eles mesmos são *ditos*), como as especificidades do lugar de sujeito a eles destinado por esses discursos.

Conforme foi destacado, o discurso envolve um conjunto de práticas sociais, destina-se a sujeitos “já sujeitos” de outros discursos e tem como ponto de partida um universo discursivo pré-existente, herdado da tradição. O engajamento do sujeito na linguagem dá-se no interior de um quadro mais ou menos definido e segundo mecanismos que visam limitar e controlar as possibilidades enunciativas. Trata-se de um arranjo no qual o sujeito adquire centralidade: apresenta-se simultaneamente como

enunciador do discurso e seu efeito (já que todo discurso objetiva, em última análise, interpelar novos sujeitos). Em um nível mais amplo, tem-se que o social pode ser considerado como constituído por um conjunto de totalidades discursivas inter-relacionadas. Este, por sua vez, dada a natureza do processo de interpelação no qual se envolvem os diferentes discursos e do qual dependem seus maiores ou menores êxitos individuais, perfaz o cenário de uma constante disputa pelo poder simbólico de nomear e atribuir sentido ao mundo.

Tomando como referência esse quadro, passo, na seção seguinte à caracterização dos dois discursos com maior poder de interpelação junto aos catadores que acompanhei durante a pesquisa, em especial junto aos integrantes dos coletivos articulados pelo Projeto Catavida. Dada a significativa heterogeneidade das formulações reunidas por cada um desses discursos, optei por me referir a eles como “perspectivas” e as nomeei, na ausência de um termo mais adequado, “perspectiva ambiental-social-religiosa” e “perspectiva do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis”. No primeiro caso, tendo em vista a dispersão dos lugares desde os quais é enunciado, optei por uma alusão à matriz de sentido que lhe dá origem, bem como aos atravessamentos que o caracterizam. No segundo, por sua vez, a designação pretendeu ressaltar o lugar desde o qual o discurso é produzido (e que, por estar bem delimitado, acaba encobrendo os atravessamentos que o constituem).

6.2. O catador de materiais recicláveis e a reciclagem na perspectiva ambiental-social-religiosa

Um dos discursos com entrada e poder de interpelação junto aos catadores com os quais interagi durante a pesquisa, caracteriza-se pela ênfase com que assinala os benefícios da atividade que desempenham para o ambiente e pela complexidade do contexto no interior do qual situa tanto a atividade, quanto os seus sujeitos. Disperso e fragmentado em miríades de enunciados com conotações igualmente diversas, esse discurso, no tanto que pôde ser apreendido, apresenta-se mais como resultado da ambientalização de discursos variados (entre os quais se destacam aqueles religiosos ou sociais-religiosos) acerca da reciclagem e do catador de materiais recicláveis, do que propriamente como expressão de uma matriz discursiva homogênea cujo princípio de dispersão e delimitação dos seus enunciados seja a crença na natureza como um bem.

Esta, apesar de presente e por vezes central à argumentação, divide com outras crenças espaço no interior dessa produção discursiva.

Dos textos analisados, aquele que mais claramente representa essa perspectiva é a carta aberta escrita pelo Irmão Antônio Cechin em resposta à reportagem do jornal Zero Hora de 19 de maio de 2012, cujo tema central é a proibição da circulação de carroças em Porto Alegre (ANEXO M). Além dela, também o “Hino do Catador” (ANEXO L) e o “Discurso oficial de apresentação do Projeto Catavida” (ANEXO J), em algumas de suas passagens, podem ser considerados ilustrativos da ênfase operada por ela. A adesão dos sujeitos aos discursos que a caracterizam, por sua vez, pôde ser mais bem percebida em frases e dizeres enunciados (através de cartazes) pelos catadores vinculados ao Projeto Catavida durante os desfiles cívicos do Sete de Setembro (2011 e 2012) em Novo Hamburgo, RS.

No que se refere às suas instâncias enunciativas (*quem fala, a quem fala, o que fala*), observa-se que os autores dos discursos produzidos na perspectiva ambiental-social-religiosa são, em geral, indivíduos, grupos ou instituições cujas trajetórias ou atividades se inscrevem (de alguma forma) no campo ambiental. Particularmente em relação aos indivíduos, trata-se não apenas de pessoas que inscrevem suas trajetórias no campo, mas que nele ocupam lugar de destaque, como é o caso do Irmão Antônio Cechin. A autoria dos discursos produzidos sob essa perspectiva, além disso, pode se apresentar dispersa ou mesmo não identificável, tendo em vista a grande circulação dos seus enunciados na constituição de um discurso de senso comum sobre o assunto.

Os discursos que a compõem são dirigidos à sociedade como um todo. Devido a isso, a linguagem utilizada se caracteriza pela simplicidade e por certo apelo emocional. Mesmo nos casos onde os discursos são direcionados a agentes ou a grupos de agentes específicos na arena de disputas simbólicas que é o espaço social, caracterizam-se por uma linguagem simples, direta, cuja pretensão de interpelação supera a de cientificidade. As catadoras e os catadores de materiais recicláveis estão entre seus destinatários, mas apenas em alguns casos podem ser considerados seus destinatários principais. A construção do catador como protagonista ambiental através desses discursos, portanto, se dá não apenas diretamente, pela sujeição dos catadores a eles, mas também indiretamente, por meio do reconhecimento social advindo deles (reconhecer-se ao ser reconhecido).

A discursividade ambiental-social-religiosa mobiliza conteúdos variados em seus discursos e, de modo geral, os articula na construção de um quadro (atualização)

dos problemas ambientais vivenciados pela sociedade (da qual tanto o autor quanto o destinatário dos discursos fazem parte) e de um prognóstico a partir deles. Além disso, frente ao panorama delineado por ambos, articula os conteúdos com vistas a enfatizar as contribuições do protagonismo ambiental dos catadores à sociedade e à natureza, bem como para chamar a população à ação e ao engajamento nesta causa. Mobilizando e articulando os conteúdos dessa forma, por exemplo, a carta do Irmão Antônio Cechin situa o protagonismo ambiental do catador de materiais recicláveis frente a um quadro de “consumismo e poluição dos mananciais”, desemprego, fome e humilhação. Em direção semelhante, o hino do catador conclama “a toda essa gente” a contribuir na “luta” do catador e a situa em um contexto de “montanhas de sujeira” cujo horizonte é a “extinção” do próprio mundo.

Em face desses quadros e prognósticos, no interior de um cosmo que transcende a materialidade, a atividade de reciclagem é apresentada por essa discursividade como via de salvação da própria vida. De uma vida individual, que se salva através dos meios de subsistência que a atividade lhe proporciona, e de uma vida coletiva, cuja salvação decorre da preservação das condições que lhe são fundamentais. Apresenta-se, ademais, como via para um *religere* com a natureza, entendida como *locus* do sagrado. Alinham-se a essa perspectiva declarações como “cuidar do lixo é cuidar da vida”, slogan do Projeto Catavida, e “quando os humanos entenderem a importância da separação do lixo para os seus descendentes, poderão estar em sintonia com a natureza”, veiculada em um dos cartazes produzidos e transportados pelos catadores de Novo Hamburgo durante o desfile cívico do Sete de Setembro de 2012.

Reconhece-se, também, no interior desses discursos, a atividade de reciclagem como atravessada por contradições significativas. O fato de ser apresentada como via de salvação da vida e como “fonte de riqueza para o grande industrial” (APÊNDICE C, texto 13), por exemplo, caracteriza a ambiguidade que a atividade recebe nela. Trata-se de uma compreensão que fundamenta a luta para que a reciclagem esteja estruturada a fim de “reverter aos mais necessitados (catadores) os maiores benefícios” (APÊNDICE C, texto 13).

Em direção semelhante, a catadora e o catador de materiais recicláveis são construídos nessa discursividade simultaneamente como vítimas da sociedade e como seus agentes transformadores. Essa articulação - entre a dimensão de padecimento e a dimensão de atividade das existências dos catadores - confere destaque ao protagonismo dos sujeitos. Por meio dela, por exemplo, o trabalho dos catadores adquire *status* de

luta: em um primeiro plano, face às dificuldades que se lhes apresentam, “criam” seu próprio emprego e garantem a sua sobrevivência e a dos seus (luta pela sobrevivência); em um segundo plano, em meio a um quadro de miséria, destruição e descaso, empreendem a transformação da sociedade e a preservação da natureza através do seu esforço (luta pela transformação do mundo). Além da interpretação do trabalho dos catadores sob essa dupla perspectiva da luta, tal articulação fundamenta também a compreensão dos catadores como “profetas da ecologia”, isto é, como sujeitos que através do seu engajamento no mundo protagonizam a denúncia dos males do desenvolvimento social e ambiental dos quais padecem.

A ênfase no argumento ambiental que caracteriza os discursos produzidos sob essa perspectiva converte os catadores em “profissionais da despoluição do Planeta Terra ou Gaia”, “cuidadores da natureza, no sentido dos seus melhores despoluidores, verdadeiros médicos do Planeta” (APÊNDICE C, texto 13). O protagonismo ambiental dos catadores é afirmado, sobretudo, nas contribuições diretas e efetivas que sua atividade presta ao ambiente (despoluição e limpeza) e só em segundo plano as contribuições indiretas (preservação dos recursos naturais). Trata-se de um acento sutil, mas que caracteriza a operação realizada por essa discursividade. Outra característica sua é a força da noção de *cuidado* que se encontra atrelada à atuação dos catadores e aos benefícios ambientais (ecológicos e sociais) dela advindos. É possível identificá-la em diferentes enunciados, tais como “cuidar do lixo é cuidar da vida” (Discurso oficial de apresentação do Projeto Catavida – ANEXO J), “ajudando os catadores a cuidar” (Hino do catador – ANEXO L) e “os mais autênticos cuidadores na natureza” (Carta aberta do Irmão Antônio Cechin – ANEXO M).

Tamanha é a relevância da atividade desempenhada pelos catadores nesses discursos que, por vezes, adquire o estatuto de *missão* ou de *vocação*. Nesse sentido, a opção pela reciclagem é apresentada como resposta a um chamado. Afirma-se, por exemplo, que o catador, frente à deterioração de suas condições materiais de vida, sente-se “vacionado para garantir a própria sobrevivência” (APÊNDICE C, texto 13). E o faz, entregando-se de corpo e alma, com heroísmo e “coragem” (APÊNDICE C, texto 10), à batalha diária que é a construção dos próprios meios de subsistência através da catação, além da missão de “denunciar a sociedade consumista e anunciar a nova era da ecologia” (APÊNDICE C, texto 13). Sob essa perspectiva, pois, admite-se a

possibilidade de *conversão* do sujeito aos valores e ideais que animam o campo ambiental⁶⁶.

Conforme antecipado acima, o argumento ambiental ocupa lugar de destaque nessa discursividade. Diferente de outras perspectivas, nas quais desempenha função auxiliar, na perspectiva ambiental-social-religiosa o argumento ambiental divide com o argumento social o centro das atenções. Não parece haver uma relação hierárquica entre eles que, de modo geral, são acionados juntos, de forma complementar. A noção de ambiente mobilizada por essa discursividade reafirma, portanto, os elos que interligam a sociedade à natureza e, através desta, ao sagrado. Nessa tríplice articulação, a referência à crença na natureza como um bem (marcada por um acento romântico) se faz perceber em declarações tais como “nossa querida Pachamama, a Mãe Terra” (APÊNDICE C, texto 13) ou “A Terra pede socorro. Deus não irá restaurá-la. Separe o lixo.” (Cartaz produzido pelo catadores – desfile cívico do Sete de Setembro de 2012).

Essa discursividade é uma representante exemplar do que se poderia considerar ambientalização dos discursos sobre a reciclagem e sobre o catador de materiais recicláveis, em especial de um discurso religioso ou social-religioso (cuja matriz de sentido remete à Teologia da Libertação). Conforme destaca Lopes (2006) ao abordar os processos de ambientalização, a história anterior dos movimentos sociais influencia a apropriação da temática ambiental e sua ligação a conflitos anteriores que passam a ser reelaborados sob nova linguagem. No caso em questão, se tomarmos a história de vinculação do discurso social-religioso com a atividade de reciclagem e com seus sujeitos no Rio Grande do Sul, percebermos (conforme procuramos mostrar no capítulo anterior) que, aquilo que em um primeiro momento se apresentava como “radicalização da opção pelos pobres”, em um segundo momento, após a apropriação do argumento ambiental, é reelaborado sob nova construção discursiva e apresentado com as nuances descritas nesta seção.

⁶⁶ Interessante notar, ainda, o paralelo entre essa leitura (a da opção pela catação como resposta a um chamado) e a interpretação sociológica segundo a qual a opção pela catação resulta da expressão de disposições e condicionamentos internalizados no convívio social. Em ambos os casos, os catadores estariam “respondendo a um chamado”, por assim dizer. A diferença, contudo, é que, enquanto no primeiro caso se trata de um chamado divino, extramundano, no segundo se trata de um “chamado” social. Mais considerações a esse respeito serão tecidas no capítulo seguinte.

6.3. O catador de materiais recicláveis e a reciclagem na perspectiva do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

Outra discursividade com forte poder de interpelação (conforme será discutido no capítulo seguinte) junto aos catadores com os quais interagi durante a pesquisa, em especial junto aos integrantes dos coletivos articulados pelo Projeto Catavida, é aquela produzida pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Diferente dos discursos produzidos sob a perspectiva ambiental-social-religiosa, que se caracterizam pela ênfase com que assinalam os benefícios da reciclagem para o ambiente, os discursos do MNCR se caracterizam pelo acento que conferem aos benefícios da reciclagem para a sociedade, em geral, e para os catadores, em particular. Além disso, enquanto aqueles discursos situavam tanto a atividade de reciclagem quanto os seus sujeitos em um cosmo complexo, com dimensões extramundanas, estes situam ambos (catador e sua atividade) no tecido social e a ele restringem seus horizontes interpretativos.

Outro aspecto que diferencia a discursividade produzida pelo MNCR da discursividade produzida na perspectiva ambiental-social-religiosa é que, quando considerada a partir dos seus atravessamentos com o campo ambiental, configura-se mais como o resultado de uma apropriação circunstancial do argumento ambiental do que propriamente como expressão de um processo de ambientalização, conforme será detalhado mais adiante.

De acordo com o que foi posto na apresentação do itinerário da pesquisa, a maior parte dos fragmentos de discursos colhidos durante sua realização (e que não puderam ser diretamente analisados) remeteram aos discursos do MNCR, organização que teve importante participação na construção da proposta de trabalho adotada em Novo Hamburgo e cujas proposições continuam inspirando os integrantes da equipe técnica do Projeto Catavida. Dessa forma, após consultas ao banco de dados mantidos pelo próprio MNCR, cheguei a um total de dez textos (APÊNDICES A, B, C e D, textos de 1 a 9, e texto 14), a maior parte dos quais oriunda do jornal *De catador para catador*, que foram analisados a fim de construir a caracterização que segue.

No que se refere às instâncias enunciativas, a análise desses textos evidencia uma pluralidade de agentes envolvida na construção, disseminação e recepção dos discursos do MNCR. Em geral, estes são produzidos por um corpo de especialistas (formado por profissionais de diferentes áreas, tais como jornalismo, letras e

comunicação) e dirigidos a um conjunto diversificado de agentes que se encontram e se enfrentam no campo de disputas simbólicas organizado em torno da gestão dos resíduos sólidos urbanos. Os catadores de materiais recicláveis constituem, nesse conjunto, um grupo entre os demais. Não se trata, portanto, de uma interlocução direta e exclusiva entre catadores (como dá a entender o nome do jornal). Poder-se-ia, inclusive, a partir dos dados sobre escolarização⁶⁷ oriundos do perfil socioeducacional dos catadores de materiais recicláveis da Região Sul do Brasil (FISCHER; STEPHANOU; MEYER, 2010) e da linguagem utilizada nos textos que suportam esses discursos, sugerir que são direcionados com maior ênfase aos demais agentes atuantes no campo e não aos próprios catadores. Ou, dito de outra forma, que a apropriação desses discursos pelos catadores acaba se dando, em geral, indiretamente, através da tradução que deles fazem indivíduos, grupos e instituições envolvidos com assessoria, pesquisa ou capacitação de coletivos de catadores (como ocorre, por exemplo, no Projeto Catavida).

Quanto ao conteúdo desses discursos, tem-se que abordam de forma predominante temas relacionados à história, às lutas em curso e às perspectivas do MNCR. A variedade e a articulação entre os temas abordados, portanto, permite aos seus produtores pôr em ação três operações vitais à existência do próprio movimento: a construção e a afirmação de um caminho percorrido (estabelecimento de marcos e mártires); a construção e afirmação de um lugar próprio (delimitação de fronteiras); e a construção e afirmação de um caminho a percorrer (inauguração de um horizonte).

No *corpus* analisado, os textos “A luta do Catador de Materiais Recicláveis” (ANEXO A), “A Carta de Caxias do Sul” (ANEXO B) e “Organizar a categoria primeiro” (ANEXO E) podem ser tomados como exemplos da primeira dessas operações, pois recapitulam momentos e conquistas fundantes do MNCR. No que tange à reconstrução e afirmação de um lugar próprio, operação da qual todos os textos são exemplares em alguma medida, pode ser destacada a “Nota de esclarecimento sobre manifesto com uso indevido do nome do MNCR no RJ” (ANEXO H) pela contundência com que delimita as fronteiras em relação a outros grupos/movimentos sociais e reivindica para si a prerrogativa do uso de um nome tido como *próprio*. Por seu turno, os textos “Queremos ser pagos pelos serviços prestados!” (ANEXO D) e “O MNCR e a luta por uma reciclagem popular” (ANEXO G) ilustram a terceira operação, na qual os

⁶⁷ Segundo este estudo, a parcela de catadores não alfabetizados (cerca de 10% do total dos entrevistados) ou que frequentaram apenas as primeiras séries do ensino fundamental (de 1º a 4º séries – cerca de 34% dos entrevistados) é de 43% entre os integrantes de associações e cooperativas na região sul do Brasil (FISCHER; STEPHANOU; MEYER, 2010).

discursos apontam alguns dos caminhos a serem percorridos, bem como os principais desafios a serem vencidos.

Frente a um pano de fundo caracterizado pelos impactos sociais e ecológicos (mais sociais do que ecológicos) de um modelo de desenvolvimento centrado no controle dos meios de produção, na exploração da força de trabalho e na perspectiva de máximo lucro, a organização dos catadores é apresentada nos discursos do MNCR como uma “luz que aponta na direção de um novo modelo de desenvolvimento para as nossas cidades e para os nossos povos” (ANEXO B). Destarte, atividade de reciclagem (entenda-se, a coleta, a triagem, o enfardamento, o beneficiamento e a comercialização de materiais recicláveis realizadas por coletivos organizados de catadores), assume diferentes facetas nessa discursividade, cada qual relacionada a um aspecto (social ou ecológico) identificado como problemático e como um desafio a ser superado.

Em relação aos impactos sociais do modelo de desenvolvimento capitalista, por exemplo, a reciclagem é construída como “alternativa viável para a geração de trabalho e renda” (APÊNDICE C, texto 1), como “possibilidade de trabalho e renda para os setores excluídos da sociedade” (APÊNDICE C, texto 2), como “geradora de trabalho e renda” e como forma de se “fazer inclusão social de fato” (APÊNDICE C, texto 3). A ênfase na geração de trabalho e renda, nessa ordem, é marcante na discursividade produzida pelo MNCR e deixa entrever o valor positivo que o trabalho assume nela. Por meio da reciclagem, portanto, os catadores garantem não apenas sua subsistência e a dos seus familiares (através da renda), mas o fazem de forma lícita, digna, por meio do esforço do seu trabalho. Está em jogo nessa formulação, uma noção de *dignidade* atrelada à ideia de trabalho, isto é, uma *dignidade* que se mantém ou conquista *através do trabalho*⁶⁸. Além disso, outra ênfase operada por essa discursividade é a da *força do trabalho coletivo*. Embora o trabalho desenvolvido individualmente possibilite aos seus sujeitos a superação de (ou a sobrevivência em) situações adversas, o potencial da atividade para responder aos desafios impetrados pela “dominação capitalista” advém, sobretudo, daqueles seus arranjos coletivos (associações e cooperativas).

No que se refere aos desafios existentes para a gestão dos resíduos sólidos produzidos nos grandes centros urbanos, a realização da coleta seletiva, da triagem e da comercialização dos materiais recicláveis por coletivos de catadores é apresentada nos discursos do MNCR como “alternativa contra a criação de lixões a céu aberto e

⁶⁸ Tema que será retomado e aprofundado no capítulo seguinte.

superlotação dos aterros sanitários” (APÊNDICE C, texto 1), como atividade com “baixo custo para o investimento na criação de um novo posto de trabalho” (APÊNDICE C, texto 5) e como “melhor alternativa para o tratamento dos resíduos sólidos urbanos” (APÊNDICE C, texto 14). As vantagens da coleta seletiva, da triagem e da comercialização de materiais recicláveis administradas por catadores, em relação a outras formas de tratamento dos resíduos sólidos urbanos, são afirmadas nessa discursividade por seus benefícios em duas instâncias: a social e a ambiental. Na instância social, conforme posto acima, os principais benefícios giram em torno das ideias-força “geração de trabalho e renda” e “inclusão social”. Na instância ambiental, por sua vez, são destacados seu “baixo custo energético” e seus “baixos índices de poluição atmosférica” (APÊNDICE C, texto 8), bem como seu potencial em termos de “limpeza pública e proteção do meio ambiente” (APÊNDICE C, texto 4).

A exemplo do que ocorre na perspectiva ambiental-social-religiosa, também nos discursos do MNCR os catadores de materiais recicláveis são narrados simultaneamente como vítimas da sociedade e como seus agentes transformadores. Neste caso, contudo, a articulação entre a dimensão de padecimento e a dimensão de atividade das existências dos catadores é acionada para destacar seu protagonismo sobretudo em relação a si mesmos: como indivíduos, na transformação de suas condições de vida através do trabalho, e como grupo, na construção e valorização de uma categoria profissional. Seus protagonismos em relação à sociedade (erradicação da miséria; construção de quadros sociais mais justos) e em relação ao ambiente (preservação do meio ambiente; utilização racional dos recursos naturais), em boa medida decorrem e se encontram subordinados ao protagonismo em relação a si mesmos.

Destarte, proliferam enunciados nos quais os sujeitos são narrados como “ocupantes das posições mais vulneráveis no espaço social” (APÊNDICE C, texto 4), como vítimas “da repressão e do preconceito” (APÊNDICE C, texto 5), em especial quando associados ao “crime, à violência doméstica, ao vício e à crueldade com os animais” (APÊNDICE C, texto 7), como “mulheres e homens que, com seu trabalho de catadores, garantiram a sobrevivência a partir do que a sociedade descarta e joga fora” (APÊNDICE C, texto 2), como lutadores pela “sobrevivência e pela valorização de sua categoria” (APÊNDICE C, texto 1), como protagonistas de “políticas públicas de inclusão e valorização de nossa categoria” (APÊNDICE C, texto 9). A construção dos catadores como protagonistas na transformação de suas próprias realidades encontra-se

associada à construção dos catadores como *uma categoria profissional*. Nos discursos analisados, essa é uma das principais recorrências.

Em um segundo plano, os catadores são saudados em alguns desses discursos também pelas contribuições que prestam à sociedade e ao ambiente. Reafirma-se, nesse plano, a ideia de “agente ambiental”. Diferente da perspectiva ambiental-social-religiosa, contudo, na discursividade do MNCR essa ideia é situada em um cosmo estritamente social. Conforme um dos enunciados centrais, os catadores de materiais recicláveis, através do desempenho de sua atividade, contribuem para a “limpeza pública e proteção do meio ambiente” (APÊNDICE C, texto 4). Na perspectiva do MNCR, não se pensa a atuação do catador como um agente ambiental sob o prisma da vocação ou da missão; também não se admite e não se almeja, ao menos não claramente, algum tipo de conversão à causa ambiental. A luta, neste caso, é pelo reconhecimento e remuneração de um serviço de interesse público que é prestado.

Nos discursos do MNCR, a referência à crença na natureza como um bem se encontra em geral ausente, ou então dispersa através de breves, circunstanciais e genéricas menções tais como “preservar o meio ambiente” ou “queremos que nossa cidade preserve a natureza e as pessoas que trabalham para isso” (APÊNDICE D, textos 3 e 14). Em algumas dessas aparições é possível perceber com mais clareza que a noção de natureza como um *bem* se encontra atrelada à ideia de *recurso natural* e não à ideia de *reserva do bom e do belo* (acentos iluminista, portanto). Na “Carta de Caxias do Sul” (ANEXO B), por exemplo, documento no qual são apresentados os dezoito compromissos assumidos pelos participantes do I Congresso Latino Americano de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis, a crítica contra a implantação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) é desferida, pois “perderemos o poder de decidir sobre o melhor uso das riquezas existentes, como a água e a biodiversidade”. A natureza, assim, é representada como objeto de intervenção (ecologicamente esclarecida) e de cuidado porque fundamental à manutenção da vida, em um plano geral, e às formas de organização humana, em particular. Trata-se de um acento racionalista cuja influência remonta ao Iluminismo, conforme analisado anteriormente.

O espaço reservado ao argumento ambiental, com se pode apreender do que foi exposto acima, é bastante reduzido, em especial quando comparado ao que é reservado a argumentos como a geração de renda ou a inclusão social. Em nenhum dos textos analisados ele figura como argumento central, sendo que sua função nos discursos do MNCR é reforçar linhas argumentativas específicas. A luta do MNCR contra a

incineração, por exemplo, é empreendida fundamentalmente em função dos prejuízos aos catadores (no que se refere à geração de postos de trabalho, à quantidade dos resíduos disponíveis e à prioridade do investimento público e privado), incorpora o argumento ambiental como auxiliar, beneficiando-se de sua legitimidade científica e apelo emocional.

Tanto a ausência (ou, nos casos onde se faz presente, a especificidade) da referência à crença na natureza como um bem, quanto o espaço e a função conferidos ao argumento ambiental nos discursos do MNCR apontam para o que poderia ser considerada uma apropriação circunstancial⁶⁹ desse argumento. No intervalo de tempo coberto pela análise aqui realizada (2005-2012), não é perceptível um movimento de ampliação do espaço reservado a esse tipo de argumento, nenhuma transformação significativa na sua função. Destarte, torna-se difícil pensar a apropriação da temática ambiental pelo MNCR sob o prisma dos processos de ambientalização (LOPES, 2006), em especial pela impossibilidade de comparação entre um “antes” e um “depois” da apropriação da temática na história do movimento. Em direção semelhante, e pelos mesmos motivos elencados acima, também não se pode tomá-lo como expressão de um discurso ambiental acerca da reciclagem e dos catadores de materiais recicláveis. Reafirma-se, pois, a complexidade do fenômeno ambiental na contemporaneidade e a limitação das ferramentas teóricas disponíveis para sua absoluta apreensão (o que, por sua vez, exige que se recorra a diferentes abordagens a fim de uma aproximação menos parcial, ou para fins de diferentes e sucessivas aproximações).

Semelhanças e diferenças aproximam e distanciam essas duas discursividades que disputam espaço junto aos catadores de materiais recicláveis, num plano geral, e junto aos sujeitos que acompanhei durante a pesquisa, em particular. Das características que as aproximam, destaca-se o fato de ambas reconhecerem os catadores de materiais recicláveis como vítimas do desenrolar de processos mais amplos engendrados em (e engendrados de) uma sociedade capitalista e os alçarem (deste lugar) à condição de protagonistas de um novo modelo de desenvolvimento social e ambiental. Para as duas

⁶⁹ Poder-se-ia afirmar, inclusive, que essa apropriação circunstancial depende do contexto enunciativo: a quem fala, desde que posição/disputa, diante de qual contexto em que tal argumento tem um maior poder de verdade, portanto como argumento de legitimidade. Afinal, o MNCR não fala aos mesmo o tempo todo.

perspectivas (com uma ênfase maior na inaugurada pelo MNCR) o trabalho coletivo e a organização política dos catadores são os embriões dessa mudança.

Diferem entre si, contudo, no destaque que conferem ao argumento ambiental e na função que ele desempenha no interior de suas argumentações. Trata-se de uma diferença por vezes sutil, uma mera questão de acento: por exemplo, enquanto na primeira o protagonismo do catador de materiais recicláveis é exercido no ambiente natural (compreendido como reserva do bom o do belo) e na sociedade, na segunda é exercido na sociedade e no ambiente natural (compreendido como reserva de recursos naturais). Em ambos os casos, são afirmados como protagonistas *ambientais* (no sentido amplo do termo, incluídas aí a natureza, a sociedade e a cultura). Contudo, enquanto na primeira formulação o acento recai sobre os benefícios da atuação dos catadores para a dimensão natural do ambiente (compreendida como âmbito da criação, como *lócus* do sagrado), na segunda recai sobre os benefícios da atuação dos catadores para a dimensão social do ambiente (compreendida como esfera das relações humanas, como tecido no qual os sujeitos sociais inscrevem suas trajetórias).

Por fim, enquanto a perspectiva ambiental-social-religiosa pode ser considerada um caso exemplar de processo de ambientalização, conforme descrito por Lopes (2006), na perspectiva inaugurada pelo MNCR, a apropriação da temática ambiental, apresenta-se mais como um recurso circunstancial, acionado para conferir credibilidade, legitimidade e poder de interpelação a alguns dos seus argumentos, do que propriamente uma incorporação que acarrete a reelaboração de conflitos anteriores sob nova linguagem. Limitam essa leitura o curto intervalo de tempo considerado e a impossibilidade de comparar um “antes” e um “depois” da entrada em cena do argumento ambiental na história do movimento, haja visto o fato daquele estar presente nesta desde o seu início.

Caracterizados os discursos com maior poder de interpelação junto às catadoras e aos catadores de materiais recicláveis que foram ouvidos e acompanhados durante esta pesquisa, interessa agora perscrutar os usos que deles fazem estes sujeitos, bem como as funções que desempenham em seus itinerários (de vida, pela atividade de reciclagem, pelo campo ambiental e também aqueles cotidianos, pelo espaço urbano e pelas redes de sociabilidade estabelecidas e mantidas através de suas andanças).



Encontros, maio de 2012.
Foto: Cassiano P. Lisboa

7. ITINERÁRIOS, TOMADAS DE POSIÇÃO E TÁTICAS DE CATADORES

Ao longo de seus itinerários, através do uso que fazem dos repertórios recebidos, catadoras e catadores de materiais recicláveis expressam posicionamentos que podem ser interpretados como alinhados ou como desalinhados aos sistemas com os quais interagem. Por um lado, seguindo de perto Bourdieu (2007, 2011), tanto o uso que fazem desses repertórios quanto os posicionamentos expressos através deles podem ser lidos como manifestações inconscientes de disposições e condicionamentos construídos e internalizados no convívio social. Analisados sob essa perspectiva, os posicionamentos dos catadores mais contribuiriam à reprodução das estruturas sociais nas quais se encontram inseridos (e das quais muitas vezes são as vítimas), do que a suas transformações. Por outro lado, desde a óptica analítica de Certeau (2008), os usos que os catadores fazem dos repertórios recebidos definem “as astúcias de interesses outros e de desejos que não são nem determinados nem captados pelos sistemas onde se desenvolvem” (CERTEAU, 2008, p.45). Dessa forma, embora compostas “com os vocábulos de línguas recebidas” e submetidas “a sintaxes prescritas”, suas práticas lhes possibilitam enunciar posicionamentos desconformes ao jogo de forças estruturante de suas condições de vida e de trabalho.

À luz dessas considerações, este capítulo tem como objetivo justamente ponderar o quanto de conformidade (reprodução) e o quanto de desconformidade (criação) aos sistemas com os quais se relacionam as práticas sociais das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis acompanhados durante a investigação expressam. Para tanto, não houve opção deliberada por nenhum dos dois polos. A escolha, neste caso, foi pelo diálogo aberto e desarmado entre duas perspectivas teóricas distintas. Ousei provocar o jogo do duplo e lançar olhares desde pontos de vista diferentes sobre os dados produzidos em campo, de forma a proceder a diferentes aproximações diante de sua complexidade.

Nesse arranjo, a análise das operações das catadoras e dos catadores foi realizada em três âmbitos distintos: a) as relações que mantêm com os discursos que os interpelam; b) as relações que mantêm com o campo ambiental; e c) as relações que mantêm com os tempos e os espaços coletivos. No primeiro desses âmbitos, o foco da análise recaiu sobre a apropriação que fazem dos diferentes discursos que os interpelam na ressignificação da atividade que desempenham e de si mesmos como catadores.

Quanto ao segundo, foi direcionado às interdições que se apresentam aos catadores em suas relações com o campo ambiental, bem como às diferentes formas de apropriação que aqueles fazem dos repertórios disponibilizados por este. Por fim, no terceiro âmbito, o centro das atenções foram as práticas não discursivas (mas não exclusivamente elas) operadas pelos catadores ao longo dos seus deslocamentos.

7.1. Da opção pela catação e sua reconstrução como trabalho digno

Assuntos dispersos (nesta narrativa): soube que o que aconteceu com o Reginaldo foi um princípio de derrame e que ele está agora com os movimentos de uma perna comprometidos; soube que há a promessa da doação de um carrinho elétrico para o grupo, carrinho este que ou eu ou as mulheres pouco compreendem (haja vista o estranhamento com que recebi as descrições que me fizeram do tal equipamento); percebi durante nossa caminhada que, para algumas delas, as limitações para leitura são compensadas pela utilização de referentes visuais durante o processo de orientação/navegação – assim, para lembrar de um endereço ou do posicionamento espacial de uma loja, não recorrem ao nome da mesma, nem ao nome da rua, mas à referentes espaciais tais como “letreiro vermelho”, “ao lado da Panvel”, um pouco antes da “loja de fotografia”; por fim, fato curioso e inusitado, Rosi levou um arranhão de uma “louca” na rua – inusitado porque não esperado e curioso porque encontro entre duas mulheres nem tão distantes assim no espaço social, ao menos no que se refere à quantidade de capital econômico de que dispõem, mas com posicionamentos radicalmente distintos: sobreviver às margens do social, inserida nele e almejando cada vez maior inserção, ou retirar-se dele, rejeitando-o como destino. (Diário de campo, 21 de maio de 2012)

Mais do que mero adereço, o encontro entre a “louca” e a catadora, resumido de forma mal acabada no relato acima, é alusivo aos limites tênues que separam o mesmo do outro, o semelhante do diferente, longo, dos limites de nosso próprio pensamento. Trata-se do encontro entre duas mulheres: andarilhas, pobres e que provêm seu sustento a partir dos restos descartados por outrem. Às duas estão vedadas certas possibilidades, aberturas sociais desigualmente distribuídas entre os habitantes da urbe e que, assim dispostas, mantêm-os afastados (ainda que fisicamente se esbarrem). Sobre as duas recai o peso do estigma, dessa carga simbólica projetada sobre os destituídos de capital econômico e que lhes transforma, aos olhos da sociedade, em sujeitos destituídos também de capital cultural. Às duas, pois, resta a sobrevivência nos interstícios, a sobrevivência em trânsito e não por que um lugar próprio lhes é negado, mas por que o lugar que lhes é reservado não corresponde às suas expectativas, às suas reais

necessidades, logo, não lhes serve (é importante que se diga que não serviria a qualquer um dos que, imbuídos de boa vontade, insistem em aprisionar esses sujeitos neles).

Entre as duas, contudo, permanece posta uma distância: nem tão pequena, a ponto de permitir confundi-las, tomar uma pela outra, nem tão grande, a ponto de impossibilitar que se admita a possibilidade de conversão. A distância, neste caso, traduz-se em fronteira. Enquanto a primeira recusa (agredindo indistintamente os que passam na rua, tanto os que viram a cara quanto os que estendem a mão) um engajamento social nos termos que lhe são impostos e se aliena num mundo próprio cuja estrutura e lógica nos parecem estranhas, a segunda, desde os seus horizontes, aposta numa reconciliação (mais efetiva e menos interdita) e opta (não sem reservas, não sem astúcias) por continuar jogando conforme as regras. Fronteira, portanto, que estabelece um lado de dentro em relação a um lado de fora e que, dessa forma, separa e interconecta os habitantes de cada um deles.

Sob essa perspectiva, a manutenção das condições materiais de existência (individual e familiar), através da coleta, da reutilização e da comercialização dos resíduos descartados nos grandes centros urbanos, ainda que frequentemente atribuída (pelos próprios catadores) à “falta de outras opções”, configura, em última análise, uma escolha. Trata-se da opção pela sobrevivência através de uma atividade moralmente aceita, ainda que simbolicamente desvalorizada. A compreensão dessa opção como “impossibilidade de escolha”, neste caso, remete menos a uma real ausência de alternativas do que aos limites do quadro de possibilidades no interior do qual os sujeitos se situam. Nos termos de Bourdieu (2007, 2011), remete ao conjunto de disposições adquiridas no convívio social que repercutem nas tomadas de posição dos agentes.

No que tange às catadoras e aos catadores de materiais recicláveis, em especial àqueles ouvidos nesta investigação, a opção pela reciclagem ou a falta de opção que leva a ela, afirmam-se em relação a um conjunto mais amplo de (im)possibilidades, entre os quais se encontram, por exemplo, a mendicância e o delito. Consideradas as precárias condições materiais de vida de muitos desses sujeitos, bem como o amplo espectro de interdições sociais que se lhes são impostas, a manutenção desse horizonte de possibilidades fora dos seus horizontes de possibilidades pode ser interpretada como resultado (e, nesse sentido, também como evidência) de um processo de subjetivação complexo no qual acontece a internalização de normas e expectativas socialmente compartilhadas. Trata-se, neste caso, da internalização de uma cultura do trabalho e não

do delito, cultura esta que leva os seus sujeitos a o inventarem quando este se lhes é negado (PERELMAN, 2011), como pode ser constatado no seguinte depoimento:

Porque eu digo assim: pessoa desempregada tem em qualquer esquina, a gente encontra, e saquinho de lixo também. Então eles, na cabeça deles, se eles estão ali numa esquina sem ter o que fazer, e encontram uma sacola de PET, eles vão chegar e vão vender. Se eles conseguirem trinta centavos naquela sacola de PET, eles vão depois juntar um saco e ganhar um real, então, em cima disso, é um meio de sobrevivência, é um meio pra quem não tem como trabalhar. Pessoas acima de quarenta e cinco anos não conseguem trabalho, então, o trabalho é esse, é um trabalho que o pessoal não dá muito valor, mas é um... (Catadora, dezembro de 2008, no escritório de um galpão de reciclagem em Porto Alegre, RS)

Considerando as dificuldades para inserção formal no mercado de trabalho e os sempre presentes horizontes da mendicância e do delito, “ganhar a vida” por meio da catação configura-se como uma opção, respectivamente, pela *autonomia* e pelo *enquadramento*. Autonomia porque diferentemente do indigente que se entrega e se expõe à compaixão e boa vontade alheias, submetendo-se a elas, o catador afirma-se como sujeito de sua própria sobrevivência. Coloca-se como responsável por si (e pelos seus) no mundo, rechaçando em alguma medida as redes de apoio articuladas em torno da concepção de vulnerabilidade social (se há aposta em uma reconciliação com a sociedade, portanto, ela definitivamente não é feita sem reservas). E enquadramento, pois mesmo reconhecendo as interdições que a sociedade lhe impõe e o lugar social que lhe reserva, não rompe de todo com suas regras, como o louco ou o delinquente. Almeja, em maior ou menor grau, uma inserção efetiva. Opta por permanecer “dentro”, por continuar “jogando conforme as regras” e o faz desde um horizonte onde a mobilidade social se apresenta como função direta do empenho individual. Os excertos selecionados abaixo, cada qual enfatizando um dos aspectos, são alusivos desse duplo posicionamento:

Aí foi eu, foi a minha velha, fiquemo aquele dia lá [no aterro de São Leopoldo, RS] e aí eu digo: “vou fazer uma barraquinha de lona aqui pra meio dia ficar”. Daí fui pra lá e comecei a trabalhar nesse ramo de coisa aqui. E lá eu comecei me dar bem com o serviço, que eu tinha serviço, e já sustentar a minha família bem. (Catador, dezembro de 2008, em um galpão improvisado junto ao aterro sanitário de Canoas, RS)

Eu acho uma boa ideia de não ter um mandante que fica ali fica acatando. [...] É melhor porque aí eu tenho que produzir, eu tenho que fazer pra eu ganhar. Se eu fazer mais, eu ganho mais, se eu fizer menos eu ganho menos. É e não é. (Catador, setembro de 2009, em um galpão de reciclagem em Londrina, PR)

Eu acho que isso não é justo [refere-se à repressão policial contra os catadores]. É um povo que tá trabalhando, que não tá roubando. Me diz então, esses que estão aí fazendo banditismo, que estão matando e roubando, esses aí estão soltos. Eles podem fazer livremente. [...] Eu acho assim, não é que não tenha nada a ver, não é isso, mas entre ver uma coisa com a outra, acho que o carrinheiro puxando o seu carrinho normalmente, ou o carroceiro puxando a carrocinha normalmente, eu acho que não prejudica nada a sociedade, nada contra a sociedade. Eu acho que é contra a sociedade esses banditismos que fazem. (Catadora, dezembro de 2008, em um galpão de reciclagem em Porto Alegre, RS)

Analisada sob essa perspectiva, a deterioração das condições materiais de vida decorrente do desemprego e do subemprego, por si só, não permite explicar o incremento da quantidade de pessoas que vivem da catação. Ainda que sejam condições para o ingresso na atividade, esses fatores não habilitam diretamente (ou necessariamente) a passagem à condição de catador (PERELMAN, 2011). Uma vez que as condições “externas” são essencialmente as mesmas, o fator determinante para o ingresso na atividade, neste caso, será o conjunto de disposições internalizadas no convívio social. Na “falta de opção” que leva ao início do itinerário como catador ou como catadora, portanto, há que reconhecer a influência dessas disposições adquiridas, internalizadas sob a forma de *habitus* (BOURDIEU, 2007, 2011), que põem em relevo a capacidade dos arranjos sociais de se manterem estáveis ao longo do tempo.

O ingresso na atividade, por seu turno, no tanto de reprodução social que representa, instaura na trajetória dos sujeitos que a ela recorrem algo de ruptura, algo de descontinuidade. Inaugura o reinício de um itinerário e o contato com um campo novo de possibilidades e de exigências. Entre estas, uma das primeiras que se apresenta aos ainda não convertidos catadores é a exigência de lidar com o estigma da atividade e de significá-la positivamente, tendo como referência o mesmo conjunto de disposições que lhes conduziram a esse destino. Para lidar com a vergonha de se ver ou de ser visto sobrevivendo dos restos alheios, uma das principais saídas elaboradas pelos catadores passa pela inclusão dessa atividade no imaginário associado ao mundo do trabalho (no seu e no dos outros), cuja carga valorativas é, em geral, positiva. E essa operação, os catadores a realizam predominantemente através de seus discursos, num processo contínuo de reafirmação (para si mesmos e para os outros) do valor do trabalho e da correlação entre este e o que fazem:

Pra mim, assim... na minha cabeça, quando abriu aqui [refere-se ao galpão de reciclagem], meu Deus eu vou trabalhar no lixo, “bem capaz!”⁷⁰. E eu entrei e vi outra coisa assim diferente, tem gente que diz assim pra mim: o que tu quer, uma mulher bonita, tu tem condições de arrumar um lugar melhor. Não, por que eu vou arrumar uma coisa melhor se aqui é um trabalho como outro qualquer? (Catadora, dezembro de 2008, na biblioteca de um galpão de reciclagem, município de Canoas)

Trabalho é a forma de cada homem ou mulher ser digno de seu próprio alimento, seu sustento, de sua própria residência. (Catador, dezembro de 2008, próximo à esteira em um galpão de reciclagem em Porto Alegre, RS)

A luta que inicia neste momento é, pois, luta por reconhecimento. Trata-se de reconhecer a atividade como trabalho, como forma de “ser digno de seu próprio alimento, seu próprio sustento, de sua própria residência”. Trata-se de se afirmar como trabalhador e, dessa forma, como sujeito digno de reconhecimento. Trata-se, por fim, de lutar pelo reconhecimento alheio, pela reconstrução das estruturas e dos discursos através dos quais a catação e o trabalho com os resíduos, assim como os seus sujeitos, procuram ser fixados e mantidos à margem. E, nessa luta, deixam entrever algo de criatividade em meio à reprodução silenciosa da qual também são agentes. Nas palavras de Perelman (2011, p.72),

Os papeleiros buscam legitimidade a partir da conceptualização de sua ocupação como um trabalho digno no marco de normas – que são performativas – e expectativas socialmente compartilhadas. Como parte disso, também buscam a legitimação de suas ações a partir de valorações (morais) que, a sua vez, constroem formas de fazer, de ser e de sentir. [Tradução minha]

Entre os catadores que acompanhei, a luta por reconhecimento é travada no dia a dia, nas interações que mantém uns com os outros (catadores) e nas diferentes esferas sociais onde circulam. Nessa luta, mobilizam enunciados diversos, provenientes de matrizes de sentido igualmente variadas, mas que de modo geral aludem ao valor do trabalho e à dignidade daqueles que, submetidos a condições adversas, prosseguem no caminho do “bem”. Para a ressignificação simbólica da atividade e de si mesmos, portanto, recorrem mais a enunciados como os produzidos discursivamente pelo MNCR - nos quais a dimensão de superação, pessoal e coletiva, da catação é exaltada – do que a argumentos de cunho ambiental, onde a importância da atividade que desempenham é

⁷⁰ Expressão regional. “Resposta negativa sintética, de alta expressão e de grande uso.” (FISCHER, 1999, p.43).

pensada em uma esfera menos centrada no indivíduo e mais voltada à contribuição que oferece à sociedade e ao meio ambiente. Nuances dessas operações podem ser identificadas nos depoimentos abaixo:

“Meu pai trabalhou com isso [...]. Até acho engraçado, o destino ele traça. Meu filho também trabalhou aqui um tempo, agora que nos mudamos, ele não vem mais. Quer dizer uma coisa... [...] Tudo o que tiver que fazer na vida, aprender pra ti viver honestamente, com dignidade, tu tem que fazer. Então, foi um aprendizado. Serve hoje para eu dar o que comer pros meus filhos.” (Catadora, dezembro de 2008, em um galpão de reciclagem em Porto Alegre, RS)

E eu não acho, assim, que seja um serviço ruim, sabe, eu to ganhando meu dinheirinho, to ajudando em casa. Tem aquelas crianças, as meninas [refere-se à neta e à bisneta que são criadas por ela], meu marido é doente... Eu sou feliz. Eu gosto de trabalhar, sempre gostei. Me criei na luta, né? (Catadora, julho de 2012, dirigindo-se a um condomínio, nas ruas de Novo Hamburgo, RS)

E vamo indo, porque eu sempre digo: a pessoa não tem que ter vergonha daquilo que faz sendo coisa boa. Eu não tenho vergonha, sendo coisa boa não tenho. Muita gente me pergunta: aonde que tu trabalha? Eu trabalho em tal lugar, vou esconder por quê? E dou bem aqui, graças a Deus. (Catador, dezembro de 2008, em um galpão improvisado junto ao aterro sanitário de Canoas, RS)

A construção da catação como um trabalho digno permite aos seus sujeitos se incluírem no campo de igualdade com uma série de outros sujeitos e categorias profissionais (ao menos simbolicamente). Possibilita-lhes, além disso, conviver com sua (falta de) escolha e prosseguir, apesar dos pesares. A noção de dignidade, fundamental nesse processo, aparece em seus depoimentos atrelada à ideia de honestidade, à ideia de trabalho honesto. Nesse sentido, à semelhança do identificado por Perelman (2011) junto a “cirujas”⁷¹ da Cidade de Buenos Aires, a noção de dignidade entre os catadores ouvidos nesta pesquisa se relaciona com o mérito, que está menos baseado na capacidade de produzir e mais no esforço que é requerido para ganhar a vida e prover a subsistência (PERELMAN, 2011). Em um primeiro momento, portanto, a dignidade da catação reside no que ela tem a oferecer (em termos de aprendizado, em termos de oportunidade de superação, em termos de garantia de subsistência) ao próprio sujeito e não no que ela tem a oferecer à sociedade ou ao ambiente.

⁷¹ “Así, como toda categoría social, la de ciruja no solo tiene múltiples acepciones en la actualidad sino que éstas fueron variando con el tiempo. [...] Con ella nos referimos a las personas que se dedican a la actividad de recolección de la basura, de materiales que pueden ser reciclados, ya sea a nivel industrial o doméstico. Además de la recolección en sí, le actividad de cirujear comprende muchas otras tareas como son la separación y clasificación de algunos materiales, la limpieza de otros, el preparado de los medios de trabajo, etc.” (PERELMAN; BOY; BRUTTO, 2010, p.87)

A operação dessa manobra, mediante a qual um sujeito que se percebia destituído de opções e relegado a um dos últimos lugares sociais disponíveis passa a se enxergar como um trabalhador, e mais, como um trabalhador digno, abre caminho, em um segundo momento, para a construção e para a afirmação de um sentimento de orgulho, de altivez, relacionado ao desempenho da atividade. Não se trata mais de reconhecer a catação apenas como um trabalho entre os outros, mas sim de reconhecê-la como qualitativamente distinta das demais profissões. A construção desse sentimento de orgulho, ao que me foi possível apreender, dá-se por dois caminhos diferentes, ainda que por vezes entrelaçados.

O primeiro deles corresponde à exacerbação da noção de dignidade atrelada à catação, em especial no que se refere às oportunidades de superação pessoal que esta oferece aos seus sujeitos. Nesse sentido, quanto maiores forem as dificuldades e as privações superadas através deste trabalho, tanto mais digno se apresentará aos seus sujeitos. É do tamanho do êxito obtido através da catação, portanto, que a emergência desse sentimento de orgulho advém. O sujeito não apenas reconhece o que faz como um trabalho, mas se orgulha de ter superado um passado de privações e de dificuldades justamente através *deste* trabalho, tão desvalorizado (embora não condenado) aos olhos da sociedade. A exemplo do que foi colocado em relação à assunção do nome “catador” pelo MNCR e sua defesa no plano de disputas políticas no início desta tese, a afirmação de um sentimento de orgulho relacionado ao desempenho da catação por aqueles cujas trajetórias foram mais marcadas pelo descaso e pelo preconceito pode ser lida como uma tomada de posição desconforme com o jogo de forças estruturante de suas (in)visibilidades sociais e, dessa forma, engajada na disputa simbólica pelo poder de nomear e atribuir sentido ao mundo.

A trajetória de uma das catadoras que acompanhei durante a pesquisa pode ser tomada como ilustrativa da construção de um sentimento de orgulho por este caminho. Redigi a seguinte observação durante um dos dias de acompanhamento do grupo ao qual ela pertencia:

Neste meio tempo, dona Laura chega e, como de costume, centraliza o rumo da prosa; particularmente hoje, desabafa e compartilha conosco seu descontentamento com a atitude da irmã que, conforme entendi, ao saber que Laura iniciara o trabalho como catadora, ligou para ela (depois de muitos anos) para manifestar sua reprovação. Durante esse desabafo, dona Laura, por mais de uma vez, enunciou orgulho em estar trabalhando (“melhor do que estar roubando ou não fazendo nada”), especificamente orgulho em estar trabalhando como catadora [...]. (Diário de campo, julho de 2012)

Natural de Rosário do Sul, filha de agricultores, caçula entre 18 irmãos, dona Laura começou a trabalhar cedo na lavoura de arroz e de mandioca da família. Casou-se em Rosário do Sul e veio para a região metropolitana de Porto Alegre, no início da década de 1970, acompanhando o marido, “tentar a vida”. Exerceu diferentes funções na cadeia produtiva do calçado, desde o tratamento do couro até a confecção de acabamentos. Viu-se desempregada reiteradas vezes ao longo dos últimos 40 anos. Teve cinco filhos e foi vítima de violência doméstica por parte de seu marido. Quando da morte de seus pais, não teve acesso aos bens que lhe cabiam em função de uma manobra dos irmãos (segundo conta, forjaram seu atestado de óbito). Em função de problemas com sua documentação (extravio e registros incorretos) não conseguiu (ainda) encaminhar sua aposentadoria. Começou a trabalhar como catadora aos 60 anos de idade para contribuir no sustento da família, da qual, desde que o marido ficou doente, é a chefe (além do marido, vive com dois netos e uma bisneta).

Tive a oportunidade de acompanhar dona Laura por aproximadamente um ano. Dentre os catadores com os quais interagi, foi uma das poucas, e talvez que de forma mais contundente, manifestou o sentimento de orgulho relacionado ao trabalho. Face à insensibilidade do marido e à desonestidade dos irmãos, traços que marcaram sua trajetória, a escolha pela catação como meio de subsistência configurou para dona Laura a possibilidade de se afirmar simultaneamente como uma pessoa *sensível* (porque preocupada com os seus, em especial com o marido doente) e como uma pessoa *honesto* (porque disposta a construir sua sobrevivência através do trabalho). A superação de um passado de privações e dificuldades, no seu caso, se deu pela afirmação pública da própria dignidade (em contraposição à falta de dignidade de seu marido e de seus irmãos). E o orgulho, nesse contexto, apresenta-se como orgulho da própria tomada de posição; orgulho da escolha feita e levada a cabo apesar do preconceito e da reprovação daqueles que lhe são próximos.

Se para alguns, como dona Laura, o caminho para a construção de um sentimento de orgulho passa pelo reconhecimento do quanto a atividade contribui para a superação de um passado difícil, para outros se dá por meio do reconhecimento do papel e da importância desta (logo, do papel e da importância deles mesmos) para a sociedade e para o ambiente. Reconhecimento, neste caso, que advém de outro reconhecimento: ao ser reconhecido (e não apenas narrado) como sujeito de uma atividade social e

ambientalmente relevante, o catador pode passar a reconhecer, ele mesmo, o papel e a importância do que faz. O depoimento apresentado abaixo é ilustrativo dessa dinâmica:

A gente até ganhou diploma na semana passada, que tavam fazendo uma filmagem ali, pra rede lá, vieram filmar eu. A gente ganhou diploma de melhores recicladores de POA. É um orgulho! Imagina que a gente consegue limpar a cidade em poucos números, que se nós não limpava ia pros aterros, pras calçada, pros bueiros. (Catadora, dezembro de 2008, no refeitório de um galpão de reciclagem em Porto Alegre, RS)

Dessa forma, a construção de um sentimento de orgulho por este segundo caminho se encontra atrelada ao reconhecimento social da atividade e dos seus sujeitos. Diferentemente do caso anterior, onde a afirmação do orgulho deriva de um auto-reconhecimento (reconhecer-se como sujeito digno e como protagonista da transformação da própria vida), neste, o sentimento de orgulho decorre de um reconhecimento externo (ser reconhecido como sujeito digno, agente da transformação da sociedade e da preservação do ambiente). Trata-se de um reconhecimento gestado no campo da disputa simbólica, no imbricamento entre o campo ambiental e outros campos sociais e que, como bem o demonstra o depoimento abaixo, ainda está por ser conquistado:

[...] quando o irmão Antônio [Cechin] criou essa ideia dos galpões, dos profetas da ecologia, ele pensou assim no trabalhador ser o profeta, né? Aquele que denuncia e anuncia uma nova etapa. Nem isso a gente consegue... fazer com que eles consigam se conceber nessa [interrupção]. Claro, as pessoas que tão há mais tempo já começam a dizer “nós somos agentes ecológicos, de defesa desse ambiente, nós estamos devolvendo pra sociedade aí um material rico, que iria pro aterro, que custaria muito caro, quando a prefeitura paga pra fazer isso, custa muito caro pro consumidor, pras pessoas... e nós estamos fazendo esse benefício”. Então, ela começa a perceber... só que isso, ela percebe, mas, é aquilo que eu falava, a sociedade não percebe. Então ela não tem nenhum benefício em... ela perceber e se sentir um agente ecológico, porque ela vai continuar recebendo seus cem reais por semana lá, vai continuar tendo que trabalhar até domingo... Por exemplo, nossos galpões, nesse aperto de material, eles vão ter que trabalhar até quarta-feira, véspera de natal... chega o natal, falha o natal e no segundo dia do natal vão estar trabalhando de volta... vão ter que trabalhar no sábado pra recuperar o dia que ficaram parados por causa do natal porque têm despesas, têm compromissos pra pagar, têm que... tem a creche de criança, tem o leite... (Assessor/voluntário, dezembro de 2008, na sede da CUT em Porto Alegre, RS)

O reconhecimento social da atividade e dos seus sujeitos, o mesmo que se encontra ausente no contexto de trabalho apresentado acima, provém (como possibilidade) da mobilização coletiva dos próprios catadores. E a afirmação de um sentimento de orgulho relacionado à catação (logo, de uma identidade com ela) é elemento fundamental nesse processo. Daí talvez a dificuldade em conquistá-los: uma vez que um depende do outro e que nenhum dos dois está resolvido, persistirão as distâncias a superar.

Entre os dois caminhos para a construção e para a afirmação de um sentimento de orgulho relacionado ao desempenho da catação, talvez o primeiro, por depender de um número menor de fatores externos, resulte mais exitoso que o segundo. Seja como for, o fato é que a afirmação desse sentimento de orgulho, quando comparada às demais manifestações dos catadores em relação à atividade que desempenham, é um fenômeno deveras escasso. Em boa medida, isso se deve à complexidade da operação (em cada um dos dois caminhos) e ao tempo exigido em cada um deles para que a ressignificação se efetue. Excetuando-se aquelas ocasiões em que a afirmação de um sentimento de orgulho corresponde à reprodução de discursos institucionais e responde mais às solicitações do contexto do que às necessidades de expressão individuais, os demais casos exigem de seus sujeitos um árduo processo de reelaboração pessoal e de renegociação social dos seus estatutos.

Ao ingresso dos sujeitos na atividade de reciclagem, ele mesmo compreendido como uma opção subjacente à “falta de opções”, corresponde o início de um itinerário, mais ou menos entrecortado, no qual exigências e possibilidades de escolha são vislumbradas. Se de uma parte as operações descritas nesta seção podem ser interpretadas como resultado da expressão de um *habitus*, isto é, da reprodução inconsciente dos sistemas de valores e da estrutura social dos quais muitas vezes os catadores são vítimas, de outra, pode-se lê-las como operações que permitem aos seus sujeitos instaurar pequenas rupturas e criar margens de liberdade - “micro-resistências que fundam microliberdades”, na terminologia de Certeau (2008) – no espaço social. Observada sob esse prisma, a conversão simbólica de uma atividade socialmente desvalorizada (ainda que moralmente aceita) em trabalho e, a partir dessa vinculação, em trabalho digno (podendo ou não abrir caminho para a construção e afirmação de um

sentimento de orgulho), possibilita aos catadores não apenas prosseguirem, apesar dos pesares, como também manifestarem posicionamentos desconformes com o jogo de forças estruturante de suas (in)visibilidades sociais. Nas palavras de Perelman,

Para os catadores, configurar-se a si mesmos como pessoas que estão fazendo algo digno – pensando-se de maneira relacional, já que a noção de trabalho e de dignidade se constrói desde as percepções dos catadores e dos não catadores – lhes permite questionar os imaginários hegemônicos em torno de ser trabalhador ao mesmo tempo em que apelam ao trabalho. (PERELMAN, 2011, p.78)

Em direção semelhante, através do uso criativo do repertório simbólico que se lhes apresenta, as catadoras e os catadores põem em questão a validade e o alcance desses próprios repertórios. No caso dos discursos que os interpelam, aqueles articulados em torno de um argumento ambiental, são revelados nessas práticas como de menor alcance, se comparados aos discursos cujo argumento central é o trabalho. Apreende-se, a partir daí, que o ingresso no campo ambiental (viabilizado, por sua vez, pelo ingresso na reciclagem) ainda não se traduz em possibilidades concretas de reconstrução de si aos atuais catadores de materiais recicláveis. Inferência que sugere, conforme será discutido a seguir, um “encontro com ares de desencontro”.

7.2. Desencontros com o campo ambiental

Após alguma indecisão e uma tentativa equivocada, localizamos (em especial devido à descrição que me fizeram antes de sairmos e de um número lembrado por Odete) a “casa ecológica” sobre a qual haviam comentado. Trata-se do Centro Urbano de Práticas Ambientais, uma morada-refúgio administrada pelo casal Maria Leoni Sauter Hennemann (pedagoga aposentada – Fundação Liberato) e Walério Hennemann (mecânico automotivo). Conforme soube posteriormente, Odete, Núbia e Reginaldo, por ocasião de um evento (não consegui definir com exatidão qual) ocorrido no município, tiveram a oportunidade de visitar e conhecer o trabalho realizado na “casa ecológica” durante uma oficina. No local, uma propriedade modesta e muito bem arranjada, são desenvolvidas atividades de educação ambiental a partir dos princípios da permacultura. Irrigação por água da chuva, energia elétrica gerada em uma célula fotovoltaica, cultivo de plantas medicinais e comestíveis em pequenos canteiros, embalagens reutilizadas, bacias plásticas, entre outros suportes, completam o leque de atividades desenvolvidas no local. Fomos recebidos pela proprietária que, aos poucos, compreendendo (talvez melhor dos que as próprias catadoras) o trabalho que desenvolvo junto ao grupo, descreveu e caracterizou detalhadamente os projetos do Centro. Faz-se importante mencionar que, apesar de já ter visitado o local anteriormente, Odete não soube precisar do que se tratava; mencionou apenas o fato de ser uma casa “toda ecológica”, com irrigação por água da chuva entre outras

coisas. A referência a elementos e enunciados oriundos do campo ambiental, portanto, faz-se sobre bases frágeis e se dá envolta em um ar de indeterminação, reforçando a hipótese de trabalho segundo a qual a inserção dos catadores de materiais recicláveis no campo se dá pela via da necessidade e não da militância, e que esta, se chega a ser desenvolvida por algum catador, somente se lhe apresenta ao longo da trajetória de trabalho e sob um conjunto especial (e, por isso, raro) de circunstâncias articuladas às políticas públicas destinadas ao setor, sobretudo, de forma não intencional e assistemática. O que pude presenciar, portanto, foi um ocasional (e, talvez, inevitável) encontro entre duas instâncias instituintes do campo ambiental: aquela representada por (e que nos permite pensar e discutir a emergência de) um habitus ecológico, instância militante e engajada, simultaneamente produto e condição de possibilidade do desenvolvimento de um campo ambiental; e aquela representada pelo trabalhador excluído de outras possibilidades de inserção profissional, desejoso de ampliar seu poder aquisitivo e sua participação como consumidor no mercado de produtos, bens e serviços (talvez mais os primeiros e menos o último), articulada e articuladora (ainda que a contragosto ou de forma inconsciente) do mesmo campo ambiental. Encontro com ares de desencontro. Diálogo impossível cada vez mais necessário e inevitável. Até que ponto este encontro constitui para os catadores a possibilidade de ressignificação de sua atividade e trajetórias, constituindo-se para eles em uma instância formativa importante? Ao que tudo indica e conforme explicitado na fala de Odete (que diz gostar de “coisas interessantes como estas”), ainda pouco (a despeito do potencial inerente a ele). (Diário de campo, 14 de maio de 2012)

Conforme apontado na seção anterior, a apropriação dos enunciados que emergem do campo ambiental (ou de processos de ambientalização) pelos catadores e pelas catadoras de materiais recicláveis ainda é pouco frequente se comparada à apropriação de discursos provenientes de outras matrizes de sentido. De acordo com as indicações colhidas durante a pesquisa, é predominante nos discursos cujo argumento central é o trabalho que os sujeitos encontram os elementos necessários à reformulação simbólica da atividade que desempenham e de si próprios. Essa constatação, confrontada à verificação de que as condições de trabalho dos catadores praticamente não se alteraram ao longo das últimas décadas, a despeito da incorporação do argumento ambiental aos debates públicos sobre a gestão dos resíduos, leva-nos a questionar o alcance das contribuições do campo ambiental tanto para a reciclagem quanto para os catadores. Como no excerto apresentado acima, portanto, convém indagar até que ponto o ingresso na cadeia produtiva da reciclagem e (através dela) no campo ambiental constitui para os sujeitos a possibilidade de ressignificação de sua atividade e de suas trajetórias, configurando-se para eles em uma instância formativa importante. Quais seriam as principais interdições a um engajamento efetivo dos catadores com o campo ambiental e à construção de um sentimento de identificação com os ideais que o animam?

Além de fornecer as questões geradoras da discussão empreendida nesta seção, o excerto que lhe serve de epígrafe alude a algumas das contradições que caracterizam o itinerário dos catadores pelo campo ambiental, em especial o difícil diálogo que (ainda não) se estabelece entre uns e outro. À semelhança do inusitado encontro descrito na seção anterior, entre a “louca” e a catadora, mulheres ao mesmo tempo tão parecidas e tão diferentes, o encontro descrito acima também representa a reunião de sujeitos singularmente próximos e distantes: de um lado, os catadores de materiais recicláveis, representados por duas catadoras; de outro, um tipo particular de encarnação do sujeito ecológico que, para fins práticos e no intuito de enfatizar uma de suas esferas de atuação, será aqui referido como “educadores ambientais”, representados pelos proprietários e administradores da “casa ecológica”. Ao contrário do primeiro encontro, contudo, neste, são as condutas que aproximam os agentes e as posições ocupadas no espaço social (traduzidas em seus posicionamentos) que os distinguem e mantêm afastados.

Pensado à luz do modelo teórico dos campos sociais de Pierre Bourdieu (2007, 2011), o encontro entre os catadores e os educadores ambientais pode ser caracterizado não apenas como o encontro entre agentes que ocupam posições diferentes no espaço social, mas como o encontro entre agentes que ocupam posições diametralmente opostas nesse espaço. Vale lembrar que, segundo esse modelo, cada agente ou grupo de agentes se encontra distribuído no espaço social de acordo com a quantidade absoluta e relativa de capital econômico e de capital cultural que possui e que mobiliza em suas relações. Portanto, em um diagrama que procurasse representar essas quantidades de capital (conforme apresentado no diagrama 1), os catadores, destituídos tanto de capital econômico quanto de capital cultural⁷², ocupariam posições situadas no quadrante inferior direito e os educadores ambientais, possuidores de ambos os tipos de capital (mas, proporcionalmente, de mais capital cultural do que capital econômico) seriam alocados em posições situadas no quadrante superior esquerdo.

⁷² Nos termos pelos quais o define Pierre Bourdieu (2007, 2011).

ESPAÇO DAS POSIÇÕES SOCIAIS

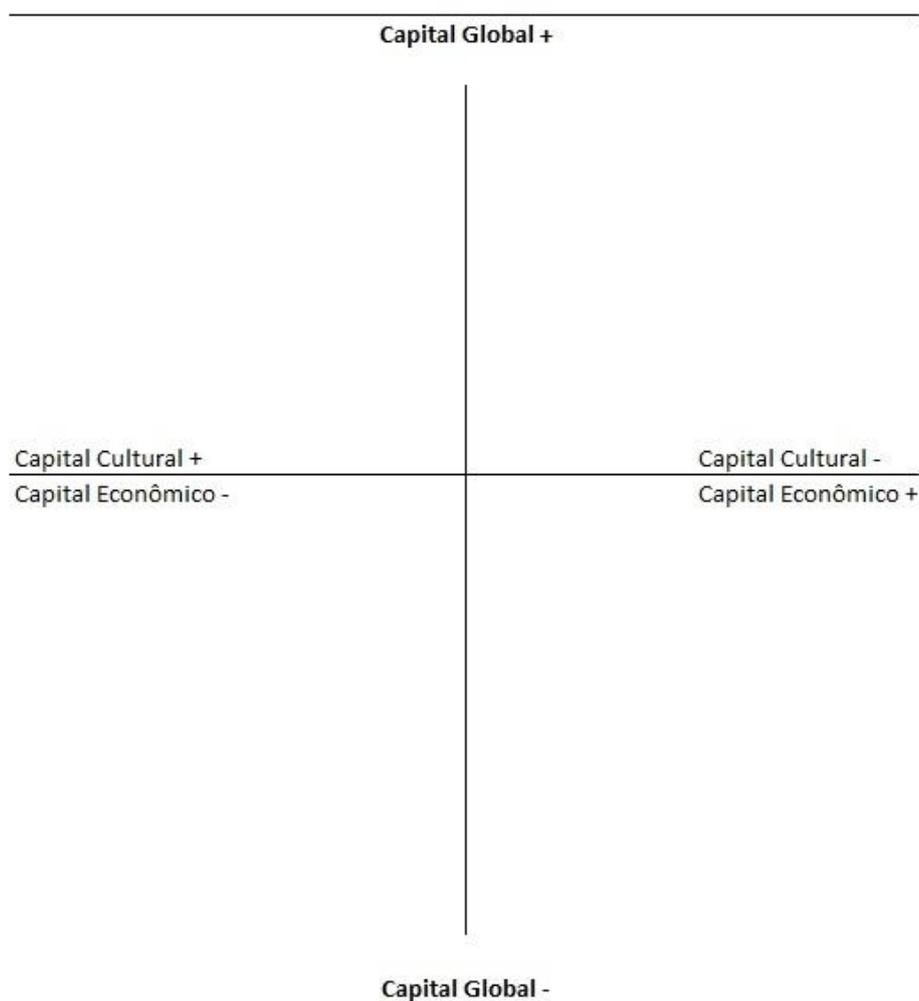


Diagrama 1 - Representação do espaço das posições sociais de acordo com os volumes global e relativo dos dois tipos de capital (econômico e cultural). Adaptado a partir de Bourdieu (2011).

O fato de esses agentes ocuparem posições tão distantes no espaço social, por si só, não impede que eventualmente se encontrem (como pode ser apreendido no relato que serve de epígrafe a seção) ou que mantenham interações sociais prolongadas; diminui, contudo, a chance de isso acontecer. E a razão, neste caso, não é propriamente a distância entre as posições ocupadas, mas a diferença entre as *disposições* que acompanham cada uma dessas posições. Conforme já discutido, para Bourdieu (2007, 2011), a cada classe de posições corresponde uma classe de disposições socialmente produzidas e incorporadas pelos agentes no convívio social. Esse conjunto de disposições – ou *habitus* - funciona como *princípio gerador e unificador* das práticas

dos agentes situados em uma mesma região do espaço social, traduzindo-se em um estilo de vida compartilhado por eles. Consequentemente, o *habitus* atua também como um *princípio de diferenciação*: as disposições e o estilo de vida que caracterizam um determinado grupo de agentes o diferenciam dos demais.

Retomando o encontro entre os catadores e os educadores ambientais e analisando-o sob essa perspectiva, tem-se que representa a reunião e o contato (que permite a comparação) entre *habitus* significativamente distintos. No que se refere aos educadores ambientais, pode-se pensar, seguindo de perto Carvalho (2009), em um *habitus ecológico* constituído no processo de subjetivação de um campo de preocupações ambientais na sociedade contemporânea. Organizado em torno da crença na possibilidade de curar o conflito entre natureza e cultura, esse *habitus* inaugura um estilo de vida que no plano individual leva à incorporação de novas práticas e atitudes (ecologicamente orientados) em esferas variadas da vida. A incorporação destes, por sua vez, contribui ao desenvolvimento do próprio campo ambiental.

Entre os catadores, considerando a discussão apresentada na seção anterior, é possível falar em um *habitus* que decorre da apropriação de uma cultura do trabalho e que alude ao valor deste como meio de transformação da própria vida (superação pessoal). Os dados construídos durante a pesquisa, além disso, sugerem que a esse *habitus* se encontra atrelada a crença na possibilidade de restauração da fratura existente entre indivíduo e sociedade. É nessa crença, por exemplo, que se fundamenta a aposta na possibilidade de uma integração social mais efetiva (porque menos interdita). O *habitus* compartilhado pelos catadores, assim como o *habitus ecológico*, inaugura um estilo de vida que leva à adoção de práticas e atitudes (economicamente orientados) em variadas esferas de suas vidas e que, a sua maneira, também prestam sua contribuição ao desenvolvimento do campo ambiental.

Curioso notar, nesse ínterim, que sob um olhar que considere apenas a manifestação concreta dos fenômenos objetivados, a expressão dos diferentes *habitus*, condicionada ela mesma pelas circunstâncias nas quais se dá, nem sempre produz distinções tão evidentes. Por exemplo, enquanto para o casal de educadores ambientais a incorporação de hábitos e atitudes, tais como a separação e o reaproveitamento dos resíduos, o recurso a plantas medicinais para o combate de enfermidades, a utilização preferencial de meios de transporte públicos ou não poluentes, entre outros, deriva da crença (sustentada pelo ideário ecológico) na possibilidade de *curar* o conflito entre natureza e cultura, para os catadores, a adoção de procedimentos bastante semelhantes a

esses resulta da crença (sustentada pelo ideário econômico) na possibilidade de integração mais efetiva na sociedade, o que os obriga a se submeterem às adversidades que esta lhes impõe. Cotidianamente, tanto uns quanto outros, mantêm um consumo moderado (relativamente ao restante da população), gerenciam e reaproveitam resíduos (no caso dos primeiros, os seus; no caso das catadoras, preferencialmente os dos outros), combatem enfermidades e tratam doenças com receitas caseiras preparadas a partir de ervas medicinais. Contudo, enquanto aqueles o fazem por opção, e até mesmo por renúncia, estes o fazem por necessidade.

Essa semelhança aparente entre uns e outros, por vezes, abre espaço para que se tomem uns pelos outros. Refiro-me especificamente à compreensão e à afirmação dos catadores de materiais recicláveis como “protagonistas ambientais”. Restrita à superfície fenomênica da interação entre os catadores e o campo ambiental, essa matriz de sentido desconsidera que subjacente ao engajamento prático destes em atividades celebradas como ambientalmente relevantes, dos quais a própria catação é emblemática, reside o desejo de superá-las. Ou, dito de outro modo, desconsidera que os horizontes em direção aos quais se projeta a maior parte dos catadores e catadoras de materiais recicláveis expressam seu desejo de ingressarem como consumidores em uma sociedade de consumidores (a mesma em relação ao qual o ideário ecológico se posiciona contrariamente). Opera, dessa forma, uma generalização que no intuito de valorizar as trajetórias e o trabalho dos catadores acaba dificultando o reconhecimento entre estes daquelas iniciativas e daqueles sujeitos que efetivamente colocam em questão o *status quo* dessa sociedade.

Retomando as questões apresentadas no início desta seção, o que se pode apreender a partir da análise desse exemplo é que os itinerários dos catadores pelo campo, para a ampla maioria deles, não se traduz em possibilidades efetivas de reformulação de si, dos seus projetos e, a partir deles, da sociedade como um todo. Trata-se, portanto, de uma conversão⁷³ aparente, que raramente se traduz em conversão radical. Entre os motivos para que isso (não) aconteça, destacam-se os que seguem. Em primeiro lugar, há no caminho entre os catadores e os ideais que animam o campo interditos de ordem estrutural. Admitindo-se que cada *habitus* se encontra vinculado a uma posição (ou a um conjunto de posições) social específica, pode-se levantar a questão da possibilidade de um *habitus ecológico* ser compartilhado indistintamente por

⁷³ Segundo é concebido pela discursividade ambiental-social-religiosa.

agentes situados em posições diferentes do espaço social. Existem pré-requisitos mínimos (em termos de capital econômico e capital cultural) para o compartilhamento de um *habitus ecológico*? Caso existam, quais são eles? Sem a pretensão de fornecer respostas categóricas a essas perguntas, os dados construídos durante a pesquisa sugerem que a carência de bens materiais e culturais por parte dos catadores, se não impede que construam suas subjetividades a partir da internalização de um campo de preocupações ambientais, dificultam-no substancialmente.

De outra parte, esses interditos de ordem estrutural se traduzem em interditos de ordem simbólica. Uma vez que os principais produtores dos discursos que circulam no campo ocupam posições sociais distintas (por vezes opostas) às posições ocupadas pelas catadoras e pelos catadores, o repertório simbólico que produzem não traduz (como o fazem, por exemplo, os discursos do MNCR) os anseios e as necessidades desse grupo de agentes. Pode-se sugerir, nesse sentido, que os catadores não recorrem (ou pouco recorrem) a esses repertórios porque não se reconhecem do modo como são narrados por eles. Destarte, a despeito do relevante papel do campo ambiental como articulador de encontros socialmente improváveis, as trocas entre os produtores e os catadores acabam limitadas e não se traduzem em transformações significativas para estes. Trata-se de diálogos difíceis porque construídos sobre bases fundamentalmente distintas e que se ignoram reciprocamente.

Por fim, integrando aspectos dos dois tipos de interditos mencionados acima, pesa sobre a relação dos catadores com o campo ambiental o fato do desenvolvimento deste (em nível regional, nacional e mundial) não ter se traduzido ainda em modificações substanciais nas condições de trabalho daqueles. Conforme procurou ser caracterizado anteriormente⁷⁴, à evolução do debate público acerca da gestão dos resíduos sólidos urbanos (no qual os discursos de cunho ambiental desempenharam importante papel) não corresponderam modificações significativas nas condições de vida e trabalho dos catadores de materiais recicláveis. Essa constatação, vivida na pele pelos catadores, alimenta um sentimento de desconfiança por parte destes em relação às reais possibilidades de melhoria advindas do debate que é travado no campo ambiental. Desconfiança bem fundamentada, mas que impede aos que a experimentam a vivência de um engajamento mais efetivo com o campo, precondição para que este possa lhes

⁷⁴ Capítulo 5.

apresentar oportunidades de ressignificação pessoal, nos modos de ver-se, narrar-se, inserir-se.

Frente a essas interdições e dificuldades, na inexistência de possibilidades efetivas para a reformulação de suas próprias trajetórias a partir do campo ambiental, resta aos catadores a apropriação circunstancial de enunciados apreendidos nos encontros articulados por ele, configurando operações do tipo tático que lhes permite auferir pequenos benefícios ao mesmo tempo em que denunciam (colocando em questão) as lacunas que o campo ambiental lhes apresenta. Conforme explicitamos em outra ocasião,

Visualizamos [...] que os recicladores reproduzem discursos usuais às práticas do campo, apropriando dizeres genéricos acerca da relevância da reciclagem para o planeta e para a sociedade. Referem quando necessário um arcabouço de conhecimentos aprendidos no trabalho, mas sem que percebamos pertencimento ou uma interação significativa com o que discursam: a alusão à importância ambiental é instaurada como estratégia circunstancial, uma instrumentalização de noções presentes no espaço. (LISBOA et al, 2009, p.108)

Essa “caça furtiva” junto aos repertórios disponibilizados no espaço instituído pelo outro (neste caso, o campo ambiental) se concentra, sobretudo, naquela sua dimensão simbólica, discursiva. Os esquemas de ação que também são disponibilizados nesse espaço raramente são alvo de “apropriações indevidas”. A tática, neste caso, consiste em torná-los semelhantes ao que se é. Não há, na utilização que fazem desses discursos, preocupação com o adequado tratamento dos conceitos que são apropriados nem com a adequada articulação entre eles. É isso porque a categoria “adequação” diz respeito às regras de produção dos próprios discursos e não às regras de utilização destes. O que conta para as catadoras e para os catadores que recorrem a esses repertórios simbólicos é a ocasião e o benefício a ela atrelado: encurtar ou prolongar a conversa com um pesquisador aqui, impressionar outro acolá, conquistar a confiança de um fornecedor mais adiante ou receber um elogio dali à frente. Trata-se de astúcias de sujeitos que, “por não terem um próprio, devem desembaraçar-se em uma rede de forças e de representações estabelecidas” (CERTEAU, 2008, p.79).

Durante a realização da pesquisa, essa apropriação circunstancial de enunciados apreendidos no campo ambiental foi bastante rara e, de modo geral, esteve circunscrita a situações formais de entrevistas. Nestas, orientados por um senso de ocasião, os

catadores entrevistados recorreram aos enunciados do campo ou para corresponderem ao que acreditavam ser minhas expectativas (e, dessa forma, manter estabelecido o vínculo ao mesmo tempo em que auferir, através dele, algum tipo de reconhecimento) ou para reforçarem o próprio argumento, atuando de forma deliberada na construção de suas narrativas. Particularmente desta segunda variante tática, o depoimento a seguir é emblemático:

Eu vejo [a reciclagem] como um benefício pra nós mesmos, pro dia a dia da gente, porque todo esse material tem consequência de ser jogado em qualquer lugar. Pro futuro da gente acho que isso é importante, é uma coisa que não deveria acabar nunca, não deveria de ser privatizado nunca, sabe, é do povo, pro povo, pra todo mundo, né. O pessoal tem que se conscientizar disso aí, principalmente, além de tu estar dando de comer pra muitas famílias, tu tem vários benefícios, todo o material é reutilizado de novo, tu não precisa estar desmatando, tu não precisa né, não vai entupir ralo, essas coisas. Então, pra mim, o mais importante nisso tudo, além das famílias que se sustentam disso aí, é o benefício que isso traz para o povo, pra nós assim. Eu acho.” (Catadora, dezembro de 2008, em um galpão de reciclagem de Porto Alegre, RS)

Nele, é possível perceber com nitidez a alternância entre um argumento que enfatiza o valor social da atividade (“benefício pra nós mesmos”, para o “povo”, “pra todo mundo”) e outro que menciona também seus benefícios para a natureza (“todo o material é reutilizado de novo, tu não precisa estar desmatando”). A forma como os articula, em especial a dimensão que reserva para cada um deles, entretanto, confere maior ênfase ao primeiro e papel secundário ao segundo. A referência indireta ao desmatamento (“não precisa estar desmatando”) ou ao problema das enchentes urbanas (“não vai entupir ralo”), neste caso, é acionada para reforçar a ideia da importância social da atividade. Mas do que isso, através dessa habilidosa articulação, a catadora conclama (através da pesquisa) as pessoas a se conscientizarem (“o pessoal tem que se conscientizar disso aí”) da importância da reciclagem para o sustento de muitas famílias, ao mesmo tempo em que alerta para o perigo e se posiciona contrariamente à privatização do setor (“não deveria ser privatizado nunca”). Reverte, pois, a seu favor, o jogo da pesquisa utilizando o discurso do outro para transmitir o seu.

Afora as situações formais das entrevistas, em todas as demais instâncias em que desenvolvi o acompanhamento das atividades dos catadores, a apropriação tática do argumento ambiental não se fez perceber. Durante suas trocas cotidianas e também durante as nossas (por ocasião do desenvolvimento da pesquisa), em conversas “à boca miúda” ou em debates mais acalorados, durante as festas e os “passeios culturais”,

inclusive durante a capacitação a qual são submetidos os recém-integrados ao Projeto Catavida, falava-se de tudo um pouco. Em geral, sobre as dificuldades diárias enfrentadas por cada um deles, os problemas de saúde, as desavenças com os vizinhos, o preconceito e a falta de dinheiro, e também sobre temas relacionados ao trabalho, o preço dos materiais, as desavenças com os colegas, os itinerários, entre outros. Falava-se também sobre amenidades, sobre os relacionamentos amorosos, sobre as histórias de cada um e sobre seus projetos de vida. Nesse contexto prolixo, as referências diretas ou indiretas ao campo ambiental constituíram uma ausência marcante, conforme pode ser apreendido no seguinte excerto de meu diário de campo:

Além da Odete e da Ana, tive a oportunidade de conversar também (durante tempos distintos e na ordem de chegada) com o Odair (ocupado hoje com o conserto da roda de um dos carrinhos), com a dona Ione (signo de peixes; bastante queixosa no dia de hoje), com o Reginaldo (cada vez mais à vontade comigo) e com o Sidney, outro dos trabalhadores homens do grupo, que poucas vezes encontrei e que ainda não compreende (como boa parte dos demais) o que especificamente faço por lá. Soube, entre outras coisas, que a Marisa se encontra bastante debilitada (por doença desconhecida) e ainda sem atendimento médico adequado; que nas cercanias da casa da dona Ione mataram um homem (usuário de craque) a facadas por causa de dez reais (“duas notas de cinco”, conforme dona Ione); que, durante evento no Parque Amador, no qual Reginaldo realizava a coleta seletiva em nome do Catavida, tentaram lhe roubar as latinhas e que este se envolveu (como nas histórias que havia me contado na visita anterior) em mais um embate corporal vitorioso; que as imagens e fotografias feitas por uma equipe de reportagem com os integrantes do grupo não haviam sido publicadas; e que o sonho de dona Ione é conseguir um trabalho onde possa ajudar as pessoas e receber algum dinheiro por isso (mencionou algo como trabalhar “vestida de branco” e um “trabalho como este aqui”, mas não compreendi bem do que se tratava). Soube também que umas das filhas da dona Ione está grávida, com problemas de varizes em uma das pernas e que vai se submeter a uma intervenção médica. Assuntos os mais variados que aos poucos deixam entrever um pouco de suas vidas, cotidianos marcados pela violência, por pequenas conquistas e pelo delineamento de planos, e que neste plano geral pouco se diferenciam de tantos outros. Entretanto, para além desse processo de estreitamento dos vínculos e de conhecimento recíproco, que se faz aos poucos e que nos torna copartícipes de algo, o que mais tem me chamado a atenção é a completa ausência, em suas narrativas, de argumentos de cunho ambiental. Definitivamente, nas trocas cotidianas, uns com os outros e também com estranhos como eu (ou, ao menos, nas trocas que se estabelecem na minha presença), não enunciam nem acionam argumentos “ambientais”. Suas preocupações e demandas giram em torno do imediato, da melhoria das condições de vida (mudança para regiões da cidade menos violentas, melhoria das condições de saúde) e de trabalho (melhores condições de transporte, alimentação, etc.) (Diário de Campo, 23 de abril de 2012)

Em um contexto onde se falava de tudo um pouco, a ausência de referências (ainda que de passagem) à importância de sua atividade para a conservação dos

ambientes naturais, aos limites de um modelo de sociedade baseado no descarte e consumo desenfreados, ao papel do catador como educador ambiental ou mesmo como agente da transformação social foi tão marcante que, em um determinado momento do trabalho de pesquisa, cheguei a repensar seus arranjos (e, conseqüentemente, toda a argumentação teórica empreendida até ali). Posteriormente, contudo, percebi que não se tratava da ausência de um dado, mas o dado de uma ausência: silêncio significativo que dizia tanto da relação dos sujeitos com o campo quanto as próprias narrativas condicionadas pelas perguntas feitas⁷⁵. Indício de interdições.

De volta ao ponto inicial: no que tange às relações dos catadores com o campo ambiental, é possível afirmar que são moduladas por interdições estruturais que se traduzem em interdições simbólicas (e vice-versa). A precariedade de suas condições materiais de existência, assim como a precariedade de suas condições de trabalho, a falta de acesso à educação e aos bens culturais, entre outros fatores, dificulta aos catadores a internalização de um campo de preocupações ambientais. De outra parte, uma vez que suas preocupações são outras, seus anseios e seus desejos são distintos daqueles celebrados no projeto identitário articulado pelo/articulador do campo ambiental, não se reconhecem nos discursos que dele emanam ou que por ele circulam, muito embora sejam atravessados por esses discursos, que os narram e igualmente instituem o lugar de sujeito catador. Trata-se de um diálogo difícil, porque fundamentado em bases distintas e que se ignoram reciprocamente. Encontro com ares de desencontro entre duas dimensões instituintes de um mesmo campo social.

Face às interdições que se lhes apresentam, resta aos catadores a “caça furtiva em terreno alheio”, a apropriação circunstancial de enunciados oriundos do campo visando a pequenos (ou nem tanto assim) benefícios. Por não terem um “próprio”, desembaraçam-se em uma rede de forças e representações estabelecidas. Nem todos, contudo, o fazem: ou porque as interdições interpostas são efetivamente experimentadas como tais, ou porque, dado os horizontes em direção aos quais se projetam e as “reais”

⁷⁵ Reafirma-se, dessa forma, a importância de um arranjo metodológico centrado na espontaneidade das trocas e que põe em relevo justamente suas escolhas: as coisas eleitas para serem ditas e as coisas reservadas ao silêncio.

possibilidades de ganho advindas desse desvio, simplesmente não estejam dispostos a fazê-lo.

Quanto aos rumos do encontro entre as catadoras e os educadores ambientais, não implicou transformações significativas nem para as catadoras, nem para os administradores da “casa ecológica”⁷⁶. A relação entre ambos, durante o tempo em que a acompanhei, prosseguiu restrita a uma prestação de serviço (recolhimento do lixo seco por parte dos catadores) e a uma contrapartida (doação de material por parte dos educadores ambientais). Para as catadoras que acompanhei neste dia, a “casa ecológica” continuou figurando como mais um fornecedor de material entre outros tantos. E para os administradores da casa ecológica, a presença dos catadores por lá não implicou a reformulação de suas práticas cotidianas, nem o redirecionamento de suas atenções educacionais a estes.

7.3. Dos tempos e espaços: táticas construídas em trânsito

Seguimos o percurso sem maiores percalços, caminhado devagar, também em função do trânsito, mas não apenas devido a ele. Conforme mencionei em relatos anteriores, os tempos nessa atividade, ao menos junto ao grupo que estou acompanhando, são outros. Mais conformes às condições de saúde de cada umas delas, os ritmos de caminhada são brandos (ainda que as distâncias nem sempre o sejam), assim como a velocidade com que carregam os carrinhos ou abrem as caixas de papelão. Definitivamente, não parecem pautados por uma lógica da produtividade, do máximo lucro; pelo contrário, respondem mais às especificidades de cada um/uma e às circunstâncias, tendo como horizonte a obtenção de um mínimo necessário ou suficiente. Parece que, em alguma medida, têm se apropriado da margem de lucro existente em função dos melhores preços praticados pela cooperativa, convertendo-a de capital econômico potencial em tempos disponíveis para usufruto pessoal (entenda-se, melhor adequar o ritmo de trabalho às capacidades físicas). Andam devagar, recolhem o material sem pressa e, assim que chegam de volta ao galpão, entregam-se a um ócio que se prolonga ao sabor das trocas e das ocasiões. Conforme mencionado acima, percorremos um pouco mais de 4km para recolher um carrinho de material de qualidade média. A melhor parte do resíduo coletado hoje, percebi, veio de uma loja que não estava no roteiro. (Diário de campo, 21 de maio de 2012)

Para além das práticas discursivas analisadas nas seções anteriores, que nos ajudam a compreender os processos de subjetivação e de socialização instaurados pelo encontro das catadoras e dos catadores com um diversificado conjunto de discursos que os interpelam, há toda uma profusão de procedimentos silenciosos através dos quais os

⁷⁶ Apresentada no início desta seção.

catadores também se posicionam e que, conjuntamente aos discursos que enunciam, configuram *maneiras de fazer* (CERTEAU, 2008). O intuito desta seção, portanto, será o de perscrutar essas práticas não discursivas, caracterizando-as e aguçando a reflexão acerca dos seus significados (tanto para os seus sujeitos, quanto, num plano mais amplo, para o tecido do qual se destacam).

Ao longo desse pequeno itinerário que, assim como o percurso mais longo do qual constituí um passo em muito se assemelha aos itinerários dos próprios catadores, especial deferência será concedida ao ato de caminhar e às diferentes formas de ocupação do espaço urbano que decorrem dele. A justificativa para essa escolha se fundamenta na parcela que o “estar em trânsito” ocupa em seus cotidianos e, se quisermos estender a reflexão, em suas vidas. Afinal, aos destituídos de um lugar capaz de ser circunscrito como próprio, resta o deslocamento em busca de um.

Suficientemente distinto (a ponto de permitir que se o tome em separado) das práticas discursivas analisadas nas seções anteriores, o ato de caminhar compartilha com elas, entretanto, o fato de configurar aos seus sujeitos um espaço de enunciação. Segundo Certeau (2008), o ato de caminhar, assim como ato de falar, tem como efeito uma quádrupla função enunciativa: opera no campo de um sistema pré-definido, estando, pois, para o sistema urbano assim como o ato de falar está para a língua; coloca em jogo uma apropriação ou uma reapropriação desse sistema, configurando uma realização espacial, assim como o ato de palavra é uma realização sonora da língua; instaura, como a própria narração, um presente (provisório, é certo) em relação a um momento e a um lugar; por fim, estabelece, sob a forma de movimentos, um contrato com o outro em uma rede de lugares e de relações da mesma forma como a enunciação verbal coloca o outro em face do locutor e põe em jogo contratos entre colocutores.

Assim, no exercício diário de suas funções, as catadoras e os catadores de materiais recicláveis, mesmo sem se darem conta disso, enunciam através dos seus deslocamentos os dilemas de sua própria condição que, em alguma medida, são também os dilemas da atividade que desempenham e da sociedade da qual fazem parte. Trata-se, portanto, de uma enunciação tátil, visual, olfativa, uma enunciação performática e até certo ponto inconsciente do seu potencial, dispersa e fragmentada em uma rede de

percursos pela cidade. Enunciação cotidiana que tenciona e desacomoda, cumprindo dessa maneira um importante papel social.

Analisadas sob essa perspectiva, as “retóricas ambulatórias” (CERTEAU, 2008) das catadoras e dos catadores que acompanhei (não apenas ao longo do tempo, mas também ao longo do espaço) põem em questão algumas das lógicas que regem a vida nos grandes centros urbanos. Particularmente, questionam as formas como são pensadas a mobilidade urbana e as relações dos sujeitos consigo e com os outros. Enquanto apropriações do sistema urbano, essas retóricas ambulatórias se efetivam nos interstícios criados pelas diferentes lógicas que questionam. Trata-se de táticas⁷⁷ construídas em trânsito, soluções criativas encontradas pelos catadores e pelas catadoras face aos problemas com os quais se defrontam, que não lhes são exclusivos e que se apresentam, em maior ou menor medida, à sociedade como um todo.

Começamos pela esfera da mobilidade urbana. O grupo de catadores que acompanhei por mais tempo no município de Novo Hamburgo (RS), distinto da maior parte dos coletivos consultados durante a realização do Estudo do Perfil Socioeducacional da População de Catadores de Materiais Recicláveis Organizados em Associações, Cooperativas e Grupos de Trabalho (ESTUDO, 2010), realizava não apenas a triagem, o enfardamento e a comercialização dos materiais recicláveis, mas também sua coleta. E para isso, não dispunha de caminhões ou qualquer outro tipo de veículo automotor. Neste grupo de catadores, cada homem ou mulher utilizava um carrinho (ou “carretinha”, como falavam) de metal com rodas plásticas (a maioria deles) ou pneumáticas (nos maiores) para a realização da coleta do material reciclável. Todos os integrantes do grupo, à exceção do coordenador, realizavam também essa etapa do trabalho.

De modo geral, cada catador ou catadora saía de duas a cinco vezes por dia para a realização da coleta. A distância percorrida em cada um dos itinerários variava de pouco mais de um quilômetro (itinerários mais curtos, realizados um maior número de vezes ao dia) até quase cinco quilômetros (itinerários mais longos, realizados uma ou

⁷⁷ Para o estudo das relações entre os sujeitos (“consumidores, usuários, praticantes”) e os dispositivos da produção (“vocábulos recebidos e sintaxes prescritas”), Certeau (2008) recorre à distinção entre *táticas* e *estratégias*. Em seu esquema, “estratégia” aparece definida como o “cálculo das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e de poder é isolável em um ambiente” (CERTEAU, 2008, p.46). Ela postula um lugar próprio capaz de servir ao sujeito como base para a gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. Já a “tática”, é considerada “um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível” (CERTEAU, 2008, p.46). O lugar da tática é sempre o território do outro.

duas vezes por dia) e a quantidade média de material recolhido em cada uma dessas viagens beirava os 40 quilogramas (entre os homens, as médias eram mais elevadas do que entre as mulheres, podendo chegar a mais de 100 quilogramas). Os itinerários se restringiam à região central da cidade e incluíam algumas das ruas de maior movimentação de veículos e pedestres, exigindo dos catadores não apenas força e resistência física, mas também um tanto de astúcia.

A orientação geral para os integrantes do grupo era que atuassem nas vias públicas e seguissem as regras de trânsito, comportando-se como um veículo (e não como um pedestre). Deveriam se colocar à margem direita nas ruas e avenidas, respeitar a ordem de passagem dos demais veículos (observado as indicações dos semáforos) e “estacionar” seus carrinhos em locais onde não prejudicassem o trânsito. Deveriam evitar, por exemplo, trafegar na contramão ou nas calçadas. Quanto mais discreta e segura fosse a atuação deles e delas, tanto melhor para todos. Como neste grupo os ganhos advindos da comercialização dos materiais eram repartidos de acordo com o rendimento individual (e não igualmente entre todos os cooperados), não havia recomendações semelhantes no que se refere à utilização do tempo ao longo dos seus itinerários. Poderiam demorar o quanto julgassem necessário, conquanto retornassem com os materiais recolhidos para o galpão. Esta era a teoria.

Na prática, circulavam pelas ruas conforme “calhava”. Em meio a pedestres, automóveis, motocicletas, ônibus e caminhões, negociavam um caminho possível e seguiam em frente. No caos supostamente organizado que é o trânsito nos grandes centros urbanos, a maior parte das recomendações que recebiam era impraticável. Manter-se à direita, por exemplo, correspondia a se espremer, ou melhor, ser espremido entre os veículos estacionados (arriscando danificar suas pinturas) e os veículos em movimento (pondo em risco a própria integridade física). Estacionar os carrinhos onde não prejudicassem o trânsito, também não era possível, pois o trânsito (de pedestres e de veículos) estava em todo lugar. Além disso, no mais das vezes, a observância a uma dessas recomendações implicava que necessariamente se deixasse de observar as demais. Por exemplo, ou se mantinham à direita (deixando de zelar por sua própria segurança) e, toda a vez que precisavam acessar uma lixeira, estacionavam o carrinho na via pública, atrapalhando o trânsito de veículos, ou circulavam pelas calçadas (o que não era recomendado e, frequentemente, também possível) atrapalhando o trânsito de pedestres.

No jogo com as circunstâncias, a solução encontrada pelos catadores foi encarnar um tipo híbrido de sujeito urbano, meio veículo, meio pedestre e transitar, alternadamente, pelos espaços destinados a um e a outro. Caso estivessem circulando por uma rua ou avenida e num cruzamento encontrassem fechado o sinal para veículos e aberto para pedestres, aproveitavam a ocasião, atravessando na faixa de segurança e logo à frente retomando o seu caminho. Do mesmo modo, permitiam-se (na condição de pedestres) transcorrer pequenos percursos pelas calçadas ou na contramão, sempre que isso lhes possibilitasse zelar por sua própria segurança ou acessar mais facilmente os materiais. Além disso, subvertiam os itinerários pré-determinados, transformando-os através de acréscimos e supressões de pontos intermediários, desvios e atalhos os mais variados. Por vezes em busca dos melhores materiais, por vezes à custa deles.

Conforme disposto no excerto que serve de epígrafe a esta seção, as catadoras e os catadores desse grupo não conduziam seus deslocamentos segundo uma lógica do máximo lucro. Apesar de suas rendas se encontrarem atreladas à produtividade, demoravam-se nos seus trajetos ao sabor das trocas (com os fornecedores de material, com anônimos transeuntes, comigo, uns com os outros) e das ocasiões. Interpretada à luz de suas trajetórias na reciclagem, essa forma de proceder pode ser pensada como uma apropriação da margem de lucro decorrente da melhor cotação do material junto à cooperativa (ganhavam mais vendendo para a cooperativa do que para os antigos atravessadores) e sua conversão de *capital econômico potencial* em *tempo disponível para usufruto pessoal*. Para esses catadores e catadoras que haviam sofrido as agruras da dependência dos atravessadores, não se tratava, após a filiação ao Projeto Catavida e ao ingresso na Coolabore, de ganhar mais fazendo o mesmo, mas de ganhar o mesmo fazendo menos. Garantiam dessa forma tempos disponíveis para si. Adequavam, por meio dessa operação, o ritmo de trabalho às suas necessidades e não o contrário.

No que se refere à mobilidade urbana, portanto, suas táticas enunciam os limites de uma lógica que pensa a cidade predominantemente para a circulação (e para a disposição) de automóveis e apenas secundariamente para pedestres, ciclistas, carrinheiros, entre outros. Dito de outro modo, enunciam os limites de uma lógica que pensa a cidade predominantemente para a circulação de uns (poucos) e não de outros (a maioria). Enunciam, ademais, as contradições de um sistema que, apesar de baseado no consumo e no descarte, interpõe limites à evacuação dos próprios resíduos. Por fim, a presença dos catadores nas ruas, no tanto de incômodo e transtorno que ocasiona, coloca em questão a lógica (que também é nossa) da pressa em nome da produtividade, lógica

que apesar de reger a administração dos tempos, acaba exigindo deslocamentos cada vez mais rápidos no espaço. Os deslocamentos dos catadores, na condição de apropriações do espaço urbano, apropriações estas que o realizam e instauram um presente relativo a um momento e a um lugar, convidam à reflexão acerca dos horizontes em direção aos quais temos nos dirigido sob a orientação dessas lógicas.

Se por um lado as retóricas ambulatórias das catadoras e catadores de materiais recicláveis põem em questão as lógicas que regem a vida urbana na esfera da mobilidade, por outro, evidenciam algumas das fraturas criadas pelas lógicas que regem as relações dos sujeitos consigo e com os outros. O ato de caminhar, nesse âmbito, reveste-se para os catadores de significados próprios e cumpre funções específicas. Uma das menos evidentes e talvez mais relevantes é a de lhes possibilitar circunscrever um espaço-tempo próprio nos tempos e nos espaços que compartilham com os demais.

Nas entrevistas que realizamos com catadores na região sul do Brasil (FISCHER; STEPHANOU; MEYER, 2010) e no acompanhamento que fiz de suas atividades na região metropolitana de Porto Alegre (RS), indícios dessa operação através da qual um deslocamento físico é convertido em território, em porto seguro, puderam ser registrados. Nos seus depoimentos, por exemplo, eles aparecem atrelados às diferentes perspectivas pessoais a partir das quais o “colocar-se em trânsito” é significado pelos sujeitos. Apontam, nesses casos, o efeito terapêutico que a instauração de tempo-espaço próprio exerce para cada um:

E eu não penso [em deixar a atividade], enquanto Deus me der saúde, estou indo. E ainda faz bem pra cabeça da gente, faz uma terapia na cabeça da gente, esquece tudo, sabe Deus como esquece. Vai pra lá, vai pra cá. Ajuda os nervos, a cabeça... [...]. (Catador, junho de 2009, em um galpão de reciclagem em Curitiba, RS)

[...] não tem ideia do que é ficar o dia inteiro dentro de uma firma de cabeça baixada [...]. Na reciclagem não, você sai cedo, você vai catar, conversa com as pessoas, você vê um pessoa necessitada de conversar, necessitada de uma palavra de animo, de uma palavra de fé. E eles veem a gente se esforçando, vê que a gente não mede esforço pra ir lá buscar, conversa, a gente conversa muito na rua, é muito bom, cria bastante amizade. (Catadora, setembro de 2009, em um galpão de reciclagem em Londrina, PR)

Nesses dois exemplos, os deslocamentos exigidos pela atividade permitem aos catadores constituírem um espaço-tempo próprio no interior do qual se refugiam ou se projetam em direção ao mundo. Em ambos os casos é possível identificar um efeito terapêutico advindo dessa operação que, contudo, não se exerce da mesma maneira. No primeiro depoimento, o fato de estar trabalhando, e mais, de estar em movimento (“vai pra lá, vai pra cá”) atua como um agente amnésico, permitindo-lhe esquecer (“sabe Deus como esquece”) os problemas que lhe afligem. Já para a segunda narradora, frente ao isolamento (“ficar o dia inteiro dentro”) e à submissão (“de cabeça baixada”) impostos por outras atividades laborais, o tempo-espaço da catação possibilita interagir com as pessoas, ser-lhes útil e auferir algum reconhecimento pelo esforço que dedica a sua atividade.

De forma análoga, para uma das catadoras que acompanhei mais de perto e por mais tempo, dona Ione, o espaço-tempo da catação cumpria a função de constituir-se simultaneamente num refúgio e num *lócus* para as interações sociais. Na condição de refúgio, permitia-lhe se retirar (ainda que temporariamente) de relações conflituosas que mantinha com colegas de grupo, bem como esquecer (também temporariamente) dos problemas familiares que lhe afligiam. Já na condição de *lócus* para as interações sociais, oportunizava-lhe alimentar uma rede de sociabilidade que se convertia em rede de solidariedade, rede de apoio. O seguinte excerto de meu diário deixa entrever essa dupla função do “estar em trânsito” para dona Ione:

O trajeto de hoje perfez dois quilômetros e meio. Nele, pude acompanhar dona Ione em seu trabalho diário de coleta fundado, de forma mais marcada que o dos demais, na empatia, na simpatia e na comunicação. Dona Ione tem, ao longo de seus itinerários, diversos “fregueses”, como ela mesma chama, que não apenas separam os resíduos para ela, mas também a provem com presentes os mais diversos (roupas, restos de comida, material reciclável de boa qualidade, etc.). Num cenário onde a renda, apesar do melhor preço pago ao material, continua diminuta, esse tipo de “retribuição” ou “gratificação” pode fazer toda a diferença, constituindo-se em ganho real para esses sujeitos. Estivemos recolhendo os resíduos em um condomínio, uma lavagem de veículos, um estabelecimento comercial de venda de produtos coloniais, uma loja de roupas, uma pequena indústria e algumas residências. Ione, apesar da idade e dos problemas de saúde, desloca-se com rapidez, “perdendo” tempo mesmo apenas durante as conversas com seus fregueses. Para Ione, além disso, o itinerário serve como válvula de escape: estar andando pelas ruas, interagindo com outras pessoas, proporciona-lhe certo distanciamento em relação a problemas mais pungentes que se lhe apresentam em outras esferas de sua vida (Diário de Campo, 02 de junho de 2012)

À época em que a estive acompanhando, dona Ione vivia dificuldades em casa em função do comportamento dos dois filhos mais novos (entre oito). Segundo ela, o mais novo havia “começado a aprontar”: desobedecia e desrespeitava os pais, recusava-se a frequentar a escola e cometia pequenos delitos. O mais velho dos dois, por sua vez, era dependente de drogas. Em uma de nossas entrevistas (realizadas em trânsito), assim dona Ione se refere ao problema com os filhos:

[...] Vinte e quatro anos [refere-se a um dos filhos], é um rapaz claro, um rapaz trabalhador, mas a droga... tá matando. Olha, vinte e quatro anos e não é dois dias de uma mãe viver ali, aqui, rodeada de polícia, de Conselho[tutelar] e tudo... e eles ainda ri da cara da gente. Agora o meu menor, o meu menor tá aprontado. Ontem, levaram pra delegacia... vai fazer quinze anos o ano que vem, o meu menor, é o último, esse também tá dando trabalho... Não quer me obedece, não quer mais estudar, tirei dum colégio pro outro, agora começou no outro colégio, para de estudar, disse que não vai mais estudar, xinga o pai dele, me xinga, não que mais estudar, tá aprontando [...] a ficha dele já tá grande também... Olha rapaz, tão me matando do coração... A coisa que eu mais quero é apertar a mão da Dilma e pedir socorro pra Dilma. (Dona Ione, agosto de 2012, andando pelas ruas de Novo Hamburgo, RS)

Nesse desabafo, dona Ione dá a entender o contexto difícil no qual se insere e com o qual tem que lidar cotidianamente. Além disso, deixa entrever a fragilidade das instituições públicas (“polícia”, Conselho Tutelar, escola), nas quais não encontra o apoio do qual necessita, ao remeter a (possível, mas não garantida) solução dos seus problemas à última instância da administração pública nacional simbolizada pela presidente da República, Dilma Rousseff. Mas o mais importante é que através dele dona Ione opera a transformação desse tempo espaço da catação nas ruas em um espaço-tempo próprio, neste caso para o desabafo, para o compartilhamento de uma situação difícil. Dessa forma, dá início (ou prosseguimento) a um “trabalho de luto” que se revela custosamente como um exercício liberador na medida em que consiste em um trabalho de recordação (RICOEUR, 1999).

A outra das duas funções desse espaço-tempo instaurado pelos deslocamentos de dona Ione era a de servir como *locus* para a construção e manutenção de uma rede de sociabilidade que se convertia em uma rede de apoio, em alguns aspectos mais efetiva do que as disponibilizadas pelo poder público. Sua tática, nesse âmbito, consistia em investir na boa comunicação e explorar a capacidade de empatia dos seus interlocutores. Em suas conversas, dona Ione monopolizava a palavra e, sempre que possível, reafirmava as agruras de sua vida. Os desabafos, como o exemplificado acima, eram

frequentes e direcionados a quase todos os sujeitos de sua rede de relacionamentos. Um a um, conforme os ia encontrando ao longo do seu deslocamento, eram atualizados de suas condições de saúde (que, de modo geral pioravam), da situação dos seus filhos e das intrigas nas quais figurava como vítima e que eram feitas pelas outras catadoras do grupo. Dessa forma, tratava-se não apenas de se fazer ver, de se fazer conhecer entre os habitantes da região delimitada por suas andanças, mas de se fazer lembrar entre eles, de garantir o estabelecimento de um vínculo de identificação e de coparticipação emocional que permitisse a conversão dessa rede de sociabilidade em uma rede de solidariedade.

Através dessa operação, dona Ione ampliava os benefícios decorrentes do compartilhamento das dores acrescentando ao efeito terapêutico que exercia também um efeito prático: o de direcionar a atenção e o cuidado do outro para si. Dito de outro modo, através da ênfase que conferia às próprias agruras nas trocas mantidas durante os seus deslocamentos, dona Ione, cuja vida de fato era marcada por dificuldades e por privações, revertia-as a seu favor e garantia com isso um tipo específico de reconhecimento e, em muitos casos, também de retribuição. Com o intuito de fornecer uma noção mais clara de como a ênfase nas próprias dificuldades aparecia em sua narrativa e de como se traduzia em reconhecimento e retribuição, transcrevo abaixo trechos de dois depoimentos de dona Ione construídos enquanto caminhávamos pela cidade:

Eu tenho exame de médico, assim, na minha casa pra mais de metro. Não era pra mim tá puxando essa carretinha. De noite eu não durmo de dor... meu corpo todo... a osteoporose tá tomando conta. Então... [retoma abruptamente o assunto da doença, em ritmo de enumeração] tou com uma veia entupida, coração, sou cardíaca, tou com uma mancha aqui [indica com a mão a cabeça], preta, rocha, tou com o estômago todo podre, eu vivo fedendo... creolin a boca, eu tenho que toma trinta dias, pra mim consegui almoça, comer... Sabe o que é creolin, né? Um remédio fedorento que eu tomo em jejum... se eu não toma esse remédio... [novamente, retoma o assunto abruptamente após uma pequena pausa] a treita eu morrer caminhando, a treita eu morrer dormindo, o médico disse. Eu tou, bem dizer, desenganada. (Dona Ione, agosto de 2012, andando pelas ruas de Novo Hamburgo, RS)

[...] é, mas o meu pessoal [refere-se aos “fornecedores”], meu pessoal me querem bem, porque eles sabem que eu sô trabalhadeira [...] quarta-feira, eu vinha passando, o cara duma firma ali [...] ele me chamou e me disse assim “tu é minha amiga”, dai eu disse “tá eu sei que eu sô”. Ai ele me apertou a mão e disse “eu vou te dá um presente pra ti... se eu ti der um presente, tu vai querer?”, eu disse “se tu me der de amor e coração eu quero”. Ai, ele sempre me dá material daquela firma, [...] tá, dai ele me

chamou, apertou a minha mão e disse “tu é trabalhadeira, tu passa aqui todo o dia, não tem dia que tu não passa aqui carregada que nem bicho, enquanto as outras [refere-se às demais catadoras do grupo] vão no galpão, toma cafezinho e troca de roupa, tu nem espera trocar de roupa, a roupa que tu vem no ônibus tu já vem catando assim, em grão em grão que nem uma galinha”, ele disse assim... “tu é trabalhadeira, tu é minha amiga”, apertou a mão, abriu a carteira [...] me deu vinte conto pra mim de presente... tu viu? [...] É um benção né? (Dona Ione, agosto de 2012, andando pelas ruas de Novo Hamburgo, RS)

Faz-se importante ressaltar que, quando me refiro a ênfases o faço no interior de um quadro referencial mais amplo do que aquele fornecido apenas pelo depoimento tomado isoladamente. Dessa forma, no primeiro dos dois fragmentos, a descrição fornecida por dona Ione de sua condição de saúde (“eu tou, bem dizer, desenganada”) pode ser considerada enfática quando contrastada à disposição física demonstrada por ela no transcurso dos seus itinerários. Além disso, caracteriza-se como enfática por se repetir ao longo do tempo, ocupando em sua narrativa um espaço e uma importância relativamente maiores do que os demais assuntos. Não está em jogo aqui o estatuto de verdade de seus depoimentos; apenas suas relações com os contextos no quais foram construídos, bem como os efeitos que delas decorrem.

Especificamente em relação a estes, é possível verificar (no segundo fragmento) que dona Ione, na rede de relações que mantém através dos seus deslocamentos, aufere reconhecimento e retribuições pelo trabalho que desenvolve (nas condições que o desenvolve). Esses pequenos auxílios, dentre os quais além da doação de valores, destacam-se também a doação de roupas, de alimentos e a garantia de exclusividade no fornecimento do material, constituem aos catadores como dona Ione um complemento significativo para suas (ainda bastante baixas) rendas. Para ter uma noção da sua importância, basta mencionar que a doação de vinte reais referida no depoimento acima, à época em que acompanhei as atividades de dona Ione, correspondia à sua renda diária média. Não é sem motivo que dona Ione a celebra como “uma benção”.

No que se refere à esfera das relações consigo e das relações com os outros, portanto, as retóricas ambulatórias de catadores como dona Ione, ao mesmo tempo em que expressam uma lógica individualista, reproduzindo-a e reforçando-a em alguma medida, enunciam seus limites. Põem em questão a lógica do isolamento e da submissão, do cadenciamento dos tempos e da segmentação do espaço, que, simultaneamente, impedem os indivíduos de estarem consigo e de estarem com os outros. Além disso, evidenciam as fragilidades das redes de apoio estabelecidas pelo

poder público e pela sociedade civil organizada, assim como da própria cadeia produtiva da reciclagem, que não garantem aos sujeitos aos quais se destinam o amparo, o conforto, as condições adequadas de subsistência de que necessitam.

As retóricas ambulatórias dos catadores de materiais recicláveis, dessa forma, enunciam o valor que o deslocamento, o “estar em trânsito”, a alternância entre estar consigo e estar com os outros, enfim, o ato de caminhar, assume para os seus sujeitos⁷⁸.

Se caminhar “é o processo indefinido de estar ausente e à procura de um próprio” (CERTEAU, 2008, p.183), para as catadoras e para os catadores de materiais recicláveis se converte também na possibilidade de construí-lo através da ocupação criativa desse “não lugar” que é o “estar em trânsito”. Cada vez mais coagidos e menos envolvidos pelos amplos enquadramentos sociais existentes, resta a esses homens e mulheres a astúcia no relacionamento com eles. A partir das sobras encontradas pelo caminho, pois, convertem uma condição (a de não ter lugar e a de estar constantemente à procura de um próprio) em um *modus operandi* (LISBOA et al, 2009) e transformam o próprio caminho em território, em refúgio, em espaço-tempo de vida. As catadoras e os catadores de materiais recicláveis, dessa forma, desafiam-nos a repensar a rigidez dos lugares desde os quais oferecemos leituras acerca dos seus posicionamentos. Desafiam-nos igualmente a rever a rigidez dos lugares que resultam dessas leituras (e que de modo geral são utilizados para “aprisioná-los”). Na condição de operações no campo de um sistema pré-definido, de apropriações que instauram um presente em relação a um momento e a um lugar, as “retóricas ambulatórias” das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis estabelecem conosco um contrato que nos convida ao (exigindo-nos algum tipo de) deslocamento.

⁷⁸ À luz do quadro delineado por essas “retóricas ambulatórias”, toda política pública e mobilização da sociedade civil cujos objetivos sejam retirar os catadores das ruas, restringir seus deslocamentos, ocupar “produtivamente” seus tempos livres, cadenciar seus ritmos de trabalho, enfim, fixá-los, física ou simbolicamente, revela-se ignorante da centralidade que o movimento ocupa em suas vidas e se configura em um atentado contra essa liberdade que ainda lhes resta.



Trocas, junho de 2012.
Foto: Cassiano P. Lisboa

8. REFLEXÕES ACERCA DO LUGAR EDUCATIVO: APRENDIZADOS CONSTRUÍDOS EM TRÂNSITO

Cheguei ao galpão por volta das 8h30min e fui avistado por eles antes mesmo de adentrar a porta (estavam na cozinha e me viram chegar pela janela). Audaír, Ana, Odete, Marli (cujo nome aprendi hoje) e Rosi tomavam café: café preto, pão e mortadela. Comentei ter estranhado o silêncio quando subia as escadas, dando a entender que haviam ficado quietos em função de minha chegada, ao que me responderam, entre risos e gesticulações, que as mulheres discutiam quem me acompanharia na manhã de hoje. Interessante perceber a ordem em que colocaram as coisas, deslocando-me do lugar de acompanhador para a posição de sujeito a ser acompanhado. (Diário de campo, 21 de maio de 2012)

Desde o convite (com ares de desafio) que os catadores desse grupo me fizeram para que acompanhasse seus itinerários, o processo de pesquisa (ele mesmo compreendido como um itinerário) se desenrolou mediante uma sucessão de mudanças de lugares físicos e simbólicos. Precisei (e efetivamente o fiz) assumir diferentes papéis ao longo dela, cada qual caracterizado por uma postura, por uma forma de proceder. Em muitos momentos, por exemplo, de observador passei à confidente. Ouvi atentamente o que elas e eles tinham para me dizer, mesmo quando o assunto dessas trocas, supostamente, não se vinculava aos objetivos da investigação.

Em outras ocasiões, e não foram poucas, assumi (ainda que a contragosto) o papel de mediador entre os sujeitos que acompanhava e os diferentes fornecedores com os quais interagiam. Movidos por um tipo particular de preconceito quanto às capacidades de deliberação dos catadores, estes se dirigiam preferencialmente a mim, pois me reconheciam como uma espécie de “interlocutor qualificado”, para esclarecer dúvidas, fazer alguma sugestão ou expressar descontentamento em relação à dinâmica de trabalho do grupo. Os catadores, por sua vez, aparentemente convencidos de sua falta de capacidade para tratar desses assuntos, respondiam com silêncio quando interpelados por mim ou diretamente pelos próprios fornecedores.

Atuei também, ao longo da pesquisa, como “repórter do grupo”, sendo ativamente solicitado por elas e por eles a registrar desde os descasos dos quais eram alvo, até seus momentos de celebração e festa.

O importante de reter dessa alternância de lugar de sujeito que ocupei, contudo, não são os papéis em si, mas a própria alternância, a ideia de movimento que sugere. A

redefinição⁷⁹ do lugar de pesquisador, neste caso, deu-se não apenas pela ocupação de diferentes lugares de sujeito ao longo da pesquisa, mas também, e talvez predominantemente, por meio da constante movimentação “entre lugares”. A exemplo das mulheres e homens que acompanhei, que convertem em território o próprio ato de caminhar, precisei ressignificar a experiência de “estar em trânsito” (reafirmo, físico e simbólico) para vivê-la como parte estruturante do processo de pesquisa. E isso incluiu abdicar (até certo ponto) de um lugar capaz de ser circunscrito como próprio, bem como abrir mão da segurança que ele fornece, e aventurar em terreno alheio. Foi através dessa entrega ao movimento, à itinerância constante, que vínculos de confiança e diálogo efetivo com esses sujeitos puderam ser estabelecidos. Foi também através dela que a aproximação significativa às suas experiências, em especial às suas “retóricas ambulatórias”, pôde ser operada.

Se a “liquefação”⁸⁰ do lugar de pesquisador e sua (re)descoberta no movimento, nos interstícios que ligam lugares, foram contributos relevantes à realização de uma pesquisa com catadores e catadoras de materiais recicláveis, poder-se-ia, estendendo a reflexão, aventar a possibilidade de que o mesmo possa ser válido para pensar as práticas educativas voltadas a eles e elas e o lugar desde o qual se as empreende. A hipótese subjacente a essa espécie de transposição é que o engajamento requerido das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis por essas práticas educacionais (assim como pela pesquisa) tem maiores chances de ser alcançado no interior de um quadro que considere, respeite e valorize a centralidade que o “estar em trânsito” ocupa em suas vidas, mais do que em uma ação educativa que desconsidere essa característica fundante em suas vidas, ou mesmo que a desrespeite e/ou desvalorize.

Com o intuito de adensar essa reflexão e somar elementos que permitam argumentar em favor dessa hipótese, analiso neste capítulo algumas situações, que por sua vez se referem a diferentes instâncias formativas vivenciadas pelos catadores e pelas catadoras de materiais recicláveis e que acompanhei durante a pesquisa. Busco, na medida do possível, elencar sob a forma de pistas alguns dos seus principais limites e

⁷⁹ Redefinição que alude à ideia de movimento e que não se consuma em um único ato. Pode-se pensa-la, na esteira de Ingold (2005), como um resultado sempre provisório de idas e vindas através das quais os lugares (sejam eles físicos, sejam eles simbólicos) são gerados. Afinal, nas palavras do autor, “lugares envolvem a passagem do tempo: não são do passado, nem do presente, e nem do futuro, mas todos os três unidos em um só. Eternamente gerados pelas idas e vindas dos seus habitantes, figuram não como posições no espaço, mas como vórtices específicos numa corrente de movimento, de inúmeras jornadas realmente efetuadas.” (INGOLD, 2005, p.101)

⁸⁰ “Liquefação” no sentido que lhe atribui Bauman (2001) de algo que se torna menos atento a qualquer forma e constantemente pronto (e propenso) à muda-la.

possibilidades (muitas ainda não exploradas). Além de suas relações com o campo ambiental, entendidas como uma instância formativa em potencial e que foram analisadas no capítulo anterior, são consideradas as instâncias delimitadas por suas relações de trabalho, pelo Curso de capacitação ao qual são submetidos no projeto Catavida e por sua articulação política.

8.1. Dimensão formativa instituída nas relações de trabalho

Desde a rua, antes de alcançar a frente do prédio, enxerguei um caminhão grande estacionado de ré, ao que tudo indicava (a esta distância), recolhendo algum tipo de material. Inicialmente achei que estivesse recolhendo a sucata que já se acumula em grande quantidade e há bastante tempo no fundo do galpão; contudo, a carga era de papel (em suas diferentes variações: papelão, papel misto, jornal, papel branco e revista). Fui recebido com entusiasmo pelo pessoal que trabalhava no carregamento do caminhão: enquanto os dois funcionários (homens – um mais velho, algo em torno de 45 anos – e outro mais jovem – por volta dos 30 anos de idade) da empresa permaneciam em cima do caminhão, o pessoal do galpão arrastava os pesados fardos até uma balança, pesava-os, tomava nota em um caderno e manejava o elevador, erguendo os fardos até a altura dos primeiros (que, a partir daí, manejavam os fardos e os distribuíam sobre o caminhão). Trocamos algumas poucas palavras em meio à agitação inerente à atividade antes de eu sacar a máquina fotográfica para registrar a operação; logo em seguida, o Odair pergunta se eu não me importava em ajudar, ao que respondi que não, e me pede para assumir o posto ocupado pela Ana junto à balança e ao elevador de carga. Passo, neste exato momento, a ocupa-lo, registrando o peso de cada um dos fardos e operando o elevador, tarefa esta que nunca havia desempenhado antes. É interessante notar – e, parece-me, foi preciso ter vivenciado isso para me dar conta – que, no que tange ao desempenho das atividades cotidianas em um galpão de reciclagem, há poucos pressupostos realmente indispensáveis ao catador. A maioria das atividades pode ser aprendida em um curto intervalo de tempo, bastante curto em alguns casos, de modo que se há uma dimensão de aprendizados técnicos significativos inerentes ao desempenho desta função, esta se consoma nos (e por isso se restringe aos) momentos iniciais da vinculação do catador ao grupo e ao seu cotidiano. Depois disso, poucos elementos novos (no que tange a aprendizados técnicos/operacionais) são introduzidos à rotina de trabalho nesses coletivos. O potencial formativo do trabalho com reciclagem, portanto, reside justamente nas outras esferas de aprendizado que também o integram e caracterizam. Um olhar cuidadoso a elas se faz necessário. (Diário de campo – 25 de junho de 2012)

Afastados das instâncias formais de educação (como a escola) em função do precoce ingresso no mundo do trabalho (necessidade de geração de renda para manutenção da sobrevivência), de limitações estruturais diversificadas e de arranjos familiares específicos (ESTUDO, 2010), às catadoras e aos catadores de materiais recicláveis restam, ao longo dos seus itinerários, aquelas instâncias formativas

engendradas pelas relações sociais nas quais se inserem. Dentre estas, a instância formativa inaugurada pelo trabalho coletivo, através da constituição de associações e cooperativas de catadores, apresenta-se como uma das mais expressivas.

Conforme posto anteriormente, seja em função das interações decorrentes das atividades de trabalho propriamente ditas, seja em função das interações necessárias ao estabelecimento e à manutenção das diferentes modalidades de parceria com o poder público e com entidades diversas (incluam-se aí os diálogos com associações eclesiais de base, ONGs, universidades, escolas, entre outras), os sujeitos integrantes desses coletivos encontram-se inseridos em um conjunto específico de atravessamentos que lhes possibilitam a partilha de saberes e, a partir desta, algum tipo de reformulação de si. Em especial no que se refere ao contato com um conjunto heterogêneo de enunciados nos quais eles mesmos e a atividade que desempenham são ditos.

No que tange aos aprendizados técnicos relacionados ao desempenho de suas atividades laborais cotidianas, conforme expresso no excerto apresentado acima, é possível afirmar com certa segurança que eles se restringem aos momentos iniciais da vinculação do catador ao grupo e ao seu cotidiano e não se traduzem aos sujeitos em possibilidades significativas de reformulação de si, tampouco de recolocação social. Os saberes necessários ao desempenho “técnico” de suas funções são poucos e relativamente simples se comparados aos requeridos para o exercício de outras atividades laborais. Pode-se aprender, por exemplo, a operar a prensa (um dos equipamentos mais complexos com os quais lidam) através da observação e da prática assistida, em um ou dois dias. Da mesma forma, os macetes para o reconhecimento e correta separação dos diferentes tipos de materiais podem ser aprendidos em poucos dias, por meio do acompanhamento e do exercício da triagem. Trata-se de aprendizados práticos, construídos durante o próprio exercício da atividade, em geral a partir das indicações e da supervisão de uma catadora ou de um catador mais experiente.

Uma situação bastante distinta dessa, como procurou ser caracterizado no capítulo anterior, é a dos aprendizados “táticos” para o desempenho das atividades cotidianas. Nessa esfera, dada a complexidade dos procedimentos adotados por cada um ou cada uma no exercício diário de suas atividades, a iniciação ao campo exige um tempo de aprendizado muito maior, podendo inclusive se prolongar por todo o itinerário do catador ou da catadora. As possibilidades de reformulação de si advindas desses aprendizados são mais significativas e abundantes do que as derivadas dos aprendizados técnicos, mas ainda insuficientes para a recolocação social dos sujeitos. Permite que

sobrevivam, mas não transformam significativamente suas realidades. Também nessa esfera trata-se de aprendizados práticos, construídos durante o próprio exercício da atividade, muito mais pela convivência do que pela explicação ou por uma ação educativa explícita.

Há, ainda, uma esfera de aprendizados políticos, nos quais as catadoras e os catadores reformulam de modo mais ou menos radical a compreensão que tem de si mesmos enquanto parte de uma coletividade. Entre os discursos com maior poder de apelação nesta esfera, encontram-se aqueles produzidos pelo MNCR e nos quais, conforme procurou ser caracterizado⁸¹, a atividade que desempenham é simultaneamente construída como “uma profissão entre as demais” e “uma profissão que se destaca das demais”, haja vista o fato de prestar serviços essenciais à sociedade. Neste caso, a instância formativa instituída nas suas relações de trabalho atua (em raros casos, a que se admitir) como porta de entrada à instância da articulação política, propriamente dita, conforme será visto a seguir.

Engendrada pelas relações de trabalho, tem-se também um âmbito de aprendizados que não se relacionam diretamente ao exercício técnico e tático de suas atividades, mas que decorre das sociabilidades que ali estabelecem. É aí que muitos catadores encontram as mais significativas oportunidades de reformulação de si, atribuindo-lhe valor fundamental para suas vidas, num plano geral, e para seus itinerários como catadoras e catadores de materiais recicláveis, em particular. Consistem em experiências e aprendizados relacionais, construídos cotidianamente e entre os quais se destacam a disponibilidade ao diálogo, o respeito e abertura à diferença. Nas palavras de Lousada,

Nas relações de trabalho no galpão, o elemento que vincula as pessoas, ao lado da carência material, é o aspecto afetivo da convivência, que gera proximidade entre as pessoas. Nas sociabilidades entre as/os recicladores/recicladoras, pode-se perceber indícios de abertura à diferença, por parte de alguns, evitando-se a estigmatização dos sujeitos com os quais interagem, de forma que o diálogo e respeito são experiências relacionais de aprendizado constante, entre possibilidades e impossibilidades no cotidiano do galpão. (2011, p.115)

Entre as possibilidades e impossibilidades de um galpão de reciclagem ou, em um sentido mais amplo, da instância formativa inaugurada pela associação de catadores

⁸¹ No capítulo 6.

e catadoras de materiais recicláveis, portanto, encontram-se indicativos relevantes para repensar as práticas e políticas educativas a eles direcionadas, bem como o lugar pedagógico desde o que se as empreende. Em primeiro lugar, a partilha de saberes posta em ação por catadoras e catadores de materiais recicláveis durante suas relações de trabalho sugere que seus aprendizados são construídos predominantemente de forma prática, através do convívio e da observação. O lugar educativo, nestes casos, é o da acolhida e o da orientação (assistência a certa distância, que aposta e estimula a autonomia dos sujeitos), um lugar que apesar de fundado na experiência não se afirma sob a forma de autoridade.

Em segundo lugar, em que pese a importância dos saberes técnicos para o desempenho eficiente e seguro de suas atividades, as trocas e os aprendizados que constroem em suas relações não se restringem a eles. Ao invés disso, disseminam-se sob formas mais criativas e significativas justamente nas outras esferas que, junto aos aprendizados técnicos, constituem a instância formativa fundada nas relações de trabalho.

Depreende-se disso a reflexão de que restringir as políticas públicas e os processos formais de educação voltados aos catadores e catadoras exclusivamente à dimensão técnica da atividade que desempenham, vem a caracterizar-se como um desperdício das experiências relacionais e dos demais saberes que efetivamente constroem, dia após dia, nesses coletivos de trabalho. Aos catadores, de modo geral, não faltam conhecimentos técnicos acerca do trabalho que desempenham. O que lhes falta, sobretudo, são melhores condições (ou condições adequadas) para o desempenho prático das diferentes atividades inscritas no âmbito da reciclagem.

Por fim, e em terceiro lugar, os aprendizados técnicos, os aprendizados táticos e as sociabilidades que mobilizam em suas relações de trabalho, eles mesmos, anunciam os limites dessa instância formativa para a transformação significativa dos seus quadros de vida. Conforme foi possível constatar durante a pesquisa, por mais relevantes que sejam esses aprendizados para seus sujeitos, são ainda pequenas as contribuições à mudança do quadro no interior do qual são construídos. Acompanhando essa constatação e o horizonte que se abre a partir dela, portanto, seja para a formulação de políticas públicas, seja para a proposição de práticas educativas a esses sujeitos, convém propor as seguintes questões: até que ponto o funcionamento dessa instância formativa instituída nas suas relações de trabalho, da forma como é vivenciada hoje por catadoras e por catadores de materiais recicláveis, acaba contribuindo para a manutenção das

atuais condições de vida e trabalho destes ao invés de lhe opor resistência? A transformação de suas condições de vida e trabalho passa pela instauração de outras instâncias formativas que não apenas aquela inaugurada por suas relações de trabalho?

8.2. Dimensão formativa instituída pelo Curso de capacitação para o trabalho

O encontro de hoje começou timidamente. Seu João, barbeado, de sapatos pretos com cadarços brancos, chegou desacompanhado da esposa e sentou ao meu lado. A primeira parte do encontro foi destinada a um noticiário realizado pelo Alfredo (educador que atua junto a este grupo) e que teve como temas o orçamento participativo e a liberação de verba para a construção do galpão da Vila Odete. Os catadores escutaram sem se manifestar. Após a rodada de notícias, Alfredo começou uma discussão sobre o evento da semana passada (II Fórum Regional de Resíduos Sólidos). Dos fatos que mais chamaram sua atenção, destacaram a saudação inicial do prefeito de São Leopoldo (que, no início de seu rápido discurso de abertura, solicitou uma salva de palmas para as crianças que estavam ali presentes e para as mães e pais que tem que conciliar às suas jornadas de trabalho o cuidado dos filhos). Segundo elas (e alguns homens também), apesar de prefeito, ele é uma pessoa “simples” (alusão ao valor da simplicidade, da proximidade simbólica e afetiva com eles e elas). De tudo que foi debatido durante o evento, das implicações da política nacional dos resíduos sólidos para o trabalho dos catadores, passando pelos relatos dos representantes de cada um dos coletivos presentes, até a discussão acerca da importância da articulação política em nível regional, portanto, destacaram a saudação do prefeito [...]. (Diário de Campo, 08 de outubro de 2011)

Para além da instância formativa estabelecida por suas relações de trabalho, os catadores que integravam os coletivos articulados pelo Projeto Catavida contavam também com um espaço-tempo formal destinado à sua capacitação. Conforme explicitado anteriormente, uma das etapas da sequência de ações integradas mediante as quais o Projeto se desenvolvia era um curso de capacitação, com duração aproximada de seis meses e que funcionava como “recepção e acolhida aos catadores recém-integrados” e como condição de acesso aos postos de trabalho existentes. O principal objetivo dessa capacitação, segundo os educadores responsáveis pela condução das atividades, era apresentar aos catadores a ideia de trabalho coletivo (associativismo, cooperativismo), bem como prepará-los à atuação nessa nova realidade. Além disso, também almejava a construção de uma relação positiva com a atividade (embasada no reconhecimento do seu valor social e ambiental) e a mobilização dos catadores com vistas à sua articulação política e autonomia.

Os encontros ocorriam semanalmente, em geral aos sábados pela manhã, e eram subdivididos em duas partes com aproximadamente uma hora e meia de duração cada.

Entre elas havia um tempo (cerca de trinta minutos) reservado para o lanche. As atividades realizadas e os assuntos discutidos em cada um dos encontros eram propostos pelos educadores e, em linhas gerais seguiam a um planejamento padrão, elaborado a cada nova edição do Curso de capacitação⁸². Na maior parte dos encontros, os catadores eram dispostos em semicírculo e permaneciam sentados (à exceção da hora do lanche, durante a qual circulavam livremente). Os assuntos a serem debatidos eram introduzidos através de questionamentos diretos, dinâmicas, pequenas apresentações ou vídeos e sistematizados, às vezes, através de cartazes, desenhos e outras formas de registro. O nível de engajamento dos participantes nas atividades propostas era variado e se encontrava atrelado, entre outras coisas, à natureza dos assuntos debatidos, ao grau de interação requerido pelas atividades e ao estado de espírito de (entenda-se, ao que se passava com) cada um dos catadores. Engajavam-se ativamente nas discussões sobre as quais possuíam conhecimento de causa (vivências, experiências), nas atividades que requeriam interação entre os participantes (em especial quando eles próprios escolhiam seus parceiros) e quando o momento de suas vidas assim lhes permitia.

De forma predominante, os discursos que circulavam por essa instância se alinhavam às proposições do MNCR, em especial àquelas nas quais o catador é construído como profissional da reciclagem e nas quais o potencial da articulação coletiva é sublinhado. Apesar disso, circulavam também discursos de matriz ambiental-social-religiosa, o que complexificava e conferia particularidades próprias às relações que nela se estabeleciam. Das três instâncias formativas consideradas nesta análise, esta era talvez aquela na qual a discursividade ambiental-social-religiosa mais encontrava abertura e ressonâncias⁸³.

Uma das características marcantes dessa instância formativa, ao menos no que se refere ao grupo que acompanhei, era o contraste entre a formalidade da circunstância (o modo como cada um dos encontros era proposto) e a relativa informalidade das trocas. Dito de outro modo, ao controle exercido sobre os tempos (ritmos de desenvolvimento

⁸² Acompanhei as atividades da segunda edição do Curso de capacitação, realizada em 2011 e que teve como agência financiadora o MDS. Faz-se importante ressaltar que essa instância do Projeto contava com financiamento externo (o que exigia, por sua vez, a constante busca por recurso). No ano anterior (2010) havia sido realizada através de financiamento do MTE (com participação do MNCR) e no ano seguinte (2012) teve como agência financiadora a COMUSA de Novo Hamburgo.

⁸³ Pode-se citar como exemplo das repercussões dessa entrada, os cartazes produzidos e veiculados pelos catadores no desfile cívico do Sete de Setembro de 2012, conforme mencionado no capítulo 6. Esses cartazes e as frases neles veiculadas foram construídos durante o Curso de Capacitação. Destacam-se como representativas da matriz ambiental-social-religiosa frases como “Quando os humanos entenderem a importância da separação do lixo para os seus descendentes, poderão estar em sintonia com a natureza” e “A terra pede socorro. Deus não irá restaurá-la. Separe o lixo”.

de cada um dos assuntos) e sobre os espaços (formação em semicírculo) não correspondia igual iniciativa na condução e no encaminhamento das discussões. De modo geral, o educador não interpunha (ou interpunha poucas) objeções, questionamentos, hipóteses alternativas, entre outros, às manifestações deles e delas; optava por deixar que os catadores conduzissem as discussões livremente. Essa estratégia (porque operada desde um lugar capaz de ser circunscrito como próprio), ao mesmo tempo em que garantia o engajamento dos catadores aos debates (pois minimizava o receio de ter seu posicionamento colocado em questão perante o grupo), limitava o potencial transformador de alguns encontros que se caracterizavam mais como um espaço-tempo para a afirmação de posicionamentos pessoais (dimensão de extrema relevância aos catadores, mas não suficiente à superação de alguns dos desafios que lhes estão postos) do que um espaço-tempo para o encontro e negociação com a diferença (o que, apesar da falta de ênfase, não deixavam de ser).

Outro aspecto relevante em relação ao Curso de capacitação diz respeito à sua dimensão “extraclasse”, isto é, aos passeios, visitas, participações em eventos, entre outras atividades realizadas fora do espaço formal no qual eram realizados os encontros regulares⁸⁴. Nestas, o nível de interação entre os integrantes do grupo era significativamente mais elevado do que durante os encontros “formais”; também o engajamento (individual e coletivo) com as propostas era maior. Mesmo quando não se traduziam diretamente em desdobramentos das discussões propostas (como exemplificado no excerto que abre esta seção), possibilitavam aos catadores o estreitamento dos vínculos uns com os outros e, conseqüentemente, a construção de um sentimento de identidade coletiva, de identificação com o Projeto. Quanto menos formais⁸⁵ fossem os destinos, tanto mais significativas (lembradas, acionadas, comentadas) eram as repercussões do passeio. Durante as saídas a campo, em maior ou menor medida, reconfiguravam-se os lugares destinados a cada um dos sujeitos no enquadramento formal do Curso (educador, educandos; capacitado/capacitador, sujeitos a serem capacitados) e isso possibilitava que as trocas pudessem se dar desde outras posições. Além disso, essas saídas proporcionavam aos catadores a ampliação de seus

⁸⁴ Junto ao grupo que acompanhei, esses encontros aconteciam nas dependências de uma creche comunitária.

⁸⁵ Como exemplo de destino “formal”, cito a participação no II Fórum Regional de Resíduos Sólidos realizado na Câmara de Vereadores de São Leopoldo; como exemplo de destino “informal”, cito a participação no encerramento da Romaria das Águas em Porto Alegre.

horizontes através da interação com pessoas e a circulação por espaços fora da rede de sociabilidade e da região delimitadas por suas andanças.

Assim como em relação à instância formativa estabelecida por suas relações de trabalho, do Curso de capacitação decorrem indicativos relevantes para a reflexão acerca do lugar educativo desde o qual se pensam e propõem políticas públicas e práticas educacionais aos grupos que, assim como os catadores de materiais recicláveis, não possuem um lugar que possa ser circunscrito como próprio.

No que tange ao engajamento dos sujeitos com essas práticas educacionais (e se poderia pensar o mesmo em relação às políticas públicas), por exemplo, a indicação colhida é de que quanto mais atentas e próximas estas estiverem às suas dinâmicas de vida, aos modos através dos quais constroem e mantêm suas redes de sociabilidade, tanto maior é a probabilidade de que aqueles se reconheçam nelas e empreendam eles próprios algum tipo de movimentação em sua direção. Afinal, de sujeitos para os quais a transitoriedade, de marca distintiva, converte-se em modus operandi e cujos territórios são os próprios “caminhos”, não se pode esperar que se ajustem a sequências de atividades, tempos e espaços rigidamente delimitados, tanto menos que a eles se convertam. A importância e o valor que assumiram as saídas a campo para os catadores em processo de formação, corroboram, em alguma medida, essa reflexão.

Relacionado ao que acaba de ser dito, outra indicação fornecida pela análise do Curso de capacitação como instância formativa, diz respeito à relação nem sempre fácil entre aproximação e respeito aos seus quadros de vida, por um lado, e ampliação de seus horizontes de possibilidades, por outro. As saídas, novamente, mostraram-se atrativas não apenas pela característica das trocas que ali se deram, mas pelo tanto de deslocamento (mais simbólico do que físico, neste caso) que proporcionaram: conhecer outros lugares, interagir com outros grupos de catadores, identificar-se e situar-se em uma rede mais ampla de movimentação do que aquela delimitada pelos seus itinerários cotidianos.

Na mesma direção, mas em sentido contrário, a relativa liberdade com que eram conduzidas as discussões durante os encontros regulares do Curso, paradoxalmente, não implicava em maior estímulo a essa dimensão de deslocamento, pois permaneciam os mesmos face ao encontro com o outro. Assim, a redefinição do lugar educativo de que trata este capítulo, diz respeito a uma disposição a estar com o outro, disposição a seguir com o outro, de modo que não o encerre nesse lugar ou nesse movimento. A disposição ao deslocamento e o próprio deslocamento constitutivos dessa redefinição sugerem a

fecundidade de que tais atributos sejam tomados como pontos de partida à formulação das políticas públicas e à proposição de práticas educacionais junto aos catadores e catadoras e não como seus propósitos últimos. .

Finalmente, em relação à transformação dos quadros de vida e de trabalho dos catadores de materiais recicláveis, as indicações colhidas da análise dessa instância formativa corroboram as obtidas anteriormente e evidenciam os limites de uma ação educativa isolada como esta representada pelo Curso. Por exemplo, no que se refere à transição de um arranjo centrado no trabalho individual (pautado por uma lógica da competição) para um arranjo centrado no trabalho coletivo (pautado por uma lógica da cooperação), a simples apresentação e caracterização deste, descolada da existência de redes de apoio e incentivo que possibilitem aos catadores vivenciá-lo efetivamente, não é suficiente para que rompam a relação de exploração e dependência (de atravessadores) nas quais muitas vezes se encontram. À elaboração de políticas educacionais, portanto, faz-se necessário articular medidas em outros campos.

8.3. Dimensão formativa instituída pela articulação política

O itinerário de hoje transcorreu sob o sol de uma agradável manhã outonal por cerca de quatro quilômetros: do galpão até a Câmara de Vereadores de Novo Hamburgo e de lá, passando pela AESul, de volta ao galpão. Saímos, Ana, Sandra e eu, com apenas um carrinho, logo após o café, caminhando devagar e conversando sobre assuntos diversos. [...] O assunto do acidente ocorrido na Central do Roselândia, que tinha como pauta para o dia de hoje, mas que optei por acionar apenas se realmente não surgisse por iniciativa deles e delas, emergiu logo que saímos do galpão e ocupou boa parte do tempo em que estivemos caminhando. Soube que o cooperado perdeu o braço na esteira (informação omitida nos noticiários que havia consultado na semana passada e a partir dos quais soube do ocorrido): parece que enquanto limpava o equipamento, a manga do seu casaco prendeu nas engrenagens e “puxou” o restante do braço para dentro da máquina. Soube também que se tratava de um cooperado antigo, atuante no local “desde os tempos da escravidão” (é assim que se referem ao período que antecede a intervenção da prefeitura municipal – via Projeto Catavida e participação da Coolabore – e que se caracteriza pela exploração dos trabalhadores por gestores corruptos e ligados ao tráfico de drogas), e que havia viajado para São Paulo com a Ana e com a Elisete para participar de um evento com a presidente da república, Dilma Rousseff (ênfaticamente Ana que esteve fisicamente próxima à Dilma, “como daqui ali”). Não obtive maiores detalhamentos sobre o evento⁸⁶, apenas que contou com a participação de catadores de várias regiões do país e no qual houve

⁸⁶Tratava-se da tradicional comemoração do Natal dos Catadores e da População em Situação de Rua no Sindicato dos Bancários e Financieiros de São Paulo, Osasco e Região, localizado no centro da cidade de São Paulo, e que há 11 conta com a presença do presidente da república. Luiz Inácio Lula da Silva participou oito vezes (desde o primeiro ano de seu primeiro mandato) e Dilma Rousseff três.

relatos sobre as condições de vida e trabalho dos catadores (alguns dos quais, emocionaram a presidenta). Averigüarei com mais calma durante a entrevista com a Ana a fim de saber se a falta de informações de hoje foi circunstancial ou se pode ser lida como evidência de que algumas esferas de organização da qual participam (por incentivo dos gestores públicos) permanecem envoltas, em algum nível, em um véu de mistério e indeterminação para as/os catadoras/es. (Diário de campo – 21 de maio de 2012)

Dentre as instâncias existentes e, até certo ponto, disponíveis às catadoras e aos catadores de materiais recicláveis, uma das menos exploradas é a da articulação política. Considerando o seu avanço e sua estruturação tanto em nível nacional (através do MNCR) como em nível regional (através dos comitês regionais do MNCR e do Fórum Regional de Resíduos Sólidos), essa esfera de relações é talvez a que ofereça aos catadores as mais concretas oportunidades de reformulação de si e dos seus quadros de vida e trabalho, em especial através da circulação por diferentes meios (entre os quais aqueles decisórios) e pela intensa troca de experiências que proporciona aos (e, em alguma medida, exige dos) sujeitos que a ela se entregam.

Trata-se da instância formativa na qual, por excelência, os diferentes discursos produzidos acerca da reciclagem e dos catadores se encontram e se enfrentam na disputa por legitimidade. No âmbito dos coletivos articulados pelo Projeto Catavida, os discursos produzidos pelo MNCR levavam ampla vantagem em relação a outras matrizes discursivas, particularmente em relação à perspectiva ambiental-social-religiosa. Independente disso, como será detalhado a seguir, a apropriação dos discursos pelos catadores nessa instância formativa era menos influenciada pelas disputas do próprio campo do que pela circulação limitada desses sujeitos nele.

Junto aos coletivos de catadores que acompanhei no município de Novo Hamburgo (RS), essa instância formativa, a despeito de sua potencialidade, era vivenciada por apenas alguns sujeitos e, de modo geral, de forma pouco engajada. À exceção dos gestores das duas unidades de triagem (membros do Conselho de Administração da Coolabore), que participavam das reuniões ordinárias da equipe técnica do Projeto Catavida (logo, de sua instância deliberativa), e de alguns catadores mais antigos que, apesar de não participarem dessas reuniões, tinham voz junto aos gestores, os demais catadores que circulavam por essa esfera de relações exerciam uma função meramente figurativa. Na maioria das vezes, eram escolhidos pelos integrantes da equipe técnica do Projeto e designados a essa representação sem que tivessem participado da construção das demandas às quais respondiam. Isso, como pode ser

observado no relato que abre esta seção, traduzia-se em uma circulação superficial por essa esfera de relações.

A falta de engajamento dos catadores nas discussões políticas que lhes diziam respeito e a forma superficial como circulavam por essa esfera de relações, no caso dos coletivos articulados pelo projeto Catavida, podem ser atribuídas, entre outros, a dois fatores: à incipiência do próprio projeto e à falta de abertura nele à participação dos catadores em instâncias deliberativas. No que se refere à incipiência do projeto, seus três anos de existência ainda não parecem ter sido suficientes para um acúmulo significativo de experiência nessa esfera. Tanto a metodologia de trabalho como a entrada na esfera da articulação política ainda estavam sendo construídas, em especial no que diz respeito à participação das catadoras e dos catadores nesse processo. Além disso, atrelada à incipiência do projeto em si, encontrava-se a incipiência da vinculação dos catadores com o projeto (muitos dos quais recentemente integrados aos grupos), fato que dificultava a construção por parte destes de um sentimento de identificação com a proposta (fundamental a um engajamento mais efetivo, seja no próprio projeto, seja no campo da articulação política).

Em boa medida consequência da incipiência do projeto, a relativa falta de abertura à participação dos catadores em instâncias deliberativas era outro fator responsável pelo distanciamento destes em relação às discussões políticas que lhes diziam respeito. As catadoras e os catadores vinculados ao projeto, conforme mencionado acima, não participavam das reuniões da equipe técnica, instância na qual são traçados e decididos os seus rumos. Durante o tempo em que acompanhei as atividades não houve convites para que isso ocorresse, nem algum tipo de rodízio entre os catadores para que atuassem como representantes dos seus grupos nessa instância. A suposição implícita a essa postura era a de que ainda não se encontravam prontos para (e, em alguns casos, também interessados em) esse tipo de atuação⁸⁷. Aos catadores e às catadoras, por sua vez, como não participavam dessas decisões e desses

⁸⁷ Não se pode deixar de reconhecer, contudo, os esforços dos integrantes da equipe técnica do Projeto Catavida para modificar este quadro que até certo ponto correspondia à realidade. De fato, a participação política de catadores recém-integrados a coletivos de trabalho e que até pouco tempo exerciam individualmente suas funções, não é uma tarefa fácil. Reiteradas vezes presenciei discursos dirigidos aos catadores (pelos integrantes dessa equipe) estimulando-os à capacitação, ao estudo e à assunção da parcela de responsabilidade que lhes cabia neste processo (ainda que nem sempre aos discursos correspondessem iniciativas concretas de abertura a esse tipo de participação). Tanto o reconhecimento de que ainda não estavam preparados ao exercício autônomo de algumas atividades, quanto o estímulo para que tomassem partido nelas podem ser visualizados na intervenção da coordenadora do Projeto Catavida durante o II Seminário de Resíduos Sólidos realizado em São Leopoldo, RS, em outubro de 2011 (ANEXO K).

encaminhamentos, restava uma circulação figurativa pelo campo da articulação política. Participavam de eventos públicos, cerimônias e manifestações em geral acompanhados pelos coordenadores do projeto.

Esses dois fatores, que no caso dos coletivos articulados pelo projeto Catavida podem ser considerados responsáveis pela debilidade e pela superficialidade do engajamento dos catadores na esfera da articulação política, são, em boa medida, alusivos aos limites existentes à estruturação dessa instância em um plano mais abrangente. A falta de experiência acumulada, ou melhor, a dificuldade para a acumulação e compartilhamento da experiência, por um lado, e a ausência de abertura e estímulo à autonomia dos catadores no interior dos arranjos nos quais se inserem, por outro, sintetizam, dessa forma, os principais desafios à vivência da esfera da articulação política como uma instância formativa. Relacionado ao primeiro desses dois fatores, e levando em conta a intensa movimentação que marca a vida desses sujeitos e sua postura de resistência frente a esquemas rígidos e a engajamentos duradouros, encontra-se a constatação de que, em geral, não dispõem do tempo necessário para o acúmulo de experiência que possibilita a formação de um sujeito politicamente comprometido. Trata-se de um problema recorrente e ainda não resolvido no âmbito da organização coletiva de catadores de materiais recicláveis, conforme enunciamos em outra ocasião:

No que concerne à atividade de reciclagem, essa marca se manifesta na dificuldade do campo em modificar-se pelo acúmulo de conhecimentos e experiências: o trânsito dos seus sujeitos e a evasão de saberes condenam os coletivos a um constante recomeço. Daí, talvez, a prevalência das transformações operadas desde *cima* em relação àquelas operadas por iniciativa das bases. A dificuldade na formação de lideranças, decorrência da alta rotatividade observada nesses coletivos, mas não apenas dela, limita as possibilidades de aprofundamento do debate e de reformulação significativa das dinâmicas de trabalho. (LISBOA, et al, 2009, p.112)

A garantia dos tempos necessários a essa formação, portanto, é condição fundamental para uma integração mais efetiva dos catadores na esfera da articulação política. Condição necessária, mas não suficiente. Conjuntamente a ela, faz-se necessário o desenvolvimento de ações específicas de estímulo a essa integração. Entre outras coisas, faz-se necessária a inauguração de um debate acerca do papel da tutela e da assessoria junto aos coletivos de catadores, em especial acerca dos pressupostos que as fundamentam. Convém ressaltar, nesse sentido, que o estímulo à representação política quando descolado da abertura à deliberação política, pode acabar exercendo um

efeito contrário ao que dele se espera, a saber, a manutenção de um vínculo de dependência em relação às “instituições parceiras”, ao invés da preparação dos sujeitos para uma atuação autônoma na esfera da articulação política. A tomada de consciência do catador acerca de sua própria capacidade de atuação, dessa forma e conforme sugere o depoimento abaixo, passa também pelo reconhecimento dessa capacidade pelas instituições com as quais mantém algum tipo de vinculação:

Primeiro, é uma tomada de bom senso do próprio trabalhador. E aí as entidades de fora, eu acho, [...] têm que se apropriar dessa questão e nós temos que fazer esse debate. Porque se não, vamos continuar sempre fazendo de conta. E aí, fica muito bonito, seria muito bonito pra mim, assim, ficar lá fazendo assessoria pro galpão, né? E aí ficar mostrando fotos do galpão, do pessoal trabalhando: “e aqui nós temos tantas mulheres...”. Só que nós vamos ficar... faz dezoito anos que tem galpão em POA... nós vamos ficar fazendo dezoito anos a mais e o que vamos chegar no final? Vamos chegar à conclusão que não se formou nenhuma liderança. (Assessor/voluntário, dezembro de 2008, na sede da CUT em Porto Alegre, RS)

Em direção semelhante, para que a esfera da articulação política possa ser vivida como uma instância formativa e, dessa forma, proporcione aos sujeitos concretas oportunidades de reformulação de si e de seus quadros de vida, faz-se necessária uma revisão dos pressupostos sobre os quais se assentam também as políticas públicas e as práticas educacionais dirigidas a esses sujeitos. O estímulo à autonomia, fundamental para o engajamento dos catadores nessa esfera de relações e para a formação de lideranças, exige, antes, que se os reconheça como sujeitos capazes. Conforme destaca Arroyo (2010), os grupos sociais historicamente produzidos como “excluídos”, “marginalizados”, “inconscientes”, mas, acima de tudo, como “inexistentes”, interrogam as políticas públicas a eles direcionadas justamente em relação a essa construção (ou, se preferirmos, a esse não reconhecimento). O que lhes falta e o que reivindicam, afinal, é reconhecimento.

De volta às reflexões e indagação inicial: se a redefinição do lugar de pesquisador e sua redescoberta e constante reinvenção no movimento, na itinerância junto ou lado a lado, nos interstícios que interligam lugares, foram contributos relevantes à realização de uma pesquisa com catadores e catadoras de materiais recicláveis, poder-se-ia, estendendo a reflexão, aventar a possibilidade de que o mesmo

seja válido em relação às práticas educacionais dirigidas a eles e elas e ao lugar educativo desde o qual se as empreende? A análise das três instâncias formativas vivenciadas pelos sujeitos desta pesquisa fornece indicações úteis para sua consideração.

De modo geral, elas apontam para um conjunto diversificado de premissas (a se ter em mente quando da formulação de políticas e práticas educacionais) que, por sua vez, requerem tipos e níveis diferentes de deslocamento (redefinição do lugar educativo). Em um esforço de síntese, portanto, retomo-as e as agrupo abaixo, seguindo a ordem em que foram apresentadas e discutidas no texto.

Inicialmente, considerando que a partilha de saberes posta em ação por catadoras e catadores de materiais recicláveis durante suas relações de trabalho aponta para a dimensão prática de seus aprendizados, o deslocamento requerido por elas diz respeito à abdicação do lugar de autoridade desde o qual as explicações são formuladas e proferidas. Trata-se de um movimento em direção ao outro, uma disposição ao aprendizado com o outro, que o acolhe como aprendente e o orienta em sua própria caminhada. Se não houvesse acolhida e não houvesse disposição ao aprendizado com o outro, não haveria movimento. Da mesma forma, se não houvesse orientação, o movimento se encerraria em si mesmo e não abriria possibilidade para a construção do novo.

Tendo em mente o valor das trocas e dos aprendizados em torno dos quais se organizam as sociabilidades, o deslocamento requerido ao educador se refere à ampliação ou ao deslocamento do foco das práticas educacionais, dos saberes técnicos necessários ao desempenho eficiente e seguro de suas atividades para o conjunto amplo dos saberes que catadores e catadoras mobilizam em suas relações de trabalho. Trata-se de um movimento em direção ao outro que o acolhe em sua complexidade, um movimento em direção à valorização e ao reconhecimento do outro como um sujeito de saberes. Sem esse movimento, a prática educativa se caracterizaria pelo desperdício da experiência.

Reconhecendo que os aprendizados técnicos, os aprendizados táticos e as sociabilidades que mobilizam em suas relações de trabalho não dão conta da transformação significativa de seus quadros de vida, o deslocamento requerido, em

especial aos formuladores de políticas públicas, diz respeito à abdicação de um lugar autocentrado que se pensa autossuficiente. Trata-se de um movimento em direção ao diálogo aberto com outros campos do saber e com outras esferas organizacionais, com vistas à construção de condições de possibilidades concretas a essa mudança. Desde o isolamento de onde são formuladas as políticas públicas educacionais dirigidas e esses sujeitos, pouca repercussão acabam obtendo sobre suas realidades.

Tomando como ponto de partida que quanto mais atentas e próximas as práticas educacionais e as políticas públicas estiverem das dinâmicas de vida, dos modos através dos quais constroem e mantêm suas redes de sociabilidade, tanto maior é a probabilidade de que as catadoras e os catadores se reconheçam nelas e empreendam eles próprios algum tipo de movimentação em suas direções, o deslocamento requerido diz respeito, novamente, à abdicação de um lugar próprio e ao movimento em direção ao outro. Trata-se de uma disposição a estar com o outro, a conhecê-lo e a reconhecê-lo. Trata-se de uma aproximação ao outro que se faz com o intuito de garantir que este possa se afirmar como tal, mas que não almeja encerrá-lo neste lugar. Também nesse âmbito, abre-se à construção do novo.

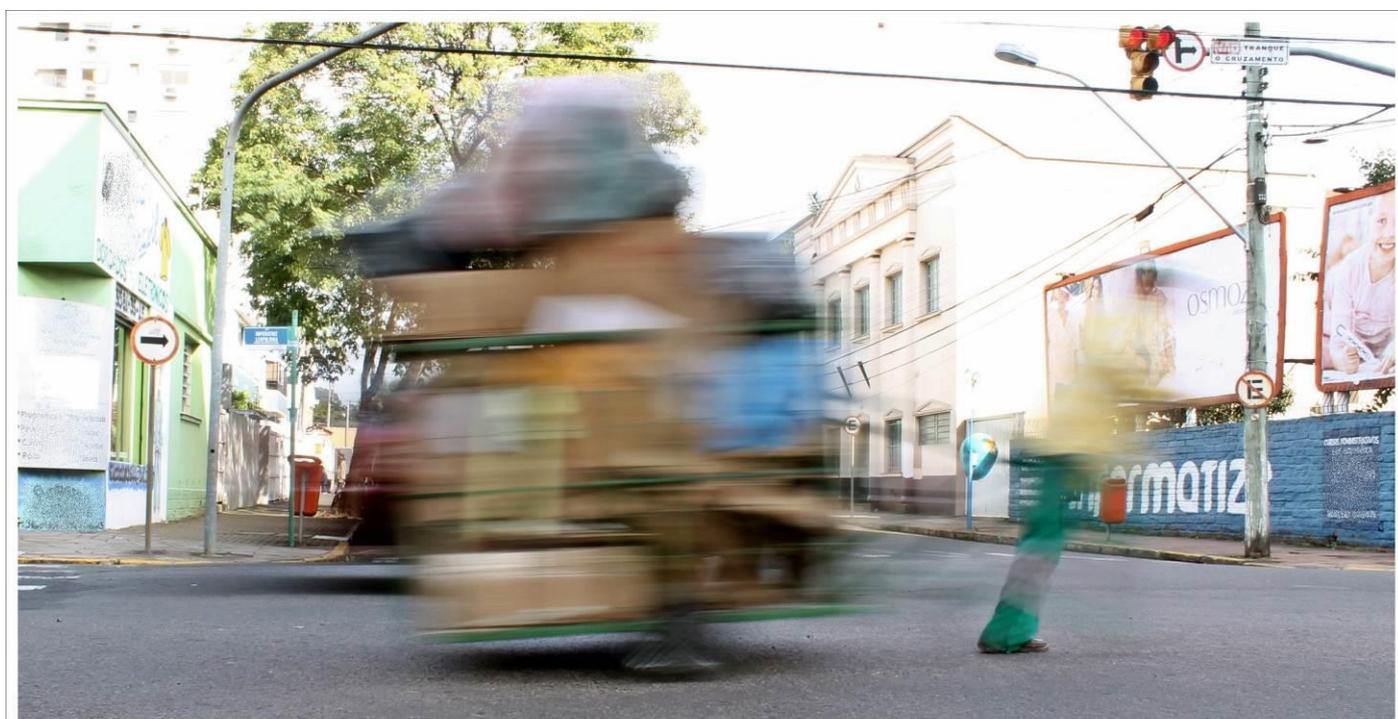
Por fim, considerando a necessidade de garantir tempos suficientes à construção, à acumulação e ao compartilhamento de experiências, fundamentais a uma integração mais efetiva dos catadores e das catadoras na esfera da articulação política, bem como a necessidade de reconhecimento e estímulo à sua autonomia, o deslocamento requerido se refere à abdicação de um lugar fixo capaz de ser circunscrito como próprio e à entrega a um trânsito mais ou menos livre entre lugares, acompanhado os sujeitos em suas dinâmicas de vida e de trabalho. Trata-se de um movimento em direção ao sujeito, à sua afirmação, ao reconhecimento de suas demandas, de suas raízes morais, éticas e de valorização da vida.

O conjunto de indicações colhidas ao longo da pesquisa e sistematizado acima, portanto, aponta para a necessidade de tornar mais fluido e móvel o lugar educativo desde o qual tanto as práticas educacionais, quanto as políticas públicas vem sendo pensadas e propostas. Fluidez e mobilidade que, seguindo de perto Augé (2010), aludem ao aprendizado de sair de si e mudar no espaço. Nas palavras do autor,

A educação deve inicialmente ensinar a todos a mudar o tempo para sair do eterno presente fixado pelas imagens em círculo, e fazer mudar o espaço, isto é, a mudar no espaço, a sempre ir ver mais de perto e a não se nutrir exclusivamente de imagens e mensagens. É preciso

aprender a sair de si, a sair do seu entorno, a compreender que é a exigência do universal que relativiza as culturas e não o inverso. (p.109)

E isso porque desde este lugar estabelecido e legitimado, tanto umas, quanto outras, inversamente ao que delas se espera, a saber, a garantia da condição de existência aos sujeitos aos quais se dirigem, acabam atuando como eficientes mecanismos *conformadores* (ARROYO, 2010). Inviabilizam, pois, aos sujeitos aos quais se destinam a possibilidade de existirem e de se afirmarem como são, pois não reconhecem essas formas como legítimas, ou então as reconhecem tão somente como “precárias”, “menores” em relação a um modelo tido como ideal. Os sujeitos, por seu turno, não se reconhecendo nessas práticas educacionais, resistem a elas; evitam o engajamento a um projeto com o qual não se identificam. Prosseguem, a construção nem sempre silenciosa das bases materiais necessárias à sua existência e sua afirmação. Afinal, conforme destaca Arroyo (2010), a quem é negado o direito de existir pela negação de um lugar/território próprio, resta a luta pela construção desses espaços.



Itinerários, julho de 2012.
Foto: Cassiano P. Lisboa

REFERÊNCIAS

- AGUILAR, J. M. **Grupo de discusión**. Buenos Aires: Lumen-Hvmanitas, 1998. (Colección: Hvmanitas 2000).
- AUGÉ, M. **Por uma antropologia da mobilidade**. Maceió: EDUFAL: UNESP, 2010.
- ARROYO, M. Movimentos sociais, diversidades e políticas educativas. In: **33º Reunião Anual da ANPEd**. Caxambu, 2010.
- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOURDIEU, P. **O Poder simbólico** 11.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- _____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 11 ed. Campinas: Papyrus, 2011.
- BRANDÃO, C. R. Escrito com o olho: anotações de um itinerário sobre imagens e fotos entre palavras e ideias. In: MARTINS, J. S.; ECKERT, C.; NOVAES, S. C. (orgs.) **O imaginário e o poético nas ciências sociais**. Bauru: Edusc, 2005. p.157-184.
- BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Pesquisa sobre pagamento por serviços ambientais urbanos para gestão de resíduos sólidos**. Brasília, 2010. 66 p.
- _____. **Decreto Lei nº 5.940 de 25 de outubro de 2006**. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm>. Acesso em: 10 de dezembro de 2010.
- _____. **Projeto de Lei do Senado nº354 de 1989**. Institui a política nacional de resíduos sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/501911.pdf>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2010.
- CARVALHO, I. C. M.; STEIL, C. A. O habitus ecológico e a educação da percepção: fundamentos antropológicos para a educação ambiental. In: **Educação & Realidade**, v.34, n.3, set./dez., 2009. p.81-94.
- CARVALHO, I. C. M. A invenção do sujeito ecológico: identidade e subjetividade na formação de educadores ambientais. In: SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. (orgs) **Educação ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005. p.51-63.

_____. Os sentidos de “ambiental”: a contribuição da hermenêutica à pedagogia da complexidade. In: LEFF, E. **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003. p.99-120.

_____. **A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

CARVALHO, L. M.; TOMAZELLO, M. C.; OLIVEIRA, H. T. Pesquisa em educação ambiental: panorama da produção brasileira e alguns de seus dilemas. **Cad. Cedes**. Campinas, v.29, n.77, jan/abril de 2009. p.13-27.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 15 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

COLETTI, D.; ROSADO, R. M. A economia informal da reciclagem do lixo de Porto Alegre e sua dimensão socioambiental. **Boletim Gaúcho de Geografia**, n°33, Porto Alegre, dezembro de 2007, p.169-189.

COSTA, Ana Cláudia F. **Os caminhos dos resíduos sólidos urbanos na cidade de Porto Alegre/RS: da origem ao destino final**. Porto Alegre: UFRGS, 1998. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Curso de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Escola de Engenharia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

CRIADO, E. M. Los decires y los haceres. In: **Papers: Revista de Sociologia**, n.56, 1998. p.57-71.

CRUZ NETO, O.; MOREIRA, M. R.; SUCENA, L. F. M. Grupos Focais e Pesquisa Social Qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação. In: **Encontro da associação brasileira de estudos populacionais**, 13, 2002, Ouro Preto. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/Com_JUV_PO27_Neto_texto.pdf>. Acesso em: 15/06/2006.

ERRANTE, A. Mas afinal, a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar. In: **História da Educação / ASPHE/FaE/UFPel**, Pelotas, n° 8, setembro, 2000. p.141-174.

ESTUDO do perfil socioeducacional da população de catadores de materiais recicláveis organizados em cooperativas, associações e grupos de trabalho – Porto Alegre: relatório parcial. FACED/UFRGS - SECAD/MEC. Porto Alegre, 2009. 40p.

FISCHER, L. A. **Dicionário de Porto-Alegres**. 8 ed. Porto Alegre: Artes e Ofícios Editora Ltda.,1999.

FISCHER, N. B.; STEPHANOU, M.; MEYER, D. E. E. **Estudo do perfil socioeducacional da população de catadores de materiais recicláveis organizados em cooperativas, associações e grupos de trabalho – região sul: relatório final**. FACED/UFRGS - SECAD/MEC. Porto Alegre, 2010. 129p.

FISCHER, N. B. Perplexidades, desafios e propostas na educação ambiental a partir da trajetória de um pesquisador. In: **Educação & Realidade**, v.34, n.3, set./dez., 2009. p.25-39.

_____. Educação não-escolar de adultos e educação ambiental: um balanço da produção de conhecimentos. **Revista Brasileira de Educação**. v.14, n.41, maio/agosto de 2009, p.371-198.

_____. Trabalho e autonomia: construção do possível entre os trabalhadores, homens e mulheres, recicladores da Associação Ecológica Rubem Berta de Porto Alegre (RS). **Educação Unisinos**. v.10, n.2, maio/agosto, 2006. p.130-138.

_____. A luta emancipatória entre os catadores de lixo na periferia de Porto Alegre: a provisoriade da educação pelo trabalho. **Educação & Realidade**. v.14, n.2, jul./dez., 1989. p.40-45.

FISCHER, R. M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. In: **Cadernos de Pesquisa**. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n.114, p.197-223, novembro, 2001.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 18 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009. (Leituras Filosóficas)

GALEANO, E. H. **Espelhos**: uma história quase universal. 2 ed. Porto Alegre: L&PM, 2009.

GERHARDT, C. H.; ALMEIDA, J. A dialética dos campos sociais na interpretação da problemática ambiental: uma análise crítica a partir de diferentes leituras sobre os problemas ambientais. In: **Ambiente & Sociedade**, vol. VIII, n. 2, jul./dez., 2005. 31 p.

GOMES, M. E. S.; BARBOSA, E. F. **A Técnica de Grupos Focais para a Obtenção de Dados Qualitativos**. EDUCATIVA: Instituto de Pesquisa e Inovações Educacionais, fevereiro de 1999. (Publicação Interna)

INGOLD, Tim. Jornada ao longo de um caminho de vida – mapas, descobridor-caminho (wayfinder) e navegação. In: **Religião & Sociedade**. Rio de Janeiro, 25 (1): 76-110, 2005.

LEAL, Caroline P. Uma outra festa para a Porto Alegre do século XIX: modernidade e carnaval. **História, imagem e narrativas**. Rio de Janeiro, n.7, ano 3, setembro/outubro, 2008.

LEFF, Enrique (coord.); **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

LISBOA, C. P. Itinerário de pesquisa: o trabalho com grupo de rememoração In: **IV Congresso Internacional de Pesquisa (Auto)Biográfica**, 2010, São Paulo.

LISBOA, C. P. et al. Trajetórias e tomadas de posição no campo ambiental: práticas sociais para a reciclagem. In: **Educação & Realidade**, v.34, n.3, set./dez., 2009. p.95-116.

_____. **(Re)contando histórias** : o ambiente tematizado a partir dos itinerários de vida. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. 180 f.

LOPES, J. S. L. Sobre os processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas de participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n.25, p.31-64, jan/jun. 2006.

LOUSADA, V. L. **Ecos de processos educativos com recicladores/recicladoras**: um estudo a partir de um projeto de educação popular ambiental. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade federal do Rio Grande do Sul, 2011. 170f.

_____. **Saberes, fazeres e sociabilidades dos recicladores da Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta**. Projeto de Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. 102 f.

MARRE, J. L. Histórias de vida e método biográfico. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, n.3, v.3, janeiro/julho. 1991, p.89-141.

MARTINS, Clítia H. B. Catadoras/recicladoras na Região Metropolitana de Porto Alegre: organização do trabalho e identidade profissional. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre, v. 5, 2005, p.65-78.

_____. **Trabalhadores na reciclagem do lixo**: dinâmicas econômicas, sócio-ambientais e políticas na perspectiva de empoderamento. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003. 211 f.

MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. 2 ed. ver. e ampl. São Paulo: Contexto, 2008.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro primeiro: o processo de produção do capital. Volume I. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

MELUCCI, A. **Por uma sociologia reflexiva**: pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. **A. O jogo do eu**: a mudança de si em uma sociedade global. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2004. (Coleção Focus; 15)

NATALINO, M. A. C. Carrinheiros: cotidiano e itinerários urbanos de catadores de lixo da Vila Cruzeiro em Porto Alegre. **Illuminuras**, Porto Alegre, v.4, n.7, 2003. 23p.

OLIVEIRA, Wilson José F. **A utilização do referencial “ambientalista” como justificativa à implantação do sistema de coleta seletiva de lixo em Porto Alegre.** Porto Alegre: UFRGS, 1995 (dissertação).

PÁDUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. In: **Estudos Avançados** 24 (68), 2010, p.81-101.

_____. Herança romântica e ecologismo contemporâneo: existe um vínculo histórico? In: **Varia História**, n.33, jan. 2005. p.58-75.

_____. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

PAIS, J. M. (org.) **Traços e riscos de vida.** Porto: Anular, 2000.

PERELMAN, M. D. La construcción de la idea de trabajo digno en los cirujas de la ciudad de Buenos Aires. In: **Intersecciones en Antropología**, 12, 2011, p.69-81.

PERELMAN, M. D.; BOY, M.; BRUTTO, N. La pobreza expuesta: el *cirujeo* en la ciudad de Buenos Aires (2002-2007). In: **Universitas Humanísticas**, n.69, enero-junio, 2010. p.83-100.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, n.114, novembro de 2001. p.179-195.

PINHEIRO, L. R. et al. Trayectorias y tomadas de posición en el campo ambiental: prácticas sociales para reciclaje en el sur de Brasil. In: **Papers from LASA 2010 - Crisis, Response and Recovery.** Toronto, 2010. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2010/files/4420.pdf>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2010.

_____. et al. Imagens fotográficas, identidade e ética: itinerário possível desde a narrativa de recicladoras In: **IX Fórum FAPA: conhecimento, descobertas e construções.** Porto Alegre, 2010.

PINTO, C. R. J. **Com a palavra o senhor presidente José Sarney: o discurso do plano cruzado.** São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

RANCIÈRE, J. **O mestre ignorante: cinco lições sobre emancipação intelectual.** 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. (Educação: Experiência e Sentido)

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa.** A intriga e a narrativa histórica. v.1. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

_____. **La lectura del tiempo pasado: memoria y olvido.** Madrid: Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid, 1999.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral.** 27 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SPINK, P. K. O pesquisador conversador no cotidiano. **Psicologia & Sociedade**, 20, edição especial, 2008, p.70-77.

WINKIN, Y. **A nova comunicação**: da teoria ao trabalho de campo. Campinas: Papyrus, 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Dados de identificação dos textos analisados (1ª parte)

Quadro 1 – Dados de identificação (textos 1 a 7)

Título	Identificador	Suporte	Espécie	Veículo de publicação		Data de Produção		Contexto de produção
				Geral	Detalhamento	Ano	Mês	
"A luta do Catador de Materiais Recicláveis"	Texto 1	Digital	Artigo	"De catador para catador", jornal do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)	Edição de circulação nacional - Ano I - número 1	2005	agosto	Lançamento do jornal "De catador para catador".
"A Carta de Caxias do Sul"	Texto 2	Digital	Carta	"De catador para catador", jornal do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)	Edição de circulação nacional - Ano I - número 4	2005	novembro	Referência aos 2 anos do I Congresso Latino-americano de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis, realizado na cidade de Caxias do Sul, RS.
"Catador é profissão, catador não tem patrão!"	Texto 3	Digital	Editorial	"De catador para catador", jornal do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)	Edição de circulação nacional - Ano III - número 1	2009	outubro	Resposta à reportagem da Revista Reciclagem Moderna (publicada em março de 2009).
"Queremos ser pagos pelos serviços prestados!"	Texto 4	Digital	Artigo	"De catador para catador", jornal do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)	Edição de circulação nacional - Ano III - número 1	2009	outubro	Queda dos preços dos materiais recicláveis em função da crise financeira internacional a partir do final de 2008.
"Organizar a categoria primeiro"	Texto 5	Digital	Editorial	"De catador para catador", jornal do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)	Edição de circulação nacional - Ano III - número 2	2009	outubro / novembro	Preparação para a Feira de Tecnologia Social Reviravolta EXPOCATADORES 2009.
"Rede de catadores ganha força na América Latina"	Texto 6	Digital	Entrevista	"De catador para catador", jornal do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)	Edição de circulação nacional - Ano III - número 2	2009	outubro / novembro	Preparação para a Feira de Tecnologia Social Reviravolta EXPOCATADORES 2009; balanço após "a realização de três encontros latino-americanos – organizados em Caxias do Sul, em 2003, em São Leopoldo em 2005 e em Bogotá, Colômbia, em 2008".
"O MNCR e a luta por uma reciclagem popular"	Texto 7	Digital	Artigo	"De catador para catador", jornal do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)	Edição de circulação na Região Sul do Brasil - Ano I - número 1	2009	outubro / novembro	Recrudescimento das políticas públicas de "higienização" social na região sul do Brasil.

APÊNDICE A – Dados de identificação dos textos analisados (2ª parte)

Quadro 2 – Dados de identificação (textos 8 a 14)

Título	Identificador	Suporte	Espécie	Veículo de publicação		Data de Produção		Contexto de produção
				Geral	Detalhamento	Ano	Mês	
Nota de esclarecimento sobre manifesto com uso indevido no nome do MNCR no RJ	Texto 8	Digital	Nota de esclarecimento	Site do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)	Sector de Comunicação	2010	dezembro	Resposta do MNCR à utilização indevida do seu nome no documento "Manifesto pela valorização dos Resíduos Sólidos – Reciclar e gerar energia a partir do Lixo" de 26 de Novembro de 2010.
"Por que o MNCR?", discurso de abertura da Expocataadores 2010, publicado no site do MNCR.	Texto 9	Digital	Discurso de abertura	Site do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)	Sector de Comunicação	2010	dezembro	Abertura da Expocataadores 2010.
"Discurso oficial de apresentação do Projeto Catavida"	Texto 10	Digital / Vídeo	Discurso de apresentação	Pronunciado durante o desfile cívico de 07 de setembro de 2011 / registrado em vídeo na mesma data	Registrado (em áudio e vídeo) durante o Desfile Cívico em Novo Hamburgo, RS.	2011	setembro	Apresentação do projeto à comunidade hamburguense; início das atividades da Central de Catadores Unidade Centro.
"Intervenção da coordenadora do Projeto Catavida durante o II Seminário sobre Resíduos Sólidos"	Texto 11	Digital / Vídeo	Intervenção durante seminário	Intervenção realizada durante o II Seminário sobre Resíduos Sólidos	Registrado (em áudio e vídeo) durante o II Seminário sobre Resíduos Sólidos em São Leopoldo, RS.	2011	outubro	Discussão acerca dos impactos da nova Política Nacional dos Resíduos Sólidos ao trabalho das associações e cooperativas de catadores - Seminário organizado pelo Fórum da Sub-bacia do Arroio Sapucaia.
"Hino do Catador"	Texto 12	Digital / Vídeo	Hino	Cantado pelos catadores durante a caminhada e limpeza das margens do Arroio Gaúchinho, Novo Hamburgo, RS.	Registrado (em áudio e vídeo) durante a caminhada e limpeza das margens do Arroio Gaúchinho, Novo Hamburgo, RS.	2011	novembro	Apresentação do Projeto Catavida à comunidade do Bairro Santo Afonso, Novo Hamburgo, RS.
"Carroças em Porto Alegre, um símbolo", texto de autoria do irmão Antônio Cechin veiculado na internet em blogs e redes sociais.	Texto 13	Digital	Carta aberta	Site do Instituto Humanitas Unisinos	Seção de notícias	2012	maio	Em resposta à matéria publica no Jornal Zero Hora em 19 de maio de 2012), no contexto das discussões acerca da proibição da circulação de carroças em Porto Alegre.
"Queremos Porto Alegre com Coleta Seletiva Solidária, não queimem nosso futuro!!!"	Texto 14	Digital	Artigo	"De catador para catador", jornal do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)	Edição de Circulação Nacional - Ano V - número 1 - Junho de 2012	2012	junho	Realização da Rio + 20 e da Cúpula dos Povos.

APÊNDICE B – Instâncias enunciativas dos textos analisados (1ª parte)

Quadro 3 – Instâncias enunciativas (textos 1 a 5)

Título	Identificador	Quem fala	A quem fala	O que fala
"A luta do Catador de Materiais Recicláveis"	Texto 1	MNCR (Setor de Comunicação)	Aos catadores; aos leitores do jornal (em geral).	Apresenta o MNCR como fruto da união e como possibilidade para o desenvolvimento da militância; situa o surgimento do MNCR em meados de 1999; faz referência à Carta de Brasília (2001), à Carta de Caxias (2003), e o congresso realizado em 2005 na cidade de São Leopoldo como referências nacionais para a organização do movimento; destaca as principais conquistas do MNCR: inclusão da categoria profissional na CBO,
"A Carta de Caxias do Sul"	Texto 2	MNCR (Setor de Comunicação)	Aos catadores; aos leitores do jornal (em geral).	Apresenta na íntegra o conteúdo da Carta de Caxias do Sul, com os dezoito compromissos assumidos pelos participantes do I Congresso Latino-Americano de catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis.
"Catador é profissão, catador não tem patrão!"	Texto 3	Comissão Nacional do MNCR	Aos catadores; aos leitores do jornal (em geral); aos autores da reportagem da Revista Reciclagem Moderna (em particular).	O editorial aborda a relação entre as associações e cooperativas de catadores e os atravessadores, caracterizando-os como mercados e atividades diferentes; sinaliza alguns limites do que chama de "cadeia suja" da reciclagem e aponta para o potencial do trabalho organizado dos catadores, desde o ponto de vista ambiental e de geração de trabalho e renda; enfatiza que o movimento iniciou uma campanha nacional para garantir o reconhecimento e a remuneração dos serviços prestados pelas associações e cooperativas à sociedade; finaliza argumentando que as associações e cooperativas que receberam recursos/financiamento são as mais preparadas à superação da crise econômica.
"Queremos ser pagos pelos serviços prestados!"	Texto 4	MNCR (através do seu Setor de Comunicação)	Aos catadores; aos leitores do jornal (em geral).	A matéria enfatiza as dificuldades encontradas pelas associações e cooperativas de catadores, mas não apenas por essas, para o enfrentamento da crise financeira internacional; enfatiza a importância desses coletivos receberem o reconhecimento e a retribuição financeira dos serviços sociais prestados, tais como limpeza urbana e proteção ao meio ambiente; sublinha a possibilidade de contratação de associações e cooperativas de catadores para a realização desses serviços sem a necessidade de licitação, conquista política do MNCR através da lei 11.445; salienta, por fim, que o MNCR defende que outras iniciativas sejam implementadas para a estabilização do mercado da reciclagem, no qual os catadores desempenham a maior parte do trabalho e auferem a menor parte dos lucros.
"Organizar a categoria primeiro"	Texto 5	Comissão Nacional do MNCR	Aos catadores; aos leitores do jornal (em geral).	O editorial destaca as conquistas do MNCR no sentido da edificação de uma base orgânica nacional; reconstrói em parte o processo, assinalando o ano de 2006 como emblemático (realização de um "Encontro Nacional em Brasília" e marcha "pela Espanada dos Ministérios até o Palácio do Governo Federal" para a entrega de "um projeto de criação de 40 mil postos de trabalho nas cooperativas ligadas ao movimento"); sublinha o baixo custo para a criação de um posto de trabalho, fundamentando seu argumento em uma "Pesquisa científica"; aponta a burocracia para o acesso aos recursos públicos federais como um entrave e celebra a recente conquista do MNCR que garante às associações e cooperativas o acesso direto aos esses recursos.

APÊNDICE B – Instâncias enunciativas dos textos analisados (2ª parte)

Quadro 4 – Instâncias enunciativas (textos 6 a 8)

Título	Identificador	Quem fala	A quem fala	O que fala
"Rede de catadores ganha força na América Latina"	Texto 6	MNCR (através do seu Setor de Comunicação); Cassius Vinicius Crivella, membro do secretariado da Rede Latino-Americana de Catadores e integrante da Comissão Nacional do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).	Aos catadores; aos leitores do jornal (em geral).	Crivella destaca o fato dos catadores da América Latina compartilharem o preconceito social contra a atividade que desempenham, sendo vítimas também de políticas públicas de higienização e criminalização da atividade. Salienta que somente organizados poderão os catadores responder a essas políticas e ao descaço com que são tratados. Comenta sobre a organização de redes de bancos de dados e de denúncias contra violações do direitos humanos a fim de orientar as ações em prol da atividade e transformar a realidade de trabalho dos catadores. Finaliza sua entrevista destacando a articulação política do MNCR em relação a de outros movimentos similares na América Latina e expressando sua expectativa de conseguir, mediante o trabalho dessas redes, conferir mais poder aos catadores de materiais recicláveis.
"O MNCR e a luta por uma reciclagem popular"	Texto 7	MNCR (Comitê Regional - Região Sul)	Aos catadores da Região Sul; aos leitores do jornal (em geral).	Ao discutir a continuidade das péssimas condições de trabalho e de vida dos catadores de materiais recicláveis, a matéria atribui a quatro fatores: 1) "fortalecimento da cultura de preconceito contra o catador feito por aqueles que não sabem que o material reciclável não é lixo, e que trabalhar diariamente na catção é exercer uma profissão como qualquer outra"; 2) "prática do discurso de que o catador não é necessário para a reciclagem" afirmando se tratar de um elo facilmente substituível da cadeia; 3) "exploração do trabalho dos catadores, que é realizada pelos atravessadores e aparistas, como únicos compradores do material"; 4) políticas de inclusão dos catadores baseadas em modelos falidos de coleta seletiva. Salienta que esses fatores fazem com que "os catadores sejam as vítimas da reciclagem e não seus protagonistas" e sugere que a solução não pode ser buscada apenas no âmbito técnico, mas principalmente através da organização política e da construção de novos modelos de coleta seletiva solidária e de reciclagem.
Nota de esclarecimento sobre manifesto com uso indevido no nome do MNCR no RJ	Texto 8	MNCR	Aos leitores do manifesto; aos catadores vinculados ao MNCR; às instituições e organizações sérias comprometidas verdadeiramente com a gestão SUSTENTAVEL dos resíduos sólidos no Brasil.	MNCR repudia a utilização indevida do seu nome em documento e evento que promovem a incineração de lixo. Posiciona-se contrariamente à incineração, pelos seguintes motivos: 1) riscos à saúde humana; 2) alto custo de implantação/manutenção; 3) desperdício de energia e recursos naturais (dada a queima de matéria prima essencial à cadeia da reciclagem); 4) área de mercado de multinacionais poderosas (que geram desemprego e miséria). Referem superficialmente os impactos ao meio ambiente resultantes da queima do lixo, tais como "emissões tóxicas", citando alguns dos poluentes e concluem o texto proclamando "as instituições e organizações sérias comprometidas verdadeiramente com a gestão SUSTENTAVEL dos resíduos sólidos no Brasil" para que "somem força em um profundo debate sobre o impacto da queima do lixo e uso de recursos públicos milionários nesse tipo de equipamentos".

Quadro 5 – Instâncias enunciativas (textos 9 a 14)

APÊNDICE B – Instâncias enunciativas dos textos analisados (3ª parte)

Título	Identificador	Quem fala	A quem fala	O que fala
"Por que o MNCR?" , discurso de abertura da Expocatadores 2010, publicado no site do MNCR.	Texto 9	MNCR (autoría não divulgada); integrante e fundador do MNCR, sujeito que demonstra ter conhecimento de causa e ter participado da longa caminhada até a consolidação do movimento.	Aos catadores e catadoras deste país (em particular) e às demais entidades representadas no evento (em geral).	O discurso inicia com uma pergunta: por que o MNCR? Ao longo do seu desenvolvimento, o autor retoma (e caracteriza como árduo) o processo de constituição do MNCR, instaurando em alguns momentos uma divisão entre o "antes" e o "depois" do seu surgimento. Aponta as precárias condições de trabalho no início da organização coletiva dos catadores e analisa criticamente as dificuldades para sua implantação; salienta as dificuldades para organização coletiva e o quanto ainda há para ser conquistado.
"Discurso oficial de apresentação do Projeto Catavida"	Texto 10	Poder Público Municipal através da coordenação do Projeto Catavida	À comunidade hamburguesa	Afirma e reafirma o slogan do Projeto Catavida: cuidar do lixo é cuidar da vida! Apresenta a coleta seletiva solidária como um desafio para a comunidade hamburguesa. Elenca as principais conquistas do Projeto Catavida até o momento e conchama a comunidade à aderir à causa.
"Carroças em Porto Alegre, um símbolo", texto de autoria do Irmão Antônio Cechin veiculado na internet em blogs e redes sociais.	Texto 13	Irmão Antônio Cechin	À sociedade porto-alegrense em geral; aos envolvidos nessa discussão e aos editores no jornal Zero Hora em particular.	Comenta que os grandes meios de comunicação estão comemorando com uqatro anos de antecedência a saída das carroças das ruas de Porto Alegre. Caracteriza o tratamento dado à questão pelo jornal de maior circulação no RS como vergonhosa e falaciosa. Enfatiza as contradições do quadro no interior do qual a proibição da circulação de carroças na cidade (logo, da atuação dos catadores de rua) é pensada e sublinha o fato da política pública seguir na contramão da atual PNRS. Descreve e ressalta o valor da luta dos catadores, bem como as contribuições de suas atividades ao Planeta.
"Queremos Porto Alegre com Coleta Seletiva Solidária, não queimem nosso futuro!!!"	Texto 14	MNCR (Comitê Regional - Região Sul)	Aos catadores; aos leitores do jornal (em geral).	Crítica contundente ao modelo de gestão adotado em Porto Alegre (baseado na privatização da coleta seletiva e na containerização do resíduo orgânico). A matéria apresenta dados que evidenciam a pouca contraproduzibilidade deste modelo e seus impactos aos coletivos de catadores em atividade no município. Apresenta a estimativa de que o número total de catadores em atividade no município gira em torno dos dez mil. Crítica o projeto de inclusão produtiva dos catadores apresentado pela prefeitura municipal que, "orçado no valor de mais de 18 milhões de reais" tem como meta "incluir apenas 600 pessoas". Posiciona-se contrária à abertura dada pelo poder público municipal à incineração. Finaliza apresentando um conjunto de propostas, entre as quais se destacam: interrupção do processo de implementação de "tecnologias sujas para o tratamento dos resíduos" e observância da PNRS mediante a contratação de cooperativas de catadores para a realização da coleta seletiva.

APÊNDICE C – Discursos sobre a reciclagem e sobre o catador nos textos analisados (1ª parte)

Quadro 6 – Discursos sobre a reciclagem e sobre o catador (textos 1 a 4)

Título	Identificador	A atividade de reciclagem	O(s) catador(es) de materiais recicláveis
"A luta do Catador de Materiais Recicláveis"	Texto 1	Atividade que ninguém quer fazer; alternativa viável para geração de trabalho e renda; atividade essencial à sociedade (referência genérica).	Lutador pela sobrevivência (sua e de sua família) e pela valorização da categoria; agente ambiental; primeiro agente no ciclo da cadeia produtiva da reciclagem; guerreiro (pois desenvolve seu trabalho sob condições adversas); parcela da população brasileira que vive à margem da sociedade.
"A Carta de Caxias do Sul"	Texto 2	Possibilidade de trabalho e renda para os setores excluídos da sociedade; veículo para a reciclagem da própria vida e da sociedade como um todo; profissão	Sujeito que garante sua sobrevivência a partir do que a sociedade joga fora; agentes ambientais que contribuem à limpeza das cidades; protagonista de um novo projeto "portador de vida para todas as pessoas e para o meio ambiente da vida"; profissional; sujeito engajado na luta pela paz.
"Catador é profissão, catador não tem patrão!"	Texto 3	Como atividade desenvolvida sem fins lucrativos e cuja finalidade é a prestação de serviços à sociedade e ao meio ambiente ("As cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis prestam um serviço público à sociedade; estão constituídas legalmente enquanto organizações civis sem fins lucrativos, portanto, seu fim último não é o lucro, como é o caso das empresas de comercialização de materiais. Trabalham com a finalidade de prestação de serviços à sociedade e ao meio ambiente"; geradora de trabalho e renda, "combinando a inclusão social de pessoas excluídas do mercado de trabalho formal com políticas públicas de preservação do meio ambiente"; como "alternativa contra a criação de lixões a céu aberto e superlotação de aterros sanitários"; como "única saída para tornar o trabalho digno e sustentável; só assim será possível gerar trabalho e renda, fazer inclusão social de fato, abastecer a cadeia produtiva de recicláveis de maneira justa, preservar o meio ambiente e combater a exploração."	Como trabalhador e como agente ambiental ("A coleta porta a porta, a interação com a comunidade e a capacitação constante de seus cooperados e associados são formas de garantir novo sentido à atividade de catação e à função do catador, como trabalhador e agente ambiental"); como sujeito explorado no mercado da reciclagem (no que denominam "cadeia produtiva suja")
"Queremos ser pagos pelos serviços prestados!"	Texto 4	Atividade que presta serviços essenciais à sociedade, tais como "limpeza pública e proteção do meio ambiente"; atividade geradora de emprego, elo fundamental no mercado da reciclagem mas que obtém a menor parcela dos lucros (cerca de 10% apenas).	Ocupante das posições mais vulneráveis no espaço social ("a corda sempre arrebenta no lado mais fraco"); prestadores de serviços essenciais à sociedade, tais como "limpeza pública e proteção do meio ambiente".

APÊNDICE C – Discursos sobre a reciclagem e sobre o catador nos textos analisados (2ª parte)

Quadro 7 – Discursos sobre a reciclagem e sobre o catador (textos 5 a 9)

Título	Identificador	A atividade de reciclagem	O(s) catador(es) de materiais recicláveis
"Organizar a categoria primeiro"	Texto 5	Atividade com "baixo custo para o investimento na criação de um novo posto de trabalho";	Vítimas "da repressão e do preconceito" das prefeituras; sujeitos das políticas e dos investimentos públicos federais.
"Rede de catadores ganha força na América Latina"	Texto 6	Atividade até certo ponto unívoca, difundida por diferentes países da América Latina; atividade que encontra seu maior potencial quando estruturada e desenvolvida coletivamente;	Seja sob qual denominação ("recicladores, pepenadores, cartoneros, cirujias, clasificadores, buceadores, guajeros, minadores, thawis, barequeros ou moscas"), trata-se de um trabalhador vítima de preconceito (são vistos como parte do lixo) inserido em relações precárias de trabalho; prestadores não reconhecidos de um serviço social de extrema importância; vítimas de políticas de "higienização" e criminalização; trabalhadores informais; protagonistas na transformação de sua realidade.
"O MNCR e a luta por uma reciclagem popular"	Texto 7	É situada no contexto de direitos mais amplos, como o direito de ir e vir, "o direito ao trabalho, à alimentação, à cidade, à integridade física" e aos "direitos humanos"; como exercício de uma profissão como qualquer outra; locus no qual se evidenciam problema e contradições sociais mais amplos.	Excluídos dos programas que visam incluí-lo; trabalhador ao qual os direitos trabalhistas são negados; vítima de políticas públicas higienistas; vítimas de preconceito social ("quando associam os catadores ao crime, à violência doméstica, ao vício e à crueldade com os animais"); vítimas da reciclagem e não seus protagonistas; potenciais protagonistas da reciclagem quando organizados politicamente.
Nota de esclarecimento sobre manifesto com uso indevido no nome do MNCR no RJ	Texto 8	Por dedução (comparando-a, na condição de tecnologia alternativa, com a incineração), aparece referida como prática que não implica riscos à saúde humana; que possui baixo custo de implantação e manutenção; que não implica desperdício de energia e recursos naturais; que gera emprego e renda, contribuindo à erradicação da miséria; que não acarreta significativos impactos ao meio ambiente; e que está comprometida "verdadeiramente com a gestão SUSTENTAVEL dos resíduos sólidos no Brasil".	Aparece referido como a base do MNCR; como sujeito da "política pública de coleta seletiva solidária no Brasil"; como categoria profissional (cujo nome vem sendo utilizado indevidamente);
"Por que o MNCR?", discurso de abertura da ExpoCatadores 2010, publicado no site do MNCR.	Texto 9	Antes do MNCR: alternativa de sobrevivência face à falta de oportunidades, "bico", trabalho pesado e sujo.	Antes do MNCR: "verdadeiras marionetes nas mãos de políticos profissionais, ongueiros, governantes e dos padrões do lixo". Após o surgimento do MNCR: "base orgânica do MNCR", "brasileiros por excelência", protagonistas de lutas por justiça e liberdade; protagonistas de empreendimentos autogestionados e políticas públicas de inclusão e de valorização da categoria.

APÊNDICE C – Discursos sobre a reciclagem e sobre o catador nos textos analisados (3ª parte)

Quadro 8 – Discursos sobre a reciclagem e sobre o catador (textos 10 a 14)

Título	Identificador	A atividade de reciclagem	O(s) catador(es) de materiais recicláveis
"Discurso oficial de apresentação do Projeto Catavida"	Texto 10	Atividade através da qual se enfrenta a questão social do lixo em Novo Hamburgo; necessidade; cuidado com o lixo que se traduz em cuidado com a vida; forma de inclusão social produtiva e de emancipação (estímulo à autonomia) dos catadores.	Responsáveis pela implantação da coleta seletiva solidária em Novo Hamburgo; corajosos; sujeitos a serem incluídos produtivamente e emancipados através da reciclagem.
"Intervenção da coordenadora do Projeto Catavida durante o II Seminário sobre Resíduos Sólidos"	Texto 11	Atividade por meio da qual os sujeitos garantem o seu sustento (e o de suas famílias); centro da organização política dos catadores de materiais recicláveis.	Sujeito que ao longo de sua trajetória não foi valorizado; trabalhador que precisa ampliar sua participação nos sistemas de gestão de resíduos; trabalhador que precisa buscar qualificação; sujeitos capazes, apesar de desacreditados.
"Hino do Catador"	Texto 12	Atividade e luta capaz de salvar o mundo da extinção; empreendimento realizado pelos catadores (com o apoio da comunidade) que visa preservar o mundo para as crianças.	Cuidador e salvador do mundo; lutador; povo brasileiro.
"Carroças em Porto Alegre, um símbolo", texto de autoria do irmão Antônio Cechin veiculado na internet em blogs e redes sociais.	Texto 13	"Riqueza do pobre porque fonte de vida e sobrevivência"; "fonte de fortuna para o grande industrial". Atividade que deveria estar estruturada de forma a reverter aos mais necessitados (catadores) os maiores benefícios. "Serviço à sociedade e ao planeta".	Potencial profissional dos resíduos sólidos (na perspectiva de implementação da PNRS); "profissional da despoluição do planeta Terra ou Gaia"; "profeta por excelência" pois foi "o primeiro a denunciar o consumismo e a poluição dos mananciais e também porque criou o próprio emprego ou trabalho, com investimento zero e porque se sentiu vocacionado para garantir a própria sobrevivência com absoluta criatividade de sua parte". O mais autêntico profeta da ecologia. "Representam também os mais autênticos cuidadores da natureza, no sentido de seus melhores despoluidores, verdadeiros médicos do Planeta".
"Queremos Porto Alegre com Coleta Seletiva Solidária, não queremos nosso futuro!!!"	Texto 14	Atividade que contribui significativamente para a economia brasileira; melhor alternativa para o tratamento dos resíduos sólidos urbanos (do ponto de vista energético, social e ambiental)	Prestador de um serviço à cidade não reconhecido e não remunerado; mais eficiente do que o sistema de coleta mecanizado; vítima de políticas públicas higienistas (que andam na contramão da atual PNRS); agente ambiental (protetor da natureza); agente da coleta seletiva.

APÊNDICE D – Atravessamentos com o campo ambiental nos textos analisados (1ª parte)

Quadro 9 – Atravessamentos com o campo ambiental (textos 1 a 8)

Título	Identificador	Referência à crença na natureza como um bem	Espaço reservado ao argumento ambiental / função do argumento ambiental
"A luta do Catador de Materiais Recicláveis"	Texto 1	Ausente	Mínimo; referido de passagem apenas uma vez no texto (através da menção à "agente ambiental");
"A Carta de Caxias do Sul"	Texto 2	Presente em expressões tais como "Usa até mesmo a guerra para consumir armas e como instrumento para se apropriar do resto das riquezas naturais do Planeta" ou "Perderemos o poder de decidir sobre o melhor uso das riquezas existentes, como a água e a biodiversidade". Percebe-se aqui, de forma amigável do que em outros documentos, a dupla influência (romântica e iluminista) que caracteriza e fundamenta a crença na natureza como um bem.	Significativo e genérico, no início da argumentação; reduzido quando da apresentação dos compromissos.
"Catador é profissão, catador não tem patrão!"	Texto 3	Presente, mas superficial através de enunciados tais como "diminuição da geração de resíduos na natureza" e "preservar o meio ambiente" (se há algum acento, este seria o de matriz iluminista)	Significativo; em alguns momentos do texto, em pé de igualdade com o argumento da inclusão social ou do trabalho. No texto como um todo, entretanto, aparece bastante reduzido (porque não desdobrado) se comparado aos outros dois argumentos.
"Queremos ser pagos pelos serviços prestados!"	Texto 4	Ausente; apenas uma genérica menção à "proteção do meio ambiente".	Mínimo; referido de passagem apenas uma vez no texto; o termo "sustentabilidade" é empregado para se referir à capacidade de autogestão das associações e cooperativas ao longo do tempo.
"Organizar a categoria primeiro"	Texto 5	Ausente.	Argumento ausente.
"Rede de catadores ganha força na América Latina"	Texto 6	Ausente.	Argumento ausente.
"O MNCR e a luta por uma reciclagem popular"	Texto 7	Ausente.	Argumento ausente.
Nota de esclarecimento sobre manifesto com uso indevido no nome do MNCR no RJ	Texto 8	Presente; marcada por uma leitura racional na qual a natureza é interpretada como reserva/fonte de recursos naturais (matriz iluminista).	Secundário/ agrega valor (juntamente com outros argumentos) ao discurso do MNCR contra a incineração, como tecnologia para o tratamento dos resíduos sólidos.

APÊNDICE D – Atravessamentos com o campo ambiental nos textos analisados (2ª parte)

Quadro 10 – Atravessamentos com o campo ambiental (textos 9 a 14)

Título	Identificador	Referência à crença na natureza como um bem	Espaço reservado ao argumento ambiental / função do argumento ambiental
"Por que o MNCR?", discurso de abertura da Expocatadores 2010, publicado no site do MNCR.	Texto 9	Ausente.	Argumento ausente.
"Discurso oficial de apresentação do Projeto Catavida"	Texto 10	Presente mas dispersa através da referência "cuidar do lixo é cuidar da vida" (pode-se entender "vida" de diferentes maneiras).	Secundário se considerarmos a relação "cuidado com o lixo = cuidado com a vida" sob a perspectiva inaugurada pelo campo ambiental.
"Intervenção da coordenadora do Projeto Catavida durante o II Seminário sobre Resíduos Sólidos"	Texto 11	Ausente.	Argumento ausente.
"Hino do Catador"	Texto 12	Presente mas dispersa através da noção de "mundo"; fala-se na salvação do "mundo" e na preservação do "mundo" ao invés da natureza.	Significativo. Complexificado pela utilização da noção de "mundo" ao invés da noção de "natureza" (abre, dessa forma, a leitura do ambiente para além de sua dimensão natural).
"Carroças em Porto Alegre, um símbolo", texto de autoria do Irmão Antônio Cechin veiculado na internet em blogs e redes sociais.	Texto 13	Presente através de expressões tais como "normas para um legítimo BEM VIVER para o qual a humanidade pode, de repente, aspirar, mandando às favas o sistema capitalista opressor ao mesmo tempo da humanidade e de Gaia, nossa querida Pachamama, a Mãe Terra." Marcadamente de influência romântica.	Central, colocando em segundo plano até mesmo o argumento social que o acompanha. Construído sobre a identificação dos serviços ambientais e sociais da atividade e do catador à sociedade, inclusive no que se refere ao seu esclarecimento.
"Queremos Porto Alegre com Coleta Seletiva Solidária, não queimem nosso futuro!!!"	Texto 14	Presente através de declarações tais como: "queremos que nossa cidade preserve a natureza e as pessoas que trabalham para isso" ou "contribuíram significativamente para a proteção da nossa natureza"	Significativo; disperso ao longo do texto: em alguns momentos, utilizado para reforçar o argumento contra a incineração como tecnologia para o tratamento dos resíduos sólidos, em outros apresentado de forma mais genérica e vinculado à função da atividade do reciclador para a "natureza" ou "nossa natureza".

APÊNDICE E – Termos de consentimento

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (pós-informado)

Após tomar conhecimento dos objetivos e aplicação dos resultados da pesquisa intitulada *Itinerários de catadores: (des)encontros com o campo ambiental*, cujos responsáveis são Cassiano Pamplona Lisboa, aluno de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com orientação da Profa. Dra. Maria Stephanou, eu, _____

_____, integrante da _____, AUTORIZO a utilização dos depoimentos que concedi durante a realização da pesquisa com a finalidade de produção acadêmica/científica e artística.

Meu consentimento é baseado na garantia de que meu nome será preservado e de que a pesquisa não oferece riscos ou prejuízos a minha pessoa. Assim, concordo que: a) fui bem informada/o sobre os objetivos desta pesquisa; b) não receberei qualquer tipo de pagamento nem terei gastos devido à participação na pesquisa; c) os resultados da pesquisa serão divulgados para mim e outros entrevistados; d) os resultados da pesquisa poderão ser publicados em livros, artigos científicos, exposições, filmes, seminários, congressos, palestras, workshops, entre outros; e) fui bem informada/o que posso retirar meu consentimento a qualquer momento sem que isso acarrete qualquer ônus pessoal.

Assinatura da entrevistada/o: _____.

Assinatura do pesquisador: _____.

_____, ____ de _____ de ____.

Termo de autorização de uso de imagem e voz

Eu, _____, integrante da _____, portador(a) do documento de identidade nº _____, AUTORIZO que o pesquisador Cassiano Pamplona Lisboa, responsável pela pesquisa *Itinerários de catadores: (des)encontros com o campo ambiental*, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e financiada pela CAPES, utilize em caráter não-exclusivo, sem ônus e sem limitação de tempo, minhas imagens e o som de minha voz captadas no processo da pesquisa com a finalidade de produção acadêmica/científica e artística que pode gerar livros, artigos científicos, exposições fotográficas e filmes com circulação regional, nacional ou internacional, bem como para sua difusão audiovisual de igual natureza em quaisquer suportes e mídias, em seminários, congressos, palestras, workshops e eventos em instituições de ensino e culturais. Fui informado/a de que minha voz e imagens não serão utilizadas, em nenhuma hipótese, contra minha pessoa ou para uso comercial ou qualquer outra utilização não autorizada.

ASSINATURA

_____, ____ de _____ de ____.

ANEXOS

ANEXO A – “A luta do Catador de Materiais Recicláveis”

De catador para catador, Jornal

Pág. 04

A luta do Catador de Materiais Recicláveis

Poucos anos de existência, muito o que contar. A voz dos catadores(as) ampliada no MNCR

O catador de materiais recicláveis tem em seu dia-a-dia o desafio de manter seu sustento e de sua família em um ramo de trabalho que a sociedade em geral ainda vê com grande preconceito. Retrato de anos de exclusão social, o catador luta pela sobrevivência e pela valorização de sua categoria. A luta do catador tem que conciliar trabalho duro com o papel de agente ambiental. Sem saber o catador realiza um trabalho mais eficiente do que qualquer diplomado na área.

Ser catador significa estar na ponta de um iceberg. É ser o primeiro agente do ciclo da cadeia produtiva de reciclagem. O catador é o primeiro a por a mão na massa, ele faz o que ninguém quer fazer. Isso o torna importante e indispensável, entretanto o trabalho do catador não é fácil. Faça chuva ou faça sol o catador tem que ir a luta e conquistar seu pão com suor.

Muitos companheiros catadores ainda enfrentam o drama das ruas e precisam vencer o trabalho individual e buscar força nos grupos. Aqueles que já estão organizados têm na união e na solidariedade de classe seu ponto forte. São aqueles que conciliam a atividade militante com a de um organizador. São esses que compõem o Movimento Nacional dos Catadores, o MNCR.

Um pouco da história

Após muitos anos de luta dos catadores separadamente em diversas regiões o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) surge em meados de 1999 com o I Encontro Nacional de Catadores

de Papel, já em 2001 ocorreu I Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis em Brasília, evento que reuniu cerca de 1.700 catadores. A articulação

que reuniu catadores de diversos países da América Latina. O congresso divulga então a Carta de Caxias que difunde a situação dos catadores da América - Latina

muitas conquistas alcançadas. Em seis anos os catadores do Brasil têm sua voz ampliada e estão em evidência em vários espaços. Os catadores e o MNCR passam a ter uma projeção internacional.

Entre as conquistas do movimento está a inclusão na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) o trabalho dos catadores, um primeiro passo para o efetivo reconhecimento desta categoria. Desde que surgiu, o MNCR luta pela dignidade dos catadores, categoria historicamente excluída da sociedade. Os catadores organizados em cooperativas, associações e pequenos grupos têm se mostrado como alternativas viáveis para geração de trabalho e renda.

Contudo, muitos catadores ainda sobrevivem de forma precária, em lixões e nas ruas. A coleta de materiais recicláveis significa garantir alimentação, moradia e condições mínimas de sobrevivência para uma parcela significativa da população brasileira, que vive à margem da sociedade de consumo. Povo que apesar das dificuldades, que são imensas, resistem e lutam dia-a-dia pela vida.

O MNCR tem grandes desafios em seu futuro, um deles é a organização da categoria, hoje estimada em 500 mil em todo Brasil, além de conquistar o reconhecimento e a valorização pelo trabalho realizado pelos catadores à sociedade. O pagamento para os catadores por esse serviço é um direito e o poder público tem uma dívida histórica com os catadores.



MNCR na abertura do Fórum Social Mundial 2005 em Porto Alegre

dos militantes do MNCR nas regiões foi fundamental para que o movimento pudesse impulsionar a luta dos catadores em todo o Brasil. Nesse encontro foi lançada a Carta de Brasília, documento que expressa as necessidades do povo que sobrevive da coleta dos materiais recicláveis.

No ano de 2003 acontece o I Congresso Latino-americano de Catadores em Caxias do Sul - RS,

unificando a luta entre os países. Nesse momento o MNCR começa a mostrar sua força nacionalmente agindo coordenadamente. Em 2005 aconteceu o II Congresso Latino - Americano de Catadores em São Leopoldo - RS, evento destaque que precedeu o 5º Fórum Social Mundial em Porto Alegre.

Neste percurso muitas lutas foram travadas em todo o Brasil e



A Carta de Caxias do Sul

Há 2 anos os catadores(as) reuniram-se no I Congresso Latino-americano para discutir e lançar esse documento

Somos 800 Catadoras e Catadores e representamos milhares de companheiras e companheiros do Brasil, do Uruguai e da Argentina. Queremos compartilhar com todas as pessoas a rica experiência de lutas, dificuldades, sonhos e conquistas vividas neste Congresso.

Esta luta não começou agora. Ela é fruto de uma longa história de mulheres e homens que, com seu trabalho de Catadores, garantiram a sobrevivência a partir do que a sociedade descarta e joga fora.

É uma história em que descobrimos o valor e o significado do nosso trabalho: coletando e reciclando materiais descartados, somos agentes ambientais e contribuimos com a limpeza das cidades. A organização de associações e cooperativas criou a possibilidade de trabalho e renda para os setores mais excluídos da sociedade.

Por tudo isso, o trabalho e as organizações dos Catadores são uma luz que aponta na direção de um novo modelo de desenvolvimento para nossas cidades e para nossos povos. Nossa experiência mostra que todas as pessoas podem ser muito mais felizes e saudáveis. Basta dar valor a tudo e reciclar tudo o que for possível, reciclando a própria vida.

Por que há, no entanto, tanta gente que não vê isso e não se junta a nós?

O Congresso nos ajudou a entender o que vivemos no dia-a-dia: fazemos parte de sociedades em que valem mais as mercadorias do que as pessoas e a natureza. Só se dá valor

às coisas que se

pode vender

para

aumentar

os lucros.

Tudo que

sobra - até

mesmo as

pessoas - é jogado

fora. Não se presta

atenção ao que é

tirado da natureza para

fazer as coisas que compramos,

e menos ainda ao que acontece

com a natureza a partir do que se

joga fora.

A mesma dominação capitalista que gerou essa mentalidade está exigindo, nos últimos anos, uma liberdade total para as grandes empresas e bancos fazerem negócios em todo o mundo. Ela não respeita nada, nem mesmo a cultura e a soberania dos povos. Usa até mesmo a guerra para consumir armas e como instrumento para se apropriar do resto das riquezas naturais do Planeta.

Em nossa América, a ALCA é o caminho escolhido para colocar nossos povos sob o domínio do império econômico e militar estadunidense. Sua implantação retirará de nossas mãos o poder de decidir sobre o nosso destino. Perderemos o poder de decidir sobre o melhor uso das riquezas existentes, como a água e a biodiversidade, bem como o de escolher a melhor maneira de reciclar os resíduos sólidos, reciclando, ao mesmo tempo, a nossa vida e a vida de toda a sociedade.

Não aceitamos esse projeto dos

capitalistas. Ele é portador de exclusão e de morte para a maioria da humanidade. Nossa experiência de Catadoras e Catadores nos mostra que é possível e já estamos abrindo um caminho novo e diferente, portador de vida para todas as pessoas e para o meio ambiente da vida.

Olhando para o futuro e com grande esperança, os participantes do 1º Congresso Latinoamericano de Catadores assumem e convidam as pessoas e povos a assumirem com eles os seguintes compromissos:

1. lutar em favor da organização de todos os Catadores e Catadoras em associações ou cooperativas, reforçando os Movimentos dos Catadores existentes, superando a fome e a exclusão por meio de iniciativas que gerem trabalho e renda;

2. intensificar o intercâmbio e a articulação entre as iniciativas e organizações de Catadores de recicláveis dos países do Mercosul e de toda a América Latina, visando a construção de redes de cooperativas, associações e empresas comunitárias e uma futura criação de um movimento latinoamericano deste setor.

3. trabalhar em favor de uma maior integração das comunidades de nossas cidades com as organizações de Catadores através de políticas e programas de educação ambiental, garantindo sua cooperação na separação e entrega dos recicláveis, no controle das ações dos governos, na valorização do trabalho dos Catadores, na participação em Fóruns de Gestão das políticas públicas;

4. conquistar, junto aos governos, o reconhecimento do trabalho dos Catadores na limpeza pública e a regulamentação da nossa profissão;

5. garantir programas de alfabetização e de formação para os Catadores que não tiveram oportunidades;

6. lutar pela revisão da legislação do cooperativismo para facilitar a implementação e o funcionamento do sistema no processo de organização dos Catadores;

7. lutar por novas formas de acesso dos Catadores aos benefícios da Previdência Social;

8. lutar contra a privatização do setor e garantir que os programas de coleta seletiva sejam implementados prioritariamente em parceria com as organizações de Catadores;

9. garantir que os investimentos do governo federal brasileiro para o setor de resíduos sólidos urbanos sejam condicionados à implantação da coleta seletiva em parceria com as organizações dos Catadores;

10. lutar pela erradicação dos lixões e implantação de aterros sanitários e pela garantia de investimentos para a implantação de infra-estrutura para o trabalho dos Catadores através de suas organizações;

11. lutar por uma legislação que exija que as empresas geradoras de resíduos sólidos assumam com responsabilidade o seu destino correto;

12. dar passos concretos para garantir o domínio da cadeia produtiva por parte das organizações dos Catadores, articulando-se com outros movimentos sociais para garantir que as propostas de leis e de políticas públicas referentes à coleta, triagem e industrialização de resíduos sólidos, elaboradas pelos Catadores, sejam assumidas pelos governos;

13. lutar por políticas públicas de fomento e incentivo para a capacitação e formação, com autonomia pedagógica das organizações de Catadores;

14. lutar pela criação de linhas de crédito específicas para grupos organizados de Catadores;

15. exigir a garantia da integração dos Catadores na política de saneamento ambiental;

16. lutar em favor de políticas de meio ambiente e de investimento em tecnologias adequadas de industrialização;

17. lutar em favor de nova modalidade de contrato de prestação de serviços entre as prefeituras e as organizações de Catadores na Coleta Seletiva;

18. mobilizar nossas organizações contra a guerra ao Iraque e contra a militarização do Continente Americano com bases estadunidenses, reforçando a luta pela paz.

Caxias do Sul, 20 a 23 de janeiro de 2003.



ANEXO C – “Catador é profissão, catador não tem patrão!”

Editorial:

Catador é profissão, catador não tem patrão!

Resposta à reportagem de Revista Reciclagem Moderna

Foi publicada no mês de março, na Revista Reciclagem Moderna, uma revista voltada para o mercado de sucatas e comerciantes dessa área, a reportagem de capa intitulada “Cooperativas versus comerciantes de recicláveis, uma luta justa?”.

A matéria induz à ideia de que haja uma disputa entre as cooperativas de catadores de materiais recicláveis e os comerciantes de sucatas mas, no entanto, a afirmação, na opinião do Movimento Nacional dos Catadores (MNCR), não é verdadeira, por um motivo simples: esses dois setores – catadores e comerciantes – caracterizam mercados e atividades distintas.

As cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis prestam um serviço público à sociedade; estão constituídas legalmente enquanto organizações civis sem fins lucrativos, portanto, seu fim último não é o lucro, como é o caso das empresas de comercialização de materiais. Trabalham com a finalidade de prestação de serviços à sociedade e ao meio ambiente. Essa distinção evidencia que não há competição, pois a lógica de funcionamento é distinta, uma vez que as organizações de catadores trabalham hoje, além da coleta propriamente dita, também a educação ambiental, o que inclui o esforço para diminuição da geração de resíduos na natureza.

A coleta porta a porta, a interação com a comunidade e a capacitação constante de seus cooperados e associados são formas de garantir novo sentido à atividade de catção e à função do catador, como trabalhador e agente ambiental.

Apesar de não haver uma competição entre os dois ramos, é evidente que há um conflito de interesses, algo que explica o fato da Revista atacar as cooperativas de catadores, pois procuram organizar-se no sentido de eliminar os atravessadores que pagam baixos preços pelo material coletado e

vender diretamente às empresas especializadas e à indústria de reciclagem.

Esse tipo de estratégia diminui o lucro aos atravessadores, contudo, não chega a ameaçar a atividade desses comerciantes, pois o número de organizações de catadores ainda é pequeno.

O mercado da reciclagem trabalha hoje, no Brasil, com o que chamamos de cadeia produtiva suja, ou seja, uma cadeia que é sustentada pelo trabalho precarizado de catadores que exercem a atividade sem qualquer vínculo empregatício, vendendo materiais recicláveis para ferros velhos de pequeno, médio e até grande porte, em redes de comércio de sucata.

Além do trabalho precarizado, há casos de trabalhos análogos a escravidão, servidão por dívida, aluguel de carroças e trabalho infantil. Situações que violam os direitos humanos dos catadores, um dilema moral do setor da reciclagem que, no Brasil, ainda é mantido pela exploração desses trabalhadores.

A alternativa a essa situação insustentável é o incentivo a autoorganização autônoma dos catadores, por meio de cooperativas e associações que procuram especializar esses trabalhadores e dar regularidade à atividade de catção.

Como qualquer setor produtivo que abastece a indústria brasileira, as organizações de catadores precisam de infraestrutura para tornar o trabalho regular e de qualidade, além de aumentar a capacidade de processamento de resíduos agregando novos catadores, formalizando novos postos de trabalho no país.

Já está mais que comprovada a capacidade das cooperativas e associações de catadores em gerar trabalho e renda, combinando a inclusão social de pessoas excluídas do mercado de trabalho formal com políticas públicas de preservação do meio ambiente. São estudos acadêmicos e pesquisas

socioeconômicas que têm mostrado a eficiência dessas organizações, frente à problemática da geração de resíduos nas grandes cidades, assim como alternativa contra a criação de lixões a céu aberto e aterros sanitários.

A reportagem da Revista denuncia a destinação de R\$ 31 milhões anuais para subsidiar as 15 cooperativas de São Paulo, no entanto, não cita que em toda a cidade de São Paulo existem 94 grupos de catadores em atividade que realizam o trabalho de coleta sem subsídio público e de modo precário.

O dinheiro investido nas 15 centrais de triagem possibilita o desvio de resíduos recicláveis para os aterros sanitários, evitando a superlotação e a criação de novos aterros. O investimento municipal é a contrapartida de financiamento do programa de coleta seletiva que, no entanto, não consegue atender toda a cidade de São Paulo.

O investimento público do BNDES visa financiar infraestrutura para cooperativas de catadores, diferente do recurso municipal que é utilizado para manutenção das instalações das centrais municipais de triagem. A reportagem não relata o fato da prefeitura de São Paulo pagar também os caminhões de empresas privadas para realizar a coleta, uma grande economia poderia ser feita apenas com a compra de caminhões para essas organizações.

Um número relativo de iniciativas em andamento visa apoiar o trabalho realizado pelas cooperativas, no entanto, essas ações ainda não são suficientes para manter a estabilidade e melhorar, de modo amplo, a situação dos catadores. É por esse



Foto da exposição “Catadores de Sonhos” do o fotógrafo Paulo Giandalla

motivo que o MNCR iniciou, sim, uma campanha coordenada nacionalmente no sentido de que as prefeituras contratem as organizações de catadores e paguem pelos serviços que elas prestam à sociedade de forma gratuita.

Em diversas cidades já conquistamos esse direito, onde os serviços de coleta seletiva são modelos nacionais, enquanto iniciativas bem sucedidas.

Para finalizar, referente às perguntas provocativas da revista, pontuamos que, assim como os catadores, diversos comerciantes de sucata abandonaram suas funções e faliram com os efeitos da crise econômica. Curiosamente, foram exatamente as organizações que receberam investimentos em infraestrutura ou que têm parceria com prefeituras que demonstraram maior disposição em enfrentar a crise sem a ameaça de interrupção das atividades. Por essa razão que acreditamos fielmente na autogestão dos catadores como única saída para tornar o trabalho digno e sustentável; só assim será possível gerar trabalho e renda, fazer inclusão social de fato, abastecer a cadeia produtiva de recicláveis de maneira justa, preservar o meio ambiente e combater a exploração.

Comissão Nacional do MNCR

Expediente

Textos/Redação: Renata Bessi

Jornalista responsável: Davi Amorim Mtb. 48.215/SP

Fotografias: Arquivo MNCR

Produção e diagramação: Setor de comunicação MNCR

Revisão: Janaina Behling

Tiragem: 50 mil exemplares

Entre em contato: e-mail: contato@mncr.org.br

Sede Nacional MNCR - rua Veguelro, 2.551 Vila Mariana, São Paulo - SP CEP 04101-200

(11) 3399-3475 / 3341-0964 e-mail: secretarianacional@mncr.org.br

De Catador para Catador é um veículo do MNCR - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, uma produção do setor de comunicação do MNCR e do conselho editorial formado por catadores das cinco regiões do país.

www.mncr.org.br

Esta publicação foi produzida no âmbito do projeto 914BRA3026 - Gestão da Política de Segurança Alimentar, Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza - em cooperação com a UNESCO

cooperação:



Representação no Brasil
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

execução:



PANGEA
CENTRO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS

Iniciativa e direção:



realização:



Os autores são responsáveis pela escolha e apresentação dos fatos contidos neste jornal, bem como pelas opiniões nele expressas, que não são necessariamente as da UNESCO, nem comprometem a Organização. As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste jornal não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco a delimitação de suas fronteiras ou limites.

ANEXO D – “Queremos ser pagos pelos serviços prestados!”

 De catador para catador Jornal

Pág. 03

Queremos ser pagos pelos serviços prestados!

Como diz o ditado, a corda sempre arrebenta no lado mais fraco. Foi o que observaram os catadores e catadoras de todo o Brasil com a chegada de uma crise financeira internacional que causou uma grande queda nos preços dos materiais recicláveis. Em todo o Brasil os preços caíram cerca de 62%, mas principalmente os papeis (papel branco, papelão) tiveram as maiores baixas e tem provocado incertezas com relação ao futuro de muitas organizações. Muitas cooperativas estão a beira da falência.

“A situação está crítica, e todos os estados passam por problemas, principalmente os do Nordeste, que estão com maior quantidade de material parado. Nossa renda caiu vertiginosamente e até as cooperativas estão com dificuldades para pagar o custo operacional, após uma queda de 25% em suas receitas”, afirmou coordenador nacional do MNCR em São Paulo, Roberto Laureano.

É nesse momento de crise que o MNCR aprofunda a reflexão sobre a sustentabilidade das organizações. Matilde Ramos, representante do MNCR no Estado de São Paulo, observou em sua região que muitas organizações têm visto catadores deixarem a organização. “Aqui o papel está custando 5 centavos, antes vendíamos a 27 centavos. O PET

caiu de R\$ 1,20 para R\$ 0,35”, relata. “Todas as organizações estão com problemas, a única que está melhor é a Coocassis (Assis), pois recebe do município pelos serviços prestados”, explica.

Bandeira histórica de luta do MNCR, a cobrança pelos serviços que os catadores realizam aos municípios tem se mostrado uma necessidade tática em momentos de crise como a que estamos vivendo.

“Estamos exigindo providências, mas não queremos essa coisa de cestas básicas não. Vamos convocar os Prefeitos para cobrar a contratação das organizações de catadores e o pagamento pelos serviços prestados” explica Gilberto Warley, representante do MNCR em Minas Gerais que relata que os Comitês em todo o Estado têm se mobilizado para uma Ato com milhares de catadores cobrando o pagamento pelos serviços de coleta.

A campanha pelo reconhecimento do trabalho de limpeza pública e proteção do meio ambiente desenvolvido pelas cooperativas e associações deve ser desenvolvida em todo o Brasil durante o ano.



Coleta porta a porta nos bairros contam com o apoio da população

Graças a articulações do MNCR, uma alteração na lei 11.445, que trata do Plano Nacional de Saneamento, possibilita a contratação de cooperativas e associações de catadores pelas Prefeituras sem a necessidade de licitação. “Prefeituras, estados e governo federal precisam aproveitar essa lei e contratar mais o serviço de cooperativas e associações, se desejam evitar uma crise ainda maior de desemprego”, completou o coordenador do MNCR em São Paulo, Roberto Laureano.

Contudo, o MNCR defende outras ações a serem implementadas para estabilizar o mercado de reciclagem

no país. Luiz Henrique da Silva, coordenador Nacional no Estado de Minas Gerais, defende que “Do mesmo jeito que as empresas recebem incentivos fiscais e econômicos dos governos federal, estadual e municipal, nós também queremos ajuda. Até porque são as cooperativas as verdadeiras geradoras de emprego. Estimamos que haja cerca de 800 mil catadores de material reciclável no país. A absoluta maioria não tem estabilidade e é responsável por 90% do processo de reciclagem. No entanto, pelos cálculos do movimento, recebemos apenas 10% do lucro resultante desse tipo de comércio”, explica Luiz Henrique.

ANEXO E – “Organizar a categoria primeiro”

Editorial

Organizar a categoria primeiro

Após anos de lutas, brigas, reivindicação e negociação, o MNCR começa a avançar em seu projeto de edificação da base orgânica do movimento em todo o Brasil, garantindo a melhoria concreta nas condições de trabalho dos catadores com investimento em infraestrutura. Esse processo teve seu ponto forte em 2006, quando o MNCR realizou o Encontro Nacional em Brasília e marchou pela Esplanada dos Ministérios até o Palácio do Governo Federal para entregar um projeto de criação de 40 mil postos de trabalho nas cooperativas ligadas ao movimento. Lá, fomos munidos de uma Pesquisa

científica que prova o baixo custo para o investimento na criação de um novo posto de trabalho nas cooperativas e associações de catadores.

Reivindicamos do Governo o investimento de 170 milhões de reais para estruturar nossas organizações, valor que, na época, representava a dívida externa de uma manhã que saía do Brasil e ia para os Estados Unidos. Apesar do Governo aceitar nossas propostas, a burocracia impedia que o recurso chegasse diretamente às organizações de catadores. Queriam que o investimento fosse passado às prefeituras e elas atendessem aos

catadores como uma espécie de atravessadores de recurso. Como estamos cansados da repressão e do preconceito com que as prefeituras nos tratam, insistimos que o recurso deveria ser passado diretamente para nós catadores, sem passar pelas prefeituras.

Desde então foi uma luta dura para que conseguíssemos atingir os nossos objetivos, mas com muita teimosia e, acreditando na nossa luta e bandeira, conseguimos mudar a lei que impedia que os recursos Federais chegassem diretamente às cooperativas.

Conseguimos incluir na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias)

que as cooperativas e associações formadas por catadores de materiais recicláveis pudessem receber investimentos públicos federais por meio de editais e programas. Isso significa que hoje, mesmo que haja alguns problemas com a grande burocracia que dificulta nossa vida, os catadores ligados a cooperativas e associações podem receber recursos públicos para compra de equipamento, sem que seja necessário um atravessador (ONG, prefeitura, etc). É uma vitória de nossa luta e dedicação à causa, mas é só o começo.

Ainda temos muitos desafios pela frente, sigamos!

ANEXO F – “Rede de catadores ganha força na América Latina”

Pág. 06. De catador para catador. Jornal

Rede de catadores ganha força na América Latina

Recicladores, pepenadores, cartoneros, cirujas, classificadores, buceadores, guajeros, minadores, thawis, barequeros ou moscas. Os nomes para se definir a atividade de catador são múltiplos por toda a América Latina. Mas a atividade de reciclar é uma só e, na maioria dos casos, a precarização do trabalho e a situação de preconceito vivida pelo trabalhador latino-americano também se repetem.

A partir da similaridade das condições de vida e trabalho, catadores de toda a América Latina vêm, desde 2003, se articulando em torno da Rede Latino-Americana de Catadores. De acordo com Cassius Vinicius Crivella, do secretariado da Rede Latina, sediada no Brasil, mais de 750 organizações de caráter local, entre associações, cooperativas e grupos organizados, e cinco de caráter nacional, em doze países, trabalham conjuntamente em rede. “A tendência é crescer cada vez mais”, afirma Crivella.

Após a realização de três encontros latino-americanos – organizados em Caxias do Sul, em 2003, em São Leopoldo em 2005 e em Bogotá, Colômbia, em 2008 – os catadores vêm definindo linhas orientadoras para que os trabalhadores de toda América Latina norteiem a luta a partir de uma mesma agenda, sempre levando em consideração as raízes e diversidades da cultura latino-americana.

Crivella, que também faz parte da Comissão Nacional do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), conta o contexto do surgimento da Rede, as situações enfrentadas pelos catadores na América Latina e as perspectivas da organização dos trabalhadores para os próximos anos. Confira a entrevista:

Quais os principais problemas comuns enfrentados pelos catadores na América Latina em suas vidas cotidianas?

Primeiramente a visão preconceituosa de que somos parte do “lixo”. Na maioria das vezes, os catadores encontram-se em uma situação de precarização, maus-tratos e humilhação. Isso ocorre pelo fato de a sociedade não compreender que nós prestamos gratuitamente um serviço de extrema importância. Outro problema tem a ver com as políticas de privatização deste serviço. Na América Latina, menos de 2% dos municípios executam coleta seletiva com inclusão dos catadores e quando executa esta inclusão é muito parcial, apenas como meros receptores de serviços de coleta. Estima-se que cerca de três milhões de pessoas sobrevivam no continente com resíduos produzidos socialmente. Para piorar o cenário, os catadores

enfrentam em várias cidades as políticas de “higienização” social e a criminalização por estarem em situação de informalidade.

E em termos de políticas públicas, ou falta delas, quais as principais dificuldades comuns?

O Brasil, a Colômbia, o Chile e a Argentina já avançaram pontualmente. Mas a falta de políticas globalizantes, que poderiam estruturar os grupos locais, faz com que a maioria das organizações de catadores sobrevivam em um contexto de exploração econômica. Ou então, a condição se agrava quando os catadores são submetidos a uma situação de trabalho individualizado, dependente dos pequenos atravessadores, muitas vezes não tendo oportunidade de trabalhar em processos coletivos. Os movimentos que fazem parte da REDE querem ser o contraponto, mostrando que é possível organizar o trabalho coletivo, dividindo as responsabilidades e os frutos desta organização.

Em que contexto social e político se decidiu articular a rede latino-americana?

Grupos organizados de catadores existem há mais de 20 anos. A organização é a resposta aos descasos sofridos pelos trabalhadores que sobrevivem da catação. Sabemos que em linhas gerais existem políticas globais que se voltam contra os catadores. Dependendo do nível de organização dos grupos, a resposta ao descaso é mais contundente. Por mais que a maior parte dos países esteja em um regime democrático, muitos estão aquém de praticar políticas de igualdade de direitos sociais. Organizados, os catadores podem enfrentar em distintos níveis os interesses que a cadeia da reciclagem apresenta, como os interesses dos grandes monopólios, de agentes públicos que assinam as licitações e manipulam os valores para execução de “caixinhas de campanha eleitoral” e de enriquecimento ilícito. Neste cenário, se os catadores não se organizarem vão sempre sair perdendo. Só a organização e a luta muda a vida e essa realidade.

Quais ações estão sendo tomadas dentro da rede para se fortalecer a organização do catador e da sua atividade?

Desde sua origem a Rede Latina tem se caracterizado por articular organizações de catadores para que façam denúncias de situações de violação dos Direitos Humanos, além de prestar solidariedade aos grupos que enfrentam políticas perversas. Outro objetivo é que a rede

www.recicladores.net



Red Latinoamericana de Recicladores



Secretaria Operacional Latina
Rua Vergueiro, 2.551 Vila Mariana
São Paulo- SP, Brasil CEP 04101-200
Tel.: (55-11) 3399-3475 / 3341-0964
secretarialatina.recicladores@mncr.org.br

proporcione espaços de encontros em que os trabalhadores possam discutir políticas públicas, trocar boas experiências e metodologias. Planeja-se organizar um Banco de Dados, reunindo um conjunto de informações sobre a situação sócio-econômica dos catadores. Além disso, tiramos na REDE orientações de como atuar neste complicado cenário e de como devemos nos posicionar diante dos muitos interesses em jogo no setor da coleta.

Em relação aos outros países, como está o Brasil em termos de políticas públicas?

O MNCR em nível continental vem se destacando junto a outras experiências como a ANR (Asociación Nacional de Recicladores), da Colômbia, MNRCH (Movimiento Nacional de Recicladores de Chile), do Chile, UCRUS (Unión de Clasificadores de Residuos Urbanos Sólidos), do Uruguai. Cada organização conseguiu avançar em níveis distintos, orientada a partir de uma identidade latino-americana, de modo a reconhecer nossas origens, nossas culturas, nossos valores. Tudo isso nos permitiu consolidar uma série de acordos que nos colocam irmanados para conseguir caminhar juntos. O Brasil sem dúvida é referência na consolidação de um conjunto de políticas nacionais que colocam nossas organizações em condição de igualdade com o setor privado no quesito jurídico. Mas isso não significa que essa igualdade se concretize sem luta social.

É possível quantificar o material gerado na América Latina e o quanto é reciclado?

Números oficiais ainda não são confiáveis, mas em países como Brasil, Argentina, México e Colômbia a geração per capita de resíduos é em torno de 900g por dia, ou seja, se esta média se reproduzir em todos os países latino-americanos e caribenhos, tendo uma população estimada em mais de 380 milhões de pessoas, se produz em torno de 342 mil toneladas por ano, sendo que os recicláveis variam entre 40% e 45%. Isso se traduziria em algo próximo a 140 mil toneladas por ano de material reciclado. Parece astronômico, mas estamos falando de resíduo domiciliar, não estamos considerando as empresas, as repartições públicas que são os grandes geradores de recicláveis.

Quais as expectativas para a rede?

Dar cada vez mais poder aos catadores de todos os países latino-americano, seja do ponto-de-vista político, social ou econômico. Coordenar junto com as organizações ações contra as estratégias de privatização dos serviços de coleta e destino final dos resíduos sólidos, contra as políticas de incineração. Potencializar o trabalho dos catadores com modelos de gestão que contemplem a organização sem excluir os trabalhadores dos meios de produção. Potencializar as articulações e as instâncias dando ênfase à participação de mais e mais catadores.

ANEXO G – “O MNCR e a luta por uma reciclagem popular”

De catador para CATADOR

Edição Região Sul

Jornal do Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável (MNCR) Circulação na Região Sul do Brasil - Ano I - número 1 - outubro/novembro de 2009 - www.mnccr.org.br

O MNCR e a luta por uma reciclagem popular

A maioria do povo catador ainda permanece excluída dos programas que visam incluí-lo. E, por isso, permanece vivendo em condições até piores do que a dos operários do início do século XX, quando não existiam direitos trabalhistas.

Além dos catadores não possuírem direitos vinculados ao trabalho, sua situação tende a piorar, com as políticas públicas que querem varrer da cidade o povo pobre, para liberar o espaço da cidade à especulação imobiliária à privatização dos serviços urbanos.

Este cenário mostra que são retirados os poucos direitos que os catadores ainda possuem, como o direito de mobilidade (ir e vir), bem como retira, o acesso dos catadores aos vínculos sociais que o seu trabalho ajuda a criar entre os habitantes da cidade. O que, no fim, se transforma numa forma de exclusão e de violação de direitos básicos, como o direito ao trabalho, à alimentação, à cidade, à integridade física e aos seus direitos humanos.

Mas, a exclusão e a continuidade das péssimas condições de vida e de trabalho que assolam os catadores não mudaram nos últimos anos, por causa de quatro fatores:

O primeiro, é o fortalecimento da cultura de preconceito contra o catador feito por aqueles que não sabem que o material reciclável não é lixo, e que trabalhar diariamente na catação é exercer uma profissão como qualquer outra.



Essas pessoas cultivam uma imagem negativa dos catadores, quando associam os catadores ao crime, à violência doméstica, ao vício e à crueldade com os animais. No entanto, o que ocorre é que essas pessoas não conseguem mais chamar o catador de ‘vagabundo’ e, então, elas procuram outros rótulos, como ‘sujo’, ‘incapaz’, ‘drogado’ ou, até mesmo, ‘criminoso’.

Outra questão é a prática do discurso de que o catador não é necessário para a reciclagem, dizendo que ele pode ser facilmente substituído por uma empresa de coleta de lixo, por postos de entregas voluntárias (PEVs), ou por containeres lacrados que deixam os catadores sem a mínima possibilidade de acesso aos materiais em seu interior.

O terceiro fator é a exploração do trabalho dos catadores, que é realizada pelos atravessadores e aparistas, como únicos compradores do material. Em seus depósitos temos o lugar onde o que impera é o “roubo da balança”,

incentivado pelas indústrias que compram material deles e compactuam com a exploração da força de trabalho dos catadores.

E, por último, quando muitas prefeituras decidem “incluir catadores”, o fazem em modelos falidos de coleta

seletiva que relegam os catadores a terem que trabalhar em galpões que facilmente se tornam precários pela total falta de investimento, por parte do poder público, além de isolar o grupo de catadores do resto de sua categoria. Estes modelos fazem com que seja incluída no movimento uma minoria de catadores, enquanto que a maioria permanece na mesma.

Isso faz com que os catadores sejam as vítimas da reciclagem e não seus protagonistas, porque o modelo atual que estrutura a reciclagem é um modelo antipopular, baseado na exploração, na dominação e na exclusão do povo catador, responsável pelos altos índices de reciclagem alcançados no Brasil.

O que surge, com isso, é uma enorme fratura na sociedade, onde a elite da indústria e do comércio da reciclagem acumula cada vez mais riquezas em detrimento do trabalho e da vida da massa popular dos catadores. Este abismo social acaba sendo

representado por uma questão social que nunca se resolve. O problema das péssimas condições de vida e de trabalho dos catadores parece nunca ter solução. E, realmente, para a maioria de nossa classe, nada mudou, nada melhorou. Mas, em compensação, para os patrões do mercado e da indústria da reciclagem, a coisa tem melhorado cada vez mais.

Assim, a questão social da reciclagem é alimentada por um monstruoso paradoxo caracterizado por uma riquíssima indústria sustentada por uma população miserável.

Todos esses fatores apenas aumentam o problema da questão social da reciclagem, ao invés de encaminhá-lo de modo satisfatório.

Assim sendo, uma solução não pode ser considerada apenas no âmbito técnico, deve ser encarada politicamente, pois é preciso mudar os pilares da indústria de reciclagem e manejo de resíduos no Brasil para poder solucionar esta urgente questão social.

Como elementos de uma equação justa desta questão social é preciso investir esforços na construção de novos modelos de coleta seletiva solidária e de reciclagem autogestionária, que possibilitem o avanço dos trabalhadores nesta cadeia produtiva, ao mesmo tempo, que sirvam de referência para a construção de políticas públicas redistributivas de riquezas provenientes dos resíduos, e que sejam promotoras de direitos sociais vinculados ao trabalho.

ANEXO H – “Nota de esclarecimento sobre manifesto com uso indevido do nome do MNCR no RJ”

Sobre manifesto com uso indevido no nome do MNCR no RJ

Diante da publicação e divulgação do documento intitulado “Manifesto pela valorização dos Resíduos Sólidos – Reciclar e gerar energia a partir do Lixo” de 26 de Novembro de 2010 em Seminário do Instituto Plastivida de promoção da incineração de lixo, esclarecemos:

- O nome do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – base do Rio de Janeiro - é citado irregularmente como uma das organizações que assinam o manifesto que apoia a incineração de lixo. Declaramos que nenhuma base, indivíduo ou conjunto de membros do MNCR apóiam a incineração do lixo como destinação correta dos resíduos, nem tão pouco, a promoção de lobby para empresas desse setor e interesses que se contraponham a reciclagem e inclusão social no Brasil.
- A FEBRACOM não compõe a base do MNCR, não representa e não fala em nome do conjunto de cooperativas, associações e grupos ligados ao MNCR.
- São delegados a falar em nome do MNCR no Estado do Rio de Janeiro a Coordenação Estadual eleita em Congresso da categoria no Rio de Janeiro que é composta EXCLUSIVAMENTE por catadores e catadoras de materiais recicláveis representantes de cooperativas, associações e grupos não formalizados.
- O MNCR, por diversas vezes, declarou seu posicionamento contrário a implantação de incineradores de lixo no Brasil e na América Latina, pois é uma tecnologia ultrapassada que não tem mais espaço na Europa, pois 1) traz riscos à saúde humana, 2) tem alto custo de implantação e manutenção, 3) por queimar matéria-prima essencial a cadeia produtiva da reciclagem, implica, portanto, no desperdício de energia e recursos naturais em todo seu processo e 4) por ser área de mercado de multinacional poderosa, ameaça a implantação e expansão de uma política pública de coleta seletiva solidária no Brasil, excluindo com isso os catadores de materiais recicláveis, gerando desemprego e miséria.
- Sabemos que a incineração do lixo, apesar de ainda ser utilizada em alguns países do mundo, vem sendo questionada por diversos organismos internacionais por seus efeitos ao meio ambiente e às pessoas, buscam eliminá-la gradativamente. Os países que utilizam a incineração estão buscando novas alternativas para geração de energia, nesses países a reciclagem a maior prioridade atingindo índices gigantescos.
- As emissões tóxicas, das quais as empresas insistem em dizer que não poluem ou pode ser controladas, envolvem a produção de três tipos de poluentes altamente perigosos: os metais pesados, os produtos de combustão incompleta e as substâncias químicas novas, formadas durante o processo de incineração.
- Repudiamos veementemente a utilização do nome do MNCR e dos catadores de materiais recicláveis nesse imenso golpe em andamento no Brasil contra a população que patrocinará uma tecnologia em extinção no mundo.
- Chamamos as instituições e organizações sérias comprometidas verdadeiramente com a gestão SUSTENTÁVEL dos resíduos sólidos no Brasil que somem força em um profundo debate sobre o impacto da queima do lixo e uso de recursos públicos milionários nesse tipo de equipamentos.

ANEXO I – “Por que MNCR?” (primeira parte)

Discurso de abertura da Expocatadores 2010

Porque o MNCR?

Esta deve ser uma das perguntas mais indagadas ou simplesmente uma das mais caladas, pois para a maioria de nós, catadores e catadoras deste país, a resposta nem sempre condiz com a realidade em que vivemos, ou simplesmente, pela energia que nela aplicamos. E muitas vezes, dependendo do catador, não consegue nem mesmo responder ou achar uma resposta que seja satisfatória. Pois adquirimos uma grandeza tão grande, que a resposta, no mínimo, deve ser bem estruturada, objetiva e satisfatória.

Claro que sabemos que o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR é importante para a nossa organização social, pois sabemos que antes do MNCR, nós catadores(a), não passávamos de verdadeiras marionetes nas mãos de políticos profissionais, ONGueiros, governantes e dos patrões do lixo. Tivemos vários momentos em que estávamos sendo explorados, enganados e sequer, podíamos ver isso. Apenas sentir, aceitar e se calar.

Vamos lembrar um pouco, onde cada um de nós estávamos a 10 anos atrás. Lembraremos que a maioria de nós vivíamos em lixões, sem condições dignas de trabalho e expostos a todos os riscos impostos pela situação de exploração da nossa categoria, nessa época nem se ousava pensar que os catadores(as) eram uma categoria.

Até os meados do ano 2.000, nossa tarefa na cadeia produtiva era simplesmente catar, se perguntávamos para qualquer compa, você gosta de ser catador? Entre as várias respostas, o que se constatava era que a maioria de nós estávamos catando por falta de oportunidade de trabalho, marginalizados pelo mercado formal de trabalho em que poucos tem tudo e muitos quase nada, vindos do interior, negros, brancos, mulheres, crianças, idosos, analfabetos ou com pouca escolaridade, concentrados nas grandes metrópoles, a exemplo daqui de São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e tantas outras capitais. No momento que surgisse alguma oportunidade melhor, largava-se a profissão. Outros respondiam que nem sequer eram catadores, que simplesmente estavam catando só porque estavam desempregados. Isso remetia a grande questão, nós não queríamos ser catadores! Pois, somente desenvolvíamos o trabalho pesado e mais sujo, que é a coleta, a separação e entregávamos tudo a algum sucateiro que nos pagava apenas algumas moedas, como se fossemos favorecidos pelos seus trocados. Além de levar toda a carga preconceituosa de uma sociedade capitalista, injusta e excludente.

Vocês conhecem o famoso “velho do saco” que vivia sujo e roubando crianças, era assim que nos viam.

De 20 anos pra cá, nós catadores começamos de forma voluntária a se organizar, de fato sabíamos que coletivamente poderíamos trabalhar menos e ganhar mais, mas tinha um grande problema, trabalhar em coletividade. Como costume, nossa profissão, que nascia a cerca de 50 anos atrás, a partir da necessidade de sobreviver. Isso porque cada vez mais éramos excluídos e sem nenhum trabalho para fazer, então individualmente, começávamos a catar “lixo” que foi a fatia de bolo que este sistema nos deixou (caso não continuarmos na luta, até isso eles tiram de nós).

Quando, em 2001 conseguimos dar vida, cara, cor e rosto a nossa organização, que é o MNCR cujo nascimento foi cheio de problemas e poucas pessoas para resolve-los. Desde aí, já nasce de antemão um dos primeiros princípios que nos une, o do protagonismo de classe, juntamente com a auto-gestão/organização, pois os grandes desafios que tínhamos que encarar, nós mesmo tínhamos que vencer, e assim como eu, vários compas catadores aceitaram para si a tarefa, as superando nem que seja a partir de seu próprio sangue, suor e força de vontade.

O Brasil é um País, mas em termos de território se assemelha muito a um continente, um grande continente. Por esse motivo, tivemos que nos organizar de várias maneiras, sendo que algumas formas não eram injustas, não garantindo direitos e deveres iguais aos catadores organizados, o que nos remeteu a necessidade de criar as Bases de Acordo Nacional, como orientação geral para se organizar. Assim sendo, simplesmente por essa nossa criação, já teríamos a resposta a nossa pergunta inicial, pois a partir de sua

ANEXO I – “Por que MNCR?” (segunda parte)

implementação, os catadores conseguem, de forma individual, inserir-se no coletivo, passando assim a integrar uma Base Orgânica do MNCR (conceito próprio do MNCR).

Com o passar do tempo e nossas articulações a todo vapor, os desafios são grandes, vimos que vários grupos da sociedade, que até antes da existência do MNCR nos viravam as costas, hoje, das formas mais inimagináveis possíveis nos assediam para colocarem suas marcas e seus patrocínios.

Para nós, era o mesmo que colocar as mãos em cabos de alta tensão, sofrer a descarga elétrica, e ao final de tudo, não saber o que causou a descarga. E pior ainda, repetir e acreditar que isso é normal, olha mais um choque!

Com o passar do tempo, nós catadores, começamos a buscar mais a nossa organização, mais pela força de vontade de mudar, de organizar. Em nossa própria avaliação, a imagem que vinha, é que realmente, nascemos para ser explorados, enganados e nenhum ou ninguém podia mudar isso.

Por nossa falta de formação e informação, em todos os níveis, víamos que quanto mais tentávamos nos organizar, reunindo grupos de catadores com outros, mesmo os mais articulados também pensavam que era simplesmente perda de tempo e de dinheiro, pois quanto mais tempo passávamos nos articulando e nos reunindo, menos tempo passávamos trabalhando o que de certa forma, fazia com que a renda mensal baixasse, cada vez mais. A maioria de nós, não entendia sequer o momento, e acredito que nem o mais empenhado militante social pensaria que chegaríamos até aqui, mais fortes, mais grandes, mais organizados. É sempre assim, a gente é desse jeito, não acreditamos no novo, apoiamos e desconfiamos ao mesmo tempo... somos Brasileiros por excelência.

Nós precisávamos disso, corremos atrás, merecíamos mesmo, pois as dificuldades que estavam expostas a nossos olhos, já eram muitas naquele momento, parece que tudo apontava para isso, para a formação de um movimento, um movimento social, um movimento combativo e solidário, criando a independência dos catadores em relação aos ferros velhos, a governos e fortalecendo a autogestão dos catadores.

Lembro-me muito bem, das dificuldades que era, para reunir meia dúzia de catadores para fazer uma reunião que discutisse uma pauta nacional de catadores, era difícil mesmo, podem acreditar. Acredito que foi o momento mais difícil, pois éramos nós mesmos, com esta criança no colo e tínhamos que dar jeito, tudo, tudo era difícil, difícil mesmo. Foram muitas lutas, muitas ruas tomadas, muitas prefeituras ocupadas, muitas portas fechadas que tivemos que abrir. Tudo o que temos conquistado foi através da luta e da solidariedade. Pois somos povo e nos realizamos junto aos outros movimentos desse mesmo povo. Princípios que norteiam a nossa organização. Mesmo com todas as condições adversas, chegamos a ser presos, fomos perseguidos, e muitas vezes ainda somos, porque nos mantemos firmes em nosso propósito de justiça e de liberdade. Isso tudo só faz fortalecer cada vez mais nossa luta. Se nós catadores(as) éramos chamados de lixeiro, hoje gerimos empreendimentos autogestionários, dirigimos nossos próprios veículos de coleta e logística de materiais recicláveis, conquistamos políticas públicas de inclusão e de valorização de nossa categoria. No entanto, muitos oportunistas buscam não reconhecer o movimento, mas querem se beneficiar das suas conquistas forjadas no suor do dia-a-dia dos nossos companheiros.

Porém, nunca falamos que a luta seria fácil. Permanecer e durar no tempo é o que vai garantir nossa vitória sobre todas essas condições injustas impostas pelos inimigos que ganham e se promovem em cima da miséria alheia. Temos muitos desafios pela frente...

Vida longa ao MNCR!!!! Viva os dez anos!!!! Porque quem tem medo da luta não nasce!!! Que venham mais dez, vinte, trinta anos!!! Viva os catadores e as catadores do mundo!!!

ANEXO J – “Discurso oficial de apresentação do Projeto Catavida”

Passando em frente ao palanque oficial, o Projeto Catavida. Cuidar do lixo é cuidar da vida! Esse é o slogan da campanha de coleta seletiva solidária que está sendo lançado hoje e implantado pelos catadores de nossa cidade. Um desafio para todos nós. O Projeto Catavida tem por objetivo enfrentar com coragem a questão social do lixo de nosso município. Através do Programa de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos e da valorização da categoria profissional dos catadores de materiais recicláveis. Vamos aplaudir a este grupo de catadores que com coragem assumem a questão do lixo produzido por toda a comunidade hamburguense. Reciclar é preciso. Vamos cuidar do lixo porque assim estaremos cuidando da vida. O Projeto Catavida já soma conquistas como o reordenamento da central de reciclagem, através das obras de recuperação das instalações de triagem. A Central de Catadores Unidade Centro, a primeira de seis centrais previstas para os bairros de Novo Hamburgo. O projeto Catavida já formou 156 catadores através de cursos de capacitação em gerenciamento de resíduos sólidos. Sempre com o objetivo de inclusão produtiva e pela autonomia dos catadores de materiais recicláveis. Vamos cuidar do lixo e estaremos assim cuidando da vida. Essa é a mensagem que nos deixa o grupo do programa Catavida.

Discurso pronunciado durante o desfile cívico do Sete de Setembro, em 2011.

ANEXO K – “Intervenção da coordenadora do Projeto Catavida durante o II Seminário de Resíduos Sólidos”

Na verdade eu olho [inaudível] os desafios que a gente tem pela frente e eu fico pensando e olho pros nossos trabalhadores e me dou conta do quanto nós temos uma trajetória onde o catador não foi valorizado. Concordo que nós estamos vivendo um momento novo. Quando a gente convida e faz um esforço grande pra trazer um grupo de catadores para uma evento como este é no sentido de realmente dizer o catador tem que fazer a diferença nesta história, o catador tem que buscar conhecimento. Eu sei que, por exemplo, nosso grupo ralou a semana inteira, puxando carroça a semana inteira, trabalhou está cansado/ e as mulheres tem trabalho em casa pra fazer, e tem filho para dar conta, mas precisa estudar [enfática], precisa se organizar, precisa estar junto, porque não é o poder público que vai fazer isso, é o catador que vai fazer isso. Eu tenho dito: nós puxamos algumas coisas enquanto poder público, mas tem coisas que o catador tem que fazer. E essa questão da capacitação, da qualificação que o Tiago coloca, é de se instrumentalizar / o colega antes colocava a questão de buscar recursos. Não é o poder público, na maior parte da vezes, que vai acessar o recurso, é a cooperativa que vai fazer. Nós em NH captamos recurso através da cooperativa. A prefeitura até elabora os projetos porque as cooperativas, de um modo geral, não têm é... tempo, porque o catador está preocupado em puxar material, em trabalhar e em dar conta da esteira... só que também a gente precisa olhar pra isso e ver que a captação de recursos precisa ser um instrumentos [inaudível] da categoria. Então, realmente o catador precisa se empoderar disto, ele precisa estudar, ele precisa se capacitar, 'pois já era o tempo em que o catador apenas puxava carroça, apenas separava material, hoje nós precisamos avançar para isso, nós precisamos formar lideranças / eu vejo o Paulo, o Claudir, O Geraldo, várias lideranças que estão ai nesse meio... só que são poucas e precisamos engrossas essa fileira. Então nós precisamos realmente fazer esse movimento, porque é [inaudível]. Nós temos grandes desafios pela frente e nós temos grandes possibilidades, agora isso só vai se viabilizar se os catadores realmente se empoderarem disso. E nós precisamos acreditar, Eu tenho dito para as nossas mulheres, vocês são capazes, vocês são capazes [enfática] de tocar o processo... Agora o catador está acostumado a ser [inaudível], de ser xingado, de ser humilhado e muitas vezes não acredita em si. Então precisa acreditar. Este é um novo momento e é um momento promissor. Nós enquanto poder público podemos ajudar, mas o catador precisa tocar essa frente, precisa estudar e precisa ir atrás, se não a coisa não vai mudar, se não, não vamos conseguir responder a esses desafios que estão ai e que são muitos.

ANEXO L – “Hino do Catador”**HINO DO CATADOR**

Não me pergunte por que eu ando catando

Faz também a tua parte meu irmão

Separando o que sujo do que é limpo

Salvaremos nosso mundo da extinção

Peço a ajuda a toda essa gente

Para o lixo em sua casa separar

Cada um vai fazendo um pouquinho

Pras montanhas de sujeira acabar

Refrão (2X):

Houve o canto deste povo brasileiro

Ajudando os catadores a cuidar

Vamos juntos nessa luta companheiro

Para o mundo pras crianças preservar

ANEXO M – “Carroças em Porto Alegre, um símbolo” (primeira parte)

Carroças em Porto Alegre, um símbolo

Os grandes meios de comunicação estão comemorando, com quatro anos de antecedência, a saída das carroças da cidade, já desde este mês de maio do ano de 2012, inteiramente atípico para um sistema capitalista cambaleante até mesmo nos países em que mais se aperfeiçoou. A lei anti-carroças, do jeito como foi elaborada, só podia sair de uma única cabeça de vereador, e não por acaso, de ideologia capitalista.

O maior jornal de nossa urbe, saúda desde já, a despedida dos veículos de transporte das populações mais carentes, ligando o fato com a constatação visível de que o número de carroças está diminuindo. Pela lei promulgada há três anos, a data fatal será 2016 que a prefeitura pretende encurtar para o ano da **Copa** de 2014. Até lá, a municipalidade terá que correr atrás de trabalhos que substituam a relação profunda que, durante décadas, mantiveram com o lixo carroceiros, carrinheiros, catadores e moradores de rua em geral. Sua pátria tem sido e continuam sendo as pantanosas **Ilhas do Guaíba**, as periferias mais longínquas da região metropolitana e os desvãos embaixo de pontes, pontilhões e viadutos.

A maneira como a imprensa burguesa trata o assunto é simplesmente vergonhosa em relação à função simbólica que sempre as carroças desempenharam e continuam desempenhando para os sucessivos governos e para toda a sociedade porto-alegrense.

A foto em cima da ponte do Guaíba, de uma carroça, humoristicamente apelidada por gaiatos de carroça-de-papai-noel, porque abarrotada de sacos plásticos cheios de lixo a desbordar por todos os lados, a ponto de o carroceiro não ter lugar nem para sentar, aparecendo em pé, rédeas à mão, altaneiro, entre lixo e cavalo. À frente do “pária da civilização urbana” um senhor caminhão. Este, entulhado de lixo exposto in natura, sem o mínimo cuidado, sujeito a extraviar partes pela estrada, a serviço de algum grande empresário, talvez até incinerador. “Riqueza” do pobre porque fonte de vida e sobrevivência, transformada agora em fonte de fortuna para o grande industrial. Apreciemos a mentira deslavada, verdadeiro deboche, escrita por baixo da enorme foto abrangendo duas páginas no sentido da largura: “Ao aposentar a charrete e o cavalo, parte dos recicladores passa a circular de Kombi ou caminhão. Muda a tração, mas continua a labuta no lixo” (**Zero Hora**, sábado, 19 de maio de 2012, pág. 4 e 5).

Mentira sobre mentira porque o poder municipal – consta na reportagem – está desenvolvendo o máximo de esforços para tirar o carroceiro do trabalho com matéria-prima acumulada para descarte, vulgarmente chamada de lixo, a fim de entregar essa matéria-prima acumulada para descarte, para fonte de riqueza de o magnatas, quando é vida e sobrevivência para gente pobre.

Em sentido contrário a essa postura atrasada do poder público municipal, a política dos resíduos sólidos do ex-presidente, operário-metalúrgico **Lula**, transformada em lei, prevê a transformação do carroceiro em profissional do lixo (resíduos sólidos) porque todos os elos da cadeia produtiva desses resíduos devem reverter inteiramente em favor dos catadores, privilegiando os coletivos dessas categorias, desde a coleta até a fabricação e venda de novos objetos industrializados ou como obras de artesanato.

Para o operário **Lula**, por que não se valorizar ao máximo não somente a função, mas também o profissional da despoluição do planeta Terra ou Gaia? Ele é o profeta por excelência que não deve nunca desaparecer do centro das metrópoles, porque foi o primeiro a denunciar o consumismo e a poluição dos mananciais e também porque criou o próprio emprego ou trabalho, com investimento zero e porque se sentiu vocacionado para garantir a própria sobrevivência com absoluta criatividade de sua parte. Se ele começa faminto e analfabeto

ANEXO M – “Carroças em Porto Alegre, um símbolo” (segunda parte)

catando restos de comida em descartes, através de uma caminhada por todas as etapas da cadeia produtiva pelas quais devem passar os resíduos sólidos, sem sair desse tipo de serviço à sociedade e ao planeta, se alfabetiza, cursa primeiro e segundo grau, se forma na universidade e se torna especialista no assunto, apto a acompanhar missões brasileiras em reuniões internacionais, ditando como ninguém, normas para um legítimo BEM VIVER para o qual a humanidade pode, de repente, aspirar, mandando às favas o sistema capitalista opressor ao mesmo tempo da humanidade e de Gaia, nossa querida Pachamama, a Mãe Terra.

Os ecologistas e entre eles o grande filósofo e teólogo Leonardo Boff não cessam de chamar a atenção para a categoria do cuidado. Sobre isso basta lembrar a primorosa obra de Leonardo que resume todos os posteriores discursos mundo a fora sobre o tema. Desdobramento notável está atingindo sob a palavra Sustentabilidade que parece transformar-se na idéia-força do Encontro Rio+20 a celebrar-se pelas nações do mundo em junho próximo.

“O último deste mundo é o primeiro no Reino de Deus” diz Jesus Cristo. Se o pária da civilização urbana é quem sobrevive a partir dos rejeitos, o catador-carroceiro montado em seu miserável veículo está anunciando por ruas e praças da cidade, o Dia do Juízo. Sim, porque o cristão sabe que não é necessário morrer para ser julgado por Deus. Todos somos julgados já aqui e agora, neste mundo em que estamos vivendo, pois o Divino Mestre nos diz: ‘Tudo o que fizerdes ao menor dos meus irmãos, é a Mim que o estais fazendo’.

Somente quem trata com sumo carinho os “últimos da sociedade” será recebido no definitivo Reino de Deus com as palavras “Vem, bendito do meu Pai, possuir o Reino que para ti está preparado desde toda a eternidade!”

O carrinheiro-catador é ao lado do carroceiro, o mais autêntico profeta da ecologia porque denuncia a sociedade consumista e anuncia a nova era da ecologia. À semelhança do profeta da Bíblia que atravessava toda a cidade portando uma canga em redor do pescoço, nossos carrinheiros se parecem ao encangado porta-voz de Deus, ajoujados que vão àqueles varais do instrumento de trabalho a circundar-lhes o corpo. Para a burguesia são párias, mas para nós pessoas de fé são heróis e profetas da gema. Representam também os mais autênticos cuidadores da natureza, no sentido de seus melhores despoluidores, verdadeiros médicos do Planeta.

O Homem de Nazaré, da mesma forma com que apostrofou a capital de sua nação, hoje repetiria contra a nossa capital a mesma invectiva: “Ai de ti Porto Alegre porque dás um fim aos profetas que te envie!”

Irmão Antônio Cechin

ANEXO N – “Queremos Porto Alegre com Coleta Seletiva Solidária, não queimem nosso futuro!!!”

Pág. 06 De catador para catador Jornal



Queremos Porto Alegre com Coleta Seletiva Solidária, não queimem nosso futuro!!!

A capital dos gaúchos que foi uma das pioneiras da Coleta Seletiva no estado e no país, não segue dando mais tão bons exemplos para os outros municípios. Desde que a Coleta Seletiva foi privatizada no ano de 2005 o valor pago pela prefeitura passou de 150 mil por mês para 500 mil reais. Hoje a coleta passa em todos os bairros da cidade, mas não é em todas as vilas e principalmente em todas as ruas. Existem avaliações que ela cobre menos de 30% da população de Porto Alegre, mesmo a prefeitura afirmando o contrário. Segundo o DMLU existem 35 caminhões operando na coleta seletiva do município. A coleta dobrou seu volume. O que também aumentou em proporção ainda maior foi a porcentagem de rejeitos. O que antes era de 10% hoje chega a alcançar mais de 40%. Significa que os catadores dos galpões tem que fazer jornadas de trabalho muito grandes para poderem manter a média de renda. Conforme o diagnóstico feito pelo Banco do Brasil, através do DRS, o número de catadores nas associações são em torno de 600, sendo que 80 são da UTC (Unidade de Tratamento e Compostagem) e o número de associações é 18. O número de associações aumentou de 12 para 18 nestes últimos 8 anos, mas o número de catadores caiu, existiam 700 catadores em 12 associações e hoje são 600. A quantidade de coleta de rejeitos mais que triplicou, sendo que esta coleta é feita por outra empresa, que cobra por container tirado de cada associação. O valor de cada container custa mais de R\$ 700,00, o que aumenta em muito o custo deste serviço para a prefeitura. Na prática a prefeitura gasta mais de R\$ 800,00 em coleta por mês, para manter um catador triando estes materiais ganhando uma média de R\$ 600,00 mensais, se for somado mais o custo de retirada do rejeito, com certeza este número aumenta.

Containerização.

Hoje em 10 bairros da cidade, contando com toda a região central e os bairros mais nobres da cidade. Os containers vieram para os moradores colocarem seus resíduos orgânicos o que na prática não acontece, sendo destinados a eles quase que exclusivamente materiais recicláveis, empobrecendo ainda mais a coleta seletiva da cidade. O valor da coleta passa de 400 mil reais mensais, isso tudo entregue a uma empresa que utiliza muito pouca mão de obra de trabalhadores pois o processo de coleta é todo mecanizado, precisando apenas de uma pessoa para dirigir o caminhão e realizar a coleta.

O DMLU em seus dados oficiais fala que são coletados 100 T/dia de materiais recicláveis, já os catadores de

rua, sem contrato nenhum e pouca estrutura de trabalho coletam cerca de 300 T/dia nas ruas da capital gaúcha. Demonstrando uma eficiência muito maior a da empresa contratada, e ainda prestando este serviço de forma gratuita ao município, enquanto uma única empresa leva milhões dos cofres públicos.

Existem outros fatos que fazem da situação portoalegrense alarmante.

Desde o ano de 2008, a câmara dos vereadores aprovou um projeto que retira e proíbe os catadores de trabalharem nas ruas até o ano de 2016. No ano de 2010 a prefeitura assinou o decreto que reconhece esta lei. E, conforme a leitura da Política Nacional de Resíduos Sólidos, é possível dizer que a legislação municipal em referencia anda em sentido contrário, sendo, portanto, no mínimo, discutível. Sem se falar aqui de sua possível inconstitucionalidade.

Conforme dados da prefeitura, o número de carroceiros cadastrados até o ano de 2004 somavam 6 mil pessoas, que eram cadastrados pela EPTC, hoje, a prefeitura diz que este número não passa de 1200. Sendo que os carinheiros nunca foram contados, sequer estimados pela prefeitura. Na prática a prefeitura diminui e muito este número para afirmar que o “problema” de atender a lei, é fácil de resolver. Nossa estimativa é de que existam mais de 10.000 catadores(as) em atividade na cidade de POA.

No final do ano passado a prefeitura chamou algumas pessoas para juntas “resolverem” o problema dos catadores de Porto Alegre. Estas pessoas criaram a cooperativa Mãos Verdes, para captar recursos do BNDES. Este ano o projeto “Inclusão produtiva de catadores de materiais recicláveis e coleta seletiva de Porto Alegre” foi apresentado. Tendo como principais pontos a retirada dos catadores das ruas, a formação dos catadores para exercerem outras profissões (sem nenhuma garantia de trabalho ou vínculo com a experiência), a perda da autonomia e do direito a cidade, pois pretende colocar uma minoria dentro dos galpões, tendo a triagem como única opção da categoria, dependente do sistema de coleta seletiva privado e ineficaz. O presente projeto esta orçado no valor de mais de 18 milhões de reais, e sua meta é incluir apenas 600 pessoas nos galpões de triagem da capital.



Ainda no final do ano passado a prefeitura lançou o seu plano em criar uma Central Municipal de Tratamento de Resíduos, abrindo concorrência pública (através de termo de referência) para empresas apresentarem propostas de “recuperação energética” dos resíduos. Se aprovado este projeto vai dar a concessão por 20 anos para a empresa que “ganhar” a concorrência. Na verdade esta tecnologia significa incineração (queima do lixo). Existem diversos males relacionados a esta tecnologia, entre eles o custo altíssimo de operação e manutenção, os perigos a saúde humana pela emissão dos gases, sem falar que pode prejudicar todo o ciclo produtivo da reciclagem que contribui significativamente para a economia brasileira. Esta tecnologia esta sendo banida em outros países, e estas empresas estão vindo trazer sua proposta de energia suja para o nosso país. A incineração é uma tecnologia que trata os resíduos urbanos, médicos e industriais utilizando altas temperaturas. Transforma materiais recicláveis como papéis, plásticos, metais e resíduos alimentares em cinzas, gases de combustão, poluentes atmosféricos, calor, efluentes líquidos, entre outras emissões. A incineração é a tecnologia de tratamento de resíduos urbanos mais cara no mundo.

Segundo a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (USEPA), as incineradoras com “valorização energética de resíduos” e os aterros sanitários têm níveis de emissão de gases de efeito de estufa muito mais altos - e consomem muita mais energia - do que reduzir a produção de resíduos, e a reutilização e reciclagem dos mesmos materiais. A reciclagem ainda é a melhor saída para o tratamento dos resíduos sólidos. Considerando que a composição dos resíduos de POA é de 27% reciclável e 57,3% matéria orgânica facilmente biodegradável, com o investimento necessário em alternativas que não agndam o meio ambiente e as

pessoas, com certeza se diminuirá em muito o percentual destinado aos aterros.

Frente a tudo isso propomos:

- que a prefeitura de Porto Alegre aborte por completo o processo de implementação de qualquer tecnologia suja para o reaproveitamento energético dos resíduos, e que se elabore um novo termo de referência contendo alternativas sustentáveis de tratamento dos resíduos sólidos urbanos;

- que seja respeitada a Política Nacional dos Resíduos Sólidos - PNRS, em que os catadores(as) sejam contratados para prestarem o serviço de Coleta Seletiva no Município, com devido investimento e priorização, além de garantir a participação e decisão da sociedade civil sobre a gestão dos resíduos sólidos;

- Não vamos deixar que queimem nosso futuro, queremos que nossa cidade preserve a natureza e as pessoas que trabalham para isso. E o único meio de garantir isso é conquistarmos a Coleta Seletiva Solidária, onde a comunidade em conjunto com as organizações de catadores e com a devida parceria do Poder Público inscreverão uma nova história para a capital do povo gaúcho.

- Os catadores em porto alegre começaram a coleta no final dos anos 70, a população os chamavam de “papeleiros” tanto que nos anos 80 eles formaram uma vila em pleno centro da capital gaúcha chamada de “vila dos papeleiros”. Através de sua contribuição diária na coleta, contribuíram significativamente para a proteção da nossa natureza, mas estes trabalhadores, nunca foram compensados pela prefeitura, que até hoje os persegue. Muitos destes, tem mais de 30, 40 anos na coleta, serão simplesmente “incinerados” pela prefeitura. Não vamos deixar isso acontecer!!!

- Lugar de catador é na coleta seletiva!!! Vamos reciclar e não incinerar!!!

